

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A NECRÓPOLE ROMANA DA ROUCA (ALANDROAL, ÉVORA)**

**ANA MÓNICA DA SILVA ROLO**

**VOL. I**

**MESTRADO EM ARQUEOLOGIA**

2010

A necrópole da Rouca (Alandroal, Évora)

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



## **A NECRÓPOLE ROMANA DA ROUCA (ALANDROAL, ÉVORA)**

**ANA MÓNICA DA SILVA ROLO**

**VOL. I**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUEOLOGIA  
ORIENTADA PELO PROF. DOUTOR CARLOS FABIÃO

2010

## A NECRÓPOLE ROMANA DA ROUCA (ALANDROAL, ÉVORA)

**Resumo:** O presente trabalho pretende ser um contributo para o estudo da necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora), cujo espólio actualmente compõe a Coleção 0156 do Museu Nacional de Arqueologia. Esta necrópole de incineração foi escavada em 1905 sob a orientação de J. Leite de Vasconcelos, director do então Museu Etnológico Português, e a ausência de registos documentais conhecidos sobre os trabalhos de escavação coloca inúmeras limitações ao nosso actual conhecimento sobre a realidade arqueológica da Rouca. Com base na análise dos materiais com contexto de sepultura devidamente conhecido, propomo-nos a caracterizar este espaço funerário, definir os limites cronológicos da respectiva diacronia de utilização, e conhecer o contexto sociocultural subjacente. Constituíram objecto de estudo do presente trabalho as cerâmicas finas (*sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas), a cerâmica comum, e os vidros, atribuídos às diversas sepulturas da necrópole da Rouca, e duas placas funerárias (uma epigrafada e outra anepígrafa) atribuídas à necrópole mas sem contexto de sepultura conhecido. O restante espólio – metais, material orgânico e material lítico – atribuído à necrópole e constante da referida coleção não foi analisado no âmbito deste trabalho. O estudo dos conjuntos funerários permitiu constatar o enquadramento da necrópole da Rouca na realidade arqueológica do mundo funerário romano do Nordeste Alentejano, e distinguir dois momentos fundamentais de utilização da mesma: um momento datável da segunda metade do séc. I d.C. – inícios/ meados do séc. II, comum à maioria dos conjuntos estudados; e um momento posterior, datável a partir da segunda metade do séc. III d.C., e eventualmente meados do séc. IV, documentado pela presença de *sigillata clara*.

**Palavras-Chave:** Alandroal, mundo funerário romano, cerâmica, vidros, epigrafia.

**Abstract:** The present paper intends to be an input for the study of the Roman necropolis of Rouca (Alandroal, Évora), which archaeological remains currently compose Collection 0156 of Museu Nacional de Arqueologia (Lisbon). This incineration necropolis was excavated in 1905 under the guidance of J. Leite de Vasconcelos, and the absence of field data limits our current knowledge about the archaeological site of Rouca. Based on the analysis of the artifacts with context of grave properly known, we propose to characterize this necropolis, to define the chronological limits of its use, and to understand its sociocultural context. At the present paper we study the fine potteries (*sigillata*, pottery of fine walls, lamps), the common pottery, and the glasses, attributed to the several graves of Rouca, and two funerary plaques (one with an inscription and the other without) also attributed to this necropolis but without context of grave known. The other remains – metal, ecofacts and lithic material – attributed to the necropolis of Rouca, and also included in Collection 0156 of Museu Nacional de Arqueologia, were not studied. The analysis of the funerary sets from Rouca allowed us to relate this necropolis to the archaeological evidence of Roman funerary practices in the North-eastern Alentejo, and to distinguish two crucial moments of use: one datable to the second half of the first century A.D. until the second century, common to most of the studied sets; and a subsequent moment, datable to the second half of the third century A.D., and eventually fourth century, documented by the presence of African *sigillata*.

**Key-words:** Alandroal (Évora, Portugal), roman funerary practices, pottery, glasses, epigraphy.

**ÍNDICE**  
**VOLUME I**

Agradecimentos	6
<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	11
<b>II. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA ROUCA</b>	
II.1. Localização Topográfica	15
II.2. Contexto Geomorfológico e Recursos Naturais	15
<b>III. CONTEXTO HISTÓRICO</b>	
III.1. O Culto Funerário na Época Romana: ritos e mitos	19
III.2. O Mundo da Morte durante a Romanidade no «NE Alentejano»: Intervenções Arqueológicas e Investigação – um ponto da situação	25
III.3. Sobre o sítio arqueológico da Rouca: intervenções arqueológicas e dados conhecidos	28
<b>IV. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO DA NECRÓPOLE DA ROUCA</b>	
IV.1. Natureza do espólio e questões metodológicas	35
IV.1.1. Catálogo e estudo dos materiais	44
IV.1.2. Cerâmica Comum: pastas, tipologias e grupos de fabrico	51
IV.1.3. <i>Terra Sigillata</i> , Paredes Finas, e Lucernas	92
IV.1.4. Vidros	106
IV.2. Análise dos conjuntos funerários e limites cronológicos propostos	112
IV.3. Placas Funerárias	142
<b>V. A NECRÓPOLE DA ROUCA NA ANTIGUIDADE</b>	
V.1. Território, mundo da morte, epigrafia e sociedade	144
V.2. Espaço Funerário da Rouca: limites cronológicos	154
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	155
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO 1:</b> Siglas e Abreviaturas	157
Créditos	157
Documentação e Fontes	158
Bibliografia	158

	Cartografia e Fotos	179
<b>ANEXO 2:</b>	Estampas de tipos formais definidos para cerâmica comum dos conjuntos funerários da Rouca	186
	Quadros de Análise de Espólio	201
	Quadro 1	201
	Quadro 2	204
	Quadro 3	206
	Quadro 4	207
	Quadro 5	208
	Epigrafia Funerária: Análise dos Quadros 6 e 7	210
	Quadro 6	216
	Quadro 7	220
	Gráficos 1 – Distribuição do espólio da necrópole da Rouca por contextos de sepultura	224

## VOLUME II

<b>ANEXO 3:</b>	Catálogo	228
-----------------	----------	-----

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração de um vasto conjunto de pessoas que, de algum modo, ao longo do processo de investigação e elaboração desta tese, me ajudaram com o seu apoio, tempo e sabedoria, e a quem naturalmente devo uma sincera palavra de apreço e agradecimento. Em primeiro lugar, cabe-me expressar a minha imensa gratidão ao Prof. Doutor Carlos Fabião, não só pela orientação científica deste trabalho, mas especialmente pela confiança e encorajamento com que me levou a não deixar de acreditar que era possível tornar este projecto de investigação numa realidade. Ao Professor, por todo o seu saber, disponibilidade, paciência e inestimável apoio, aqui fica o meu muito obrigado.

Ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, devo um particular agradecimento pelas facilidades concedidas no acesso e estudo do espólio proveniente da necrópole da Rouca. No decurso do processo de elaboração do presente trabalho pude contar com o fundamental apoio da equipa do referido museu, pelo que aqui expesso o meu obrigada aos colaboradores do Departamento de Inventário de Colecções, à Dra. Livia Coito e à Carmo, à desenhadora Lena, e à Lita. Não poderia deixar de manifestar o meu especial agradecimento à Luísa Guerreiro, pela disponibilidade e pela ajuda imprescindível em que se traduziram a sua experiência e amplo conhecimento das colecções do MNA.

Ao Dr. Manuel Calado agradeço o apoio indispensável que me concedeu durante a visita realizada ao sítio da Rouca (Alandroal), quer na identificação do local e prospecção da área circundante, quer através das suas úteis sugestões.

Ao Dr. António Carvalho agradeço toda a disponibilidade e apoio, designadamente no que respeita à pesquisa e recolha de bibliografia de referência.

Devo igualmente uma palavra de agradecimento ao Dr. José Cardim Ribeiro, director do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas; às colaboradoras da Biblioteca do referido museu – Lisete Antunes e Fernanda Torquato – pela ajuda concedida na recolha e consulta de bibliografia; e à equipa de desenhadores Ana Isabel e Joel Marteleira, e à Patrícia Jordão pela disponibilidade para responderem às minhas dúvidas sobre desenho arqueológico. Ao Pedro Mendes devo uma palavra especial de agradecimento pelas «aulas» de desenho arqueológico; estou-lhe grata pelos seus ensinamentos e pelo seu tempo.

À Mafalda Dias agradeço a amizade revelada desde o início de um percurso comum; agradeço-lhe o entusiasmo e incentivo, e a generosidade da sua valiosa ajuda no decorrer da realização do presente trabalho. Devo também uma palavra de agradecimento a Tânia Dinis, pela amizade e ajuda fundamental no decurso do processo de vectorização dos desenhos do espólio arqueológico, e a Elisa de Sousa.

Não poderia deixar de agradecer à Clareana Marques a possibilidade que me concedeu de utilizar os desenhos manuais da sua autoria, elaborados por ocasião do seu trabalho final de Licenciatura em Arqueologia (sobre a cerâmica de paredes finas e os vidros da necrópole da Rouca) apresentado à FLUL.

Ao Diogo Oliveira agradeço não só toda a sua preciosa ajuda no tratamento e arranjo gráfico deste trabalho mas, acima de tudo, agradeço-lhe a sua presença atenta e companheirismo, as suas sugestões

e ensinamentos, e o seu encorajamento e apoio constantes, fundamentais para o cumprimento desta “caminhada”.

Por fim, devo um agradecimento muito especial aos meus pais, a quem dedico este trabalho. Quaisquer palavras de agradecimento que possa usar para lhes expressar a minha profunda gratidão parecem insignificantes à luz da grandeza da sua confiança e apoio incansáveis.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização do actual trabalho de investigação, aqui expresso o meu sincero muito obrigada.

À memória da minha Avó.  
Aos meus pais.



## INTRODUÇÃO

*“Deu o vento, levantou-se o pó: parou o vento, caiu. Deu o vento, eis o pó levantado: estes são os vivos. Parou o vento, eis o pó caído; estes são os mortos. Os vivos pó, os mortos pó; os vivos pó levantado, os mortos pó caído; os vivos pó com vento, e por isso vão; os mortos pó sem vento, e por isso sem vaidade. Esta é a distinção, e não há outra.”*

Padre António Vieira,  
*Sermão de Quarta Feira de Cinzas (1672)*

O presente trabalho tem por objectivo central o estudo do espólio atribuído à necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora). Escavada em 1905 sob a direcção de J. Leite de Vasconcellos, a necrópole da Rouca enquadra-se, pelo seu posicionamento geográfico, pelas práticas funerárias documentadas e pela sua diacronia de utilização (séc.s I-II e séc.s III/IV d.C.), no panorama arqueológico das necrópoles romanas alto-alentejanas.

O referido espólio integra actualmente as colecções do Museu Nacional de Arqueologia (Col. MNA 0156), e um primeiro contacto com este revelou-nos, desde logo, as inúmeras fragilidades e limitações que certamente terão justificado que tal conjunto tivesse permanecido sem ser estudado até à actualidade. A escavação da necrópole da Rouca parece ter sido mais um exemplo do rigor e minúcia que caracterizaram os registos de campo e as observações da autoria de J. Leite de Vasconcellos; porém, e lamentavelmente, desconhece-se o actual paradeiro desses ou de quaisquer outros registos (documentais ou gráficos) sobre a escavação e o espólio recolhido, restando apenas os dados fornecidos pelos Inventários disponíveis (MNA) (não raras vezes desfasados e contraditórios) e uma breve referência genérica ao rito funerário e à estruturação das sepulturas na obra *Religiões da Lusitânia* (VASCONCELLOS, 1913, III).

Assim, e em virtude da escassez de informação relativa à origem e identificação de uma significativa parte dos materiais constantes da Col. MNA 0156 (alguns dos quais supomos que não corresponderão a espólio da necrópole da Rouca, podendo eventualmente tratar-se de materiais residuais não directamente associados ao espaço funerário em estudo), assumiu-se a opção metodológica de tomar como objecto de estudo do presente trabalho apenas os materiais cuja identificação e contexto de achado se afigurassem os mais fiáveis possíveis, ou seja, os conjuntos de espólio provenientes por sepultura. O âmbito do nosso trabalho circunscreve-se portanto ao estudo da cerâmica (*sigillata*, paredes finas, lucernas e cerâmica comum) e vidros com contexto de achado devidamente conhecido, e às placas funerárias igualmente atribuídas a esta necrópole, ainda que sem indicação de contexto de sepultura. A nosso ver, trata-se do conjunto de espólio que reúne as melhores condições para permitir uma aproximação e caracterização da realidade arqueológica do espaço funerário da Rouca. Deste modo, procurou-se, a partir dos contextos datáveis das sepulturas da Rouca e através da identificação de paralelos entre o espólio de outras necrópoles romanas (em particular das necrópoles do Nordeste Alentejano), não só tornar inteligível a realidade arqueológica deste espaço funerário, mas também compreender o seu enquadramento no contexto da ocupação romana daquela parte oriental da província da Lusitânia. Chamamos particular

atenção para o estudo do conjunto de cerâmica comum que, tendo por base o estudo tipológico elaborado por J. Nolen (1985) sobre a cerâmica comum proveniente das necrópoles escavadas por A. Viana e A. Dias de Deus, pretendeu contribuir para um apuramento das cronologias propostas para os materiais alto-alentejanos e para o conhecimento das tradições oleiras locais/ regionais à época romana. A abordagem dos restantes materiais, designadamente os metais, ecofactos e material lítico, pretendeu essencialmente proporcionar uma visão de conjunto do espólio fornecido por esta necrópole, e cumprir um objectivo de sistematização e registo minucioso dos conjuntos funerários identificados, para efeitos de futuros estudos e gestão da colecção.

Tal como não poderia deixar de ser, a abordagem a que nos propusemos para o tratamento do tema da actual dissertação perspectivou-se eclética e abrangente. Considerou-se que, no decorrer da elaboração da nossa investigação, a atitude mais produtiva consistiria no aproveitamento e conciliação dos diferentes contributos que as várias correntes teóricas do pensamento arqueológico podem fornecer para a leitura e interpretação de dados. Procurámos ter em mente as palavras de J. Alarcão, ao afirmar que “ *as diferentes escolas são diferentes olhares sobre o mesmo objecto; necessitamos de todos os olhares para entendermos melhor a complexidade dos sistemas sócio-culturais, porque um vê o que a outro se oculta*” (2000, p. 212). Mais do que antitéticas, pensamos pois que as diferentes correntes se entrecruzam e complementam. Assim, por um lado, a análise das fontes materiais – espólio da necrópole romana da Rouca – implicou necessariamente o seu estudo formal e a definição de tipologias, revelando-se indispensável o contributo da perspectiva histórico-culturalista. Por outro lado, não pudemos descurar a dimensão simbólica dos itens, procurando inferir o quadro social e o universo de crenças e rituais que presidiu à utilização dos objectos e do espaço. Deste modo, a visão pós-processualista (designadamente as correntes contextualista e neo-marxista) está presente na percepção de uma intencionalidade latente no registo funerário, e na consciência da importância de uma aproximação às mentalidades e relações sociais para a compreensão do mesmo. Para além disso, o tratamento quantitativo dos dados disponíveis e o estudo do enquadramento geográfico do sítio arqueológico em questão remeteram-nos para uma abordagem processualista, e no caso do último aspecto referido, para uma dimensão bastante valorizada pela Nova Arqueologia – a relação do Homem com o meio. Estes são alguns exemplos de uma pretendida articulação entre as diferentes correntes teóricas do pensamento arqueológico, concorrendo para um objectivo comum – um conhecimento multidimensional e uma interpretação tão integradora quanto possível da evidência arqueológica em estudo.

## I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

É paradoxal que o estudo da Arqueologia da Morte nos remeta para o mundo dos vivos, suas atitudes e quadros mentais, apresentando-se assim como meio privilegiado para o conhecimento do Homem. De facto, e tal como afirma Pearson, “*as archaeologists, one of the main ways in which we interpret past societies is through recovering the material traces of those practices associated with the remains of the dead*” (2003, p. 3).

Durante a primeira metade do século XX, o estudo do registo arqueológico obedeceu a uma visão histórico-culturalista, centrada na classificação funcional e tipológica do artefacto e na definição de «culturas». Apesar de genericamente alheia à análise das dimensões social, política e ideológica, a Arqueologia histórico-culturalista parece não ter deixado de considerar o estudo das práticas funerárias e de lhes reconhecer uma natureza ambivalente – material e simbólica (VICENT GARCÍA, 1995, p. 17). Todavia, o reconhecimento desta dupla natureza não foi além da identificação do designado «ritual funerário» (conjunto de crenças ou práticas sociais subjacentes ao fenómeno funerário), encarado, à semelhança da cultura material, como instrumento para fornecer respostas a questões de ordem cronológica e etno-cultural, com vista à definição de «culturas arqueológicas». De uma maneira geral, pode dizer-se que os estudos histórico-culturalistas sobre práticas funerárias reflectiram uma atitude positivista, baseada na abordagem descritiva dos contextos e espólio fúnebres e num esforço de classificação tipológica.

Questionando a correspondência entre as culturas arqueológicas definidas pela Arqueologia tradicional e as populações do Passado, e reclamando uma disciplina mais científica e mais antropológica (JOHNSON, 1999, p. 20), nas décadas de 60 e 70 do século XX, impôs-se a chamada «Nova Arqueologia». Com esta inovadora corrente teórica, o estudo da Arqueologia da Morte adquiriu novo impulso e individualizou-se enquanto domínio teórico-metodológico. Apoiada na Etno-Arqueologia, a Nova Arqueologia encarou o registo funerário como “*o ponto de partida (...) para a reconstituição da organização social*” (ALARCÃO, 1996, p. 49). De acordo com a visão processualista, o registo funerário passou a ser encarado como um (sub)sistema multidimensional, que reflectia os princípios de organização da sociedade que o produzira (GOLDSTEIN, 1981, p. 57). Uma das vozes do discurso processualista - O’Shea - salienta “*the interdependence of a society’s funerary practices with the other aspects of the total cultural system*”, e afirma que “*no aspect of the funerary behaviour exists in isolation from the adaptative priorities and necessities of the society at large. It is through this relationship that mortuary patterning can be used to study social change within its very broadest context*” (1981, p. 52). Encerrando em si mesmo múltiplas variáveis, o registo funerário suscitou, entre os autores processualistas, a necessidade de abordagens multidimensionais. Tal necessidade traduziu-se num salto qualitativo no âmbito do estudo da Arqueologia da Morte, e da Arqueologia em geral, através do desenvolvimento de estudos de Arqueologia espacial, da modernização dos métodos de tratamento estatístico de dados e de análise do processo de formação do registo arqueológico, e da inovação no tratamento dos dados biológicos a partir do contributo fornecido

pela Antropologia Física e pela aplicação de novas técnicas científicas (entre as quais, a datação por radiocarbono).

Saxe (1970) e Binford (1971) foram pioneiros na teorização da *middle-range theory* que marcou indelevelmente a Arqueologia da Morte processualista. De acordo com Johnson, “*such middle-range assumptions guide us from observation of the static archaeological record (burials in excavated cemeteries, data on settlements derived from surveys) to general statements and theories about the past (...)*” (1999, p. 50). Foi neste sentido de procura de regularidades transculturais que ambos os autores procuraram demonstrar a existência de um certo isomorfismo entre as práticas funerárias e as relações sociais, encarando a variabilidade funerária como reflexo da complexidade da realidade social. De acordo com Saxe, a interpretação da variabilidade do registo funerário implicaria considerar três noções básicas – identidade social, relação de identidade, e “*persona social*” (LULL & PICAZO, 1989, p. 9-10). De facto, a investigação desenvolvida pelos dois autores assentou no conceito-chave de “*persona social*”, isto é, o conjunto de identidades sociais desempenhadas pelo indivíduo ao longo da vida e potencialmente reconhecidas como significativas após a sua morte (entre estas, o sexo, a idade, posição social, filiação social, e condições e lugar da morte) (CHAPMAN ET AL., 1981, p. 7). Segundo Binford, a variedade de práticas funerárias traduziria as diferentes formas de expressão ritual e simbólica que assumia o reconhecimento social do defunto por parte da comunidade em que este se encontrava inserido. A investigação desenvolvida por este autor levou à formulação de dois pressupostos fundamentais: por um lado, a existência de uma correlação directa entre riqueza/complexidade do contexto e das práticas funerárias e o estatuto social do indivíduo; por outro, a ideia de que a uma maior complexidade da estrutura social corresponderia uma maior complexidade das práticas funerárias. Ao longo das décadas de 70 e 80, autores como Brown, Tainter, Goldstein, Chapman, O’Shea, ou Lull & Picazo, entre outros, produziram inúmeros estudos processualistas sobre necrópoles. De entre os vários trabalhos podemos destacar a análise de L. Goldstein (1976) sobre uma das hipóteses de trabalho apresentadas por Saxe (segundo a qual existiria uma relação funcional entre a manutenção, por parte de uma comunidade, de um espaço permanente e formalmente destinado a enterramentos e a necessidade dessa mesma comunidade de garantir e legitimar o controlo sobre recursos económicos escassos); ou os trabalhos de Tainter (1973, 1975, 1977, 1978) e Lull & Picazo (1989), apologistas da concepção do processo funerário como dispêndio de energia ou “depósito de trabalho social” (VICENT GARCÍA, 1995, p. 21). Transversal a todos estes autores terá sido a percepção de que, citando Chapman & Randsborg, “*mortuary practices are no longer to be used as indications of cultural diffusion or “fashions”, but rather they should be analysed within the context of variations in society and social complexity*” (1981, p. 7).

A partir de meados dos anos 80 do século XX, vozes discordantes começaram a insurgir-se contra a Nova Arqueologia, criticando-lhe a pretensão nomotética, a concepção funcionalista, e o postulado da racionalidade económica do comportamento (ALARCÃO, 1996, p. 11), então encarados como entraves a uma visão abrangente da evidência arqueológica. Apelidada de Pós-Processualista, a nova corrente teórica assumiu-se sobretudo como integradora de um vasto conjunto de pontos de vista e influências (como o Neo-marxismo, pós-estruturalismo, desconstrucionismo, hermenêutica, ou arqueologia

simbólica), facto que terá levado alguns autores a preferirem a expressão “*interpretative archaeologies*” (JOHNSON, 1999, p. 101). Para os pós-processualistas, e nomeadamente para os seguidores da perspectiva contextualista de Ian Hodder, o estudo e interpretação da cultura material pressupunha necessariamente o estudo do quadro mental e social em que fora produzida. Na opinião do referido autor, “*material culture does not just exist. It is made by someone. It is produced to do something. Therefore it does not passively reflect society – rather, it creates society through the actions of individuals*” (HODDER, 1991<sup>2</sup>, p. 6). O estudo das mentalidades, da dimensão do simbólico, e a consciência da importância do contexto para a leitura da realidade arqueológica foram alguns dos contributos mais significativos da Arqueologia Contextualista. Neste sentido, e no que respeita à abordagem da Arqueologia da Morte, o Pós-Processualismo chamou a atenção para o facto da evidência arqueológica das práticas e ritos funerários se tratar de uma realidade activa e variável, manipulada pelas percepções, ideias e crenças de uma comunidade. De acordo com Pearson, “*in funerary practices, as in all aspects of lived experience, thought and action form an inextricable duality which must be understood in terms of people’s beliefs and agency (...)*” (2002, p. 33). Reconheceu-se neste tipo de registo arqueológico algo para além do mero reflexo de “*mecanismos tecno-económicos da reprodução social*” (VICENT GARCÍA, 1995, p. 29), privilegiando-se assim a componente intencional das práticas funerárias. Como nos diz Hodder, “*here we begin to see that it is ideas, beliefs and meanings which interpose themselves between people and things. How burial reflects society clearly depends on attitudes to death*” (1991<sup>2</sup>, p. 3).

Outro dos contributos teóricos da escola Pós-Processualista no âmbito da Arqueologia da Morte prendeu-se com a valorização das relações espaciais como forma fundamental de diferenciação simbólica (influência estruturalista), e consequente reafirmação da importância do estudo da organização do espaço em contextos funerários, através de trabalhos produzidos por autores como Pader (1982), ou Shanks & Tilley (1982). A estes dois últimos investigadores se deve igualmente a introdução do conceito «ideologia» (herdado da Arqueologia Marxista) no estudo do registo funerário. Segundo Shanks e Tilley, e com base no estudo comparativo do fenómeno funerário megalítico no Sul de Inglaterra e Suécia, o referente das práticas funerárias não seria a própria ordem social, mas sim a representação da mesma no imaginário da comunidade (VICENT GARCÍA, 1995, p. 27-28). Outros autores, como Giddens (1984), Vernant (1982) e Schnapp (1982), procuraram investigar e realçar a natureza ideológica do comportamento funerário, relacionando-a em maior ou menor grau com a expressão e reprodução das relações sociais de produção.

Nos últimos anos, de acordo com R. Garcia Huerta & M. Cerdeño (2001, p. 178), tem-se assistido a um desenvolvimento de novas perspectivas e possibilidades do estudo da Arqueologia da Morte, à medida que se consolida o reconhecimento das potencialidades da análise do registo funerário como fonte de informação sobre as variadas dimensões da sociedade que o produziu.

Indissociavelmente ligado à evolução do próprio pensamento arqueológico, é inegável que o estudo da Arqueologia da Morte se revelou terreno profícuo para inúmeras propostas teórico-metodológicas - desde a visão «binfordiana» do mundo da morte como reflexo da organização social, à preocupação contextualista em desvendar os princípios simbólicos subjacentes ao registo funerário, passando pelas

concepções cépticas defendidas por autores como Ucko, Pigott ou Leach. A abordagem a que nos propusemos para o tratamento do tema da actual dissertação perspectivou-se eclética e abrangente. Considerou-se que, no decorrer da elaboração da nossa investigação, a atitude mais produtiva consistiria no aproveitamento e conciliação dos diferentes contributos que as várias correntes teóricas do pensamento arqueológico podem fornecer para a leitura e interpretação dos dados. Procurámos ter em mente as palavras de J. Alarcão, ao afirmar que “ *as diferentes escolas são diferentes olhares sobre o mesmo objecto; necessitamos de todos os olhares para entendermos melhor a complexidade dos sistemas sócio-culturais, porque um vê o que a outro se oculta*” (2000, p. 212). Mais do que antitéticas, pensamos pois que as diferentes correntes se inter cruzam e complementam. Assim, por um lado, a análise das fontes materiais – espólio da necrópole romana da Rouca – implicou necessariamente o seu estudo formal e a definição de tipologias, revelando-se indispensável o contributo da perspectiva histórico-culturalista. Por outro lado, não pudemos descurar a dimensão simbólica dos itens, procurando inferir o quadro social e o universo de crenças e rituais que presidiu à utilização dos objectos e do espaço. Deste modo, a visão pós-processualista (designadamente as correntes contextualista e neo-marxista) está presente na percepção de uma intencionalidade latente no registo funerário, e na consciência da importância de uma aproximação às mentalidades e relações sociais para a compreensão do mesmo. Para além disso, o tratamento quantitativo dos dados disponíveis e o estudo do enquadramento geográfico do sítio arqueológico em questão remeteram-nos para uma abordagem processualista, e no caso do último aspecto referido, para uma dimensão bastante valorizada pela Nova Arqueologia – a relação do Homem com o meio. Estes são alguns exemplos de uma pretendida articulação entre as diferentes correntes teóricas do pensamento arqueológico, concorrendo para um objectivo comum – um conhecimento multidimensional e uma interpretação integradora da evidência arqueológica em estudo. Afinal, e tal como refere Johnson, “ *one of the few areas of common ground for most archaeological theorists is that we all want to talk about the past, and we all use archaeological material in the present to do so*” (1999, p. 14).

## II. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

### II. 1. LOCALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA

O sítio arqueológico da necrópole romana da Rouca situa-se em pleno concelho do Alandroal (distrito de Évora), na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a Este da povoação sede de concelho. Integrando o designado «Alentejo Central», que, na perspectiva de M. Calado, deve ser entendido como a região que “coincide, grosso modo, com o território do distrito de Évora e a parte sul do distrito de Portalegre” (CALADO, 2001, p.17), o território do actual concelho do Alandroal faz fronteira, a Norte, como o concelho de Elvas; a Noroeste, com o de Vila Viçosa; a Oeste e Sudoeste, com o do Redondo; e a Sul, com o de Reguengos de Monsaraz. Os seus limites a Leste coincidem com o curso do rio Guadiana (CALADO, 1993, p. 9).

De acordo com a localização apresentada na *Carta Arqueológica do Alandroal* (CALADO, 1993, 36), este sítio arqueológico é definido pelas seguintes coordenadas UTM: Lat. 38° 42' 20,86" e Long. 7° 21' 44,32" W, da Carta Militar de Portugal 1: 25 000, Folha 441 – Juromenha (Alandroal). Em visita ao local referenciado, e na companhia do Dr. Manuel Calado, surgiram algumas dúvidas quanto à efectiva correspondência entre o sítio da necrópole da Rouca e a localização que lhe é atribuída na *Carta Arqueológica do Alandroal*. A recolha de materiais de superfície revelou-se infrutífera e não conclusiva quanto à identificação do sítio arqueológico da Rouca e quanto a uma efectiva ocupação romana do local. Não obstante a referida ausência de achados de superfície, a localização atribuída ao sítio arqueológico da Rouca na *Carta Arqueológica do Alandroal* afigura-se-nos verosímil, considerando que o sítio assinalado parece enquadrar-se no perfil das características das necrópoles rurais romanas (FRADE & CAETANO, 2004, p. 333).

### II. 2. CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO E RECURSOS NATURAIS

O sítio arqueológico da Rouca insere-se numa paisagem de povoamento rural disperso, ocupando uma colina de pequeno declive, com terrenos de natureza xistosa e fraca aptidão agrícola.

Na verdade, o território do actual concelho do Alandroal, bem como a quase totalidade da área do «Alentejo Central», integram a realidade geomorfológica do Maciço Antigo Ibérico, e em particular a zona paleogeográfica e tectónica de Ossa-Morena. De um modo geral, trata-se de uma área onde predominam os xistos, com a presença de algumas manchas de granito (as manchas de granitos de Avis, Fronteira e Monforte-Elvas prolongam-se pelo Nordeste Alentejano – Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa; por sua vez, a extremidade sudoeste do concelho do Alandroal e da freguesia de Santiago Maior integra uma mancha de granitos que lhe proporciona um relevo suave e solos com boa aptidão agrícola), calcário do Maciço Antigo, e bacias sedimentares terciárias (RIBEIRO & LAUTENSACH, 1987, p. 274). De um modo geral, e no que se refere ao contexto geomorfológico do sítio arqueológico da Rouca, estamos perante

uma realidade pedológica marcada maioritariamente por solos pobres, sem aptidão agrícola (classes D e E), caracterizados como solos esqueléticos, de xistos e grauvaques, e associados a um relevo relativamente acidentado. Há que salientar no entanto, que o território em questão é pontuado por manchas de solos férteis (classes B e C), que configuram uma paisagem de relevo mais moderado, e que se encontram relacionados com fenómenos geológicos, nomeadamente a falha da Messejana e o Maciço Calcário de Estremoz. A fractura geológica designada «falha da Messejana» atravessa, no sentido SW-NE, todo o Alentejo, percorrendo assim longitudinalmente a área do concelho do Alandroal. Preenchida com depósitos detríticos paleogénicos, está na origem de manchas de solos agricultáveis, como se regista nas zonas de Terena, Rosário, e arredores de Juromenha (concelho do Alandroal). Neste sentido registre-se que o povoamento rural actual do concelho do Alandroal se encontra distribuído ao longo da Falha da Messejana, aspecto sintomático da preferência por solos férteis e abundantes recursos hídricos. Por sua vez, o Maciço Calcário de Estremoz tem o seu limite meridional junto à vila do Alandroal e, apesar da diversidade de características desta realidade geológica, a abundância de rochas carbonatadas (calcários cristalinos e dolomitos) associada a consideráveis recursos hídricos subterrâneos, traduz-se igualmente em manchas de solos férteis (solos mediterrâneos vermelhos, com uma importante componente de “terra rossa”) (CALADO, 2001, 17, p. 24-25).

De um modo geral, esta região caracteriza-se por uma “paisagem aplanada” (FABIÃO, 1998, p. 37), com altitudes inferiores a 400 metros, na qual se destaca a Serra de Ossa como acidente orográfico estruturante. Com uma altura máxima de 653 metros e 26 metros de comprimento, a referida serra descreve a forma de um triângulo alongado que atravessa, no sentido W/NW – E/SE, a peneplanície do Alto Alentejo e Alentejo Central, e o «Maciço de Évora». Geomorfologicamente caracterizada pelo predomínio de rochas metamórficas do complexo xisto-grauváquico, e marcada pela escassez de recursos aquíferos subterrâneos, a Serra de Ossa define uma área de solos com fraca aptidão agrícola. Para além disso, este antigo *horst* revela-se um factor condicionante do clima desta região, na medida em que funciona como barreira natural aos ventos húmidos de Noroeste originando assim, por um lado, chuvas orográficas a Oeste da serra, e por outro, a diminuição dos índices de pluviosidade a Este (ou seja, na zona do actual concelho do Alandroal).

Do ponto de vista climático, a região do «Alentejo Central» apresenta uma natureza fundamentalmente mediterrânica, com algumas influências continentais, marcada por longos Verões muito quentes e secos, e Invernos tendencialmente suaves e curtos. No sentido W-E, à medida que nos aproximamos do Guadiana (e por conseguinte se intensificam as influências climáticas continentais dos planaltos da Meseta Sul), regista-se uma progressiva diminuição da pluviosidade, em paralelo com um aumento dos valores de insolação, radiação solar e amplitudes térmicas (CALADO, 2001, p. 18). Nas palavras de Orlando Ribeiro, “no vale do Guadiana, que é durante o Estio uma fornalha que nenhum vento refresca, as plantas crestam-se com o ar ardente e seco” (1987, p. 107).

De facto, o Rio Guadiana assume-se como marco incontornável na paisagem do Alentejo Central e Meridional. No território do concelho do Alandroal, o antigo *Anas* e seus afluentes terão certamente desempenhado um papel fundamental enquanto importantes vias naturais de trânsito e pólos



aglutinadores de população (recorde-se por exemplo, as antas de Galvões e Pão Mole, o povoado proto-histórico do Castelinho, ou a *villa* romana de Horta das Águas Frias). Nos vales das principais linhas de água que percorrem o concelho, designadamente o Guadiana e a Ribeira de Lucefece, tende a registar-se uma concentração de aluviossilos, com aptidão agrícola (classes B e C). Ao longo da bacia do Lucefece, os solos com capacidade agrícola, associados aos já referidos depósitos paleogénicos e à faixa Devónica [os depósitos paleogénicos traduzem-se em afloramentos de areias argilosas, cascalheiras e calcários concrecionados; enquanto nas formações devónicas predominam os xistos argilosos finos e os grauvaques (PERDIGÃO, 1976, p. 8-9)], dão forma a paisagens de relevos suaves e vales largos, alternando com solos pobres, de xistos Silúricos, que se revelam numa paisagem árida, de vales profundos e encaixados. Na zona Este do concelho, a bacia da Ribeira da Asseca é igualmente caracterizada por terrenos, na sua maioria, de fraco potencial agrícola, interrompidos por algumas manchas de solos agricultáveis (terraços paleogénicos na foz da Ribeira de Asseca e Juromenha, e terraços quaternários junto ao Guadiana). A mesma situação se verifica ao longo dos pequenos cursos de água, de que são exemplo a Ribeira de Pardais ou o Ribeiro do Alcalate (ambos nas proximidades da Rouca).

A natureza deficitária dos solos desta região poderá ter sido compensada pela importância de outros recursos naturais, entre os quais, a riqueza cinegética, a abundância de minérios e a exploração de pedreiras. Todavia, tendo em conta uma realidade pedológica que, à luz dos dados actuais, se revela genericamente pobre, não podemos deixar de ponderar duas questões fundamentais: em primeiro lugar, atentamos para o facto de a escassa produtividade dos solos não ser impeditivo para a fixação de populações que se “*dedicassem teimosamente a uma agricultura cerealífera*” (FABIÃO, 1998, p. 25); em segundo lugar, e procurando evitar o risco de anacronismo, ponderamos em que medida o potencial agrícola actual encontraria correspondência na realidade dos paleossolos, ou pelo contrário é produto da utilização milenar dos mesmos.

De um modo geral, os solos com fraca aptidão agrícola são susceptíveis de utilização para pastagens, exploração de matos ou exploração florestal. Segundo Orlando Ribeiro, “*no Alentejo português, (...), data do último século a apropriação de grandes tractos de terreno, até aí abandonados ao matagal bravo (charneca, erial) e conquistados hoje para a cultura regular de cereais. Faz-se esta em campos geralmente arborizados de sobreiros a que se explora a casca (cortiça) e azinheiras, com cuja bolota se engordam grandes varas de porcos criados em regime pastoril. Estas árvores disseminadas, não raro distantes e sem nunca formarem verdadeiros bosques, são o resto de um matagal complexo de estevas, medronheiros e lentiscos em que viviam afogadas (...)*” (1987, p. 51). A cobertura vegetal da região analisada assume características de feição submediterrânea e ibero mediterrânea. Nas zonas de cotas inferiores destacam-se como espécies vegetais dominantes o zambujeiro e o sobreiro. Para além destas, nas áreas de cotas mais elevadas, também os pinheiros e o carvalho pontuam a paisagem (CALADO, 2001, p. 18-19). Tendo em conta que, na actualidade, os terrenos de natureza xisto-grauváquica desta região se encontram ocupados por “*matagais de esteva*” (CALADO, 2001, p. 24), suportando como únicas actividades económicas a criação de gado e a caça, não podemos deixar de considerar a

potencial importância que os recursos cinegéticos assumiram na economia local ao longo das diferentes épocas.

O território em estudo destaca-se ainda pela riqueza mineira, factor económico marcante na história da ocupação da região. Abundam os minerais cupríferos, as mineralizações de Ferro, Manganês, e Pirite. A presença de minério de cobre encontra-se geralmente associada a faixas lidíticas, como as que ocorrem no sopé do Maciço Calcário de Estremoz, ou na área da Mina do Bugalho (exploração dos afloramentos de cobre nativo com aparente origem pré-histórica). No que se refere ao território do concelho do Alandroal em particular, e de acordo com os dados fornecidos pelos Livros de Registos de Minas (1856-1976) da respectiva Câmara Municipal, as freguesias com maior número de minas registadas são as de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, e Santo António de Capelins, com maior incidência na exploração de Cobre e Ferro (CALADO, 1993, p. 162).

Tal como nos diz J. Alarcão, *“as pedreiras de mármore da região abasteceram todo o sul de Portugal e uma boa parte da Espanha romana limítrofe, designadamente a capital da Lusitânia; a norte do Tejo são ainda frequentes as esculturas e os elementos arquitectónicos lavrados em mármore desta área”* (1988, II, fasc. 3, p. 144). Na verdade, a presença de faixas de mármore calcíticos (brancos, cinzentos, e róseos) constitui uma das principais riquezas do Alentejo Central e Setentrional. Com provável aproveitamento em larga escala somente a partir do período romano, os mármore de áreas como Vila Viçosa, Borba e Estremoz foram intensivamente explorados e largamente utilizados no Sul e Centro do território actualmente português. Neste âmbito não será despidendo recordar a riqueza numérica em termos de elementos escultóricos e inscrições votivas registada no contexto do santuário dedicado a *Endovellicus*, em São Miguel da Mota (Terena, Alandroal).

Em suma, conscientes de que *“o estudo concreto dos grupos humanos não pode desligar-se do pedaço de terra em que vivem”* (RIBEIRO, 1987, p. 36), revela-se fundamental conhecer a realidade geomorfológica do território em que se insere o sítio arqueológico da Rouca, bem como os respectivos recursos naturais disponíveis, com o intuito de tentar compreender em que medida tais condicionantes poderão ter funcionado como potenciais atractivos para a fixação das comunidades humanas ao longo dos tempos, e em especial durante a época romana.

### III. CONTEXTO HISTÓRICO

#### III. 1. O CULTO FUNERÁRIO NA ÉPOCA ROMANA: RITOS E MITOS

A crença fundamental subjacente ao culto funerário na época romana é a de que existe vida para além da morte. De acordo com Toynbee, “*with the Romans, as with the Etruscans, the survival of the soul after death was an ancient, deep-seated belief*” (1996<sup>2</sup>, p. 34). Contudo, esta crença generalizada numa existência *post-mortem* admitia diferentes concepções e não seria partilhada por todos, sendo inúmeros os testemunhos de uma atitude céptica face à ideia de imortalidade da alma. A diversidade de concepções que a Antiguidade Clássica conheceu relativamente ao destino da alma é bem evidente nas palavras de Cícero (*apud* PRIEUR, 1986, p. 103): “*Il y a des gens qui estiment que la mort, c’est la séparation de l’âme d’avec le corps; il s’en trouve pour soutenir qu’il ne se produit point du tout de séparation, mais que l’âme et le corps périssent ensemble et que l’âme s’éteint dans le corps. Parmi les partisans de la séparation de l’âme, les uns veulent qu’elle se dissipe aussitôt, d’autres qu’elle subsiste longtemps, d’autres qu’elle subsiste toujours*” (*Tusculanes*, I, 9, 18). Segundo Mattoso, “*para os Romanos não havia uma doutrina clara e coerente acerca da sobrevivência da alma depois da morte*” (1996, p. 56). De acordo com este autor, a morte poderia ser concebida de duas formas: como a penosa viagem da alma por mundos inhóspitos até alcançar o seu destino eterno (influência da filosofia pitagórica), ou como um sono (*somnus*), o repouso merecido após as fadigas da vida (MATTOSO, 1996, p. 67). Epitáfios como “*non fui, fui, memini, non sum, non curo*” (CIL, XIII, 530), ou “*summus mortales, immortales non sumus*” (CIL, XI, 856), traduzem uma atitude céptica, muitas vezes resultado da influência de correntes filosóficas gregas, nomeadamente o epicurismo e estoicismo. Uma epígrafe funerária (ILER 3839), datada do século II d.C., revela indubitavelmente a concepção epicurista na sua advertência final ao viandante: “*Tu, que estás a ler aí em frente, come, bebe, / diverte-te, avança!*” (RAMÍREZ SÁBADA, 2002, p. 304).

Apesar da variedade de opiniões, podemos afirmar que, durante os finais da República e o período imperial, prevaleceu a crença na sobrevivência da alma após a morte, concebendo-se uma existência além-túmulo tanto mais favorável quanto maior a virtuosidade e bons princípios aplicados em vida pelo indivíduo.

É à luz desta crença que devemos pois considerar os principais ritos funerários praticados durante a Antiguidade – inumação e incineração. De acordo com Cícero e Plínio, o mais antigo ritual funerário praticado em Roma terá sido a inumação (TOYNBEE, 1996<sup>2</sup>, p. 39). Não obstante, dados arqueológicos parecem demonstrar que ambos os rituais foram praticados entre os séculos VIII a. C. e V a.C., momento a partir do qual a cremação se terá tornado na opção preferencial (*romanus mos*, segundo Tácito). A partir de finais do século II d.C., e no decorrer do século III, a crescente difusão de novas ideias e práticas religiosas (designadamente cultos orientais) favoreceu a gradual substituição da cremação pela inumação enquanto rito funerário dominante. As religiões orientais, e em particular o Cristianismo, exaltaram a crença na ressurreição da alma, segundo a qual, no dia do «Juízo Final», corpo e espírito se

reencontrariam para, juntos, usufruírem da vida eterna. Assim sendo, a cremação apresentava-se como negação do dogma, e a preservação do corpo era condição *sine qua non* para o reencontro com a respectiva alma. Apesar de proibida pelo imperador Graciano na segunda metade do século IV, a prática da cremação perdurou no mundo ocidental durante a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, facto que parece atestado pela renovada proibição deste rito funerário por Carlos Magno em 785 (FRADE & CAETANO, 1991, p. 53). Em suma, e de um modo geral, a época romana foi marcada pela coexistência dos dois ritos funerários – inumação e incineração – sendo que a preferência por um em determinado momento não excluía a prática do outro.

Duas ideias centrais nortearam as práticas funerárias romanas: por um lado, a ideia de que a morte era potencialmente poluidora (*res funesta*), e conseqüentemente exigia rituais piaculares e propiciatórios por parte dos entes queridos do defunto; por outro, a crença de que o não sepultamento do corpo acarretaria repercussões negativas para o destino da alma do defunto. Como refere Quinteira, “*todo o cadáver tinha necessidade de um sepultamento pois, caso contrário, a sua alma erraria sem descanso no mundo, podendo atormentar a vida dos vivos*” (s.d., p. 4). A importância do sepultamento como garante do descanso eterno da alma levou à formação dos chamados *collegia funeraticia*, associações (muitas vezes ligadas ao culto de determinada divindade) geralmente compostas por elementos dos sectores mais desfavorecidos da sociedade ou indivíduos com interesses económicos em comum e que, mediante o pagamento de uma quota periódica (*stips menstrua*), asseguravam a realização das cerimónias fúnebres dos seus membros. De facto, um dos aspectos que caracteriza a concepção romana do fenómeno da morte prende-se com a presumível existência de uma relação de reciprocidade entre o «mundo dos mortos» e o «mundo dos vivos», na medida em que “*quelle qu’ait pu être sa mort, le défunt ne perd pas tout contact avec le monde des vivants et les relations sont réciproques. Les morts peuvent intervenir à la demande des vivants*” (PRIEUR, 1986, p. 14). Os Romanos acreditavam que as almas dos mortos podiam ser benévolas e favoráveis aos vivos, transformando-se nos designados deuses *Manes*; ou que, pelo contrário, podiam assumir a forma de entidades vingativas e perigosas enquanto *Lemures* e *Larvae*; estabelecendo-se assim entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos uma relação de troca e solidariedade. Neste sentido, o culto funerário durante a Antiguidade romana assumiu uma dupla função: em primeiro lugar, garantir a perenidade da memória do defunto entre os seus familiares e amigos; e em segundo lugar, através de todo um conjunto de rituais e actos de homenagem, proporcionar à alma do defunto uma imortalidade tranquila e benfazeja. Assim se explica entre os Romanos a importância do *Funus* – complexo conjunto de rituais fúnebres executados a partir do momento da morte do indivíduo até às últimas cerimónias após o seu enterramento. De uma forma simplista, e ainda que as diferentes categorias sociais dos indivíduos determinassem diferentes tipos de cerimónias fúnebres, podemos dividir o *Funus* em três fases primordiais (BOIÇA & LOPES, 1999, p. 69) (no presente trabalho optámos por considerar o *funus translaticum* como modelo representativo do conjunto de *exsequiae* tradicionalmente executado em época romana).

Durante uma primeira fase, procediam-se aos rituais necessários à libertação da alma do defunto do mundo dos vivos: o último beijo; *oculos premere*; *conclamatio*; lavagem do corpo e *unctura*; deposição do

óbolo para Caronte, e exposição do corpo no designado *lectus funebris*, geralmente no átrio da casa, durante três a sete dias. Seguir-se-ia a procissão fúnebre com o transporte do corpo até ao local de sepultamento – *sepulcrum*. Durante a República, a procissão fúnebre realizava-se tradicionalmente à noite, prática abandonada no decorrer do período imperial, mas tendo-se mantido excepcionalmente para os funerais de crianças e indigentes. No que diz respeito aos indivíduos ilustres e de condição económica elevada, a organização das cerimónias fúnebres era normalmente entregue a profissionais – *libitinarii* e *pollinctores*, e a procissão fúnebre podia revestir-se de um grandioso cerimonial que incluía o transporte de *imagines*, e a exposição do corpo no fórum acompanhada de um panegirico da vida do defunto.

De um modo geral, na sequência de precauções sanitárias e da concepção de uma necessária separação espacial entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos (de forma a evitar possíveis interferências perturbadoras), as necrópoles situavam-se fora do perímetro urbano e, por razões de acessibilidade, ao longo das vias. De acordo com a regulamentação da Lei das Doze Tábuas, e até finais do período imperial, os enterramentos apenas poderiam ter lugar para além dos limites do *pomerium* das cidades. Citando Figueiredo, “*the necropolis was thus a sacred place protected by law. Necropolies were also places charged with ritual symbolism. They formed an intermediate boundary between the world of the living and that of the dead, where the last rituals of separation between the two worlds were performed*” (2001, p. 93).

Uma vez chegado ao local de sepultamento, era cumprido o ritual de atirar um pouco de terra sobre o corpo do defunto – *humatio*. Note-se que, mesmo durante o período em que se registou o uso predominante do rito da cremação, o direito pontifical romano parece ter consagrado a importância e superioridade da prática da inumação, facto que explica a sobrevivência de rituais como *os resectum*, ou *glebam in os inicere* (BOIÇA & LOPES, 1999, p. 73). Após a *humatio* proceder-se-ia então à prática de um dos ritos funerários – inumação ou cremação. De acordo com Frade & Caetano (2004, p. 145), a escolha entre enterrar o corpo, conservando-o, ou incinerá-lo, sacrificando-o aos deuses, basear-se-ia *a priori* em concepções culturais e religiosas diferentes, exteriorizadas num conjunto de práticas inevitavelmente distintas. À prática da inumação presidia a crença de que o indivíduo devia regressar às suas origens, isto é, ao seio da Terra-mãe. Por seu turno, a cremação assentava no pressuposto do poder purificador do fogo que, libertando a alma do seu invólucro corpóreo e impuro, possibilitava assim a sua ascensão ao plano divino a que pertencia. A inumação poderia ser feita, grosso modo, em fossa simples, amiúde coberta por uma estrutura de duas águas formada por *tegulae* e *imbrices*, ou definida por lajes de pedra ou tijolos. No caso de indivíduos de condição socioeconómica privilegiada, e sobretudo a partir de Adriano, divulgou-se o uso de sarcófagos. No que respeita à prática da cremação, esta implicava a colocação do corpo do defunto e eventuais oferendas sobre uma pira de madeira (*rogus*). Após a *ultima conclamatio*, familiares e amigos ateavam o fogo à pira e, uma vez concluída a incineração (a cargo dos *ustores*), as cinzas eram aspergidas com vinho ou água, tal como documenta o texto de uma epígrafe funerária:

*“Sprinkle my ashes with pure wine and fragrant oil of spikenard:  
Bring balsam, too, stranger, with crimson roses.*

*Tearless my urn enjoys unending spring.*

*I have not died, but changed my state.”*

(*Ausonius: Epit. XXXI, apud TOYNBEE, 1996<sup>2</sup>, p. 63*).

Em função do tratamento dado aos restos incinerados, podiam distinguir-se dois tipos de cremação: cremação com deposição primária ou *in situ*, correspondente ao denominado *bustum* (fosso sobre o qual era colocada a pira funerária; à medida que a incineração ocorria, os restos calcinados eram directamente depositados no fosso aberto); e cremação com deposição secundária. Neste último caso, a incineração do corpo tinha lugar no chamado *ustrinum* – estrutura destinada à cremação dos cadáveres, localizada dentro ou fora do espaço da necrópole. Os restos incinerados seriam posteriormente recolhidos e colocados em urnas cinerárias (de tipologia variada – recipientes cerâmicos, urnas de vidro, pedra ou metal), para em seguida serem depositados consoante um dos diversos tipos de sepulturas habituais. A propósito dos dois tipos de cremações referidos, Pereira Sieso explica: “*en el caso de los quemadores con deposición primaria los restos pueden presentar desde la ausencia total de manipulación apareciendo mezclados con los carbones y cenizas, a su traslado a un recipiente cerámico que se deposita en el propio quemadero, pasando por la acumulación de los restos óseos en un extremo del quemadero. En los quemaderos de deposición secundaria, lo característico del ritual es la recogida y traslado de los restos cremados a la tumba, donde pueden depositarse siguiendo distintas modalidades*” (2001, p. 28).

A segunda fase do *funus*, após o funeral do indivíduo, correspondia a um período de ritos expiatórios praticados pelos familiares do defunto. Regressados a casa, procediam a um ritual purificativo por meio do fogo e da água – *suffitio* – e, no mesmo dia, iniciava-se um conjunto de cerimónias de limpeza na residência do defunto (*feriae denicales*), e era realizado o banquete fúnebre – *silicernium*. Este acto de homenagem ao defunto poderia incluir a oferta de alimentos e a realização de libações e/ou sacrifícios de animais, bem como a deposição de espólio junto da sepultura. Após nove dias de profundo luto era celebrada uma nova refeição junto à sepultura (*cena novendialis*) e feitas novas libações e sacrifícios em honra dos *Manes*.

À terceira e última fase do *Funus* presidia a intenção de “*ajudar os defuntos a encontrar o caminho para o mundo do Além*” (BOIÇA & LOPES, 1999, p. 70), mediante a realização de todo um conjunto de rituais mágicos e apotropaicos que visavam pacificar os espíritos e garantir a sua bem-aventurança além-túmulo. Assim, não obstante as cerimónias acima citadas, o calendário anual romano apresentava inúmeras ocasiões reservadas ao culto funerário. Entre estas destacamos: a comemoração do aniversário do defunto (*dies natalis*), as *Parentalia* (decorridas entre 13 e 21 de Fevereiro, correspondiam à comemoração anual da morte do indivíduo, através da deposição de oferendas pelos seus familiares junto à sepultura), e as *Lemuria* (ocupando os dias 9, 11 e 13 de Maio, consistiam num conjunto de ritos de purificação nocturnos e celebrações privadas destinadas a proteger a família e o seio doméstico da potencial influência nefasta de *Lemures* e *Larvae*). Todo este conjunto de rituais visava aplacar os poderes misteriosos do espírito do defunto e despertar a sua benevolência e protecção, mas

simultaneamente reiterar a necessidade de separação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos criando uma fronteira tão intransponível quanto possível (MATTOSE, 1997, p. 7 e 11).

Na Hispânia pré-romana o rito mais vulgarmente praticado terá sido a incineração. Na perspectiva de Leite de Vasconcellos, “o uso de incinerar os cadáveres, que (...) estava em voga na Lusitânia no tempo da República persistiu no do Império por largo espaço. (...) De maneira que o rito da incineração, trazido pelos Romanos com a conquista, veio sobrepor-se a um rito que já cá existia” (1913, p. 369). À época da conquista romana, o espaço peninsular apresentava-se como palco de um conjunto de povos de origens diversas e com diferentes realidades político-administrativas e socioeconómicas. De acordo com Figueiredo, “the South and the Southeast had been exposed to Rome for a long period of time, and before that to Greek, Phoenician and Carthaginian influence. (...) Communities of northern regions had been influenced by cultures of Continental Europe” (2001, p. 92). Apesar do ainda escasso conhecimento sobre as concepções e ritos funerários das populações pré-romanas estabelecidas na Península Ibérica, podemos falar da prática da incineração, com deposição primária ou secundária. No que diz respeito ao território actualmente português, a I Idade do Ferro parece ter sido marcada por uma substituição da inumação, rito tradicionalmente praticado durante a Idade do Bronze, pela incineração, com deposição primária ou secundária em urna. Datam deste período a mais antiga fase de utilização da necrópole de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), com a cremação *in situ* em fossas, e as necrópoles da Chada e Fonte Santa (Ourique), onde a prática da incineração está associada a monumentos, de planta circular ou rectangular, construídos em pedra (ARRUDA, 2004, p. 166).

Alguns autores tendem a atribuir diferentes origens à prática dos diferentes ritos funerários, considerando que “na antiguidade, os povos de origem mediterrânea privilegiam o ritual de inumação, enquanto os indo-europeus, invasores do norte, (...), são quase sempre incinerantes” (BOIÇA & LOPES, 1999, p. 65). Se, por um lado, testemunhos da prática da inumação no Sul e Sudeste peninsular (áreas expostas às influências grega e fenícia) parecem comprovar este postulado e levam-nos a reiterar a ideia de que “inhumation had, (...), been a long established tradition in the south of the Peninsula before the arrival of Roman practices” (FIGUEIREDO, 2001, p. 97); por outro, o registo da prática da incineração com deposição secundária em urna em contextos de marcada influência oriental (como por exemplo, as necrópoles tartéssicas do Baixo Guadalquivir), parece sugerir, à luz dos conhecimentos disponíveis, algumas reservas quanto à tendência para vincular “significados étnicos” (FABIÃO, 1998, p. 338) aos diferentes tipos de ritos funerários praticados na Hispânia pré-romana. Durante a II Idade do Ferro, a área meridional do território actualmente português conheceu uma continuidade cultural de influência e características orientalizantes, paralelamente às transformações culturais decorrentes do denominado horizonte “«indo-europeu de segunda vaga»” (FABIÃO, 2004, p. 211). Esta influência continental encontra-se representada na segunda fase de utilização da necrópole de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), com a prática da cremação com deposição em urna e com espólio de características continentais. As necrópoles de Herdade da Chaminé e Torre da Cardeira (Elvas), ambas com registo de tumulações em urna, apresentam afinidades com o espólio desta segunda fase da referida necrópole

(ARRUDA, 2004, p. 191), revelando assim uma clara influência continental no decorrer da sua utilização em época pré-romana.

Com o domínio romano, e o decorrente processo de romanização, as populações autóctones assimilaram as crenças religiosas e práticas funerárias romanas (nomeadamente os ritos, os diferentes tipos de túmulos utilizados e o hábito epigráfico como meio de perpetuar a memória do indivíduo). Concomitantemente à natural sobrevivência de alguns elementos culturais indígenas, parece-nos possível afirmar que, durante o século I d.C., e num claro ambiente de sincretismo religioso, as populações da Hispânia já sabiam fazer-se sepultar à maneira romana. Nas palavras de Leite de Vasconcellos, “os dois modos de sepultar (*inumação e cremação*) usados no sec. V a.C. subsistiam ainda no sec. I da era cristã, mas o da incineração era mais geral” (1913, p. 369). De facto, apesar da atestada coexistência dos dois ritos funerários na Hispânia romana, registou-se até meados do século II d.C. a preferência pela prática da incineração, com deposição primária (*in bustum*) ou secundária (cremação em *ustrinum* com posterior recolha dos restos incinerados e deposição em urna). A prática da cremação e a localização dos espaços de sepultamento fora dos núcleos populacionais traduziu uma certa continuidade em relação às práticas funerárias do período anterior, revelando-se evidente a semelhança entre as formas mais simples de enterramento durante a época romana e as sepulturas da II Idade do Ferro (FIGUEIREDO, 2001, p. 98). A partir de finais do século II, e paralelamente à evolução social e moral do Império, a Hispânia romana assistiu também à progressiva adopção da inumação como prática funerária preferencial, fenómeno que (como já tivemos oportunidade de referir) se encontra indissociavelmente ligado à influência de cultos orientais, e em especial do Cristianismo. Embora sejam escassos os dados publicados sobre incinerações tardias no território actualmente português, tem-se conhecimento da prática deste rito funerário durante o século III e inícios do século IV, à semelhança do que se verifica noutras áreas do mundo provincial romano. Exemplo da continuidade desta prática até épocas tardias é o enterramento 38 da necrópole de Torre das Arcas (datado de finais do século II - século III) (VIANA & DEUS, 1955b), ou os enterramentos datáveis do século III da necrópole do Carvalhal (DIAS, 1986; DIAS, 1987).



### III. 2. O MUNDO DA MORTE DURANTE A ROMANIDADE NO «NORDESTE ALENTEJANO»: INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS E INVESTIGAÇÃO – UM PONTO DA SITUAÇÃO

Falar sobre o mundo funerário durante o período de ocupação romana na área do actual concelho do Alandroal implica, em primeiro lugar, ter consciência da escassez dos dados conhecidos, e, em segundo lugar, considerar o *“princípio da solidariedade das regiões contíguas, antes ligadas entre si do que separadas umas das outras”* (RIBEIRO, 1987, p. 73). Segundo Ribeiro, *“ao elaborar qualquer monografia regional, (...), nunca se deve esquecer que a região escolhida para estudo é o núcleo do trabalho, (...): para compreender esse núcleo, para realçar o que nele há de característico, é preciso, por um lado, alargar à periferia a curiosidade indagadora; por outro, uma região geográfica faz parte de um território mais vasto, e a sua personalidade exprime-se tanto pelo ar de família que a aparenta a outras regiões afins, como pelo que possui em si de individual e único”* (1987, p. 73). Com a devida substituição do contexto e conceitos do âmbito da Geografia, é possível aplicar esta ideia ao estudo da realidade arqueológica.

É neste sentido que, numa perspectiva integradora e de conjunto, consideramos que o sítio arqueológico da Rouca deve ser entendido em estreita articulação com a área do Nordeste Alentejano, tal como foi definido por Frade & Caetano, isto é, *“a área do Alto Alentejo que, correspondendo maioritariamente ao distrito de Portalegre, é limitada pelo Rio Tejo, a Norte; pelos Rios Sever, Xévara e pela Serra de São Mamede, a Leste; pela Serra de Ossa, a Sul; e, a Oeste, pela linha de elevações que vai do Gavião a Ponte de Sor e que, continuadas pelo Vale do Rio Sor, parecem separar geograficamente esta zona das planícies ribatejanas”* (FRADE & CAETANO, 1993, p. 847). Tal articulação afigura-se-nos pertinente, não só pela proximidade geográfica (o concelho do Alandroal situa-se numa zona de transição entre a realidade do dito «Alentejo Central» e o termo sul do Nordeste Alentejano, entendido como o termo de Elvas), mas sobretudo pela atestada existência de paralelos - ao nível da cultura material e práticas funerárias - entre os dados conhecidos sobre a necrópole da Rouca e a realidade arqueológica das necrópoles romanas escavadas na zona em questão.

De acordo com Alarcão (1988c, p. 143-169), na região abrangida pelo concelho de Évora e Nordeste Alentejano contabilizam-se cerca de quatro dezenas e meia de locais onde se registaram vestígios de enterramentos de época romana. Alguns dos sítios inventariados já foram alvo de intervenções arqueológicas, como por exemplo a importante necrópole romana e tardo-romana de Silveirona (Santo Estevão, Estremoz), escavada em 1934 por Manuel Heleno. São estes sítios as nossas principais referências para o estudo e compreensão da concepção da morte entre as gentes que habitaram a região sob o domínio romano.

No que se refere ao estudo da arqueologia funerária romana no Nordeste Alentejano, é incontornável aludir ao trabalho desenvolvido por Abel Viana e A. Dias de Deus durante as décadas de 40 e 50 do século XX. As lacunas inerentes aos métodos de escavação então praticados e as insuficiências da documentação produzida levam-nos a concordar com a ideia de que *“as necrópoles da área de Elvas constituem, em boa parte, um enigma. Desde logo porque a sua investigação se rodeou de medidas de*

*sigilo, verdadeiramente inconcebíveis hoje em dia, (...). Mas também porque as formas de publicação dos seus resultados se prestam a inúmeras confusões e equívocos*” (FABIÃO, 1998, I, p. 369). No entanto, não podemos deixar de considerar o contributo dos dois investigadores para o conhecimento da realidade arqueológica das necrópoles romanas do Nordeste Alentejano (e especialmente da zona de Elvas), através da escavação ou mera identificação de sítios (como é o caso da necrópole de Nossa Sra. do Carmo, Arronches). A escavação e o estudo de necrópoles como Chaminé (Vila Fernando, Elvas), Padrão (Ajuda, Elvas), Monte da Cardeira (Juromenha, Alandroal), Horta das Pinas (S. Vicente e Ventosa, Elvas), Torre das Arcas (S. Brás, Elvas), Serrones (Vila Fernando, Elvas), Horta da Serra (S. Brás, Elvas), Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa), Juromenha (Alandroal) e A-dos-Ricos (Degolados, Campo Maior) podem considerar-se ponto de partida para um conhecimento mais aprofundado acerca das populações que habitaram a região durante o período romano, e para a percepção do respectivo universo cultural. Exemplo disso foram os estudos posteriormente produzidos por vários autores que tiveram como objectivo a reanálise exaustiva e actualizada do espólio proveniente das estações arqueológicas escavadas por A. Viana e Dias de Deus. Entre tais estudos, podemos destacar a investigação desenvolvida por A. Alarcão (1960-1961) e J. Alarcão (1968; 1978) sobre a *terra sigillata* e os vidros recolhidos em contextos funerários de época romana na região elvense, bem como o importante contributo de Jeannette S. Nolen (1985) para o conhecimento da cerâmica comum oriunda dos mesmos contextos.

Nas últimas décadas, outros investigadores têm vindo a desenvolver trabalho no âmbito da temática do mundo da morte durante a Romanidade no Nordeste Alentejano. Na década de 70 do século XX, registou-se a escavação da necrópole de Santo André (Montargil, Ponte de Sor), sob a responsabilidade do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os resultados da escavação desta necrópole (datada da segunda metade do século I – inícios do século II) foram publicados em 1981, no vol. XX da revista *Conímbriga*. Durante os anos 80, Isabel Fernandes estudou a necrópole romana da Herdade dos Pombais (Beirã, Marvão) e respectiva *villa*. Entre 1982 e 1990 tiveram lugar as quatro campanhas de escavação da necrópole romana da Laje do Ouro (Aldeia da Mata, Crato), orientadas por Helena Frade e José Carlos Caetano. A estes dois autores se deve um exaustivo trabalho de investigação e teorização sobre os ritos funerários praticados em época romana no território actualmente português, e em particular na área do Nordeste Alentejano (1993; 2004). Em 1991, ficou a cargo da Divisão de Arqueologia (Direcção Regional de Évora de IPPC) a escavação de emergência da necrópole tardo-romana de Carapeta (Avis) (ENCARNAÇÃO, 1991, p. 29).

Enunciámos apenas algumas das intervenções mais representativas no panorama do estudo da arqueologia funerária romana no Nordeste Alentejano. Actualmente, e à semelhança do que se verifica para outras regiões, sente-se ainda a pesada herança de longos anos de actividade arqueológica sem o rigor e carácter científico hoje exigidos, e com a produção de insuficiente, e amiúde deficiente, documentação sobre os locais escavados. Aguarda-se um necessário levantamento arqueológico sistemático de cada concelho, com vista a assegurar a devida identificação, caracterização e salvaguarda dos sítios. Em paralelo assume igual prioridade a publicação de estudos e monografias de sítio (recorde-

se, por exemplo, a ausência de monografias finais publicadas por A. Viana e Dias de Deus sobre as estações escavadas), tarefa que depende em boa parte da identificação, inventariação e estudo do espólio já recolhido e disperso por museus e colecções particulares (ENCARNAÇÃO, 1991, p. 34-35).

### III. 3. SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA ROUCA: INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS E DADOS CONHECIDOS

A única descrição conhecida referente à necrópole romana da Rouca (Nossa Sra. Da Conceição, Alandroal) deve-se a José Leite de Vasconcellos na sua obra *Religiões da Lusitânia*:

*“No cemiterio da Rouca (sec. I ou II) havia varias especies de sepulturas (orientação Norte-Sul): uma aberta inteiramente em rocha (lousa), outras abertas em rocha, mas completadas com paredes, outras feitas só de paredes (fiadas de pedras dispostas horizontalmente), outras formadas de lages verticaes; as tampas constavam de lages ou tegulas”* (1913, III, p. 371-372).

Ainda na mesma obra, o autor identifica a incineração como o rito funerário praticado nesta necrópole romana (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 370).

Lamentavelmente, e até à data, não temos conhecimento, no momento presente, da existência no acervo do actual Museu Nacional de Arqueologia de quaisquer fontes documentais – registos de escavação, fotografias ou desenhos – relativas à intervenção no sítio arqueológico da necrópole da Rouca. Assim, e apesar da abundância de apontamentos e notas relativos à história do Alandroal que constituem parte da documentação produzida por J. Leite de Vasconcellos, tal como o próprio afirma (VASCONCELLOS, 1927, II, p. 148), as únicas e escassas informações de que dispomos respeitantes à estação arqueológica em questão resumem-se fundamentalmente a breves referências na bibliografia deste autor e em documentação avulsa.

Considerando o rigor de registo que caracteriza, de um modo geral, o legado documental de J. Leite de Vasconcellos (FABIÃO, 1999, p. 118-119), foi com alguma estranheza que nos deparámos com a presumível ausência de dados produzidos por este investigador sobre a necrópole romana da Rouca. De facto, e conforme tivemos oportunidade de confirmar através da consulta de um Relatório dos trabalhos efectuados pela então bolsreira do Instituto de Alta Cultura pelo Centro de História e Arqueologia, M<sup>ª</sup> Alice Mourisca Beaumont, o Doutor José Leite de Vasconcellos terá efectivamente elaborado um exaustivo e pormenorizado registo da escavação da necrópole da Rouca. À data do referido relatório (1958) a sua autora propunha-se a desenvolver *“um estudo minucioso do espólio da necrópole romana de Rouca – Alandroal”* (Acervo Documental do MNA: BEAUMONT, p. 2), sob a orientação do então director do Museu Etnológico Português, Manuel Heleno. Para além de duas das referências conhecidas à necrópole da Rouca na vasta bibliografia de J. Leite de Vasconcellos (e transcritas no presente capítulo do nosso trabalho), a autora do citado relatório refere:

*“Assim, com o auxílio do Senhor Professor Doutor Manuel Heleno, procurámos entre os papéis deixados pelo Dr. Leite de Vasconcellos que se guardam no Museu, um relatório ou estudo desta necrópole de Rouca.*

(...) verificámos que ele na verdade existia. Nos característicos linguadados em que o Dr. Leite de Vasconcellos sempre fazia as suas observações, descrevia-se uma por uma as 41 sepulturas de Rouca, algumas com observações que lhe sugeriam o seu formato, disposição ou mobiliário.

Imediatamente, puzemos [sic] de lado qualquer ideia de fazermos outra coisa que não fosse apresentar o trabalho original do Dr. Leite de Vasconcellos, (...). Algumas cartas e bilhetes postais reunidos às descrições das sepulturas, indicavam-nos quais as diligências realizadas pelo Dr. Leite de Vasconcellos para levar a bom fim essa exploração que a sua saúde e actividades impediam de vigiar pessoalmente. Cartas de D. João de Portugal, Mexia de Mattos, de José da Silva Bello, do empregado do Museu, Xavier, acusam a correspondência que o director do Museu mantinha com pessoas que habitavam na região do Alandroal ou que para lá se deslocaram e que o punham ao facto do que de interessante ia surgindo (...)"

(Acervo Documental do MNA: BEAUMONT, p. 2-3).

Relativamente a estes dados, cabe-nos tecer algumas considerações: em primeiro lugar, convirá notar que, à data da elaboração do relatório supra-citado, o estudo a que se propusera M<sup>a</sup> Alice Mourisca Beaumont encontrava-se incompleto. Aparentemente, e tanto quanto nos foi possível depreender da leitura do documento, a autora limitara-se a transcrever a correspondência relacionada com a escavação da necrópole da Rouca, “na intenção de servir de introdução ao trabalho do Dr. Leite de Vasconcellos” (Acervo Documental do MNA: BEAUMONT, p. 3), até à altura em que, por motivos de saúde, se terá visto impedida de dar prosseguimento ao seu estudo. Questionamo-nos se o trabalho em causa terá sido efectivamente concluído ou não, uma vez que não se conhecem quaisquer registos ou outra informação sobre o mesmo. Em virtude do desconhecimento do actual paradeiro dos apontamentos da autoria de J. Leite de Vasconcellos sobre escavação do sítio arqueológico da Rouca, o trabalho a que se propunha M<sup>a</sup> Alice M. Beaumont, a confirmar-se a sua existência, assumiria particular importância enquanto fonte privilegiada de informação sobre a referida necrópole. Em segundo lugar, e na sequência da informação acerca da existência de correspondência relevante para o estudo e caracterização da necrópole da Rouca, procedeu-se à consulta do Epistolário de José Leite de Vasconcellos, e paralelamente à consulta de documentação constante do Legado Pessoal do fundador do Museu Etnológico Português (Acervo Documental do Museu Nacional de Arqueologia – Correspondência JLV). Através da nossa pesquisa pudemos constatar a existência de correspondência atribuída a João de Portugal (Epistolário de José Leite de Vasconcellos, p.217, 2760) (produzida entre 1915 e 1917), e a João de Portugal da Costa Mexia de Matos (*Epistolário de José Leite de Vasconcellos*, p.160, 2048) (um exemplar sem data e outro datado de 1927); em ambos os casos a consulta da citada correspondência não forneceu quaisquer informações ou referências sobre o sítio arqueológico em análise. Verificámos igualmente a existência de correspondência atribuída a João José Mexia de Matos (*Epistolário de José Leite de Vasconcellos*, p.160, 2047), a José Veladas da Silveira Belo (*Epistolário de José Leite de Vasconcellos*, p. 39, 347), a Manuel Inácio Belo (*Epistolário de José Leite de Vasconcellos*, p.39, 349), e a Manuel Joaquim Xavier, funcionário da

instituição museológica de Abril de 1904 a Abril de 1912 (*Epistolário de José Leite de Vasconcellos*, p. 271, 3267). Conscientes de que a correspondência consultada constitui somente uma ínfima parte de um abundante conjunto contabilizado em cerca de 25 000 espécies de inúmeros correspondentes (Coito et al., 2008, p.111), questionamo-nos se alguns dos itens consultados ao longo da nossa pesquisa corresponderão de facto (ou não) à documentação referida e alegadamente transcrita por M<sup>a</sup> Alice Mourisca Beaumont. De qualquer modo, e apesar da ambiguidade e escassez de dados disponíveis para dar resposta às questões levantadas ao longo do presente capítulo, não podemos deixar de assinalar a relevância deste espólio documental enquanto testemunho da importante e vasta rede de colaboradores locais com quem J. Leite de Vasconcellos manteve contacto. Exemplo paradigmático dessas frutuosas relações de cooperação, e no que diz directamente respeito ao estudo da necrópole da Rouca, é o caso da família Belo, família do antigo proprietário da então designada Herdade de S. Miguel da Mota, oriunda do Alandroal. A propósito desta família, Leite de Vasconcellos escreveu: “*datam do mês de Fevereiro (...) de 1890 as minhas relações de amizade com a estimável família dos Belos, da vila do Alandroal, e devo-as nada menos que á [sic] influência de um deus! (...) O Sr. Manuel Belo faleceu em 1908. As minhas relações continuaram, porém como d’antes, com o Sr. José Belo, que é actualmente um dos mais considerados lavradores do concelho (...)*” (1927, p. 147).

Da correspondência por nós consultada, chamamos a atenção para um bilhete-postal endereçado a J. Leite de Vasconcellos, da autoria do funcionário do Museu, Manuel Joaquim Xavier, no qual se dá conta do término dos trabalhos de escavação no sítio da Rouca:

“ (...)

*Cumpre-me a participar a V. Ex.<sup>a</sup> que a escavação[sic] do monte da Rouca, terminou hoje 17-10-905. Recebi ordem do Sr. Bello para seguir amanhã, para os Galvões.*”

(Legado de José Leite de Vasconcellos, Correspondência – MNA, Doc. 23788).

Trata-se do único espécie constante do conjunto de correspondência consultada em que é feita referência explícita e indubitável aos trabalhos de escavação da necrópole da Rouca. Parecem assim confirmar-se os dados disponíveis, de acordo com os quais os trabalhos de escavação (conhecidos) desta necrópole romana de incineração se realizaram no decurso do ano de 1905, sob a responsabilidade de José Leite de Vasconcellos. Na obra *De terra em terra, excursões arqueológico-etnográficas*, o investigador afirma mesmo: “*em 1905 explorei o importante cemitério lusitano-romano da Rouca*” (1927, II, p. 148). No entanto, não podemos deixar de assinalar a incongruência entre a informação contida no bilhete-postal acima transcrito e um excerto da História do Museu Etnológico Português (1893-1914) onde, entre as actividades desenvolvidas por Leite de Vasconcellos no decorrer de 1905, se refere: “ (...) em 17 de Outubro, partiu para sul o Director, acompanhado do Servente Manuel Joaquim Xavier: exploraram o cemitério romano da Rouca (Alandroal), que tinha abundante espólio, que veio para o museu” (VASCONCELLOS, 1915, p. 328). A dúvida quanto às

datas de início e conclusão dos trabalhos de escavação da necrópole da Rouca impõe-se. Registe-se contudo que, através da correspondência consultada, foi-nos possível confirmar as deslocações do funcionário Manuel J. Xavier, a partir de dia 18 de Outubro de 1905, para Galvões e São Miguel da Mota, a fim de proceder a novos trabalhos de escavação. Em função destes dados parece-nos verosímil considerar a data de 17 de Outubro de 1905 como término da intervenção arqueológica no sítio da Rouca. Da documentação manuscrita que consta do acervo do Museu Nacional de Arqueologia a que nos foi possível ter acesso, apenas registámos duas brevíssimas menções à necrópole em questão, uma delas da autoria do próprio J. Leite de Vasconcellos, e outra parte integrante do Arquivo Manuel Heleno, que inclui o levantamento das escavações efectuadas pelo fundador do Museu Etnológico Português e por Maximiano Apolinário, a cargo da referida instituição. No texto do mencionado levantamento pode ler-se:

*“Escav. de Leite de V.*

*1905*

*(...)*

*- cemitério romano de Rouca (Alandroal) (Baú) (?) (...)*”

(Arquivo Manuel Heleno, envelope JLV).

Mais uma vez se data do ano de 1905 a escavação da necrópole da Rouca, corroborando-se assim, de forma irrefutável, as outras fontes anteriormente citadas. Mas, se o ano dos trabalhos de escavação conhecidos é dado como certo, o período de duração dos mesmos permanece em aberto.

Consideramos também pertinente destacar outros dois manuscritos endereçados a J. Leite de Vasconcellos – uma carta atribuída a João José Mexia de Mattos, datada de 29 de Novembro de 1905, e outra da autoria de José Veladas da Silveira Belo, datada de 22 de Janeiro de 1906, ambas remetidas do Alandroal. No primeiro caso, a dada altura, pode ler-se:

*“(...)*

*Com respeito à ultima descoberta do Poeiras, foi o seguinte:*

*Quando o filho do dito procedia à lavoura da sementeira do trigo, pareceu-lhe que o arado roçara por sobre as lageas, pelo que disse ao pae que trouxesse do Monte um enxadão para verificarem se seria sepultura, do que resultou descobrirem uma lagea, por baixo da qual havia um buraco bastante fundo, que o Poeiras disse não ter explorado por não demorar ou retardar o serviço da sementeira, exploração que agora só se poderá fazer depois de amadurecida e ceifada a dita seara de trigo, dizendo-me mais o Poeiras que logo um pouco mais acima tornou o arado a accusar nova campa ou cousa que o valha de que não fez caso.*

*(...)*”

(Legado de José Leite de Vasconcellos, Correspondência – MNA, Doc. 13265).

Por sua vez, na carta enviada por José Belo a J. Leite de Vasconcellos, nos inícios do ano de 1906, o remetente refere:

“ (...)

*Estive com Xavier, mas pouco pudemos (?) falar, por isso não lhe expliquei o logar das sepulturas. Apareceram mais no mesmo logar, Rouca, mas no terreno preparado para a sementeira, impedindo (?) novas escavações até Junho futuro, época das colheitas.*

(...)”

(Legado de José Leite de Vasconcellos, Correspondência – MNA, Doc. 2288).

A partir da leitura destes dois exemplares, e tendo em conta a descrição das estruturas tumulares da necrópole da Rouca por J. Leite de Vasconcellos no volume III da sua obra *Religiões da Lusitânia* (excerto anteriormente transcrito no presente Capítulo), questionamo-nos até que ponto a descoberta de lajes relatada por J. Mexia de Mattos não corresponderia ao achado de novas sepulturas no lugar da Rouca documentado na carta de José Belo em Janeiro de 1906. Para além desta questão, e em virtude da confirmada descoberta de novas sepulturas no sítio da Rouca após o término da única campanha de escavações conhecida, não podemos deixar de nos interrogar se, na sequência deste novo achado e em data posterior a Janeiro de 1906, se terão procedido (ou não) a novos trabalhos de escavação na necrópole. A este respeito atente-se ainda que, de acordo com informação extraída do artigo «Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos» (MACHADO, 1964, p. 109-111), somos levados a pensar que também Manuel Heleno, sucessor de Leite de Vasconcellos na direcção do museu de Belém e continuador de algumas das intervenções arqueológicas iniciadas por este, poderia ter procedido a trabalhos de escavação no sítio da Rouca entre 1933-1934. Contudo, uma vez consultado o acervo de Manuel Heleno disponível no Museu Nacional de Arqueologia não encontramos qualquer menção a uma possível escavação da necrópole romana em análise, e o próprio investigador não só não lhe faz referência quando enuncia os trabalhos por si desenvolvidos em estações arqueológicas de época romana (como por exemplo, a escavação das necrópoles de Silveirona, Monte da Boa Vista e S. Bento do Cortiço, ou as prospecções nas *villae* da Granja ou Carrão, entre outros), como a menciona unicamente ao falar dos trabalhos levados a cabo por Leite de Vasconcellos em “*cemitérios Lusitano-Romanos*” (HELENO, 1956, p. 222, e 231-232). Assim, a atender às informações veiculadas por Saavedra Machado, duas hipóteses se colocam: por um lado, a hipótese de M. Heleno ter procedido a trabalhos arqueológicos na necrópole romana da Rouca, mas não se conhecerem, até à data, dados relativos a tais trabalhos; ou por outro, a hipótese de o referido investigador ter desenvolvido actividades arqueológicas (prospecções e/ou escavações) no sítio da Rouca ou nas suas imediações, designadamente no âmbito da Pré-História, e não no local da necrópole romana escavada por Leite de Vasconcellos em 1905.



Relativamente ao espólio recolhido na necrópole romana da Rouca e trazido para o então Museu Etnológico Português, atente-se para a ausência de registos conhecidos referentes à entrada dos materiais naquela instituição museológica. A consulta do livro de registo de entrada de peças no museu, cuja utilização se iniciou em 1906, revelou-se improdutivo, tal como a pesquisa de referências à aquisição do abundante espólio atribuído à necrópole da Rouca nos vários volumes de *O Arqueólogo Português*. Assim sendo, subsistem as dúvidas quanto à data de integração dos materiais provenientes da Rouca nas colecções do actual Museu Nacional de Arqueologia. Para além dos inventários disponíveis, as únicas referências conhecidas a espólio da Rouca resumem-se a uma alusão genérica na obra *História do Museu Etnológico Português* (Capítulo «Antiguidades Nacionais»), onde pode ler-se: “*Outras povoações alentejanas ou sítios: (...); Rouca (Alandroal) com espólios sepulcrais, consistentes em loiça arretina, vidros, ouro; (...)*” (VASCONCELLOS, 1915, p. 190); e às notícias de aquisição de uma *tegulla*: “*(...) de uma escavação no Alandroal, (...): uma tégula do cemitério da Rouca*” (CHAVES, 1914, p. 371); “*Maio de 1913/ O Sr. Director adquiriu, numa escavação que fez: uma tégula do cemitério da Rouca (Alandroal), concertada*” (MACHADO, 1920, p. 242). Em relação a esta última informação, e em função da data de aquisição da referida peça, não podemos deixar de colocar a hipótese de se tratar de material proveniente de uma segunda campanha de trabalhos arqueológicos no sítio da Rouca, novamente sob a responsabilidade de Leite de Vasconcellos. Todavia, à luz dos dados disponíveis, estamos conscientes da fragilidade desta hipótese e de que a consideração da mesma nos remete desde logo para novas questões, designadamente a aquisição e paradeiro do restante espólio que naturalmente se presumiria como resultado de novos trabalhos de escavação. Note-se ainda que alguns dos materiais atribuídos à necrópole da Rouca, e que actualmente integram a Colecção MNA 0156, são designados nas respectivas Fichas de Inventário Geral (MNA) como “*avulsos*”, correspondendo a ofertas de José Belo e/ ou João Belo.

No que concerne a documentação gráfica (desenhos e fotos) relativa à necrópole da Rouca e respectivo espólio, registe-se que, apesar de algumas das peças que integram a Colecção MNA 0156 apresentarem a indicação de terem sido desenhadas por Francisco Valença (desenhador do Museu Etnológico Português entre 1920 e 1952), não foi encontrada qualquer item relevante para o presente estudo nos Álbuns de Desenhos disponíveis no Museu Nacional de Arqueologia. A única excepção a esta total ausência de registos resume-se a um desenho encontrado aquando da consulta do legado pessoal de J. Leite de Vasconcellos (Desenhos de Peças Arqueológicas - Caixa 1) no Museu Nacional de Arqueologia. Trata-se do desenho de quatro peças de vidro – inventariadas com os números 15 707, 15 708, 15 710 e 15 711 – cuja data de execução e autoria nos é desconhecida, indicando-se apenas: “*Rouca/ (Alandroal)/ Arm.º nº 35*”, e o respectivo número de Inventário Geral (MNA) das peças. No entanto, dadas as características do próprio desenho e por comparação com outras ilustrações produzidas por Francisco Valença, pensamos que será viável considerar que a representação destas quatro peças atribuídas à necrópole da Rouca também ficou a cargo deste

desenhador. Na ausência de quaisquer registos gráficos dos trabalhos arqueológicos realizados na necrópole da Rouca, a única documentação fotográfica com que pudemos contar resume-se a uma foto ilustrativa da disposição de peças, atribuídas à referida necrópole, numa das vitrinas do antigo Museu Etnológico (MNA, Arquivo Fotográfico, Álbum de Fotos para o Congresso Arqueológico de Roma, 1912).

Da pesquisa subjacente à elaboração do presente capítulo do nosso trabalho, resultou o incontornável reconhecimento de que, à luz da escassez de fontes documentais com que nos debatemos no presente momento, são inúmeras as dificuldades e limitações que se colocam ao conhecimento da estação arqueológica da Rouca nas suas múltiplas variáveis de análise, tais como: os aspectos metodológicos do trabalho de campo, a concepção e utilização do espaço funerário (rito funerário, tipologia e disposição das sepulturas, organização e distribuição do espólio), e o estudo e tratamento do espólio recolhido.

## IV. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO DA NECRÓPOLE DA ROUCA

### IV. 1. NATUREZA DO ESPÓLIO E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Nas palavras de Alarcão, “o *objecto traz a marca do Homem e refere-se a um mundo que eu posso conhecer, embora me não possa nunca ser presente e sensível*” (1995a, p. 13). Esta ideia ganha reforçado significado quando falamos do estudo da necrópole da Rouca. Em virtude da ausência de fontes documentais (a que já tivemos oportunidade de aludir), os materiais arqueológicos revestiram-se de fulcral importância para a nossa investigação, assumindo o papel de única ponte de ligação directa com a realidade da Rouca enquanto espaço funerário de época romana.

A nossa pesquisa recaiu sobre um conjunto diverso de materiais que actualmente integra as reservas do Museu Nacional de Arqueologia – Coleção MNA 0156. Segundo pudemos apurar, os referidos materiais foram objecto de dois inventários: um primeiro inventário mais antigo, cuja data de elaboração remontará certamente aos inícios da actividade da instituição museológica e à entrada e/ou acondicionamento dos materiais nas reservas do museu; e um segundo inventário realizado em 1974, bastante mais impreciso e confuso. Registe-se ainda que, em 1983, foi elaborado um outro inventário, que implicou a atribuição de nova numeração aos materiais e que, no que se refere ao espólio da necrópole da Rouca, inclui apenas os metais atribuídos a esta estação arqueológica. Na verdade, uma das principais limitações ao estudo dos materiais da Rouca prende-se com a informação desarticulada e disfuncional veiculada pelos diferentes registos de inventário que, em momentos diversos e com concepções notoriamente díspares, procuraram tratar a mesma realidade. A elaboração desajustada de diferentes inventários, e a preocupação centrada no objecto que caracterizou uma época da investigação arqueológica nacional, ditaram certamente a perda irremediável de informação contextual que se poderia ter revelado imprescindível para um melhor entendimento desse “*mundo que eu posso conhecer, embora me não possa nunca ser presente e sensível*” (ALARCÃO, 1995a, p. 13). Pela proximidade temporal em relação à escavação e recolha dos materiais, e por uma organização mais clara e coerente, considerámos o primeiro inventário, manual e em suporte de papel (designado ao longo do presente trabalho como Inventário Geral do MNA), como sendo o mais fiável, aquele que reunindo maior informação melhor se adequava a servir de base para o nosso estudo do espólio da Rouca.

Os materiais com proveniência atribuída à necrópole da Rouca encontram-se distribuídos por cerca de 170 fichas do Inventário Geral do MNA, compreendidas entre os números 15 609 a 15 653, 15 655 a 15 736, 15 738 a 15 751, e 15 788 a 15 817b (excluindo-se o número 15 802). Note-se que cerca de 26 dos números de inventário em questão apresentam desdobramentos em diferentes parcelas (como por exemplo, 15 690-a, 15 690-b, e 15 690-c), que poderão corresponder a um mesmo conjunto arqueológico (neste caso, entenda-se por conjunto arqueológico, materiais potencialmente encontrados em associação e provenientes da mesma sepultura), ou designar materiais com contextos de achado supostamente diferentes (como é o caso do número 15 667-a que identifica espólio sem indicação de sepultura,

enquanto o número 15 667-b se reporta a material proveniente da sepultura 29). Não constam nas Fichas de Inventário Geral as placas funerárias provenientes da Rouca (E 6338 e E 6339), e dois itens de ourivesaria – um anel de sinete (Au 128) (atribuído ao contexto da sepultura 36) e um brinco de nó de correr (Au 129) (sem contexto de sepultura conhecido), ambos em ouro e em actualmente em exposição na Sala do Tesouro do MNA. Note-se que estes materiais – placas e itens de ourivesaria – integram já o corrente Inventário informatizado (Programa Matriz) do Museu Nacional de Arqueologia.

Relativamente à nossa análise do espólio importa registar, em primeiro lugar, a grande diversidade do conjunto e a existência de graves lacunas que se prendem com a identificação das peças. O espólio atribuído à necrópole da Rouca é composto por uma grande variedade de materiais que inclui: material cerâmico (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica comum e cerâmica de construção), vidros, metais (Sala Seca do MNA), um fragmento de mosaico, material lítico, material orgânico (designadamente amostras de sedimento e de carvões, e material osteológico, visivelmente submetido à acção do fogo), e duas placas funerárias. No que se refere à identificação das peças, constatámos que o conjunto que compõe a Col. MNA 0156 apresenta materiais que podem ser agrupados em três categorias distintas: materiais com indicação do respectivo número de inventário e com contexto de sepultura atribuído; materiais com indicação do respectivo número de inventário mas que, de acordo com a informação contida nas fichas do Inventário Geral do Museu Nacional de Arqueologia, não apresentam contexto de sepultura conhecido (a este respeito questionamo-nos se a perda da informação contextual destas peças ocorre, desde logo, no próprio acto de escavação da necrópole e exumação dos materiais; ou eventualmente, após o ingresso dos materiais no museu e aquando da realização do primeiro Inventário desta instituição museológica); e materiais sem indicação de número de inventário, cuja única identificação se resume à referência do contentor e volume de armazenamento nas Reservas do Museu Nacional de Arqueologia, e com origem incerta ou até mesmo desconhecida. Neste âmbito, será pertinente registar que alguns dos materiais atribuídos à necrópole da Rouca (nomeadamente os materiais identificados com os números 15 663, 15 726-a, 15 736, 15 746, 15 746-bis, e 15 747) são designados nas respectivas Fichas de Inventário Geral como “*avulsos*”, não apresentando indicação de sepultura e correspondendo a ofertas de José Belo e/ ou João Belo, descendentes do antigo proprietário da então designada Herdade de S. Miguel da Mota (Alandroal). No que respeita à última categoria de materiais referida – materiais sem indicação de número de inventário e com origem incerta – procedeu-se à tentativa de identificação dos respectivos números de inventário e contextos de achado, através do cruzamento de dados obtidos a partir do Inventário Geral e da consulta das Fichas de Contentor (listagens do conteúdo dos contentores de armazenamento das peças nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia), elaboradas nos anos 80 do séc. XX por ocasião da desmontagem da exposição permanente do museu. A tentativa de conciliação dos dados disponíveis revelou-se, na maioria dos casos, infrutífera, tendo-se constatado uma vez mais a desarticulação entre os diferentes registos, e as decorrentes limitações impostas ao estudo do espólio em questão. Sempre que, através da observação dos materiais e do cruzamento dos diversos dados disponíveis, nos foi possível obter informações adicionais, ou até mesmo proceder à identificação de peças e/ou ao apuramento do

respectivo contexto de achado (atente-se, por exemplo, para os casos em que materiais sem número de inventário e/ou contexto de sepultura conhecidos apresentam colagens com peças devidamente identificadas na colecção), optou-se por fazer constar toda a informação e hipóteses de trabalho consideradas viáveis, o mais detalhadamente possível, nas respectivas Fichas Descritivas do Catálogo em anexo.

Tendo em conta os dados disponíveis e as vicissitudes do processo de inventariação das peças que constituem a Colecção MNA 0156, assumiu-se a decisão de circunscrever o âmbito do nosso estudo à categoria dos materiais com indicação do respectivo número de inventário e com contexto de sepultura atribuído. Assim sendo, ao longo do presente trabalho, propomo-nos a analisar os diferentes conjuntos de materiais atribuídos às diferentes sepulturas que integraram o espaço funerário da Rouca. A nossa decisão, e inerente critério de selecção dos materiais, têm por base, em primeiro lugar, a observação e uma preliminar análise de todos os itens que compõem a Col. MNA 0156; e, em segundo lugar, a convicção de que, para além das peças devidamente inventariadas e contextualizadas (ou seja, com nº Inv. MNA identificado e contexto de sepultura conhecido), todos os restantes materiais, quer pelas lacunas informativas (contexto de achado desconhecido, e/ou identificação e proveniência duvidosas), quer pelas suas características tipológicas, não constituem fonte de informação relevante e/ou fidedigna para o conhecimento da necrópole da Rouca. Todavia, paralelamente à opção acima apresentada e em virtude da escassez de dados (fiáveis) disponíveis sobre a realidade arqueológica da Rouca, considerámos que o estudo das placas funerárias provenientes desta necrópole constituiria uma mais-valia para o conhecimento e caracterização deste espaço funerário e do tecido social que lhe esteve subjacente. Assim sendo, o presente capítulo é composto por dois subcapítulos fundamentais: o Capítulo IV.2., dedicado ao estudo dos conjuntos funerários da necrópole, com a análise dos materiais devidamente organizados por sepulturas de origem; e o Capítulo IV.3., no qual se procede à análise e caracterização das placas funerárias provenientes da Rouca, os únicos itens da Col. MNA 0156 sem indicação de contexto de sepultura conhecido que são alvo do nosso estudo aprofundado. Não obstante a apresentada opção metodológica, e apesar de se considerar que os materiais de contexto desconhecido ou de identificação e/ou proveniência duvidosas não acrescentam, de um modo geral, informações significativamente relevantes para além dos dados fornecidos pela análise dos conjuntos sepulcrais, julgamos importante ressaltar que os referidos materiais foram devidamente registados e contabilizados de modo a possibilitar, não só uma visão de conjunto do espólio da Col. MNA 0156, mas também a permitir a inferência de eventuais relações ou paralelos com as peças que compõem os conjuntos funerários. Deste modo, sempre que considerado pertinente, os materiais em questão são referidos ao longo do presente trabalho, com a indicação do respectivo número de Inventário Geral ou referência de localização nas Reservas do Museu Nacional de Arqueologia.

No que diz respeito ao estado de conservação dos itens que integram a Col. MNA 0156, registe-se a existência de peças relativamente bem conservadas e completas, a par de uma significativa percentagem de materiais que se resume a conjuntos de fragmentos, não passíveis de reconstrução ou análise e caracterização tipológica. Nalguns casos, as intervenções de restauro mais antigas (com a utilização de

grandes quantidades de gesso) não só comprometem o actual estado de conservação das peças, como dificultam a respectiva caracterização morfo-tipológica. Note-se ainda que algumas das peças constantes da citada colecção apresentam, para além do número de inventário, outras anotações inscritas nas próprias superfícies, que vulgarmente parecem indicar o número da sepultura de origem. Nestes casos, e sempre que a presumível indicação de proveniência inscrita na própria peça não coincidia com o respectivo número de inventário, optou-se por privilegiar a informação fornecida pelas fichas de Inventário Geral (MNA), por se afigurar como a informação mais fidedigna e a opção mais coerente em função da estratégia de tratamento de dados adoptada ao longo do presente estudo.

Considerando as características gerais desta colecção, assumiu-se como objecto central do nosso trabalho o estudo das cerâmicas e vidros provenientes das sepulturas da necrópole da Rouca. Estes materiais foram encarados como fonte primordial para o conhecimento e inferência dos limites cronológicos do espaço funerário em análise. O material orgânico e os metais atribuídos à referida necrópole não foram alvo do nosso estudo. Em relação a estes últimos, convém notar que (à excepção do anel de sinete inventariado como Au-128 e atribuído à sepultura 36; e do brinco de nó de correr, inventariado como Au-129, e da peça identificada com o nº Inv. MNA 15 746-bis, ambos sem indicação de contexto de sepultura) todos os metais provenientes da estação arqueológica em questão se apresentam sem qualquer tratamento e em muito mau estado de conservação (é evidente um acentuado destacamento lamelar na quase totalidade das peças, característico da acção do tempo sobre o ferro). Contudo, com o objectivo de fornecer uma visão global do espólio da necrópole e das respectivas potencialidades para estudos futuros, optámos por documentar e incluir nas Fichas Descritivas (em anexo) o material orgânico e metais provenientes dos enterramentos da Rouca.

Em termos metodológicos, o tratamento do espólio da necrópole da Rouca assentou numa abordagem bidimensional. Por um lado, considerámos incontornável uma abordagem quantitativa, que se traduziu num esforço de inventariação e organização dos materiais, aliado ao tratamento estatístico dos resultados obtidos, de modo a facilitar a percepção da realidade arqueológica em estudo. Neste sentido, procedeu-se à elaboração de um Catálogo (ANEXO III) composto por Fichas Descritivas para cada uma das peças ou conjuntos de materiais disponíveis. O Catálogo que resultou do nosso estudo é composto por um total de 184 Fichas Descritivas, distribuídas por 29 das 41 sepulturas atribuídas ao espaço funerário da Rouca. A este nível importa notar que, se por um lado, e de acordo com M<sup>ª</sup> Alice Beaumont, os apontamentos de J. Leite de Vasconcellos sobre a escavação da Rouca dão conta de 41 sepulturas exploradas em 1905; por outro, a partir da consulta dos inventários disponíveis no Museu Nacional de Arqueologia, apenas tínhamos conhecimento da existência de 36 sepulturas atribuídas à estação arqueológica em questão. Para além disso, e conciliando a informação constante no Inventário Geral (MNA) com os restantes dados obtidos a partir da consulta de Fichas de Contentor e da análise dos materiais, foi possível constatar o seguinte:

- 4 das 36 sepulturas atribuídas à necrópole da Rouca não apresentam qualquer espólio associado, de acordo com o Inventário Geral (MNA) (sepulturas 24, 26, 27 e 31);

- tendo em conta a informação de M<sup>a</sup> Alice M. Beaumont, e assumindo que o número total de sepulturas exploradas na necrópole romana da Rouca terá sido de 41, não se conhecem quaisquer referências a espólio proveniente das sepulturas 37 a 41;

- por fim, o espólio de 3 das 36 sepulturas conhecidas a partir do Inventário Geral (MNA) (sepulturas 7, 19 e 23) corresponde a material não localizado ou identificado no conjunto da Col. MNA 0156, pelo que não se encontra contabilizado como espólio efectivo da necrópole da Rouca.

No total das Fichas Descritivas elaboradas incluem-se, não só as fichas relativas a material cerâmico e vítreo (categorias que abarcam claramente a maioria dos materiais, com um total de 135 fichas, perfazendo assim cerca de 65% do espólio dos conjuntos funerários estudados), mas também as fichas referentes a material metálico e orgânico, e as fichas descritivas das duas placas funerárias provenientes da Rouca. A não correspondência com o número de Fichas de Inventário Geral (MNA) é facilmente explicada, em primeiro lugar, pelo facto de um mesmo número de inventário poder designar diferentes categorias de materiais e/ou diferentes peças; e, em segundo lugar, pela referência ao espólio metálico, cujo inventário se encontra dividido pelo Inventário Geral do Museu Nacional de Arqueologia e pelo inventário de metais elaborado em 1983 na mesma instituição museológica. Perante conjuntos de fragmentos, frequentemente associados a formas indeterminadas, optou-se por apresentar o conjunto do espólio reunido na mesma ficha descritiva ou, caso as particularidades dos materiais assim o justificassem, em fichas descritivas distintas devidamente assinaladas. Para além do *corpus* de peças reunido, recorde-se que não nos foi possível identificar e localizar no conjunto geral do espólio disponível todos os materiais que constam no Inventário Geral (MNA) como sendo provenientes da necrópole da Rouca. Na verdade, cerca de 28 conjuntos que, de acordo com o referido Inventário, corresponderiam a material diverso (cerâmica, vidro, material orgânico e metais) proveniente de sepulturas da necrópole da Rouca, permaneceram por identificar, questionando-se se tal facto poderá apenas ser sinónimo de localização incerta nas reservas no Museu Nacional de Arqueologia, ou se poderá estar associado a peças de paradeiro actualmente desconhecido (como se verifica, por exemplo, com a garrafa de vidro inventariada com o número 15 707 – Catál. vi-11). As tentativas para encontrar uma eventual correspondência entre os materiais não identificados e as peças ou conjuntos de materiais sem indicação de número de inventário e/ ou com origem incerta revelaram-se tarefa difícil, em virtude da parca informação fornecida pelas Fichas de Contentor, da frequente inviabilidade do cruzamento de dados, e da possibilidade de, desde a data de realização do inventário mais antigo até aos dias de hoje, se ter procedido à desestruturação de alguns dos conjuntos originais. Ainda assim, em situações de não identificação ou localização de materiais na Col. MNA 0156 optou-se por assinalar tais ausências e incluir no Catálogo a referência aos materiais em questão, de modo a possibilitar uma visão o mais global possível do espólio atribuído à necrópole romana da Rouca, e em particular dos seus diversos conjuntos funerários. No Catálogo em anexo, a referência a estes materiais consta das «Observações Gerais» relativas a cada conjunto funerário, correspondendo fundamentalmente à sua identificação e descrição de acordo com a informação constante na respectiva Ficha de Inventário Geral (MNA), sem a atribuição de um número de catálogo, uma vez que estas peças não são contabilizadas como espólio efectivo da

necrópole da Rouca. Assim, e se alargarmos o âmbito do conjunto dos materiais em análise ao total de itens referenciados no Catálogo em anexo (210 itens), com e sem nº de Catálogo atribuído, concluímos que cerca de 13% desse valor total corresponde a materiais não identificados ou localizados na Col. MNA 0156 mas alegadamente provenientes de sepulturas da necrópole em questão (como tivemos oportunidade de mencionar anteriormente).

Do total da amostra estudada relembramos que apenas as duas placas funerárias provenientes da necrópole da Rouca constituem espólio sem contexto de sepultura conhecido (cerca de 1% dos total dos materiais estudados). Relativamente aos restantes materiais, e atendendo que se optou por considerar como amostra representativa da realidade arqueológica da necrópole da Rouca apenas os materiais devidamente identificados e com contexto de sepultura conhecido, dispomos de 182 itens, dos quais a cerâmica constitui claramente a parcela maioritária, correspondendo a 59% da globalidade da amostra analisada. Cerca de 15% do total geral é composto por material vítreo, enquanto as amostras de material orgânico e os metais correspondem a 13% e 11%, respectivamente. As amostras de material lítico ocupam apenas 2% do conjunto estudado.

Por outro lado, aliada a esta abordagem quantitativa, perspectivámos uma abordagem qualitativa dos materiais, baseada no estudo exaustivo e caracterização formal do espólio, visando a definição de tipologias e atribuição de cronologias, e tendo por objectivos últimos a inferência de balizas cronológicas para a utilização do espaço funerário da Rouca, e o conhecimento da realidade sociocultural e económica que lhe esteve subjacente.

Para uma melhor sistematização do nosso estudo, considerou-se essencial a definição dos diferentes conjuntos funerários, isto é, com base na informação disponível sobre as peças inventariadas, procedeu-se à análise da associação espólio/ sepultura, de modo a privilegiar-se a contextualização dos dados arqueológicos. Foi com base nesta opção metodológica que se procurou estruturar o presente trabalho (bem como aliás, o respectivo Catálogo) em função dos diferentes conjuntos de materiais e contextos de achado correspondentes – organização do espólio por sepultura. O segundo critério de organização adoptado prende-se com as diferentes categorias dos materiais disponíveis. Tendo em conta a variedade de espólio na amostra analisada da Col. MNA 0156, e para efeitos de uma maior inteligibilidade na organização e apresentação dos dados, revelou-se elementar a opção de estudar os materiais agrupando-os em função das suas diversas (sub-)categorias: cerâmica utilitária (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica comum), cerâmica de construção, vidros, metais, material orgânico (material osteológico, e amostras de carvão ou sedimento), e placas funerárias. Para o estudo e caracterização destes materiais socorremo-nos de um conjunto de obras e autores de referência, cuja consulta viria a definir as linhas orientadoras da nossa investigação sobre o espólio da necrópole da Rouca.

Primeiramente, e no que se refere ao estudo do espólio cerâmico, estabeleceu-se como prioridade a análise e caracterização morfológico-funcional das diferentes variedades de cerâmica presentes nos conjuntos funerários da Rouca. Paralelamente, e sempre que possível, recorreu-se ao grupo das chamadas cerâmicas finas (e ao material vítreo) como precioso auxiliar para o apuramento do âmbito



cronológico de produção e utilização da cerâmica comum, que constitui o grosso da amostra disponível (cerca de 39% da globalidade do espólio). Enquanto obras de referência gerais, destacamos *Introducción al estudio de la cerámica romana* (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005) e os trabalhos de Beltrán Lloris (1978; 1990). Para o estudo dos exemplares de *terra sigillata*, e tendo em conta as características da amostra em análise, revelou-se indispensável a consulta da obra de Mezquíriz de Catalan (1961), incluindo o trabalho da autora que integra *Atlante delle forme ceramiche* (MEZQUÍRIZ, 1985); e ainda os estudos sobre *terra sigillata* hispânica da autoria de F. Mayet (1984) e de Roca Roumens & Fernández García (1999). Para o estudo da *sigillata* clara em particular, não podemos deixar de mencionar os estudos de referência da autoria de Hayes (1972), Carandini (1981) ou Bonifay (2004), bem como o estudo sobre a *sigillata* africana em *Augusta Emerita* elaborado por Vázquez de La Cueva (1985). Para além disso, contamos ainda com a consulta de diversos estudos de âmbito regional ou referentes a colecções específicas, como por exemplo a obra de Bourgeois & Mayet (1991), ou os trabalhos sobre a *sigillata* de Represas (LOPES, 1994), Alcáçova de Santarém (VIEGAS, 2003), Torre de Ares (NOLEN, 1994; VIEGAS, 2006), Conímbriga (DELGADO ET AL., 1975), e Monte Mozinho (CARVALHO, 2002). Para o estudo e identificação das marcas de oleiro presentes em algumas das peças provenientes da necrópole da Rouca socorremo-nos, não só do referido conjunto de estudos de âmbito local/regional, mas também dos trabalhos da autoria de Oswald (1964), Polak (2000), Mayet (1984), Mezquíriz (1985), Roca Roumens & Fernández García (1999), e de publicações diversas com referências a espólio da Rouca (OLEIRO, 1951; COMFORT, 1959; FERREIRA, 1969; ALMAGRO BASCH & CABALLERO ZOREDA, 1968-1972). Para o estudo da cerâmica de paredes finas representada nos conjuntos funerários em análise, destacamos como incontornável a obra *Les céramiques a parois fines dans la Péninsule Ibérique* (MAYET, 1975), complementada pela consulta dos trabalhos de Ricci (1985), Minguez (1991), e dos estudos desenvolvidos por G. Rodríguez Martín sobre a cerâmica de paredes finas de produção emeritense (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a; 1996b). Tendo em vista a obtenção de paralelos e uma melhor caracterização dos exemplares de paredes finas que integram a Col. MNA 0156, recorreremos, entre outros, aos estudos sobre a cerâmica de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976) e de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), ao trabalho de Sepúlveda & Carvalho sobre a cerâmica de paredes finas do Museu Municipal de Elvas (1998), e às publicações da autoria de A. Viana e A. Dias de Deus sobre as necrópoles elvenses (1955c; 1956). No que respeita ao estudo das lucernas atribuídas à necrópole da Rouca baseámo-nos fundamentalmente na imprescindível tipologia de Dressel (1899), posteriormente revista e complementada por Lamboglia e Beltrán (LAMBOGLIA & BELTRÁN, 1952), e nas tipologias de referência da autoria de Deneauve (1969) e Loeschcke (1919); recorrendo paralelamente aos estudos de síntese elaborados por Beltrán Lloris (1990), e Roca Roumens & Fernández García (2005). Para a identificação de paralelos e afinação da terminologia de descrição baseámo-nos sobretudo no estudo da colecção de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976) e das lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa (ALARCÃO, 1976), bem como na investigação desenvolvida por G. Rodríguez Martín (1994-1995; 1996b; 2002). Relativamente à cerâmica comum analisada para o presente trabalho, e no que respeita à nomenclatura das formas e terminologia de descrição das peças,

tomou-se como obra de referência fundamental o trabalho de Balfet (BALFET ET AL., 1983). Paralelamente, não pudemos deixar de ter em linha de conta as propostas apresentadas por Alarcão (1974a), Martins & Ramos (1992), Dias (1995), e Pinto (2003). Como principais recursos para a definição de tipologias e identificação de paralelos, atribuímos especial atenção aos trabalhos sobre a cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas da autoria de J. Nolen (1985; 1995-1997). Recorremos também ao estudo elaborado por M<sup>a</sup> Sánchez-Sánchez sobre a cerâmica comum de Mérida (1992), e a diversos estudos de carácter regional ou referentes a sítios arqueológicos específicos, como por exemplo, Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), Torre de Ares (NOLEN, 1994), e São Cucufate (PINTO, 2003).

Quanto ao estudo e classificação do material vítreo, tomámos como referências as (apesar de tudo) ainda actuais obras de Isings (1957) e de Morin-Jean (1922-1923). No que diz respeito à terminologia da descrição formal, baseámo-nos essencialmente nos trabalhos publicados sobre os vidros provenientes de Torre de Ares (NOLEN, 1994) e São Cucufate (NOLEN, 1988), bem como no recente estudo apresentado sobre o vidro romano no Noroeste Peninsular (CRUZ, 2009). Quanto à identificação de paralelos para o material vítreo da necrópole da Rouca, apoiámo-nos num variado conjunto de obras, do qual se destacam o estudo de Abel Viana sobre vidros romanos em Portugal (1960-1961), o vol. VI da obra *Fouilles de Conímbriga* (ALARCÃO ET AL., 1976), e os inúmeros trabalhos publicados por J. Alarcão sobre vidros romanos, e em especial sobre vidros romanos encontrados nas áreas do actual Alentejo e Algarve (ALARCÃO, 1968; 1970; 1971a; 1971b; 1975c; 1976b; 1978; 1979; ALARCÃO & ALARCÃO, 1967). Recorremos ainda a informação disponível sobre o vidro romano emeritense (CALDERA DE CASTRO, 1983; Catálogo online das Coleções do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida, conforme indicado no Anexo I), e ao já citado estudo da autoria de M. Cruz (2009).

No que concerne à análise formal e epigráfica das placas funerárias provenientes da necrópole da Rouca, centrámo-nos fundamentalmente na obra *Inscrições romanas do Conventus Pacensis* (ENCARNAÇÃO, 1984b), na qual se referem as duas placas funerárias atribuídas à necrópole em estudo (ENCARNAÇÃO, 1984b, p. 535). Este *corpus* de epígrafes revelou-se igualmente importante como ponto de partida para a análise onomástica, a par de outras obras de referência como o *Atlas Antroponimico de la Lusitania Romana* (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁBADA, 2003), e os trabalhos de Untermann (1965) e M<sup>a</sup> Albertos Firmat (1976).

Em relação aos metais, e apesar da opção de não incluir o estudo aprofundado deste tipo de espólio no âmbito do presente trabalho, procurámos encontrar paralelos e referências que nos permitissem ter uma noção do conjunto do espólio metálico da necrópole da Rouca, e em especial dos respectivos conjuntos funerários. Para tal socorremo-nos essencialmente dos trabalhos sobre os materiais das necrópoles de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966; e ANDRADE ET AL., 1957), e outras necrópoles romanas nos actuais distritos de Portalegre e Évora (PONTE, 1986). Tomámos ainda como referência as colecções de Conímbriga (ALARCÃO, 1994), e algumas publicações sobre objectos de adorno romanos (WALTERS, 1926; CARDOZO, 1962; CRAVINHO & SOUSA, 2005; entre outras). Por fim, no que diz respeito ao espólio de natureza orgânica que integra a amostra analisada, foi nossa intenção apenas perceber em que medida os materiais disponíveis (e em especial,

as amostras de material antracológico e osteológico) poderão representar perspectivas de estudos futuros sobre a população que habitou o actual sítio da Rouca durante a Antiguidade. Neste sentido, e sem pretender entrar no domínio da Antropologia Biológica, considerámos fundamentais as obras de carácter geral coordenadas por García Huerta & Morales Hervás (2001) e Prats (2004), e em particular alguns trabalhos sobre o registo arqueológico de cremações, como por exemplo os artigos da autoria de A. Kreuz (2000), Murail & Girard (2000), ou DUDAY (DUDAY ET AL., 2000). Note-se que, de um modo geral, a consulta dos inúmeros trabalhos da autoria de A. Viana e A. Dias de Deus sobre as escavações e espólio das necrópoles da região de Elvas foi transversal ao estudo dos diversos materiais que compõem a amostra da Col. MNA 0156 em análise, por constituírem, a nosso ver, os testemunhos mais próximos de uma realidade arqueológica que poderá ter sido comum à necrópole da Rouca.

#### IV. 1.1. CATÁLOGO E ESTUDO DOS MATERIAIS

Quer ao nível do tratamento quantitativo da amostra analisada, quer ao nível do respectivo tratamento e abordagem qualitativa, a elaboração de um Catálogo assumiu-se naturalmente como uma necessidade, e revelou-se uma imprescindível ferramenta metodológica que permitiu conferir coerência e organização ao conjunto que nos propusemos estudar. Para o tratamento e organização dos dados disponíveis procurámos respeitar, tanto quanto possível, as propostas apresentadas nas Normas Gerais de Inventário de Arqueologia (RAPOSO ET AL., 2000) e nas Normas de Inventário de Cerâmica Utilitária (CRUZ & CORREIA, 2007).

Conforme referido anteriormente no presente Capítulo, o Catálogo em anexo é composto por 184 Fichas Descritivas, cada qual correspondendo a um item estudado (peça ou conjunto de fragmentos) e à respectiva atribuição de um número de Catálogo, que preside a organização dos materiais ao longo do nosso trabalho. Foi nossa intenção reunir em cada Ficha Descritiva o máximo de informação sobre os materiais em estudo, de modo a garantir a sua correcta e exaustiva descrição, mas também a viabilizar a sua inquestionável identificação na eventualidade de futuros estudos sobre a colecção.

O ponto de partida para a criação de uma nova numeração para a amostra em estudo assentou na necessidade de garantir o pressuposto de que “*a uma peça corresponde um único número de inventário*” (RAPOSO ET AL., 2000, p. 23). Com vista a facilitar a gestão do espólio e o tratamento dos dados disponíveis, tomámos como exemplo a metodologia seguida por Nolen para o estudo das cerâmicas e vidros de Torre de Ares (NOLEN, 1994). Criou-se assim uma nova numeração para o Catálogo da amostra de materiais estudados, sendo cada **número de catálogo** precedido por uma sigla (prefixo) identificativa da (sub)categoria da peça ou fragmento(s) descrito. Convencionou-se que a lista de correspondências sigla – (sub)categoria de materiais seria a seguinte:

na categoria de Cerâmica Utilitária:

**ts** = para a subcategoria *Terra Sigillata*

**pf** = para a subcategoria cerâmica de paredes finas

**lu** = para subcategoria lucernas

**cc** = para a subcategoria cerâmica comum

**cco** = para a categoria de Cerâmica de Construção

**vi** = para a categoria de Vidros

**mt** = para a categoria de Metais

**mo** = para a categoria de Material Orgânico (ou Ecofactos)

**li** = para a categoria de Material Lítico

**epi** = para a categoria Epigrafia, subcategoria epigrafia latina.

SEPULTURA 14					
<b>Catálogo:</b>	ts-8		<b>Categoria:</b>	Terra Sigillata Hispânica	
<b>Nº Inv. MNA:</b>	15 656	<b>Forma:</b>	Prato	<b>Tipo:</b>	Drag. 36
<b>Localização MNA:</b>	<b>Contentor(es):</b>	1379	<b>Volume(s):</b>	7	<b>Proveniência:</b> Sepultura 14
<b>Descrição:</b>	Assentamento anelar com pé desenvolvido e ressalto. Paredes arqueadas. Bordo de extremo arredondado, em aba descaída. Forma de <i>Terra Sigillata</i> Hispânica Draggendorf 36.				
<b>Pasta:</b>	Pasta fina e compacta, bem depurada, de fractura regular, com quantidade abundante de grãos calcíticos. Cor vermelha clara ( <i>Munsell</i> , 2.5YR, 6/6).				
<b>Superfície:</b>	Ambas as superfícies da peça com aplicação de engobe de cor vermelha ( <i>Munsell</i> , 2.5YR, 4/8), homogéneo e brilhante.				
<b>Decoração:</b>	Bordo decorado com folhas de água de barbotina.				
<b>Marca/ Grafitos:</b>	Sem marca de oleiro. Grafito nominal pós-cozedura inscrito na superfície externa das paredes: MAX —				
<b>Dimensões:</b>	<b>Diâmetro da Base</b>		<b>Altura</b>		<b>Diâmetro de Abertura</b>
	3,5 cm		5,1 cm		18,8 cm
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom. Peça completa.				
<b>Bibliografia de Referência:</b>	COMFORT, 1959, p. 3, nº 7.				
<b>Cronologia:</b>	Segunda metade do séc. I – séc. IV d.C..				
<b>Foto:</b>					
<b>Desenho:</b>					
<b>Observações Gerais:</b>	Diferentes anotações junto a peça indicam: “Cont(entor) 1367 – vol(ume) 4/ Nec(rópole) da Rouca/ Alandroal/ MNAE 0156”; “Cont(entor) 1371 – vol(ume) 1/ Nec(rópole) da Rouca/ Alandroal/ MNAE 0156”; “Cont(entor) 1376 – vol(ume) 4/ Nec(rópole) da Rouca/ MNAE 0353”. Com base na consulta de Fichas de Contentores, constatou-se a peça originalmente inventariada com o número 15 656 na verdade corresponderia a um dos volumes 7 do contentor 1379, e não a qualquer das localizações supra-citadas.				

Fig. 1 – Exemplo de Ficha Descritiva utilizada no Catálogo em anexo, para o estudo do material arqueológico da Col. MNA 0156.

A numeração do Catálogo é, naturalmente, sequencial, mas no caso das duas placas funerárias provenientes da necrópole da Rouca, e uma vez que já constam do actual inventário informatizado do Museu Nacional de Arqueologia (Matriz), adoptou-se como número de catálogo a identificação correspondente aos respectivos processos epigráficos (EPI 581 e EPI 249). Relativamente ao material orgânico assumiu-se como opção mais funcional a criação de um código/sigla único (mo-), em virtude de muitos dos conjuntos de material orgânico que integram a Col. MNA 0156 serem compostos por diferentes subcategorias deste tipo de espólio (carvões, material osteológico, e/ou amostras de sedimento).

A este nível, e de acordo com as Normas Gerais de Inventário de Arqueologia, impõe-se clarificar que se assumiu como princípio básico a ideia de que “*todos os fragmentos que permitem uma reconstrução da peça a que pertenceram, podendo portanto ser objecto de uma análise tipológica, inventariam-se enquanto peça e não como fragmento. (...) Os fragmentos que não permitem uma reconstrução tal que possa ser objecto de análise tipológica são inventariados como fragmentos.*” (RAPOSO ET AL., 2000, p. 22). Todavia, e ainda que conscientes de que o inventário de peças arqueológicas deve justificar-se pelo

respectivo valor museográfico e científico (RAPOSO ET AL., 2000, p. 23), considerámos que, em virtude das características da Col. MNA 0156 e dos objectivos a que nos propomos no presente trabalho, seria útil o registo documentado de todos os materiais disponíveis, designadamente para efeitos de futura gestão da colecção.

Não obstante a atribuição do novo número de Catálogo, é igualmente apresentado o **número do Inventário Geral do Museu Nacional de Arqueologia** atribuído a cada um dos itens em análise aquando da respectiva incorporação na colecção de Arqueologia do então Museu Etnológico Português. Desta forma, procurou-se garantir uma perfeita articulação com os dados do Inventário Geral do museu depositário da colecção em estudo. Em caso de existência de dúvidas relativamente ao número de Inventário Geral MNA atribuído aos materiais, a indicação deste na Ficha Descritiva é seguida de (?), acrescentando-se a informação necessária no campo das «Observações». Com vista a assegurar uma correcta identificação dos materiais, esta informação é sempre conjugada com a indicação da referência de localização das peças nas Reservas da referida instituição museológica – indicação do número de **contentor e volume de armazenamento**. Para tal baseámo-nos nas anotações geralmente associadas aos materiais e, em caso de dúvidas, na consulta da listagem de conteúdo de contentores (designada, ao longo do presente trabalho, como Fichas de Contentores), disponibilizada pelo Departamento de Inventário de Colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

Na observação dos materiais que integram a Col. MNA 0156 verificou-se que, amiúde, o mesmo número de Inventário Geral (MNA) designa materiais diversos entre si. Nestes casos, e sempre que se tenha constatado estarmos perante peças distintas, optou-se pela elaboração de Fichas Descritivas individualizadas com a atribuição de um número de Catálogo próprio (atente-se, por exemplo, ao conjunto de materiais diversos identificado com o nº Inv. Geral MNA 15 687 mas correspondente aos números de Catálogo cc-1 a cc-6 e vi-1, que constitui o espólio integral das sepulturas 1-2). Outra das situações recorrentes na observação e análise dos materiais desta colecção prende-se com a identificação de eventuais colagens ou presumíveis associações de materiais devidamente identificados (com número de Inventário Geral MNA e contexto de sepultura conhecidos) com material de identificação e/ou proveniência duvidosas. Estas ocorrências encontram-se sempre devidamente assinaladas e registadas nas Fichas Descritivas dos materiais em questão (os materiais identificados no Catálogo em anexo como cc-4 – Sepultura 1 e 2, e vi-17 – Sepultura 15 são alguns dos exemplos representativos desta situação). Excepcionalmente registou-se a existência de alguns conjuntos de materiais que, apesar de identificados com diferentes números de Inventário Geral (MNA), se tornou evidente corresponderem a uma única peça (veja, por exemplo, as peças identificadas como cc-31 – Sepultura 12, e pf-9 – Sepultura 14). Nestas situações, tornou-se inevitável abordar com bastantes reservas a identificação e contexto de achado dos materiais, e pondera-se a hipótese de, ainda num momento anterior à elaboração do Inventário Geral (MNA), se ter registado a desarticulação de conjuntos exumados durante a escavação da necrópole, explicando assim a atribuição de diferentes números de inventário a parcelas de um mesmo conjunto. Sempre que se tenha considerado verosímil diferentes conjuntos de materiais pertencerem à mesma peça, não se tendo contudo verificado a confirmação de tal possibilidade através de eventuais

colagens entre fragmentos, optou-se por apresentar e descrever os diferentes conjuntos em Fichas Descritivas individuais, acrescentando-se a devida informação nas «Observações» (como por exemplo, vi-10 – Sepultura 4). Em qualquer caso, face à ambiguidade dos dados disponíveis (e à frequente contradição entre estes), mantivemos a opção de privilegiar as informações contidas no Inventário Geral (MNA), sempre que devidamente fundamentadas pelos resultados da observação e estudo dos materiais. A caracterização dos itens estudados passa necessariamente pelo seu enquadramento numa das **categorias artefactuais** (e eventual subcategoria) genericamente definidas para o presente estudo em função da natureza da amostra em análise (as categorias e subcategorias em questão correspondem às anteriormente apresentadas ao longo deste capítulo). Procedeu-se também à identificação da **forma**, ou seja, a indicação da denominação da peça entendida como “*a identidade estrita e inequívoca do objecto, regra geral tendo em conta a sua função*” (RAPOSO ET AL., 2000, p. 19). Em relação a este aspecto em particular, e no que concerne à terminologia usada na descrição formal das peças, procurou-se utilizar uma linguagem simples e uniforme que permitisse um discurso claro e inteligível, aliado a um conhecimento preciso das características distintivas de cada peça. A consulta das obras de referência anteriormente enunciadas (IV.1.) revelou-se essencial para a definição do método de análise a aplicar no estudo de cada categoria de materiais, bem como no apuramento da linguagem e terminologia a adoptar na respectiva descrição. Tomando por base a perspectiva apresentada por J. Alarcão para o estudo da cerâmica comum de Conímbriga (ALARCÃO, 1974a, p. 31 e 35), mas alargando-a à análise dos diferentes materiais que integram a amostra em estudo (designadamente cerâmicas e vidro), optou-se, tanto quanto possível, pela utilização de nomes da linguagem corrente para designar as diferentes formas representadas nas diversas (sub)categorias. Na eventualidade de se tratar de um conjunto de fragmentos não diagnósticos ou inclassificáveis, designou-se a forma como «indeterminada». Relativamente à nomenclatura das partes constituintes dos recipientes e morfologia dos mesmos demos, uma vez mais, especial atenção às propostas de Alarcão (1974a, p. 35-37), Balfet (BALFET ET AL., 1983, p. 24-35), e Cruz & Correia (2007, p. 58-66). Ao falar-se de espólio cerâmico ou vítreo, a identificação do **tipo** assumiu fundamental importância, quer através do reconhecimento de formas tidas já como referentes culturais e cronológicos (no caso das cerâmicas finas e vidros); quer, no caso da cerâmica comum, através da criação da nossa própria proposta de classificação tipológica (conforme Cap. IV.1.2.). Para materiais como o espólio metálico ou as placas funerárias, a informação relativa ao «tipo» foi substituída pela informação referente à «matéria» (indicação do material de suporte ou matéria-prima dos itens em estudo).

A descrição das peças constantes do nosso Catálogo obedeceu a alguns princípios gerais que importa clarificar. Assim, e conforme proposto nas Normas Gerais de Inventário de Arqueologia, a descrição é feita do geral para o particular; no sentido da base para o topo da peça; e a caracterização da forma e estrutura precede sempre a informação relativa aos elementos decorativos e acessórios (RAPOSO ET AL., 2000, p. 35-36). Todas as medidas são indicadas em centímetros, correspondem às medidas máximas das peças (no caso de peças incompletas ou muito fragmentadas, as medidas apresentadas são medidas estimadas, conforme indicação na respectiva Ficha Descritiva), e a respectiva ordem de

indicação respeita o princípio geral da descrição das peças – da base para o topo. De um modo geral, são indicadas as medidas correspondentes ao diâmetro da base, altura, (diâmetro máximo do bojo, no caso de formas fechadas), e diâmetro de abertura. No que se refere aos vidros, acrescentámos ainda a indicação do valor de espessura média da peça ou fragmentos. Registe-se que, nalguns casos, as dimensões apresentadas nas Fichas Descritivas do nosso Catálogo não correspondem exactamente às dimensões mencionadas nas Fichas do Inventário Geral MNA. Julgamos que a discrepância verificada entre alguns valores poderá dever-se às vicissitudes inerentes ao processo de inventariação dos materiais, designadamente à ausência do rigor exigido pela representação gráfica das peças, o que permitiria a posterior confirmação dos dados. Noutras situações, constatou-se que as dimensões apresentadas nas Fichas do Inventário Geral MNA indiciam claramente que, à data do registo de inventário e medição da peça, esta ainda apresentaria o perfil completo, ao contrário do que se observa actualmente (veja-se, por exemplo, a peça identificada no presente Catálogo como cc-65, atribuída à sepultura 33). Outro aspecto a atentar ao longo do presente trabalho, nomeadamente aquando da transcrição de dados contidos nas Fichas do Inventário Geral MNA, prende-se com o facto de no referido inventário as medidas serem indicadas em metros.

Complementando a descrição dos materiais apresenta-se, no caso da cerâmica, a identificação da cor da pasta (para o efeito recorreu-se à tabela cromática *Munsell Soil Color Charts*) e do **grupo de fabrico** correspondente (quando se trate de cerâmica comum) ou centro de fabrico (quando se tratem das chamadas cerâmicas finas). No caso do material vítreo, apresentamos uma referência genérica à qualidade do vidro (ocorrência e frequência de bolhas de ar e impurezas) e aspecto geral da respectiva superfície, tendo por base a terminologia e esquema adoptados por J. Nolen no estudo dos vidros de São Cucufate (NOLEN, 1988) e Torre de Ares (NOLEN, 1994). No que se refere à cerâmica procurou-se também caracterizar os **cuidados de acabamento** (tratamento das superfícies da pasta e elementos decorativos), bem como documentar a eventual presença de **marcas de oleiro** nos exemplares de *sigillata*, e a possível existência de **grafitos/ inscrições** nas peças. Quanto ao **estado de conservação** dos materiais, adoptou-se a proposta estabelecida nas Normas Gerais de Inventário de Arqueologia, apresentando-se assim cinco classificações possíveis: muito bom (peça em perfeito estado de conservação), bom (peça sem problemas de conservação mas podendo apresentar falhas), regular (peça que apresenta lacunas e que necessita de intervenção de conservação e restauro, ou fragmento que permite a reconstituição do original), deficiente e mau (situações em que não é viável a identificação e reconstituição da forma original da peça em virtude do precário estado de conservação dos materiais) (RAPOSO ET AL., 2000, p. 52). A Ficha Descritiva padrão inclui ainda a indicação do **âmbito cronológico** inferido para os materiais em análise, a respectiva **foto** (com a utilização de uma escala de 5 cm ou 15 cm, em função das dimensões da peça ou fragmentos) e, sempre que possível, o respectivo **desenho** técnico de reconstituição arqueológica. Esta recolha e apresentação de informação gráfica visou possibilitar uma imediata análise genérica das características dos materiais, de modo a assegurar a identificação inequívoca dos mesmos. Nas Fichas Descritivas poderá constar igualmente a menção a **bibliografia de referência** (na eventualidade dos materiais descritos se encontrarem publicados são



indicadas todas as obras nas quais são citados) e o preenchimento do campo dedicado às «Observações», sempre que se justifique a indicação de informações complementares ao estudo da peça (como por exemplo, a identificação de paralelos conhecidos, eventuais colagens ou associações a outros materiais da colecção, incongruências nos dados disponíveis, etc.).

Relativamente à organização das Fichas Descritivas ao longo do Catálogo em anexo interessa ainda tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, atente-se que as várias Fichas Descritivas foram agrupadas por contexto de sepultura, isto é, convencionou-se (acima de qualquer outro critério) agrupar todos os itens atribuídos a um idêntico contexto de sepultura, privilegiando-se assim o contexto de achado em relação à diversidade de categorias de materiais que integram a colecção. Em segundo lugar, a organização das Fichas Descritivas de um conjunto de peças atribuídas ao mesmo enterramento baseou-se na conciliação de dois critérios chave: por um lado, as diferentes categorias (e subcategorias) de materiais representados; e, por outro, a representatividade dos mesmos, representatividade esta que deve ser entendida em termos de significância no panorama geral do conjunto em estudo, e não em termos de expressão numérica. A representatividade dos materiais foi considerada proporcional à relevância que os mesmos podiam assumir enquanto fontes de informação (cronológica, cultural, tecnológica, etc.) para o conhecimento e caracterização da realidade arqueológica da Rouca. Assim sendo, no Catálogo em anexo, a distribuição das Fichas Descritivas de um conjunto de materiais com o mesmo contexto de achado obedece à seguinte sequência:

**Cerâmica Utilitária:**

*Terra sigillata*

Cerâmica de Paredes Finas

Lucernas

Cerâmica Comum

**Cerâmica de Construção;**

**Vidros;**

**Metais;**

**Material Orgânico;**

**Material Lítico;**

**Placas Funerárias.**

Em relação à sequência apresentada, e tendo em conta o critério de organização acima referido, convirá justificar a posição assumida pela categoria Cerâmica de Construção no conjunto do espólio disponível. Importa ressaltar que, não obstante estarmos conscientes das limitações (enquanto fonte informativa) dos exemplares de cerâmica de construção que integram a amostra estudada, considerou-se que seria uma mais-valia em termos de inteligibilidade do discurso agrupar as várias categorias de material cerâmico na apresentação do espólio em análise. Esta sequência foi também respeitada sempre que, no Catálogo em anexo, nos referimos aos materiais não identificados ou localizados na Col. MNA 0156

(Catálogo – «Observações Gerais»), cuja informação conhecida se resume aos dados constantes das respectivas Fichas de Inventário Geral MNA.

No caso das cerâmicas e vidros, e como mero artifício metodológico com vista a uma mais eficaz sistematização e normalização do tratamento dos dados, concebeu-se que à apresentação das peças com formas fechadas deveria seguir-se a apresentação das peças com formas abertas. Por último, e atendendo ao segundo critério enunciado, a organização das Fichas Descritivas referentes a uma mesma (sub)categoria de materiais teve em conta a distinção fundamental entre peças ou fragmentos identificáveis e fragmentos não diagnósticos ou fragmentos inclassificáveis. Neste sentido, a catalogação dos materiais por categoria ou subcategoria respeitou a seguinte organização: em primeiro lugar, procedeu-se ao registo e inventariação das peças completas, seguidas das peças incompletas ou fragmentadas mas com a forma passível de reconstituição e devidamente identificada; em segundo lugar, os considerados fragmentos diagnósticos, ou seja, os *“fragmentos identificáveis como partes significativas da morfologia do vaso (bordos, fundos, asas, fragmentos decorados, etc.)”* (CRUZ & CORREIA, 2007, p. 17); e, por último, os fragmentos não diagnósticos e os fragmentos inclassificáveis.

#### IV. 1. 2. CERÂMICA COMUM – PASTAS, TIPOLOGIAS E GRUPOS DE FABRICO

A cerâmica comum constitui o grupo mais significativo da totalidade dos materiais arqueológicos estudados para o presente trabalho, correspondendo a 38% da globalidade da amostra em análise, e a cerca de 65% do conjunto de material cerâmico estudado.

Em primeiro lugar importará esclarecer que, adoptando a perspectiva de I. Vaz Pinto, entendeu-se por cerâmica comum *“aquela que é produzida com técnicas de olaria vulgares e bem disseminadas, isto é, a cerâmica modelada à mão ou ao torno, cozida em ambiente redutor ou ambiente oxidante, por processos rudimentares ou em forno de chama viva (...), que pode ter decoração e engobe não vitrificado, não requer centros de fabrico especializados, e que se destina à satisfação das necessidades de cozinha, mesa, higiene, armazenamento, transformação dos produtos agrícolas e transporte a curta distância da unidade doméstica, da exploração agrícola ou da pequena indústria”* (2003, p. 59-60).

A partir da observação macroscópica da cerâmica comum à lupa manual (com uma magnificação máxima de 15x), pretendeu-se identificar as características distintivas de cada pasta (tipo, textura, cor; natureza, forma e frequência dos elementos não argilosos; tipo de cozedura), com vista à posterior diferenciação de grupos de fabrico, ou seja, *“conjuntos de peças cujas pastas, de acordo com a observação macroscópica, têm características semelhantes a nível da composição mineralógica, natureza, percentagem e proporções relativas dos diferentes tipos de inclusões, textura e cozedura”* (PINTO, 2003, p. 67). Para a caracterização das pastas, e designadamente para a avaliação da proporção e forma das inclusões recorreremos à obra da autoria de Tomber & Dober (1998); e, para a identificação da cor das pastas utilizámos como código cromático a obra *Munsell Soil Color Chart*, registando-se a indicação da cor em português e a referência correspondente. Na definição dos grupos de fabrico, para além da composição mineralógica da pasta e do tratamento das superfícies das peças, tivemos em conta dois pressupostos fundamentais - cerâmicas de pastas com a mesma composição mineralógica, mas com cozeduras diferentes, correspondem a tipos de fabrico diferentes (PINTO, 2003, p. 70); e a decoração não é necessariamente um elemento distintivo de fabricos, pelo que formas lisas e formas decoradas podem integrar um mesmo fabrico (ALARCÃO, 1974a, p. 26). Com base nesta análise prévia, procurámos registar as diferentes formas representadas – tipos – e inferir da sua representatividade para cada grupo de fabrico. Atentou-se ao tratamento das superfícies do material cerâmico analisado, com o intuito, não só de uma caracterização mais rigorosa das peças, mas também de averiguar a existência de eventuais regularidades entre os vários tipos de acabamento e/ou padrões decorativos e os diferentes tipos identificados. Registe-se que, no caso da cerâmica comum que integra a Col. MNA 0156, o precário estado de conservação de uma significativa percentagem dos materiais (associado certamente a fenómenos tafonómicos, e às vicissitudes do respectivo processo de exumação e acondicionamento) dificultou (e, por vezes, impossibilitou) a caracterização e classificação precisa das pastas, a determinação do respectivo grupo de fabrico, e a identificação do tratamento das superfícies. Frequentemente a aparência actual dos conjuntos de fragmentos analisados suscitou dúvidas em relação ao modo de cozedura das peças, uma vez que eventuais efeitos da exposição dos materiais à acção do

fogo se revelaram facilmente confundíveis com os produtos de uma cozedura em modo B ou de sobrecozedura.

No que diz respeito à terminologia utilizada na nomenclatura das formas e designação dos diferentes tipos recorreremos fundamentalmente ao estudo da cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985; 1995-1997), conciliando-o sempre que possível com a proposta de Balfet (BALFET ET AL., 1983) e Alarcão (1974a), e com os trabalhos sobre a cerâmica comum de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981) e São Cucufate (PINTO, 2003). Relativamente à nomenclatura das partes dos recipientes, baseámo-nos sobretudo nas já referidas obras de Balfet (BALFET ET AL., 1983) e Alarcão (1974a), e nas normas de inventário de cerâmica comum propostas por Cruz & Correia (2007).

## PASTAS

Através da análise da cerâmica comum proveniente dos conjuntos funerários da necrópole da Rouca foi possível identificar cinco grupos de pastas distintos (grupos A a D, e uma pasta cinzenta fina), quatro dos quais admitindo o respectivo desdobramento em duas ou mais variantes. Tal como no modelo seguido por Nolen, convencionou-se que a variante 1 de cada grupo corresponderia à variante mais grosseira, com pior caracterização granulométrica e/ou com maior abundância de elementos não plásticos (NOLEN, 1985, p. 19).

### PASTA A

A pasta A representa a maioria dos exemplares de cerâmica comum provenientes dos conjuntos funerários da Rouca, com um total de 31 peças, perfazendo assim cerca de 44% da amostra total de cerâmica comum analisada. Trata-se de uma pasta não calcária, que se caracteriza pela quantidade abundante de minerais félsicos, entre os quais sobressaem os minerais feldspáticos e quartzo. Comparativamente às pastas B e C identificadas na amostra de cerâmica analisada, a pasta A apresenta uma percentagem de minerais ferromagnesianos menos evidente, ainda que, de um modo geral, estes elementos não argilosos registem uma presença abundante. A presença de grãos poliminerálicos, de calibre médio, nas variantes A-1 e A-2 confere-lhes uma textura grosseira a média grosseira e granulosa, especialmente evidente na variante A-1. Das três variantes propostas, as variantes A-2 e A-3 distinguem-se pela significativa presença de micas brancas. A variante A-3 corresponde a uma pasta bem depurada e com um tratamento cuidado das superfícies. De textura fina e compacta, com elementos não argilosos de calibre fino, esta variante revela escassa presença de grãos poliminerálicos. A forma angulosa a subangulosa das inclusões sugere-nos uma pasta derivada de argilas residuais. A coloração desta pasta varia entre as tonalidades vermelha a castanha avermelhada na variante A-1 (*Munsell*, 2.5YR, 4/4 – 5/8 e 5YR, 4/4 – 5/4), e entre os tons castanho amarelado a castanho amarelado claro na variante A-3 (*Munsell*, 10YR, 5/4 – 6/4). A variante A-2 revela uma coloração mais heterogénea que compreende tons que vão do vermelho, vermelho amarelado ou amarelo avermelhado, ao castanho avermelhado, castanho muito claro e cinzento-escuro (*Munsell*, 2.5YR 5/6 – 5/8; 5YR 4/1 – 6/4; 7.5YR 6/6; 10R 4/6 – 7/4).

Para a pasta A da Rouca não encontramos paralelos na cerâmica comum de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), cujas pastas com predomínio de minerais félsicos (II e III) se caracterizam pela abundância de quartzo mas escassez de feldspato e mica (VIEGAS ET AL. 1981, p. 65). De um modo genérico, a nossa pasta A encontra paralelos na pasta C definida por Nolen para a cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas, nomeadamente no que respeita ao predomínio de minerais feldspáticos (NOLEN, 1985, p. 21 e 24). Contudo, há que notar diferenças assinaláveis entre as duas pastas: por um lado, o facto da pasta C de Nolen apresentar uma única variante, de textura grosseira e porosa; e por outro, a escassez de minerais máficos e mica que, segundo a autora, caracterizam a referida pasta. Em termos de composição mineralógica, diríamos que a pasta da Rouca se aproxima da pasta C definida por Nolen, em termos de percentual de minerais feldspáticos; mas, no que concerne à representatividade de minerais máficos e mica, apresenta características comuns à variante A-3 da cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 21).

Total de peças representadas: 31 (variante A-1: 8; variante A-2: 21; variante A-3: 2).

#### PASTA B

A pasta B corresponde a uma pasta não calcária, de textura média-grosseira (variante B-1) a compacta (variante B-3). Distingue-se fundamentalmente pela presença muito abundante de micas brancas (moscovite). Paralelamente regista uma abundante quantidade de minerais ferromagnesianos, e a presença comum de minerais félsicos (quartzo e feldspato). No que diz respeito à presença de grãos poliminerálicos, esta regista-se essencialmente nas variantes B-1 e B-2, correspondendo a variante B-3 a uma pasta bem depurada e fina. Os grãos, de calibre médio a médio-fino e com contornos angulosos e subangulosos, indiciam estarmos perante uma pasta de barros residuais. A coloração desta pasta revela-se bastante homogénea, variando entre tons de vermelho a amarelo avermelhado nas suas variantes B-1 e B-2 (*Munsell*, 2.5YR, 4/6 – 5/8; 5YR, 5/8; 10R, 4/8). Na variante B-3 as tonalidades variam entre o vermelho, vermelho amarelado, castanho avermelhado, e cinzento-escuro (*Munsell*, 2.5YR, 5/8; 5YR, 5/4-5/6; 7.5YR 4/0).

Não encontramos paralelos exactos para este tipo de pasta em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), e por análise comparativa sugerimos uma aproximação à variante 3 da pasta A definida por Nolen (1985, p. 21 e 24), igualmente caracterizada pela presença abundante de mica e minerais máficos. De um modo geral, não julgamos viável uma identificação com a pasta B identificada para a cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas, em virtude da relevante ausência (ou quase ausência) de minerais máficos na sua composição (NOLEN, 1985, p. 21). A variante 3 da pasta B de Nolen poderia considerar-se um possível paralelo para a nossa pasta, excepto no que respeita à já referida escassez de minerais ferromagnesianos (NOLEN, 1985, p. 21).

Total geral de peças representadas: 14 (variante B-1: 3; variante B-2: 9; variante B-3: 2).

## PASTA C

A pasta C, identificada para cerca de 13 itens da cerâmica comum estudada (cerca de 18,6% do total da amostra), apresenta características aproximadas às da pasta B, anteriormente descrita. Corresponde a uma pasta não-calcária, de textura média (variante C-1) a média-fina (variante C-2), que se caracteriza essencialmente pela grande abundância de minerais ferromagnesianos (aqui representados em maior quantidade do que na pasta B). Paralelamente é de registar a abundante presença de minerais félsicos, como o feldspato e o quartzo, e a presença comum a escassa de grãos poliminerálicos. A mica é, de um modo geral, escassa, sendo especialmente rara na variante A-1, mas podendo assumir uma expressão significativa na variante A-2. Os grãos são de contorno anguloso e subanguloso, sugerindo tratar-se de uma pasta derivada de barros residuais, à semelhança das anteriores. A coloração desta pasta é, de um modo geral, bastante homogénea, variando entre as tonalidades vermelha, amarela avermelhada, e castanha a castanha acinzentada (*Munsell*, 2.5YR 4/8 – 5/8; 5YR 6/6 – 6/8; 7.5YR 5/4).

Pelas suas características, consideramos esta pasta comparável à pasta A da cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 21 e 23), e à pasta I da cerâmica comum da necrópole de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 65).

Total geral de peças representadas: 13 (variante C-1: 5; variante C-2: 8).

## PASTA D

A pasta D (nas suas variantes D-1 e D-2) corresponde à pasta mais fina registada entre os grupos de fabrico identificados a partir da análise da cerâmica comum proveniente dos conjuntos sepulcrais da Rouca. Trata-se de uma pasta não calcária, de textura fina/ branda, que se distingue pela grande abundância de mica, e pela presença comum a escassa de minerais máficos e minerais félsicos. A presença de grãos poliminerálicos (de contorno rolado e subrolado, e calibre médio a médio-fino) está documentada em especial na variante D-1 mas, de um modo geral, é escassa. Esta pasta apresenta uma textura compacta, ainda que nalguns exemplares da variante D-1 se verifique a presença de vacúolos, conferindo-lhe alguma porosidade. Outra das particularidades desta pasta é a aparente presença de pontos de cerâmica moída, de calibre fino. A coloração é bastante homogénea e distintiva, oscilando entre as tonalidades amarela avermelhada e rosa (*Munsell*, 7.5YR, 7/6 – 8/6).

Mais uma vez não encontramos paralelos para este tipo de pasta na cerâmica comum de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), mas consideramos que a pasta D da Rouca encontra correspondência na pasta H da cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p.21, 25-26), e na pasta E da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 15-16). Segundo Nolen, e com base nas características da pasta e nas semelhanças registadas entre a variante H-2 e a pasta mais grosseira utilizada no fabrico emeritense de paredes finas, deverá atribuir-se a esta pasta uma origem não regional (exterior ao contexto do território do actual Alto Alentejo), muito provavelmente situada nas proximidades de Mérida (NOLEN, 1985, p. 30).

Total geral de peças representadas: 10 (variante D-1: 4; variante D-2: 6)

## PASTA CINZENTA FINA

Com uma composição mineralógica comum à da nossa pasta B, e com uma textura e classificação comparáveis à variante B-3, dispomos de duas peças cujo fabrico se impõe individualizar: **cc-31** (sep. 14) e **cc-56** (sep. 29) correspondem aos chamados «potinhos alentejanos», com decoração impressa e geralmente associados a uma cozedura em fornos redutores (modo B). A peça cc-31 foi torneada numa pasta fina cinzenta escura (*Munsell* 7.5YR, 4/0), bem depurada, que encontra paralelos não só nas necrópoles elvenses (NOLEN, 1985) e Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), mas também em estações do Baixo Alentejo – São Cucufate (PINTO, 2003), Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966); e em Torre de Ares (NOLEN, 1994), e Conímbriga (ALARCÃO, 1974a). Trata-se de uma pasta derivada de argilas residuais, cuja abundante presença de minerais ferromagnesianos e elevada percentagem de feldspato indiciam uma origem local/ regional, e permitem associá-la ao fabrico dos potinhos ditos «alentejanos» documentados nas necrópoles elvenses e em Santo André (NOLEN, 1985, p. 114-115). Segundo Pinto, “a cerâmica cinzenta alentejana deve ser uma novidade que acompanha a instalação da colónia de Pax Iulia, trazida por oleiros vindos de fora” (2003, p. 647), sugerindo uma maior identificação com o gosto romano pelas cerâmicas negras ou cinzentas do que com a tradição oleira indígena. A peça cc-53 revela uma coloração irregular, manchada, o que, a nosso ver, e tendo com conta as semelhanças entre o tipo de pasta utilizada para fabrico das duas peças, pode ser interpretado como resultado de irregularidades no processo de cozedura (ALARCÃO, 1974a, p. 59), mais do que sinónimo de um fabrico distinto. No estudo da cerâmica comum de Torre de Ares, estabelece-se uma diferenciação entre cerâmica cinzenta propriamente dita e pastas feldspáticas, regra geral associadas a peças manchadas, ainda que se considere provável uma origem comum para ambas, e se reconheça que as peças de pastas feldspáticas tendem a reproduzir formas típicas para a cerâmica cinzenta (NOLEN, 1994, p. 126-127). Questionamo-nos se poderão tratar-se de produtos fabricados em alturas sensivelmente diferentes, com pastas ligeiramente diferentes (NOLEN, 1985, p. 114). Tendo em conta os estudos da cerâmica comum das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 114-115 e 214-215) e de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 102-103), e a análise das peças da Rouca, optámos por associar ambas ao mesmo tipo de pasta, e ao mesmo grupo de fabrico.

Total geral de peças representadas: 2

## TIPOS

### BILHAS

Os conjuntos funerários da Rouca forneceram 13 bilhas, das quais apenas oito apresentam o perfil completo ou passível de reconstituição. A ausência de colo e bordo em cinco dos exemplares disponíveis condicionou a definição e caracterização das formas. Em virtude desta situação, e tendo em conta as características dos materiais analisados, interrogamo-nos se as bilhas de colo alto e cilíndrico, com bordo simples ou espessado (voltado para o exterior), presentes nos espólios de Santo André – bilhas de tipo 2 (VIEGAS ET AL., 1981, p. 78, Est. XXXVI, E 5.18; Est. XXXVII, E 6.6) e das necrópoles alto-alentejanas –

bilhas de tipo 2 (NOLEN, 1985, p. 44-47, Ests. VIII a X, nºs 61 a 67), estariam também representadas na necrópole da Rouca. Exemplos das dificuldades registadas ao nível da caracterização formal e tipológica das bilhas da Rouca são as peças incompletas cc-21 e cc-47, provenientes, respectivamente, das sepulturas 6 e 18. A sua caracterização e respectiva integração numa categoria tipológica revelou-se dúbia, pelo que se optou por considerar as duas peças individualmente, referindo-se possíveis paralelos que nos aproximem de uma classificação formal verosímil.

De um modo geral, e similarmente ao verificado em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981) e nas necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985), verifica-se um claro predomínio das bilhas de colo estreito em relação aos jarros de colo largo (de que dispomos apenas de um exemplar). Esta aparente preferência pelas formas fechadas coloca-nos perante uma questão já previamente formulada por Nolen no seu estudo sobre a cerâmica comum alto-alentejana: o abastecimento das populações que habitaram o território actualmente alto alentejano à época romana seria feito pelas mesmas oficinas oleiras, o que explicaria o uso e a frequência do mesmo tipo de formas; ou, os hábitos de consumo e de uso doméstico seriam idênticos e, como tal, a opção pelas mesmas formas seria natural (NOLEN, 1985, p. 35). De qualquer modo, a amostra estudada revela um inequívoco predomínio do uso de pastas derivadas de barros residuais e com abundância de minerais máficos, indiciando portanto uma origem local/regional para as bilhas fornecidas pelos conjuntos funerários da Rouca. Apenas um exemplar (cc-26) entre os 13 analisados apresenta uma pasta distinta, fina, e com características comuns ao fabrico de cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992). De salientar ainda a diversidade de formas documentadas no conjunto estudado, algumas delas sem paralelos conhecidos (cc-50 e cc-51), facto que nos leva a pensar que a população da Rouca terá sido abastecida por diferentes oficinas, a sua maioria integrando, muito provavelmente, os perímetros comerciais da região de Vila Viçosa e Elvas (NOLEN, 1985, p. 36).

### **TIPO I – BILHAS DE BOJO EM FORMA DE FALSA CABAÇA**

(Catál. cc-3, sep. 1-2; cc-52, sep. 29)

O nosso tipo I corresponde a uma das formas mais típicas das bilhas de produção alentejana, documentado no espólio da Rouca através de dois exemplares com bojo em forma de falsa cabaça, e aplicação de engobe vermelho. Esta forma encontra os seus paralelos mais aproximados nas bilhas de tipo 3-b de Nolen (1985, p. 49-50 e 180, Est. XI, nºs 73, 74, 75, 76) e nas bilhas de tipo 3 de Santo André (VIEGAS ET AL, 1981, p. 79-81, Est.s XXI, XLI, LV, LVII, LX, D 13.7, E 10.4, E 10.5, I 1.1, I 3.1, J 1.7). Tal como se verifica na maioria dos exemplares de Santo André e das necrópoles alto-alentejanas, também as peças da Rouca foram torneadas em pastas de barros residuais, com abundância de minerais ferromagnesianos (pastas A e B), e com a aplicação de engobes de cor vermelha a vermelha escura (*Munsell*, 2.5YR, 4/8 e 10R, 3/6) cobrindo as superfícies externas de, pelo menos, toda a metade inferior do bojo (no caso de cc-52 os fragmentos de colo disponíveis apresentam também engobe vermelho, pelo que se coloca a hipótese deste tipo de acabamento ter sido usado na totalidade da peça). Em termos formais, o facto de apenas dispormos de peças incompletas, e nomeadamente a ausência de colos e



bordos, impossibilita uma caracterização formal mais precisa e concreta das bilhas em forma de falsa cabaça representadas nos conjuntos funerários da Rouca. Assim sendo, questionamo-nos se o nosso tipo I encontraria paralelos na associação colo baixo e afunilado/ bordo simples e voltado para o exterior que caracteriza a maioria das bilhas engobadas de tipo 3 de Santo André (VIEGAS ET AL, 1981, p. 80) e o fabrico dos tipos 3-a e 3-b das bilhas das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 48-50). Atendendo apenas às características das pastas utilizadas no fabrico das peças da Rouca, consideramos verosímil tratar-se de uma produção local, mas não nos é possível estabelecer uma identificação fundamentada com os centros produtores das bilhas das necrópoles alto-alentejanas e de Santo André. Se, por um lado, os paralelos identificados em território actualmente português (em especial, a grande quantidade de peças desta tipologia provenientes da necrópole de Santo André), e a quase ausência de paralelos contemporâneos conhecidos fora do nosso território, reforçam a ideia de se tratar de um fabrico de âmbito local/ regional, com produção e mercados de escoamento bem localizados espacio-temporalmente; por outro lado, julgamos pertinente que, em paralelo com a hipótese da existência de uma oficina especializada no fabrico deste tipo de bilhas na região de Montargil (VIEGAS ET AL., 1981, p. 79-81; NOLEN, 1985, p. 48), se conceba a possibilidade da existência de outros centros oleiros na região alto-alentejana que se tenham dedicado ao fabrico da mesma forma (possível imitação da produção de Montargil?).

Com base nos paralelos conhecidos, Nolen propõe para esta forma uma cronologia da segunda metade do séc. I – primeiro quartel do séc. II d.C. (NOLEN, 1985, p. 49-50; NOLEN, 1995-1997, p. 368). Esta cronologia parece ser corroborada pelos exemplares da Rouca: por um lado, pela associação da peça cc-3 a uma tigela que imita a forma de *sigillata* Draggendorf 35, tipo de produto cerâmico especialmente difundido durante a segunda metade do séc. I – meados do séc. II d.C.; e, por outro lado, pelo conjunto de materiais datantes provenientes do mesmo contexto de sepultura de cc-52 (a associação à forma de paredes finas Mayet XXXVIII, e às formas de *sigillata* hispânica Draggendorf 29 e 15/17, esta última correspondente à primeira variante do fabrico hispânico da mesma, sugerem um âmbito cronológico fundamentalmente da segunda metade do séc. I d.C., com um *terminus ante quem* que não se prolongará para além de inícios do séc. II).

De registar, entre o espólio que compõe a Col. MNA 0156, a existência de uma bilha em forma de falsa cabaça, identificada com o nº Inv. MNA 15 611 mas sem indicação de contexto de sepultura. A peça encontra-se quase completa pelo que permite uma melhor caracterização e uma possível aproximação ao fabrico desta forma documentado no espólio da necrópole da Rouca. Distingue-se pelo colo relativamente curto, bordo voltado para o exterior e uma asa de fita, com a aplicação de engobe vermelho (*Munsell*, 10R, 4/8) cobrindo toda a zona do bojo. A pasta utilizada corresponde à nossa variante A-1, reforçando assim a probabilidade de uma origem local/regional para este fabrico. Da mesma colecção consta ainda um fragmento de base e bojo de bilha com possível forma de (falsa) cabaça, sem identificação de nº Inv. MNA e com origem incerta (contentor 1404, vol. 7). Trata-se, uma vez mais, de uma peça torneada na nossa pasta A (A-2) e com vestígios de aplicação de engobe vermelho (*Munsell*, 10R, 5/8 - 4/8) na zona

do bojo. A confirmar tratar-se da mesma peça a que pertence o conjunto de fragmentos de bordo e asa identificados apenas como um dos volumes 3 do contentor 1404 (Col. MNA 0156), (conforme estamos em crer com base na nossa observação dos materiais), consideraríamos a possibilidade de estar perante produtos de uma mesma olaria, pelo menos, no que se refere a cc-3, e às peças identificadas com o nº Inv. MNA 15 611 e como volumes 7 e/ou 3 de contentor 1404.

## **TIPO II – BILHAS DE BOJO ALTO, COLO RELATIVAMENTE CURTO E AFUNILADO, E BORDO VOLTADO PARA O EXTERIOR**

### **TIPO II-a: BILHAS COM BORDO EM ABA**

(Catál. cc-35, sep. 15; cc-36, sep. 15)

Esta variante do tipo II está representada pela peça incompleta cc-35 e por um conjunto de fragmentos de bordo (cc-36) que, pelas evidentes semelhanças com o bordo da primeira, se considerou verosímil pertencerem a uma peça de tipologia idêntica. Caracteriza-se pelo colo relativamente curto e afunilado, e bordo em aba horizontal. O bojo, reconstituído em função dos fragmentos disponíveis, apresentar-se-ia ovóide ou, mais provavelmente, com carena arredondada a meia altura do bojo. Não nos foi possível identificar na cerâmica comum alto-alentejana quaisquer paralelos para o colo com ressalto interno e bordo em aba que caracterizam cc-35. Os paralelos mais aproximados (em termos de perfil do bojo e/ou características do bordo) parecem encontrar-se em duas bilhas provenientes de Serrones, que ilustram os tipos 1-b e 1-f definidos por Nolen, para os quais a autora defende uma cronologia de época flaviana até ao primeiro quartel ou primeira metade do séc. II (NOLEN, 1985, p. 38-39, Est.s III e IV, nºs 17 e 25; NOLEN, 1995-1997, p. 367). Se concebermos um perfil carenado para o bojo de cc-35 é possível ainda estabelecer paralelos (no que respeita ao perfil do bojo) com uma bilha proveniente de Horta das Pinas, correspondente ao tipo 2-a de Nolen, com cronologia idêntica à dos tipos anteriormente citados (NOLEN, 1985, p. 44-45, Est. VIII, nº 61; NOLEN, 1995-1997, p. 368). Nas formas documentadas em Santo André sugerimos, em termos genéricos, uma aproximação às bilhas de tipos 1-a e 1-b, e semelhanças com exemplares de tipos 2-a e 2-b, mas em nenhum dos casos as semelhanças encontradas vão para além do perfil do bojo (VIEGAS ET AL., 1981, p. 76-78 e 137, Est. II, B 5.4; p. 158, Est. XL, E 7.20; p. 78-79 e 147, Est. XIX, D 11.3; p. 158, Est. XL, E 7.10). Apesar da ausência de paralelos exactos identificáveis no espólio das necrópoles elvenses e de Santo André, as características da pasta das peças da Rouca (pasta B) levam-nos a considerar a hipótese de se tratar de um fabrico local, e, tendo em conta os materiais atribuídos à sepultura de origem de cc-35 e cc-36, propomos que esta forma tenha sido produzida a partir da segunda metade do séc. I d.C. até meados do séc. II.

### **TIPO II-b: BILHAS COM BORDO EM FORMA DE «L» VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-23, sep. 8)

O nosso único exemplar desta variante encontra os seus paralelos mais aproximados nas bilhas de tipo 1-h da cerâmica comum alto-alentejana, forma ilustrada por uma peça proveniente do enterramento 52 de Serrones, datável do período claudiano a meados do séc. II (NOLEN, 1985, p. 41, Est. V, nº 27). À

semelhança da peça documentada por Nolen, cc-23 foi torneada em pasta derivada de barros residuais e com abundância de minerais ferromagnesianos (pasta A). Em termos de acabamento, actualmente apenas nos é possível identificar o alisamento das superfícies externas da peça, desconhecendo-se uma eventual aplicação de aguada ou engobe. O bordo em «L» esvasado que caracteriza esta forma encontra ainda paralelos na forma VI das bilhas da cerâmica comum emeritense, para a qual Sánchez Sánchez (1992, p. 46, Fig. 10, nº 51) propõe semelhanças com exemplares do tipo 1-j definido por Nolen, com cronologia de finais do séc. I ao séc. III (NOLEN, 1985, p. 41-42, Est. V, nº 31; NOLEN, 1995-1997, p. 367), e com peça proveniente do enterramento 13 de Monte do Farrobo, datável de 150 d.C. a 250 (ALARCÃO, 1974b, p. 9, Est. III, sep. 13, nº 2). Note-se porém, que os paralelos identificados para a peça da Rouca baseiam-se fundamentalmente na tipologia do bordo, uma vez que não se identificaram paralelos exactos para a conjugação do perfil ovóide com aperto na zona inferior do bojo com o tipo de colo e bordo apresentados. Por este motivo, e tendo em conta a análise do restante espólio atribuído à sepultura de origem de cc-23, consideramos viável atribuir a esta forma uma cronologia sensivelmente da segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, inícios/meados do séc. II.

### **TIPO III – BILHAS DE BOJO BAIXO E ACHATADO, E BORDO VOLTADO PARA O EXTERIOR**

#### **TIPO III-a: BILHAS DE BOJO BAIXO, ACHATADO E ARTICULADO, E BORDO EM ABA**

(Catál. cc-44, sep. 17)

A peça da Rouca que ilustra esta variante encontra os seus únicos paralelos na cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas, e em particular nas bilhas do tipo 2-e definido por Nolen (1985, p. 47, Est. X, nºs 68 e 69). Para esta tipologia formal a autora sugere uma cronologia de finais do séc. I d.C. até ao séc. II e posterior, e dá conta da existência de um paralelo com origem na Gália Central, datável de meados do séc. I d.C. (20-70) (NOLEN, 1985, p. 47; NOLEN, 1995-1997, p. 368). O colo com dobra entre o arranque da asa e o bordo, e o bordo em aba horizontal apresentam semelhanças com uma peça proveniente de Vila Viçosa, que ilustra o tipo 2-f de Nolen (1985, p. 47, Est. X, nº 71). Esta conjugação de colo e bordo encontra-se representada na cerâmica comum romana de Aquitânia, associada a uma cronologia dos anos 160 a 220 d.C. (NOLEN, 1985, p. 47; SANTROT & SANTROT, 1979, p. 83, nº 248), bem como em Conímbriga, pela peça nº 459, associada a níveis flavianos (ALARCÃO, 1974a, p. 86 e 159, Est. XXII). Em termos de fabrico, a peça da Rouca não parece identificar-se com as peças provenientes de Chaminé e Padrãozinho, excepto no tratamento cuidado e alisamento das superfícies, não sendo actualmente identificáveis quaisquer vestígios de eventual aplicação de aguada ou engobe (NOLEN, 1985, p. 180, nºs 68 e 69). As características da pasta de cc-44 (pasta B) sugerem contudo, e uma vez mais, tratar-se de um produto de fabrico local/ regional. Tendo em conta a associação do exemplar da Rouca a um unguentário de vidro da forma Isings 7, datável do período Nero – Vespasiano (ISINGS, 1957, p. 23), sugere-se que o *terminus post quem* do fabrico desta forma possa recuar, pelo menos, até à segunda metade do séc. I d.C., alargando assim o âmbito cronológico sugerido por Nolen para as suas bilhas de tipo 2-e (NOLEN, 1995-1997, p. 368). A ausência de outro espólio associado ao único exemplar do nosso tipo III-a impossibilita a uma efectiva confirmação da continuidade do fabrico

desta forma ao longo do séc. II e período posterior, conforme proposto pela autora citada, com base nos materiais provenientes da sepultura 12 da necrópole de Padrãozinho (NOLEN, 1995-1997, p. 368; NOLEN, 1985, p. 147).

### **TIPO III-b: BILHAS DE BOJO BAIXO E ACHATADO, COLO COM DOBRA, E BORDO CONTRACURVADO**

(Catál. cc-7, sep. 4)

Esta nossa variante tem os seus paralelos mais aproximados nas bilhas de tipo 5 da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 52-56). O bojo baixo e achatado, com perfil elipsoidal, apresenta semelhanças com bilha de tipo 5-a de Nolen (1985, p. 53, Est. XIV, nº 89) e com bilha proveniente de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 164, Est. LI, G 3.14). Relativamente à morfologia do colo e bordo, a peça da Rouca encontra inúmeros paralelos na cerâmica comum elvense, revelando-se evidente, não só o uso comum da conjugação colo com dobra/ bordo contracurvado nas distintas formas e fabricos identificados por Nolen (nomeadamente nos tipos 1-c, 1-e, 2-a, 2-d, 2-e, 2-f, e 5-d), mas também o facto da conjugação de tais características formais nos remeter tendencialmente para âmbitos cronológicos de época flaviana a meados do séc. II (NOLEN, 1985, p. 38-39, Est.s II e III, nºs 16 e 17; p. 40, Est. IV, nº 24; p. 44-45, Est. VIII, nº 61; p. 45-47, Est. X, nº 67; p. 47, Est. X, nº 69; p. 47, Est. X, nºs 70 e 71; p. 53-54, Est. XIV, nº 97). Este tipo de colo e bordo encontram-se igualmente representados na forma A-II da cerâmica comum emeritense, associados a uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. – séc. II (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 43-44 e 80, Fig. 9, nº 45). Não obstante a evidência dos dados que corroboram a atribuição de uma datação dos primeiros dois séculos da nossa Era para o uso do colo moldurado (associado ao bordo voltado para o exterior) (NOLEN, 1995-1997, p. 367), convém notar a existência de outros paralelos que testemunham a continuidade desta característica morfológica em exemplares cerâmicos com cronologias tardias (séc.s III e IV), e que parecem sugerir uma eventual diferenciação cronológica baseada na altura do colo e/ou do bordo (NOLEN, 1985, p. 46-47, e 53-54). De um modo geral, tendo em conta os paralelos identificados para a peça da Rouca, e os materiais provenientes da sepultura de origem de cc-7, somos levados a sugerir para esta forma uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a inícios/ meados do séc. II, corroborando assim a cronologia proposta por Nolen (1995-1997, p. 369). A pasta utilizada no fabrico da peça em questão (pasta A) indicia tratar-se um fabrico com origem local/ regional.

### **TIPO IV – BILHAS COM BOJO ELIPSOIDAL, GARGALO ALTO, E BORDO MOLDURADO**

(Catál. cc-50, sep. 29; cc-51, sep. 29; cc-8, sep. 4)

Não se conhecem paralelos exactos para as peças que ilustram as bilhas de tipo IV da necrópole da Rouca. Tratam-se dos únicos exemplares desta categoria funcional, provenientes da Rouca, que apresentam duas asas e vestígios de aplicação de aparente pintura a branco. As características da pasta, de textura média-fina, com abundância de minerais ferromagnesianos, indiciam um fabrico local/ regional, e a aplicação de engobe de cor vermelha (*Munsell*, 10R, 5/8) parece enquadrar-se na tradição da

cerâmica comum alto-alentejana. Todavia, não se identificaram paralelos exactos para este tipo de bilhas no espólio cerâmico das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985), ou de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966), Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b), ou até mesmo na cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992).

É possível assinalar semelhanças (em termos do perfil do bordo e colo) com bilhas dos tipos 2-b e 2-e definidos por Nolen (1985, p. 45 e 47, nºs 64, 68, 69), para os quais a autora propõe cronologias da segunda metade do séc. I d.C. e de finais do séc. I ao séc. II (e posterior), respectivamente (NOLEN, 1995-1997, p. 368). Neste sentido, e não obstante as diferenças formais assinaláveis entre as peças da Rouca e os paralelos referidos, são de realçar as semelhanças no que diz respeito ao tipo de espólio que compõe os contextos funerários das peças da Rouca e da peça nº 64 documentada por Nolen (1985, Est. IX, nº 64). Em qualquer dos casos (sepulturas 29 e 4 da necrópole da Rouca, e enterramento 27 de Serrones) a associação com formas de *terra sigillata* Draggendorf 15/17, 27 e 29 (esta última forma apenas não se encontra representada na sepultura 4 da Rouca), bem como com exemplares de cerâmica de paredes finas, remete-nos para cronologias altas, de meados do séc. I d.C. (NOLEN, 1995-1997, p. 355-356). O nosso tipo IV encontra ainda semelhanças numa bilha (incompleta) proveniente de Santo André, associada a um enterramento de finais do séc. I d.C. – inícios do séc. II, e de tipo 1-a e 1-b (VIEGAS ET AL., 1981, p. 76-78, 128 e 139, Est. V, C 3.6), e numa outra bilha, igualmente incompleta, proveniente de estratos flavianos de Conímbriga (ALARCÃO, 1974a, p. 86, Est. XXII, nº 459). De realçar que esta forma parece encontrar os seus paralelos mais aproximados em peças provenientes da região ampuritana, datáveis do período augustal e da primeira metade do séc. II d.C. (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 88-89 e 132-133, nº 286 a; p. 222 e 223, nº 439). Para além das semelhanças formais com as bilhas do nosso tipo IV, um dos paralelos referidos, encontrado em níveis augustais da *villa* de Tolegassos (Viladamat), apresenta a superfície exterior revestida de engobe branco e, segundo os autores, corresponderá a uma evolução de formas cerâmicas ampuritanas atribuíveis a contextos de finais do séc. II a.C. – primeira metade do séc. I a.C. (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 132 e 133). Também em *Caesaraugusta* se encontra documentada uma forma semelhante ao nosso tipo IV, para a qual os autores defendem uma inspiração em protótipos helenísticos, e uma ampla difusão durante o séc. I d.C. e mais tarde (BELTRÁN LLORIS ET AL., 1980, p. 140, 142 e 143, nº III F 1362, 146, 1368, 149).

Atendendo aos paralelos citados, e considerando a análise dos conjuntos sepulcrais associados aos exemplares do nosso tipo IV, propomos para os exemplares da Rouca uma cronologia de, pelo menos, meados do séc. I d.C. (40/50) a finais do mesmo século, e eventualmente até inícios do séc. II. No entanto, atendendo às características do tipo em questão e aos paralelos mais aproximados identificados, considera-se verosímil que esta forma tenha uma diacronia de produção/ utilização mais ampla, eventualmente comum à das cerâmicas de engobe ou pintura a branco documentadas em Conímbriga (ALARCÃO, 1975d, p. 103, 105, 108-109), e concebe-se que o *terminus post quem* do seu fabrico possa recuar, pelo menos, até inícios do séc. I d.C.. O facto das bilhas do nosso tipo IV não encontrarem paralelos formais entre a cerâmica comum das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985) poderá ser sintomático de um âmbito cronológico de fabrico genericamente anterior ao dos materiais estudados por

Nolen. A escassez de paralelos exactos conhecidos reforça ainda a ideia de se tratar de uma produção de um oleiro local/ regional, com um mercado de escoamento e/ou uma diacronia de fabrico bastante circunscritos. As técnicas de acabamento – engobe vermelho e pintura a branco – parecem sugerir uma aproximação às tradições do substrato indígena.

#### **TIPO V – BILHAS COM BOJO PIRIFORME E BORDO APRUMADO EM FORMA DE «L»**

(Catál. cc-26, sep. 11)

O nosso tipo V corresponde à forma de bilha mais frequente e típica nos espólios das necrópoles alto-alentejanas e em Mérida, identificada no tipo 1-k de Nolen (1985, p. 42-44) e na forma A-VII da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 46-47).

Em termos de fabrico, a peça da Rouca foi torneada na nossa pasta D, sendo por isso comparável aos exemplares desta forma documentados por Nolen, que revelam um claro predomínio do uso de pastas finas (NOLEN, 1985, p. 42, 230-231, n<sup>o</sup>s 39-52). Se por um lado, e com base nos paralelos identificados em território da antiga Lusitânia (Aramenha, Monte do Farrobo, Conímbriga), Nolen defende que a associação bojo piriforme (ou bulbiforme) e bordo aprumado decorado com sulcos horizontais, com o uso de pastas bem depuradas, de cor alaranjada e de características gerais comuns à sua pasta G, nos coloca perante um fabrico característico do Alto Alentejo (NOLEN, 2004, p. 84-85); por outro, chamamos a atenção para o uso predominante da pasta H nos exemplares desta forma documentados por Nolen (NOLEN, 1985, p. 42 e 230-231, n<sup>o</sup>s 39-49), e da pasta E nos exemplos utilizados para ilustrar a forma VII das bilhas de cerâmica comum de Mérida (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 48, Fig. 10, n<sup>o</sup>s 52-55). As pastas H e E da cerâmica comum alto-alentejana e emeritense, respectivamente, encontram correspondência no tipo de pasta usada no fabrico da peça da Rouca (pasta D), pelo que somos levados a sugerir, tal como Sánchez Sánchez (1992, p. 46-47), um fabrico emeritense para estas peças, e por conseguinte a existência de outras olariass, contemporâneas do fabrico alentejano, que também incluíssem este tipo de bilha no seu repertório de formas.

Em termos formais cc-26 encontra os seus melhores paralelos nas peças de Padrãozinho e Elvas que ilustram os tipos 1-j e 1-k definidos por Nolen (1985, Est.s V, VI, VIII, n<sup>o</sup>s 29, 34, 37 e 44), na cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, p. 48, Fig. 10, n<sup>o</sup> 52) mas também em Silveirona (CUNHA, 2004, p. 214, n<sup>o</sup> 75). A ausência desta forma em Santo André parece explicar-se pela cronologia da necrópole (utilizada até finais do primeiro quartel do séc. II d.C.) e, acima de tudo, pela feição regional e bastante localizada da cerâmica comum atribuída àquele espaço funerário (NOLEN, 1985, p. 44).

As características morfológicas da peça da Rouca remeter-nos-iam para uma cronologia a partir de meados do séc. II d.C., altura em que o bordo liso terá começado a substituir o bordo canelado (NOLEN, 1985, p. 44; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p.47). Porém, esta distinção formal e cronológica parece ser contrariada pelos paralelos identificados entre a cerâmica comum procedente de Tolegassos (Viladamat), entre a qual se documentam exemplares desta forma com bordo canelado datáveis do último quartel do séc. II d.C. (CASAS i GENOVER, 1990, p. 243 e 282-283, n<sup>o</sup>s 565-567). De acordo com os inúmeros paralelos conhecidos, quer em território peninsular, quer fora deste, Nolen propôs inicialmente uma

cronologia do segundo quartel do séc. I d.C. ao séc. III para as bilhas de bojo bulbiforme e bordo canelado (tipo 1-j), concebendo para a difusão das bilhas de perfil piriforme (tipo 1-k) uma cronologia que se estenderia do séc. II até ao séc. IV d.C. (NOLEN, 1985, p. 42-44; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 47-48). Todavia, tendo em conta a subtil distinção entre as duas variantes e a relevância desta forma no espólio das necrópoles alto-alentejanas (por um lado, esta forma encontra-se ausente em Serrones; por outro, todos os exemplares de Torre das Arcas apresentam o bordo liso), a autora viria a definir um âmbito cronológico comum aos seus dois subtipos (1-j e 1-k) – de finais do séc. I d.C. ao séc. III, inclusive (NOLEN, 1995-1997, p. 367-368). De um modo geral, parece confirmar-se o âmbito cronológico proposto pela autora citada; porém, e tal como se verifica para uma bilha proveniente da sepultura 68 da necrópole de Padrãozinho, datável de época flaviana – trajânica (NOLEN, 1995-1997, p. 359), também a associação de cc-26 a um exemplar de *sigillata* hispânica da forma Draggendorf 27, nos leva a ponderar a possibilidade do fabrico desta forma poder ter-se iniciado ainda em meados do séc. I d.C., conforme inicialmente proposto por Nolen para as bilhas de bojo bulbiforme (NOLEN, 1985, p. 44). A distinção entre bilhas de pastas finas com bordo moldurado e bilhas de pastas grosseiras com bordo liso, geralmente consideradas mais tardias (NOLEN, 1995-1997, p. 368), não encontra confirmação na peça da Rouca, uma vez que se trata de um exemplar de pasta fina com bordo liso.

De assinalar que do espólio atribuído à necrópole da Rouca (Col. MNA 0156) consta uma outra bilha, identificada com o nº Inv. MNA 15 616 mas sem contexto de sepultura conhecido, que, pelas suas características formais e pelo tipo de pasta utilizado, se enquadra no perfil das nossas bilhas de tipo V. O carácter incompleto da peça, e designadamente a ausência do bordo, impossibilitam uma caracterização e classificação mais precisas.

### **CC-21 e CC-47**

Conforme referido anteriormente, o conjunto de bilhas provenientes dos conjuntos sepulcrais da necrópole da Rouca inclui duas peças, fragmentadas e incompletas, que apenas permitiram uma caracterização tipológica superficial e generalista baseada nos perfis das respectivas bases e bojos. No que diz respeito a cc-21, os fragmentos de base e bojo disponíveis não possibilitaram mais do que a identificação de semelhanças formais com exemplar de bilhas de tipo 1-c de Nolen (1985, p. 38-39 e 175, Est. III, nº 18), forma associada a uma cronologia do período flaviano a meados do séc. II (?) (NOLEN, 1995-1997, p. 367), e com exemplares de tipos 1 (1-a e 1-b) e 2 (2-b e 2-c) de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 76-78, 137, 142 e 158, Est.s II, X, e XL, B 5.4, C 8.1 e E 7.10; p. 78-79, 141 e 143, Est.s IX e XII, C 7.4 e C 9.4). Note-se que, ao contrário do que se verifica em alguns dos paralelos propostos, o fabrico da peça da sepultura 6 da Rouca indicia uma clara produção de origem local/ regional – pasta C, com abundância de minerais ferromagnesianos, e aplicação de engobe vermelho, características que nos levam a considerar uma aproximação às bilhas em forma de cabaça ou falsa cabaça da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 48-50, e 232; VIEGAS ET AL., 1981, p. 79-82). Tendo em conta as dificuldades na identificação de paralelos fiáveis e na definição de uma categoria tipológica, a cronologia

proposta – da segunda metade do séc. I d.C. ao séc. III – é alargada e resulta do estudo do conjunto do espólio atribuído ao contexto de sepultura de cc-21.

Relativamente a cc-47, as características da pasta (pasta B) sugerem tratar-se, mais uma vez, de um produto de fabrico local. A base com assentamento em aresta e o bojo de perfil ovóide encontram semelhanças em bilhas dos tipos 1-j e 1-k de Nolen (1985, p. 41-44 e 176-177, Est. VI, nºs 34 e 39), datáveis de finais do séc. I d.C. ao séc. III (NOLEN, 1995-1997, p. 367-368), e nas bilhas de tipo A-VII da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, fig. 11, nº 54). Contudo, tendo em conta a morfologia conhecida da peça não podemos deixar de assinalar a possibilidade de eventuais paralelos com exemplares de tipo 1-c de Nolen (1985, p. 38-39 e 174, Est. II, nº 16), datável de época flaviana a meados do séc. II (?) (NOLEN, 1995-1997, p. 367), e de tipo 1-c de Santo André (VIEGAS ET AL., 1992, p. 76-78 e 128, Est. XXXI, E 2.2); e ainda com bilhas de tipo 2-b de Nolen (1985, Est. IX, nº 64), para o qual a autora defende uma cronologia do período Nero – Vespasiano (NOLEN, 1995-1997, p. 368), e 2-b de Santo André (VIEGAS ET AL., 1992, p. 78-79 e 128, Est. XVIII, D 3.3). Atendendo à dúvida classificação tipológica da peça em questão, a cronologia genérica sugerida – segunda metade do séc. I d.C. a séc. II/ III – baseia-se fundamentalmente na análise do restante espólio atribuído ao contexto da sepultura 18 da Rouca.

## **GARRAFAS**

### **TIPO I – GARRAFAS DE BOJO CILÍNDRICO**

(Catál. cc-30, sep. 12; cc-64, sep. 33)

O conjunto da cerâmica comum atribuída aos enterramentos da necrópole da Rouca forneceu duas garrafas que considerámos pertinente agrupar numa só tipologia. Com base facetada ou de assentamento discoidal, este tipo de garrafas caracteriza-se pelo perfil cilíndrico (mais ou menos alongado), ombro carenado e colo baixo. A ausência de bordo na peça cc-64 impossibilita-nos afinar esta tipologia, mas os diversos exemplares conhecidos apresentam geralmente um bordo em aba horizontal ou contracurvado. São peças associadas a diferentes grupos de fabrico (cc-30/ pasta A-1 e cc-64/ pasta B-2), mas cujas características formais, de um modo geral, nos remetem para uma tipologia comum, com paralelos bem identificados na cerâmica das necrópoles alto-alentejanas, designadamente de Elvas e Horta das Pinas (NOLEN, 1985, garrafas de bojo cilíndrico – tipos 4-c e 4-d, p. 51-52, Est. XIII, nºs 84 e 85), e nas necrópoles de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, Forma 4 – garrafas cilíndricas, p. 82 e 161, Est. XLV, F 3.14; p. 168, Est. LIX, I 3.11), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 65, Est. XVII, sepultura 244, nº 4), e Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b, p. 9, Sep. 11, nº 2, Est. IV; p. 14, Sep. 32, nº 1, Est. IX). No caso de cc-30, o mau estado de conservação dos fragmentos não permite a identificação do acabamento e tratamento das respectivas superfícies. No entanto, constatámos que, à semelhança do que se verifica para cc-64, os paralelos conhecidos provenientes de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 161 e 168, F 3.14 e I 3.11) e das necrópoles elvenses apresentam as superfícies alisadas e eventual aplicação de engobe vermelho (NOLEN, 1985, p. 52 e 181, nº 85).



Nolen atribui a esta forma uma cronologia de época flaviana a meados do séc. II (NOLEN, 1995-1997, p. 369), indo assim ao encontro das datações de Vindonissa (ETTLINGER & SIMONETT, 1952, p. 83-84, Est. 23, nºs 530-535) e da cronologia proposta para os exemplares de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 82). Este âmbito cronológico parece também encontrar confirmação entre o espólio da Rouca, apesar da escassez de materiais datantes associados aos nossos exemplares que nos permitam apurar cronologias. Todavia, tendo em conta que o exemplar de Valdoca se encontrava associado a uma peça de *sigillata* clara C, cuja forma nos remete para a segunda metade do séc. III (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 67-68, sepultura 244), não podemos deixar de colocar a possibilidade da diacronia de fabrico e utilização das garrafas do nosso tipo I se ter prolongado até este período.

## **JARRO**

### **TIPO I – JARRO DE BOCAL TRILOBADO, E GARGALO LARGO E BAIXO**

(Catál. cc-16, sep. 5)

O conjunto da cerâmica comum estudado inclui um único jarro, de acordo com a terminologia e relação de proporções definidas por Balfet (BALFET ET AL., 1983, p. 16) e Pinto (2003, p. 85). Pelas suas características formais – corpo ovóide, boca trilobada, e um colo largo, baixo e afunilado – consideramos que, de um modo geral, a peça da Rouca encontra correspondência nos jarros de tipo 7-d e 7-e de Nolen (1985, p. 59-60, Est. XIX, nºs 123 e 129). É curioso notar que os seis exemplares que ilustram a forma 7-d de Nolen (dois dos quais provenientes de Torre das Arcas) correspondem à pasta A definida para a cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas, indiciando tratar-se de uma produção de origem local/regional (NOLEN, 1985, p. 243). No caso de cc-66, e tendo em conta as características da nossa pasta A, consideramos verosímil um idêntico fabrico local. A peça da Rouca distingue-se dos paralelos conhecidos pela aplicação de engobe de cor vermelha (*Munsell*, 2.5YR, 5/8). Colocamos a hipótese de poder tratar-se de um produto das mesmas oficinas especializadas no fabrico das bilhas com aplicação de engobe vermelho.

Inicialmente Nolen atribuiu a estas formas uma cronologia de finais do séc. I d.C. – primeira metade do séc. II (1985, p. 60 e 234), vindo posteriormente a considerar tratarem-se de produções tardias (datáveis a partir do séc. III) (NOLEN, 1995-1997, p. 370). Esta cronologia tardia suscita-nos algumas reservas em virtude de outros paralelos conhecidos. Na verdade, encontramos os paralelos mais aproximados para esta forma em Santo André, num enterramento datável de finais do séc. I – inícios do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p.85, 132-133, 149, Est. XXII, D 15/16.6), e na sepultura 32 de Monte do Farrobo, cujo espólio indicia uma cronologia da segunda metade/ finais do séc. I d.C. ou da primeira metade do século II (ALARCÃO, 1974b, p. 14 e 23-24, sep. 32, nº 6, Est. IX). Esta forma encontra ainda paralelos entre exemplares de cerâmica comum ampuritana, datáveis do séc. I d.C. (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 164 e 186-187, nºs 379-380). A ausência de espólio datante entre o conjunto de materiais atribuídos ao contexto de achado da peça cc-16 impossibilita-nos de confirmar e afinar as cronologias propostas por Nolen (1985, p. 60 e 234; 1995-1997, p. 370). Todavia, atendendo aos paralelos identificados e ao âmbito cronológico genericamente definido pelas restantes formas de cerâmica comum que compõem o conjunto

funerário a que pertence cc-16, considera-se verosímil que o fabrico desta forma se tenha iniciado durante o séc. I d.C. (eventualmente durante a segunda metade) e se tenha prolongado até ao séc. II, ou mesmo até ao séc. III.

### **JARRINHO(A)/ FRASQUINHO**

#### **TIPO I**

(Catál. cc-45, sep. 18)

Da amostra estudada destaca-se a peça cc-45, sem correspondência formal com os restantes exemplares de cerâmica comum provenientes da Rouca mas com correspondência nas formas I, II e III definidas por Sánchez Sánchez para os pequenos recipientes de cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 63-65, Fig. 17, nºs 90 a 94). Apesar da nossa peça se encontrar incompleta (ausência de colo e bordo), consideramos verosímil que cc-45 encontre o seu paralelo mais aproximado na citada forma I, distinguindo-se pelo corpo ovóide e pé cilíndrico bastante elevado, ainda que sem as caneluras frequentemente registadas nesta tipologia (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 64, Fig. 17, p. 91). De acordo com esta autora trata-se de uma forma comum em Mérida mas rara fora desse âmbito local, pelo que propõe tratar-se de uma produção de origem emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 64). Esta origem parece fazer todo o sentido se atendermos que esta forma se encontra associada às pastas do grupo E de Mérida, nas quais encontra correspondência a pasta D utilizada no fabrico de cc-45, e a pasta H definida por Nolen para a cerâmica das necrópoles alto-alentejanas e documentada numa das peças que serve de paralelo a este tipo (NOLEN, 1985, p. 137 e 223, nº 514).

Esta tipologia formal suscita inúmeras dúvidas quanto à respectiva funcionalidade e, conseqüentemente, quanto à correcta designação, pelo que diferentes autores sugerem diferentes designações e usos para este tipo de recipiente cerâmico. Se, por um lado, Nolen designa esta forma como possível unguentário ou rolha de ânfora (NOLEN, 1985, p. 137-138); por outro, na cerâmica comum de Conímbriga encontramos peças semelhantes às formas emeritenses identificadas como «unguentário» (ALARCÃO, 1974a, p. 93, Est. XXV, nº 524), «copinho» (ALARCÃO, 1974a, p. 81, Est. XVII, nº 372), ou «pucarinho» (ALARCÃO, 1974a, p. 138, Est. LV, nº 983). Pelas características tipológicas e contexto de achado deste tipo de peças (columbários ou sepulturas) Sánchez Sánchez sugere três funções possíveis para as mesmas, genericamente designadas como "*tarritos*" (a tradução portuguesa que nos pareceu afigurar-se mais próxima do termo espanhol corresponde a «jarrinho/a» ou «frasquinho»): unguentários; brinquedos; ou recipientes simbólicos, de carácter funerário (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 63-64). Uma eventual utilização como «rolhas de ânforas» suscita algumas dúvidas em virtude do fabrico cuidado deste tipo de peças, amiúde decoradas (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 64; NOLEN, 1985, p. 138). À semelhança do que se verifica para a peça documentada por Nolen (proveniente da sepultura 33 de Padrãozinho), a peça da Rouca revela pouca estabilidade no seu pé estreito e pesado (NOLEN, 1985, p. 137-138, nº 514), pelo que julgamos não ser totalmente descabido ponderar uma eventual função ritual ou simbólica, eventualmente ligada aos cultos funerários.

O nosso jarriho/a de tipo I encontra também paralelos na cerâmica comum ampuritana, cujos exemplares conhecidos desta forma são maioritariamente procedentes de contextos da segunda metade do séc. I d.C. e primeira metade da centúria seguinte, período a partir do qual este tipo de achados deixa de estar documentado, pelo menos em cerâmica comum (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 205, 210-211, nºs 411 e 412). A forma I de Mérida não tem cronologia atribuída, mas a cronologia proposta para as formas II e III abrange o período do séc. I d.C. ao séc. III (?) (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 65). Esta cronologia encontra correspondência nas datações apresentadas para os exemplares provenientes do Padrãozinho – séc.s II d.C. a III (NOLEN, 1985, p. 252, nº 512) e Conímbriga – séc.s I d.C. a II (ALARCÃO, 1974a, p. 157 e 160, nºs 372 e 524). Em virtude dos dados disponíveis, e uma vez que a classificação tipológica do único material datante associado a cc-45 se encontra comprometida (uma lucerna de forma Dressel-Lamboglia 27-28 ou Dressel-Lamboglia 30A), limitamo-nos a propor a forma cerâmica em questão uma cronologia de fabrico/ utilização genericamente compreendida entre o séc. I e o séc. III d.C..

### **POTES**

A amostra analisada forneceu 11 peças enquadráveis nesta categoria tipológica. Mais uma vez tomou-se como referência para a nomenclatura das formas a proposta de Balfet, de acordo com a qual a forma «pote» designa um recipiente fechado, com ou sem colo, cujo diâmetro mínimo é igual ou superior a um terço do diâmetro máximo (a altura, tendencialmente compreendida entre uma a duas vezes o diâmetro de abertura, pode ser sensivelmente inferior) (BALFET ET AL., 1983, p. 16). Através da análise da amostra em questão tornou-se evidente a variedade de formas que compõe esta categoria tipológica, genericamente composta por recipientes, de formas maioritariamente ovóides e isentos de asas, destinados ao armazenamento, e eventual confecção, de alimentos (ALARCÃO, 1974a, p. 35; NOLEN, 1985, p. 16). Os potes representados nos conjuntos funerários da Rouca, à semelhança do que se verifica nos exemplares provenientes das necrópoles elvenses, revelam uma evidente variedade formal, e fabricos mais ou menos grosseiros, mas quase sempre denunciando uma origem local ou regional (NOLEN, 1985, p. 16).

À margem das diversas (sub)categorias tipológicas definidas ficaram três fragmentos de bordos identificados, ao longo do presente trabalho, como cc-2, cc-9 e cc-41, e atribuídos, respectivamente, às sepulturas 1-2, 4, e 16 da necrópole da Rouca. As características dos fragmentos disponíveis não possibilitaram uma eventual reconstituição da forma das peças, e a respectiva classificação tipológica. Assim sendo, e reconhecendo a maior representatividade das formas completas ou passíveis de reconstituição (quer em termos numéricos, quer em termos de significância para o conhecimento desta categoria formal na amostra em análise), optou-se por privilegiar a morfologia dos bojos como critério basilar na definição dos diferentes tipos de potes representados.

## **TIPO I – POTINHOS DE PERFIL OVÓIDE, OMBRO MARCADO POR CANELURAS, BORDO VOLTADO PARA O EXTERIOR, E DECORAÇÃO DE CARRETILHA**

(Catál. cc-31, sep. 14; cc-53, sep. 29)

Dispomos de duas peças que se enquadram na tipologia dos designados «potinhos alentejanos» e, de acordo com as características definidas por Nolen, na variante I desta forma (NOLEN, 2004, p. 85 e 87), com origem no Alto Alentejo e bem representada no espólio das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985), Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), Aramenha (NEVES, 1972), El Pradillo (DEL AMO, 1973; HABA QUIRÓS, 1998), Mérida (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992), Conímbriga (ALARCÃO, 1974a) e até Monte Mozinho (SOEIRO, 1981-82). Caracterizam-se pelo bojo ovóide, decorado com bandas impressas, o ombro reentrante marcado por canelura(s), e o bordo voltado para o exterior; bem como pelo seu fabrico em pastas finas e compactas, de boa qualidade, geralmente cozidas em forno redutor, conferindo-lhes assim a típica coloração cinzenta a cinzenta escura. As características das pastas usadas nas peças da Rouca, tal como referido anteriormente, encontram correspondência nas pastas dos exemplares documentados nas necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 114-115 e 248) e em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 102-103), indiciando uma provável origem local/regional para um tipo de produto mais requintado e com um amplo mercado de difusão, como o atestam, por exemplo, os paralelos conhecidos em Conímbriga (ALARCÃO, 1974a, p. 99-100, Est. XXVIII, nºs 606-608). O facto de não se encontrarem paralelos exactos para a conjugação do perfil do colo e bordo de cc-31 parece reforçar esta hipótese, colocando-nos perante uma provável variante da produção de um oleiro local/regional. De acordo com Sánchez Sánchez (1992, p. 40), as ligeiras variações no perfil, decoração e bordo comuns a esta forma não são significativas, sendo evidente tratar-se de um mesmo tipo comum. Tais variações não devem ser interpretadas como diferenças de âmbito cronológico, mas antes como prováveis indícios da existência de diferentes oficinas a fabricarem um produto com uma influência em comum (a cerâmica de paredes finas?) (NOLEN, 1985, p. 115). Segundo diversos autores (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 41; NOLEN, 1985, p. 115-116; DEL AMO, 1973, p. 73), deve atribuir-se a esta produção um carácter regional, com origem lusitana, e uma cronologia a partir de Cláudio até ao primeiro quartel do séc. II. A presença deste tipo de potes em Mérida (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 40-41, Fig. 8, nº 41) poderá ser mero reflexo da comercialização e divulgação de um fabrico de origem alto-alentejana, ou pelo contrário, poderá estar relacionada com a produção de paredes finas emeritense (RODRÍGUEZ MARTÍN, *apud* HABA QUIRÓS, 1998, p. 334).

Em termos de acabamento, a típica decoração impressa, definindo um fino padrão reticular, encontra os seus paralelos mais próximos nos exemplares das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 114-117, Est. XLI, nºs 420 a 436), e em Santo André [VIEGAS ET AL., 1981, p. 102-103, Est.s XIV, LXI, e LIII, D 1(4), J 3(3), e G 4.3]. No que respeita à aplicação de aguada ou engobe de cor escura, é de notar que 7 exemplares do total de 15 potinhos de tipo 1-a documentados por Nolen (1985, p. 214-215, Est. XLI, nºs 420, 423, 424, 430, 432, 433 e 434) apresentam este tipo de acabamento, à semelhança da peça cc-31 da necrópole da Rouca.

Com base no espólio datante associado aos potinhos de cerâmica cinzenta documentados na necrópole de Valdoça, Alarcão atribui-lhes uma cronologia do séc. I d.C. (em especial da segunda metade da centúria) (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 11), cronologia posteriormente corroborada pelo estudo dos potinhos de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 102-103) e das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 114-115; 1995-1997, p. 374), indiciando assim a existência de fabricos distintos da mesma forma, localizados no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo, mas aparentemente contemporâneos. Tendo em conta os paralelos conhecidos, e o espólio associado às peças cc-31 e cc-53 da Rouca, reforça-se a ideia de uma cronologia sensivelmente da segunda metade do séc. I d.C., eventualmente extensível a inícios do séc. II. A ausência dos ditos «potinhos alentejanos» entre o espólio cerâmico da necrópole de Silveirona (CUNHA, 2004) parece-nos sintomática do desfasamento cronológico entre o período de produção e utilização deste produto local e a diacronia de utilização de Silveirona I e II.

## **TIPO II – POTES DE PERFIL OVÓIDE**

Incluímos nesta categoria genérica a peça cc-60, proveniente da sepultura 32 da Rouca. O facto de se apresentar muito incompleta impossibilitou uma classificação tipológica precisa e, por este motivo, a respectiva integração numa das subcategorias morfológico-funcionais definidas.

### **TIPO II-a: POTES COM BORDO ESPESSADO DOBRADO SOBRE O OMBRO**

(Catál. cc-59, sep. 32; cc-63, sep. 33)

Estamos perante uma forma comum, de ampla cronologia, e que suscitou algumas dúvidas quanto à apropriada categoria formal – potes, panelas, ou urnas. Em função da respectiva morfologia, e de acordo com a proposta apresentada para o estudo da cerâmica comum de São Cucufate (PINTO, 2003, p. 85), cc-59 e cc-53 da Rouca enquadrar-se-iam no grupo formal das panelas. Todavia, a nossa opção em integrá-las na categoria dos potes prendeu-se com dois aspectos fundamentais: por um lado, o jogo de proporções definido por Balfet para esta forma (BALFET ET AL., 1983, p. 16); e por outro, a distinção fundamental baseada na funcionalidade das peças, e designadamente na sua utilização ou não para ir ao lume e cozinhar alimentos (ALARCÃO, 1974a, p. 35). A este respeito note-se que, no estudo da cerâmica comum proveniente das necrópoles do Alto Alentejo, Nolen não utiliza a categoria tipológico-funcional «panela», incluindo os exemplares com formas idênticas à da peça acima descrita no conjunto dos potes e vasos afins (NOLEN, 1985, p. 113-127). A mesma situação se verifica em relação ao estudo da cerâmica comum da necrópole de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 101 – 110). Em relação a uma possível utilização como urnas cinerárias ou recipientes para oferendas funerárias (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 21), estamos conscientes dessa efectiva possibilidade, mas a ausência de dados que a comprovem leva-nos a considerá-la com as devidas reservas. Assim, tendo em conta que, em ambos os casos, o diâmetro mínimo das peças é sensivelmente superior a um terço do diâmetro máximo; que não se afigura verosímil o seu uso culinário; e que nos é impossível atestar uma eventual funcionalidade como urnas funerárias, considerou-se «pote» a classificação tipológica mais correcta.

As duas peças da Rouca que ilustram esta forma apresentam um bojo ovóide e largo, ligeiramente achatado, com ombros arredondados bem marcados, e bordo dobrado sobre o ombro. O facto de não encontrarmos paralelos exactos para o perfil do bordo destas peças leva-nos a reiterar a ideia de que esta forma básica terá tido larga difusão, sendo reproduzida por inúmeras oficinas locais (que abasteceriam diferentes populações, não necessariamente distantes entre si), e conseqüentemente revelando diferenças de pormenor entre os produtos dos diversos oleiros (VIEGAS ET AL., 1981, p. 111). Esta ideia parece ser reforçada pela heterogeneidade verificada entre os exemplares desta forma documentados nas necrópoles elvenses (NOLEN, 1985), de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966) ou Conimbriga (ALARCÃO, 1974a); bem como pelo tipo de pasta utilizado no fabrico de cc-59 e cc-63 (grupo A), cujas características indiciam uma origem local/regional. A forma ovóide e larga do bojo destas peças tende a ser associada ao período flaviano (VIEGAS ET AL., 1981, p. 104), e as suas dimensões permitem enquadrá-las no panorama geral dos potes ovóides representados nas necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 118-122, e 216-221, nºs 439-493) e de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 104-106). Em termos de acabamento das peças, a aparente aplicação de engobe cinzento-escuro na peça cc-59 parece encontrar o seu paralelo mais aproximado num tacho proveniente de Santo André (apesar das diferenças formais registadas entre as duas peças) (VIEGAS ET AL., 1981, p. 109, Est. LVII, I 2.11).

Colocando a hipótese das peças da Rouca terem sido utilizadas como urnas, são de assinalar as diferenças formais verificadas entre estas e as urnas documentadas por Nolen (as nossas peças apresentam menores dimensões) (NOLEN, 1985, p. 129-133, Est.s XLVIII-XLIX, nºs 502-507), ou as urnas provenientes da necrópole de Santo André, de perfil ovóide mais alto e esguio do que cc-59 e cc-63 (VIEGAS ET AL., 1981, p. 110-114). Caso se viesse a confirmar a hipótese referida, estas diferenças formais facilmente se explicariam pelas diversas oficinas que terão abastecido os centros populacionais que utilizaram estas necrópoles; todavia, e na ausência de dados que nos permitam falar de «urnas» entre o espólio cerâmico da necrópole da Rouca, não podemos deixar de nos interrogar se esta prática funerária, bem documentada em necrópoles como Padrão (VIANA & DEUS, 1956), Padrãozinho (VIANA & DEUS, 1955c), Serrones (VIANA & DEUS, 1955c), Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955b), Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966), Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b) ou Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), não terá estado também representada na necrópole em estudo, e se, nesse caso, cc-59 e cc-63 não ilustrariam essa realidade.

Tendo em conta os paralelos identificados e o restante espólio atribuído aos contextos de achado de cc-59 e cc-63, sugere-se uma cronologia de âmbito alargado, da segunda metade do séc. I d.C. ao séc. III (inclusive), consentânea com o âmbito cronológico definido por Nolen para os potes de bojo ovóide das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1995-1997, p. 374).

## **TIPO II-b: POTES DE BOJO BAIXO E ACHATADO, E BORDO ESPESSADO VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-34, sep. 14)

Esta subcategoria de potes é ilustrada por um único exemplar que encontra os seus paralelos mais aproximados na cerâmica comum da necrópole de Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 55, 89, e 22; Est. XV, sep. 172, nº 4; Est. XXIX, sep. 424; Est. XXXVI, sep. 40, nº 1), e na forma I das panelinhas (“*ollitas*”) da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 24-25, Fig. 4, nº 9). É curioso notar que não identificámos paralelos exactos para esta forma no conjunto da cerâmica comum proveniente das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985) ou de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), tendo sido, nestes casos, apenas possível estabelecer uma aproximação formal genérica aos potes de bojo ovóide com bordo voltado para o exterior representados nestas necrópoles (NOLEN, 1985, p. 118 e 121-122, Est.s XLII e XLV, nºs 441, 475, 476 e 479; VIEGAS ET AL., 1981, p. 104, 128, e 139, Est. IV, C 1.4). A ausência de paralelos exactos no espólio cerâmico das necrópoles alto-alentejanas, por um lado; e as semelhanças registadas com espólio cerâmico da necrópole de Aljustrel e cerâmica comum emeritense, por outro, levantam a hipótese de uma produção com origens para além da actual fronteira luso-espanhola, cujo mercado de escoamento se estendesse ao Baixo Alentejo (e eventualmente a parte do actual interior alentejano). Contudo, a utilização no fabrico de cc-63 de uma pasta derivada de barros residuais, com abundância de minerais ferromagnesianos, bem como o pressuposto de que, à época romana, tal como nos dias de hoje, “*os artigos de cozinha para uso de todos os dias não se compram muito caros, nem se vão buscar muito longe*” (NOLEN, 1985, p. 113), levam-nos a considerar mais verosímil tratar-se de um produto de um oleiro local. Para além disso, ao colocar-se a hipótese de uma produção com origem em território actualmente espanhol, ou na zona do actual Baixo Alentejo, cuja área de comercialização abarcasse o núcleo populacional que utilizou o espaço funerário da Rouca, tem de se reconhecer que o mais natural seria que também as populações que se serviram das necrópoles romanas documentadas na região de Elvas tivessem acesso aos mesmos produtos.

O único paralelo datável identificado em Valdoca remete-nos para a primeira metade do séc. I d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 55-56, sep. 172), todavia o facto da peça da Rouca estar associada a exemplares de *sigillata* hispânica das formas Draggendorf 35 e 36 e a cerâmica de paredes finas (forma Mayet XLIII), leva-nos a conceber o fabrico do nosso tipo II-b durante, pelo menos, a segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II.

## **TIPO III – POTES DE PERFIL SINUOSO E BORDO VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-1, sep. 1-2)

A peça que ilustra o nosso tipo III distingue-se fundamentalmente pelo perfil em «S», colo alto delimitado por caneluras, e bordo simples voltado para o exterior. O bojo, actualmente incompleto, apresentaria, muito provavelmente, um perfil ovóide. A nossa peça encontra paralelos nos potes de tipo 3 representados na cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 123-125, Est.s XLVI e XLVII, nºs 495 e 497), e na necrópole de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 106-107 e 128, Est.s VIII, XXXI,

XXXVI, e XLII, C 6.3, E 2.10, E 5.11, E 10.11). Em termos de fabrico, e à semelhança do que se verifica na cerâmica comum documentada por Nolen (1985, p. 251, n.ºs 494 a 498), a peça da Rouca foi torneada com pastas derivadas de argilas residuais e com abundante presença de minerais ferromagnesianos, sugerindo assim tratar-se de um fabrico de origem local/ regional. Para além disso, verificou-se que, não obstante a variedade de modos de acabamento documentada nos potes de tipo 3 das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 251, n.ºs 494 a 498), nenhum dos exemplares apresenta a aplicação de engobe cinzento, como a peça da Rouca (poderá tratar-se de um particularismo da produção de uma olaria local?). No que respeita à decoração com golpes incisivos apresentada por cc-1, esta encontra paralelos na decoração aplicada à peça n.º 495 proveniente de Elvas (NOLEN, 1985, p. 221, Est. XLVII, n.º 495).

Nolen sugere um âmbito indígena para esta forma, e todo o conjunto de potes de tipo 3 representado no espólio das necrópoles alto-alentejanas remete-nos, grosso modo, para cronologias do séc. I d.C. – séc. II (NOLEN, 1985, p. 123-125 e 251, n.ºs 494-498). Esta proposta cronológica e o cunho indígena parecem encontrar confirmação nos paralelos identificados na cerâmica comum de Conímbriga. De facto, os paralelos (formais) mais aproximados reconhecidos em Conímbriga correspondem, na sua maioria, a exemplares de cerâmica fina cinzenta, de tradição indígena, e do período alto-imperial, (para além das semelhanças registadas com a peça n.º 512, de cerâmica siltosa, geralmente associada a estratos dos séc.s I-II d.C.) (ALARCÃO, 1974a, p. 58-71, Est. XI, XXII e XXIII, n.ºs 258, 474, 475 e 460; p. 90-93, Est. XXIV, n.º 512). Os dados conhecidos apontam assim para uma forma com origens na cerâmica da Idade do Ferro, mas cuja diacronia de produção e utilização se terá prolongado, pelo menos, até aos primeiros tempos do domínio romano em território actualmente português. De acordo com os paralelos identificados, e na ausência de cerâmicas finas ou vidros atribuídos ao contexto das sepulturas 1-2 da Rouca que nos permitam afinar cronologias, propomos para o nosso tipo III um *terminus ante quem* em meados do séc. II d.C., e, tendo em conta o conjunto funerário que a peça cc-1 integra, reconhecemos que o seu *terminus post quem* não deverá ser anterior à segunda metade do séc. I d.C..

#### **TIPO IV – POTES DE PERFIL TRONCO-CÓNICO E BORDO VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-56, sep. 30)

O único exemplar que ilustra esta categoria suscitou-nos algumas dúvidas, não só no que se refere à designação da respectiva categoria morfológico-funcional, mas também em relação à sua cronologia. A ausência de paralelos exactos conhecidos para a peça em questão tornou a nossa análise ainda mais difícil. Encontramos os paralelos mais aproximados (em termos de fabrico e forma) para cc-57 no pote ou copo de tipo II-b definido por Nolen, para o qual a autora sugere um fabrico não anterior ao séc. III a.C., e mais provavelmente dos séc.s II-I a.C. (NOLEN, 1985, p. 162-163 e 225, Est. LI, n.º 525). Esta peça da Rouca parece assim inserir-se no conjunto da cerâmica torneada de tradição indígena que, tal como se verifica com o pote do nosso tipo III, tendo origens na Idade do Ferro continuou a produzir-se durante o período inicial da ocupação romana (NOLEN, 1985, p. 161). Neste sentido são de referir os paralelos (ao nível do perfil) identificados para cc-56 na cerâmica comum de Conímbriga – peças como o copo n.º 31 ou



o pote nº 34 de Conímbriga parecem corresponder aos exemplares mais próximos da tipologia formal da peça da Rouca, ainda que, e contrariamente a cc-56, correspondam a cerâmica manual (ALARCÃO, 1974, p. 45-46, Est. II, nºs 31 e 34). No que se refere ao conjunto da cerâmica torneada de tradição indígena de Conímbriga, a peça da Rouca encontra, a nosso ver, maiores afinidades formais com as tigelas ou taças nºs 234 e 244, ainda que em nenhum dos casos se possa identificar um perfil idêntico ao da peça em estudo (ALARCÃO, 1974, p. 62 e 68, Est. XI, nºs 234 e 244). Note-se que a cerâmica (manual e a torno) da Idade do Ferro em Conímbriga provém maioritariamente de estratos datáveis do período pré-augustano ao período trajânico, e em muitos casos, de camadas de entulho e remeximento, pelo que apenas se torna possível inferir o *terminus ante quem* da sua utilização (ALARCÃO, 1974, p. 42 e 51). Ainda no que diz respeito a potenciais paralelos para cc-56, registem-se as semelhanças formais identificadas com um exemplar de cerâmica comum africana proveniente de Tolegassos (Viladamat), datável da segunda metade do séc. II d.C. (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 241, 248-249, nº 487), e uma possível aproximação da peça da Rouca aos potes de bordo cavado no dorso da cerâmica cinzenta de Torre de Ares, para os quais Nolen propõe uma cronologia dos séc.s I – II d.C. (NOLEN, 1994, p. 142 e 153, Est. 31, nºs cr-116, cr-118, cr-119).

Tendo em conta os vários exemplos apresentados, destacam-se dois aspectos fundamentais na análise desta peça: por um lado, uma certa ambiguidade na designação da categoria morfológico-funcional de peças semelhantes; e por outro, uma aparente associação desta tipologia formal à cerâmica de tradição indígena. Relativamente ao primeiro aspecto enunciado, e de modo a assegurar a coerência e inteligibilidade do nosso discurso ao longo do presente trabalho, optou-se por integrar a peça em estudo na categoria formal dos potes, tomando em consideração as proporções definidas por I. Vaz Pinto (2003, p. 85). No que se refere à cronologia da peça, dada a ausência de paralelos exactos conhecidos, somos levados a privilegiar a associação com o restante espólio atribuído à sepultura 30, ao mesmo tempo que não podemos deixar de ter em conta as semelhanças formais com o pote ou copo de tipo II-b de Nolen (1985, p. 162-163, Est. LI, nº 525), ou com o exemplar procedente de contexto ampuritano (CASAS i GENOVER ET AL., 1990, p. 241, 248-249, nº 487). Em função dos dados disponíveis é interessante constatar que, tratando-se cc-56 de uma peça cuja cronologia suporíamos alta, esta encontra-se associada a um conjunto de espólio (*sigillata* clara A, e taça de vidro de forma Isings 32) que nos remete para um dos contextos de sepultura aparentemente mais tardios do espaço funerário da Rouca – primeira metade do séc. III d.C.. Deste modo, atendendo aos paralelos conhecidos e ao contexto de achado da nossa peça, consideramos verosímil que a cronologia de produção/ utilização desta forma não se tenha prolongado para além de meados ou primeira metade do séc. III d.C., mas que, tendo em conta as características da forma e os paralelos identificados, o seu *terminus post quem* possa eventualmente recuar para além da segunda metade do séc. I d.C..

A escassez de paralelos conhecidos, aliada às características das pastas utilizadas no fabrico de cc-56 e da peça estudada por Nolen – pastas de barros residuais, e com abundância de minerais ferromagnesianos (grupo A, no caso da peça da Rouca; pasta C da cerâmica comum alto-alentejana, no caso da peça nº 525) (NOLEN, 1985, p. 224 e 252), reforça uma provável origem local/ regional para o

fabrico desta forma. A não identificação de paralelos na cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992) leva-nos a colocar a hipótese de se tratar do produto de um oleiro local, eventualmente localizado na zona leste do actual Alto Alentejo.

## **PÚCAROS**

Comparativamente aos exemplares documentados em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981) e na cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985), o conjunto de púcaros estudados distingue-se pela ausência de exemplares com bordo arqueado, característica distintiva dos tipos I de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 87-88), da cerâmica alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 68-70), e da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p.55-56); e pelo predomínio dos perfis carenados (com um sulco ao nível da carena), aproximando-se assim da maior parte dos púcaros atribuídos à região de Elvas, e distanciando-se das formas maioritariamente ovóides dos púcaros de Santo André. De um modo geral, a amostra fornecida pela necrópole da Rouca é ilustrativa da tradição da produção alto-alentejana, e em especial do fabrico elvense, de púcaros de duas asas, com perfis mais ou menos carenados, normalmente usados para beber ou servir líquidos à mesa (ALARCÃO, 1974a, p. 34; NOLEN, 1985, p. 67). De realçar, no entanto, a existência, de um conjunto de púcaros, de tipologia idêntica, cujo fabrico (pasta D), pelas características da pasta e pelo tratamento cuidado, nos sugere uma aproximação à produção emeritense de paredes finas, e consequentemente uma possível origem em centros oleiros da antiga capital da Lusitânia.

### **TIPO I – PÚCAROS DE BOJO OVÓIDE E BORDO SIMPLES E RECTO, VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-17, sep. 5; cc-33, sep. 14; cc- 18, sep. 5)

As peças que ilustram esta forma apresentam um bojo alto, de perfil genericamente ovóide ou com carena arredondada, e bordo simples, de extremo arredondado, voltado para o exterior. Têm os seus paralelos mais aproximados nos púcaros de tipo 2-a de Nolen (1985, p. 71, Est.s XXIII e XXIV, nºs 161, 162, 164, 166, 167), apesar de apresentarem semelhanças em termos de perfil do bojo com os exemplares do tipo 1-b da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 69, Est. XXI, nº 144). É também possível estabelecer paralelos com os púcaros de tipo 2 de Santo André [VIEGAS ET AL., 1981, p. 88-90, Est. IV, C 1.3; Est. XIV, D 2.1 (3)], ainda que, de um modo geral, os perfis ovóides e as bases estreitas (comparativamente ao diâmetro máximo do bojo) dos púcaros de Santo André não se encontrem representados na cerâmica comum da Rouca. Do conjunto de peças estudadas apenas cc-17 possibilitou a identificação da aplicação de aguada da mesma cor da pasta, prática de acabamento comum nos púcaros alto-alentejanos (NOLEN, 1985, p. 235-238; p. 189, nºs 164, 166 e 167). A não identificação de exemplares com engobe vermelho entre os púcaros da Rouca poderá explicar-se pelas características inerentes aos fabricos documentados, ou pelas limitações impostas à nossa avaliação, resultantes do precário estado de conservação das superfícies das peças. Note-se ainda que as pastas usadas no fabrico dos exemplares da nossa forma I correspondem a pastas de barros residuais (pastas B e C),

contrariamente ao que se verifica nos exemplares da forma 2-a de Nolen (1985, p. 236) e forma 2 de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p.89), nos quais é evidente um claro predomínio de pastas derivadas de argilas transportadas.

Com base nos dois únicos exemplares provenientes de enterramentos datáveis das necrópoles alto-alentejanas (Padrãozinho 62 e Torre das Arcas 8), Nolen propõe para esta forma uma cronologia alargada de época flaviana a meados do séc. III (NOLEN, 1995-1997, p. 361, 363, 370). Os paralelos identificados em Santo André estão associados a enterramentos datáveis do período flaviano (VIEGAS ET AL., 1981, p. 130), e o nosso único púcaro de tipo I associado a espólio datante (a peça cc-33 integra um conjunto funerário composto, entre outros materiais, por exemplares de *sigillata* hispânica Draggendorf 35 e 36, e pelas formas de cerâmica de paredes finas Mayet XLIII e XX-A) remete-nos para uma cronologia de meados/ segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II.

## **TIPO II – PÚCAROS DE BOJO TRONCOCÓNICO E BORDO ESPESSADO, VOLTADO PARA O EXTERIOR**

(Catál. cc-61, sep. 33; cc-62, sep. 33; cc-46, sep. 18; cc-20, sep.6)

Os exemplares deste tipo distinguem-se pelo perfil troncocónico invertido do bojo, com carena bem marcada e delimitada por um sulco, e pelo bordo espessado, de extremo arredondado, voltado para o exterior. Apresentam semelhanças formais com os púcaros de tipos 2-a e 2-c de Nolen (1985, p. 71, Est. XXIII, nºs 162, 166; Est. XXIV, nºs 169, 174), mas é na cerâmica comum emeritense que encontram os seus paralelos mais aproximados, designadamente nas formas I e V das “*jarritas carenadas com dos asas y boca ancha*” (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 55 e 58, Fig. 14, nºs 69, 70 e 75). A diferença fundamental a assinalar entre as duas formas citadas da cerâmica comum emeritense prende-se com o perfil do bordo – côncavo na forma I, e recto na forma V, razão pela qual as peças da Rouca se aproximam formalmente mais desta última. Para a sua forma V Sánchez Sánchez propõe uma identificação com os púcaros de tipo 3 da cerâmica comum elvense, com os quais as peças da Rouca apresentam semelhanças formais (em termos do perfil do bojo, mas não ao nível do bordo) e de fabrico (NOLEN, 1985, p. 73-74, Est. XXVI, nºs 192, 193, e 194). Neste sentido note-se que três das quatro peças que compõem o tipo 3-a de Nolen, com origens distintas (Torre de Arcas, Padrãozinho e Vila Viçosa), correspondem à pasta H identificada na cerâmica das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 192, Est. XXVI, nºs 192, 193 e 194). Também em Silveirona encontramos púcaros deste tipo torneados na pasta H, conforme definida por Nolen para a cerâmica das necrópoles elvenses (CUNHA, 2004, p. 189, 205 e 223, nºs 14, 54 e 104). Por sua vez, todos os exemplares do nosso tipo II correspondem ao nosso grupo de fabrico D, para o qual se sugere uma identificação com a referida pasta H da cerâmica comum elvense (NOLEN, 1985, p. 25-26), e uma possível origem emeritense. No que diz respeito aos cuidados de acabamento das peças, nenhum dos exemplares dos conjuntos funerários da Rouca apresenta a decoração de linhas oblíquas brunidas presente na forma emeritense, e somente cc-61 revela vestígios da aplicação de uma aguada de cor vermelha clara a vermelha amarelada. Em função dos paralelos conhecidos nas necrópoles alto-alentejanas, e indo assim ao encontro das cronologias

propostas por Nolen (1995-1997, p. 370-371), Sánchez Sánchez sugere para esta forma uma cronologia do período flaviano aos séc.s II e III d.C. (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 58). Esta cronologia alargada encontra confirmação nos conjuntos funerários em que se incluem os exemplares da Rouca, conforme atestam, por um lado, a associação a formas típicas do período flaviano e séc. II, e, por outro, a associação a um exemplar de *sigillata* clara.

De assinalar que a Col. MNA 0156 inclui ainda uma peça, completamente fragmentada e incompleta, que corresponde aos nossos púcaros de tipo II. Sem nº Inv. MNA e de origem incerta (apenas identificado como volume 5 de contentor 1328), este púcaro, torneado na nossa pasta D, apresenta as características formais comuns a este produto com possível origem emeritense. Para além disso, do conjunto dos materiais sem contexto de sepultura conhecido constam duas peças, identificadas com os nºs Inv. MNA 15 621 e 15 625, cuja tipologia formal as aproxima da nossa forma II, e das formas I e V do conjunto das “*jarritas carenadas*” da cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 55 e 58, Fig.14, nºs 70 e 75). As pastas utilizadas (pastas B, de textura fina e compacta) colocam-nos perante um fabrico distinto dos outros exemplares que ilustram esta categoria tipológica, pelo supomos uma possível origem local (alto-alentejana) para estes produtos. A peça identificada com o nº Inv. MNA 15 625 apresenta a típica decoração brunida de linhas em ziguezague, com paralelos nos púcaros elvenses de tipo 1 (NOLEN, 1985, p. 68-70, Est. XXI-XXII, nºs 143 e 147) e na cerâmica comum alto-imperial de Conímbriga (ALARCÃO, 1974a, p. 87-90, Est. XXII-XXIII, nºs 466, 468-A, 469; p. 93-98, Est.s XXVI-XXVII, nºs 563, 565, 566 A).

### **TIPO III – PÚCARO DE UMA ASA, COLO ALTO E PARALELO COM DOBRA, E BORDO SENSIVELMENTE VERTICAL**

(Catál. cc-32, sep. 14)

O nosso único exemplar desta variante tem paralelos documentados nas necrópoles de Monte de Cardeira (Juromenha) (NOLEN, 1985, p. 77-78 e 194, Est. XXVIII) e de El Pradillo (Medellín) (DEL AMO, 1973, p. 62-64, nº 3; p. 84, nº 1). O único paralelo datável proveniente desta última necrópole (sepultura 1) encontrava-se associado a peças de *sigillata* hispânica (formas Draggendorf 27 e Draggendorf 15/17) e a material vítreo com cronologias de meados/ finais do séc. I d.C. (HABA QUIRÓS, 1998, p. 331-332, Fig. 11, nº 3). Os exemplares de Cardeira e de El Pradillo apresentam em comum a decoração do bojo com estrias diagonais brunidas. A peça da Rouca não apresenta este tipo de decoração, mas revela vestígios de aplicação de aguada ou pintura a branco (na zona da base, bojo e asa), aspecto também identificado na peça da sepultura 1 da necrópole de Medellín, com vestígios de pintura branca nas superfícies externa e interna (HABA QUIRÓS, 1998, p. 331, Fig. 11, nº 3). O fabrico de cc-32, cuidado e com características enquadráveis no nosso grupo C, bem como a proximidade geográfica entre as diferentes necrópoles que forneceram exemplares desta forma, levam-nos a colocar a hipótese de uma produção local/regional, situada na zona do actual Alto Alentejo ou imediações (Badajoz?).

Nolen propõe para a peça de Monte da Cardeira uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II (NOLEN, 1985, p. 238, nº 215), e o paralelo datável de Medellín provém de um enterramento cujo *terminus ante quem* corresponde aos finais do séc. I d.C. (HABA QUIRÓS, 1998, p. 333). Em função dos paralelos conhecidos, das características da peça em análise, e do estudo do restante espólio atribuído à sepultura 14 da Rouca (nomeadamente exemplares das formas Draggendorf 35 e 36 de *sigillata* hispânica, e formas XLIII de cerâmica de paredes finas), somos levados a concordar com a atribuição de uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a inícios do séc. II.

## **TIGELAS**

Enquadram-se nesta categoria tipológica os recipientes abertos, de dimensões mais ou menos modestas e com perfis variados, que serviam para ir à mesa, ou dos quais se comia e bebia (ALARCÃO, 1974a, p. 34; CRUZ & CORREIA, 2007, p. 73). De um modo geral, as peças desta categoria apresentam um diâmetro de abertura igual a duas a quatro vezes a altura e o diâmetro do fundo é inferior a metade do diâmetro de abertura (PINTO, 2003, p. 85). Balfet estabelece a diferenciação entre as peças com um diâmetro de abertura igual ou inferior a 18 cm (“*bol*”), e as peças cujo diâmetro de abertura varia entre os 19 a 40 cm (“*jatte*”) (BALFET ET AL., 1983, p. 13). Em virtude das características do conjunto analisado (de um total de 13 peças apenas uma apresenta um diâmetro superior a 18 cm), e de uma certa imprecisão na tradução portuguesa da terminologia usada por Balfet, optámos por fazer uso exclusivo da designação «tigela» para classificar os exemplares desta categoria formal.

### **TIPO I – TIGELA DE BASE PLANA OU QUASE PLANA, PAREDES ARQUEADAS E BORDO DE EXTREMO ARREDONDADO VOLTADO PARA O INTERIOR**

(Catál. cc-57, sep. 30)

Dispomos apenas de uma peça que, pelo fabrico grosseiro e maiores dimensões, se poderia enquadrar na tipologia das malgas alto-alentejanas documentadas por Nolen (1985, p. 93 e 95-96). A peça cc-57 encontra paralelos nas malgas de tipo 1-c e 1-d de Nolen (1985, p. 95, Est. XXXIII, nºs 299, 303 e 304), e apresenta semelhanças com malgas provenientes da necrópole de Santo André [VIEGAS ET AL., 1981, p. 98-100, Est.s III, XL, LI, LII, nºs B7.1 (1a), E10.1 (2), G3.16, G3.22]. Em relação aos exemplares documentados por Nolen, é de assinalar, à semelhança do que se verifica com a peça da Rouca, o uso de pastas derivadas de argilas residuais (cuja composição rica em minerais ferromagnesianos parece sugerir uma origem alto-alentejana, e portanto um fabrico local/ regional), e o recurso ao alisamento e à aplicação de aguada da mesma cor da pasta como técnicas de acabamento frequentes (NOLEN, 1985, p. 242-243, Est. XXXIII, nº 303). A base praticamente plana de cc-57 contrasta com a quase totalidade da amostra de malgas provenientes de Santo André, que se caracterizam por apresentarem a base côncava (VIEGAS ET AL., 1981, p. 99). Ainda em relação aos exemplares da necrópole de Montargil registre-se que, de um total de 38 malgas, apenas três (de dimensões mais reduzidas – diâmetro de abertura variável entre os 11,5 e 13,9 cm) apresentam engobe vermelho (VIEGAS ET AL., 1981, p. 99-100). Somos levados a concordar com a ideia de estarmos perante um fabrico bem diferente daquele representado

pelas malgas das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 93). Neste sentido a ausência de paralelos identificados na cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992) ou em São Cucufate (PINTO, 2003), bem como a escassez de peças de um fabrico comparável ao das malgas alto-alentejanas registada em sítios como Aramenha (NEVES, 1972) ou Conímbriga (ALARCÃO, 1974a), levam-nos a reiterar as questões apresentadas por Nolen – por um lado, questionamo-nos se estaria o fabrico grosseiro deste tipo de recipientes circunscrito ao território actualmente alentejano; e, por outro lado, os materiais conhecidos parecem evidenciar a existência de, pelo menos, dois centros produtores – um que abasteceria a região de Montargil, e outro na zona leste do actual Alentejo (NOLEN, 1985, p. 94), e do qual poderá ter estado naturalmente dependente a população que utilizou o espaço funerário da Rouca. Questionamo-nos ainda se na necrópole da Rouca, e à semelhança do que se verificou noutras necrópoles alto-alentejanas, este tipo de forma cerâmica poderá ter sido usado como tampa de urnas funerárias.

A propósito de uma malga proveniente da sepultura 18 da necrópole de Valdoca, Alarcão refere que “*a forma, muito simples, deve ter-se fabricado em todas as épocas, o que torna inútil a procura de paralelos*” (1974b, p. 25). Nolen atribui a esta forma uma cronologia a partir do séc. II e até meados do séc. III d.C. (NOLEN, 1995-1997, p. 372-373), contudo há que atentar para o facto de se tratar de uma forma simples, geralmente datada a partir das cronologias atribuídas às necrópoles de origem, pelo que poderá ter uma diacronia de produção e utilização mais alargada do que a genericamente atribuída (NOLEN, 1985, p. 94). Tendo em conta o espólio atribuído ao mesmo contexto de sepultura de cc-57, propomos uma cronologia alargada para o fabrico e uso desta forma – a partir da segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, meados/ primeira metade do séc. III. A ausência de paralelos na cerâmica comum de Mérida (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992), e as semelhanças em termos de fabrico entre exemplares provenientes das necrópoles alentejanas, leva-nos a considerar a possibilidade de se tratar de um fabrico local/ regional.

## **TIPO II – TIGELAS DE BASE PLANA OU COM DESVÃO, PAREDES ESVASADAS E BORDO DE EXTREMO ARREDONDADO**

### **TIPO II-a: TIGELAS DE PAREDES ESVASADAS E ARQUEADAS**

(Catál. cc-10, sep. 4; cc-25, sep. 8; cc-37 e cc-38, sep. 15; cc-42, sep. 16; cc-48, sep. 18)

Esta variante do tipo II é ilustrada por tigelas de base plana ou com desvão, copa hemisférica (ou sobre o hemisférico), e bordo de extremo arredondado sensivelmente vertical ou voltado para o interior, apresentando diâmetros de abertura variáveis entre os 13 e os 19,6 cm e uma altura compreendida entre os 5 e os 6,8 cm. Esta forma encontra correspondência nas tigelas de tipo 3-b e 3-c de Nolen (1985, p. 97, Est.s XXXIV e XXXV, nºs 323, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 333 e 334), às quais a autora atribui uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II, conforme alguns exemplares provenientes de Serrones e Terena (NOLEN, 1995-1997, p. 373). Mais uma vez, comparativamente aos exemplares elveneses (NOLEN, 1985, p. 243-244), se verifica um claro domínio do uso de pastas de argilas residuais (no caso da Rouca, das seis tigelas de tipo II apenas duas não correspondem ao grupo

de fabrico A; no caso das peças das necrópoles alto-alentejanas, a sua maioria corresponde às pastas A e B definidas por Nolen) (NOLEN, 1985, p. 23-24), e o recurso ao alisamento como prática de acabamento mais frequente. Contrariamente ao que se regista nos paralelos referidos, dois dos nossos exemplares apresentam a aplicação de engobe – de cor vermelha (*Munsell*, 10R, 5/8) no caso de cc-10, e cinzenta (*Munsell*, 7.5YR, 5/0) no caso de cc-25. É também curioso notar que os paralelos mais aproximados identificados em Santo André e Valdoca correspondem a recipientes que os autores convencionaram designar «malgas», devido às suas maiores dimensões e fabrico grosseiro [VIEGAS ET AL., 1981, p. 97-100, Est. I, B 2(2); Est. V, C 3.1; Est. XII, C 9.2; Est. XV, D 2.2(2); Est. XXIV, D 17.2; Est. XXVIII, E 1.3.1(2); ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 62, Est. XVI, sep. 216, nº 2; p. 77, Est. XXIV, sep. 329, nº 1; p. 95-96, Est. 466, nºs 1 e 2]. Os paralelos identificados em Santo André encontram-se associados a enterramentos datáveis da segunda metade do séc. I d.C., e de finais do séc. I – inícios do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p. 128), enquanto o único exemplar de Valdoca proveniente de contextos datáveis foi encontrado associado a um fragmento de unguentário de vidro atribuído ao séc. I d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 77). A nossa forma II-a parece ainda encontrar correspondência nas tigelas de tipo III-A-I de São Cucufate (PINTO, 2003, p. 530). De um modo geral, considerando os paralelos identificados e os conjuntos funerários em que se inserem os nossos exemplares das tigelas de tipo II-a, somos levados a confirmar para esta forma uma cronologia centrada na segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II, conforme defendida por Nolen (1995-1997, p. 373). Neste sentido, e apesar de dois dos exemplares do nosso tipo II-a (cc-37 e cc-38, sep. 15; cc-42, sep. 16) se encontrarem associados às formas de *sigillata* hispânica Draggendorf 46 e/ou Draggendorf 17, cujo início de produção se encontra genericamente atribuído a finais do séc. I/ inícios do séc. II d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 166 e 189), é de assinalar a associação, na quase totalidade dos casos (excepto cc-48, sep. 18), a cerâmica de paredes finas, e designadamente à forma Mayet XLIII, reforçando assim a de uma cronologia alta para os contextos em que esta forma tende a surgir representada.

A este respeito note-se ainda que a nossa peça cc-42 encontra os seus paralelos mais aproximados nas duas únicas peças da amostra de malgas de Santo André que apresentam base plana (VIEGAS ET AL., 1981, p. 99, Est. XLVIII, G 2.1 e G 2.2). A propósito desta forma, os autores defendem que “*deve ter sido produzida durante um longo período; por essa razão não sugerimos uma cronologia específica*” (VIEGAS ET AL., 1981, p. 99). Integra também esta categoria tipológica a peça cc-48, proveniente da sepultura 18 da Rouca. De um modo geral, esta peça reúne as características formais que distinguem o tipo II-a, mas há que assinalar tratar-se do único item deste conjunto que pertence ao grupo de fabrico D(-1), e consequentemente que apresenta uma possível origem não local, e designadamente emeritense. O perfil quase elipsoidal e a canelura interna delimitando o bordo parecem sugerir algumas semelhanças com a forma 6 de *sigillata* hispânica, datável de finais do séc. II a meados do séc. V d.C. (MEZQUIRIZ, 1961, Lám. 23, nº 1), e a associação da peça a uma lucerna de forma Dressel-Lamboglia 27-28 ou Dressel-Lamboglia 30A sugere-nos a provável continuidade do fabrico do nosso tipo II-a durante os séc.s II e III d.C..

A Col. MNA 0156 inclui ainda duas tigelas, identificadas com os nºs Inv. MNA 15 645 e 15 654, sem contexto de sepultura conhecido, que pelas suas características formais ilustram a nossa variante II-a. Em ambos os casos as peças foram torneadas em pastas derivadas de barros residuais (pastas B e A), e apresentam a aplicação de engobe vermelho (*Munsell*, 2.5YR, 5/8; 10R, 5/8-4/8). Com base na análise dos materiais, considera-se verosímil que as peças 15 645 e cc-10 sejam produtos da mesma olaria. Do conjunto dos materiais sem nº Inv. MNA e/ou com origem incerta que compõem a colecção em estudo refira-se a peça identificada como volume 7 de contentor 1389, igualmente enquadrável na subcategoria II-a das tigelas da Rouca.

#### **TIPO II-b: TIGELAS DE PAREDES MUITO ESVASADAS E QUASE RECTAS**

(Catál. cc-27, sep. 11; cc-54, sep. 29)

As peças que ilustram esta variante apresentam um base quase plana ou com desvão, copa hemisférica ou sobre o hemisférico, com paredes muito esvasadas e abertas, quase rectas. O bordo é de extremo arredondado, sensivelmente vertical. Importa notar que, se a peça cc-54 não oferece dúvidas quanto à sua identificação com as tigelas de tipo 3-b da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 97, Est.s XXXIV e XXXV, nºs 326, 328 e 329); a peça cc-27, pelas suas dimensões (7,8 cm de altura e 20 cm de diâmetro de abertura), seria enquadrável no conjunto das malgas documentado por Nolen (1985, p. 95-96). Todavia, e não obstante a identificação formal com as malgas de tipo 1-a e 1-c da cerâmica alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 97, Est. XXXIII, nºs 295 e 302), considerou-se aplicável a cc-27 a designação «tigela», em virtude do seu fabrico bastante cuidado. Mais uma vez, à semelhança do que se verifica nos paralelos identificados na cerâmica comum elvense (NOLEN, 1985, p. 242-244), as peças da Rouca (com pastas A e B) revelam um predomínio do uso de pastas com abundância de minerais ferromagnesianos, e presumivelmente de origem local/regional. A peça cc-27 distingue-se pela aplicação de aguada da mesma cor da pasta nas superfícies externa e interna, prática igualmente documentada em alguns dos exemplares das malgas de tipo 1-a e 1-c de Nolen (1985, p. 201-202 e 242, nºs 295, 300 e 303).

No que diz respeito à cronologia atribuída a esta forma atente-se para o facto das tigelas de tipo 3 da cerâmica comum alto-alentejana estarem, de um modo geral, associadas a uma cronologia mais alta (segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II) do que a das malgas de tipo 1 (séc. II – meados do séc. III d.C.) (NOLEN, 1995-1997, p. 372-373). Apesar de Nolen referir o desconhecimento de dados que permitam situar a sua forma 1 no decorrer do séc. I d.C. (NOLEN, 1995-1997, p. 373), chamamos a atenção para os paralelos identificados para a nossa variante II-b no espólio das necrópoles de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, P. 98-100, Est. XI, C 8.14; Est. XXX, E 2.3; Est. LV, I 1.17; Est. LVIII, I 3.7) e Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 86 e 89, Est. XXIX, sep. 383; Est. XXXI, sep. 427, nº 2). Os paralelos identificados na necrópole de Montargil estão associados a enterramentos com cronologias a partir da segunda metade do séc. I até inícios do séc. II d.C. (VIEGAS ET AL., 1981, p. 128), e a peça proveniente da sepultura 427 de Valdoca encontrava-se associada a *sigillata* datável da segunda metade do séc. I d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 89-90). Também a peça nº 1 da sepultura 18 de Monte



do Farrobo (sepultura datável a partir de 75 d.C. até 150) (ALARCÃO, 1974b, p. 25 e 32, Est. V) apresenta semelhanças com as peças da Rouca, e em especial com cc-27. Tendo em conta os paralelos conhecidos e o espólio associado aos contextos de achado de cc-27 e cc-54, parece efectivamente confirmar-se para esta forma uma cronologia de fabrico/ utilização da segunda metade do séc. I d.C. até inícios do séc. II.

Do conjunto dos materiais sem nº Inv. MNA e/ou com origem incerta que compõem a Col. MNA 0156 refira-se a peça identificada como volume 2 de contentor 1406, enquadrável na subcategoria II-b das tigelas da Rouca. Pelo tipo de pasta (pasta B) e pelas características formais da peça em questão considera-se verosímil tratar-se do mesmo fabrico de cc-54.

### **TIPO III – TIGELAS DE CERÂMICA COMUM CUJAS FORMAS IMITAM FORMAS DE *TERRA SIGILLATA***

Entre o conjunto da cerâmica comum atribuído à necrópole da Rouca contamos com um grupo de peças cujas formas se assemelham a formas de *terra sigillata*, e designadamente às formas Draggendorf 35 e 36. Este tipo de cerâmica comum tende a ser encarado como imitações da cerâmica fina, cujo difícil acesso por parte de largas franjas da população, facilmente justificaria a necessidade de criar produtos mais baratos, de fabrico e comercialização local/regional.

#### **TIPO III-a: SEMELHANTE À FORMA DRAGGENDORF 35**

(Catál. cc-65, sep. 33; cc-4, sep. 1-2)

Incluimos nesta variante da cerâmica comum da necrópole da Rouca as peças cc-65 e cc-4. No caso desta última, as semelhanças (formais e de fabrico) atestadas entre o fragmento disponível e cc-65 justificam a nossa opção de tratar ambos os itens como exemplares da mesma forma. O nosso tipo III-a tem correspondência nas taças e tigelas de tipo 7-e de Nolen, e em particular na sua variante 1 (NOLEN, 1985, p. 105-106, Est. XXXIX, nºs 394, 395, 396, 397, 401 e 404). Contrastando com as peças da Rouca (correspondentes ao nosso grupo de fabrico A), verifica-se um predomínio do uso de pastas derivadas de barros transportados no fabrico desta forma na cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 105-106, 211-212, 246-247). Em termos de fabrico, cc-65 e cc-4 encontram o seu melhor paralelo na peça nº 401 proveniente de Padrãozinho (NOLEN, 1985, p. 106 e 212, Est. XXXIX). O alisamento, polimento e aplicação de aguada ou engobe são práticas de acabamento frequentes neste tipo de peças, como o exemplificam as peças das necrópoles elvenses e cc-65.

De acordo com Nolen, esta forma é datável de época flaviana a meados do séc. II (NOLEN, 1995-1997, p. 373-374). Esta cronologia parece confirmar-se, não só nos outros paralelos identificados em Conímbriga (ALARCÃO, 1974a, p. 90-91, Est. XXIII, nº 495) e Valdoça (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 97-98, Est. XXXIV, sep. 477, nºs 4 e 5), como também no conjunto funerário de origem de cc-65.

A Col. MNA 0156 inclui ainda uma tigela, identificada como volumes 3 e 6 de contentor 1404, sem nº Inv. MNA e com origem incerta, que, pelas suas características formais, poderia também ilustrar a subcategoria III-a. Aparentemente tratar-se-á de um fabrico local (pasta B), e, apesar do precário estado de conservação, ainda é possível distinguir vestígios da aplicação de engobe vermelho claro (Munsell, 10R, 5/8).

### **TIPO III-b: SEMELHANTE À FORMA DRAGGENDORF 36**

(Catál. cc-22, sep. 6; cc-28, sep. 11)

Dispomos de duas peças cujas formas sugerem uma evidente imitação da forma de *terra sigillata* Draggendorf 36, correspondendo assim às tigelas e taças de tipo 7-f da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1985, p. 107, Est. XXXIX, nºs 405-407). São duas peças com cerca de 20 cm de diâmetro de abertura, o que, de acordo com a terminologia usada por Nolen, corresponderia à forma «prato» (NOLEN, 1985, p. 81). Contudo, tendo em conta a altura das peças (alturas variáveis entre 5,9 e 6,1 cm), e considerando «prato» apenas os recipientes cujo diâmetro de abertura é superior a quatro vezes a altura (PINTO, 2003, p. 85), afigurou-se mais apropriada a designação de «tigelas» para a classificação de cc-22 e cc-28.

Comparativamente às peças da Rouca, qualquer dos exemplares provenientes de Vila Viçosa, Serrones e Elvas (NOLEN, 1985, p. 212, Est. XXXIX, nºs 405, 406 e 407) apresenta menores dimensões do que cc-22 e cc-28. Relativamente às pastas e acabamento das superfícies das peças, é de assinalar a heterogeneidade de grupos de fabrico representados nos exemplares que ilustram o tipo 7-f de Nolen, entre os quais apenas uma peça apresenta a aplicação de engobe (vermelho) (NOLEN, 1985, p. 212, Est. XXXIX, nºs 40). Nas nossas peças estão representadas as pasta C e A da Rouca, respectivamente, e somente no último caso foi possível identificar vestígios de aplicação de engobe da cor da pasta. Esta forma encontra ainda paralelos nas tigelas de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 128, Est. VIII, C 6.2), apesar das diferenças registadas ao nível da modelação do bordo, delimitado por canelura nos exemplares de Montargil, e com paralelos formais na cerâmica de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 56-57, Pl. XIII, nºs 34 e 39).

Nolen sugere para esta forma uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a inícios/ meados do séc. II (NOLEN, 1995-1997, p. 374). Paralelos identificados entre a cerâmica comum ampuritana parecem atestar, de facto, uma cronologia dilatada e a continuidade do fabrico desta forma durante a segunda metade do séc. II d.C. (CASAS i GENOVER, 1990, p. 292-293, nº 606). Lamentavelmente os paralelos identificados em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 128, Est. VIII, C 6.2) ou Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 22, Est. V, sep. 36, nº 1) não possibilitaram a confirmação e o eventual apuramento de uma cronologia mais precisa para o nosso tipo III-b. De notar que, no caso dos exemplares da Rouca, a associação a espólio de cronologias diversas – da segunda metade do séc. I d.C. aos séc.s II e III (*sigillata* clara), leva-nos a corroborar o *terminus post quem* proposto por Nolen para esta forma (1995-1997, p. 374), mas a considerar um *terminus ante quem* em pleno séc. III d.C..

A peça identificada com o nº Inv. MNA 15 659, constante da Col. MNA 0156 mas sem contexto de sepultura conhecido, apresenta características formais que a aproximam de cc-28, e da subcategoria III-b das tigelas da necrópole da Rouca. O tipo de pasta (pasta B) aponta para um fabrico local/regional.

## **PRATOS**

A amostra de cerâmica comum analisada forneceu 8 pratos, enquadráveis em três tipologias distintas, das quais a forma I se subdivide em três variantes. Tendo em conta as características das peças disponíveis considerou-se válido definir as diferentes categorias tipológicas em função da conjugação de dois critérios – perfil das paredes e forma do bordo. Em termos gerais, utilizou-se a designação «prato» para identificar toda a peça com diâmetro de abertura variável entre 15 a 25 cm, e baseando a distinção entre prato e frigideira nos vestígios que, em peças de fundo raso, indicem um provável uso ao lume (NOLEN, 1985, p. 81). A distinção está longe de ser linear uma vez que o resultado do contacto da peça com as cinzas funerárias pode ser facilmente confundido com vestígios de um eventual uso culinário, mas achou-se por bem referir essa hipótese sempre que os vestígios de exposição à acção do fogo se limitem à superfície externa da peça. Assim, do conjunto de pratos analisados seis apresentam vestígios de exposição à acção do fogo, mas apenas quatro deles (cc-19, cc-24, cc-29, e cc-49) nos levam a considerar a possibilidade de uma eventual funcionalidade doméstica original, distante da sua posterior deposição como espólio funerário.

### **TIPO I – PRATOS DE PAREDE ENVASADA E BORDO VOLTADO PARA O INTERIOR**

#### **TIPO I-a: PRATOS DE PAREDE ARQUEADA E REENTRANTE, E BORDO DE EXTREMO ARREDONDADO VOLTADO PARA O INTERIOR**

(Catál. cc-19, sep.5; cc-66, sep. 33)

Os dois pratos de tipo I-A da Rouca encontram correspondência nos pratos de tipo 6-a de Nolen (1985, p. 87-88, Est. XXXI, nºs 278 e 279) e, à semelhança do que se regista na maioria dos exemplares desta forma provenientes das necrópoles elvenses, o fundo raso e os evidentes vestígios de exposição à acção do fogo nas superfícies externas de cc-19 levam-nos a colocar a possibilidade de eventual uso doméstico. São de assinalar as semelhanças registadas (em termos de dimensões) entre as peças da Rouca e as peças provenientes de Horta da Serra e Padrãozinho (?) documentadas por Nolen (1985, p. 200, nº 278 e 279); bem como as semelhanças entre as pastas de cc-66 e da peça nº 278 de Nolen (o grupo D-1 da Rouca é idêntico ao grupo H-1 da cerâmica comum alto-alentejana, representado na peça de Horta da Serra) (NOLEN, 1985, p. 25-26, 87 e 200, Est. XXXI). O tratamento das superfícies das nossas peças – alisamento e eventual aplicação de aguada – também encontra correspondência nas peças das necrópoles alto-alentejanas. Registem-se igualmente paralelos com os pratos de tipo 6 de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, 95, Est.s IX e XXXIII, C7.6 e E 2.14), ainda que, de um modo geral, se tenha verificado que os pratos desta forma provenientes da Rouca apresentam paredes com um perfil mais arqueado do que os exemplares da necrópole de Montargil. Consideramos viável estabelecer uma correspondência entre esta tipologia e os pratos de tipo B da cerâmica comum romana emeritense

(SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 34-35, Fig. 7, nº 31). Trata-se de uma forma bastante frequente e largamente difundida, para a qual se estabelece uma cronologia dos séc.s I-II d.C. e cujas origens, de acordo com Sánchez Sánchez, poderão estar associadas à produção e imitação dos pratos de engobe (interno) vermelho pompeiano (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 34-35). O tipo de pastas utilizado no fabrico da peça cc-66 da Rouca e da peça de Horta da Serra (NOLEN, 1985, p. 87 e 200, Est. XXXI, nº 278) parece sugerir estarmos perante produtos de fabrico emeritense.

Nolen atribui a esta forma uma cronologia do período flaviano aos inícios do séc. III (NOLEN, 1995-1997, p. 372); contudo, os dados fornecidos pelo estudo dos materiais da necrópole de Santo André, onde este tipo de pratos se encontrou associado a enterramentos de finais do séc. I d.C. – inícios do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p. 95 e 128), e as cronologias fornecidas pelos conjuntos funerários que cc-19 e cc-66 integram, apenas permitem confirmar um efectivo fabrico desta forma durante a segunda metade do séc. I d.C. e inícios/ meados do séc. II.

De assinalar ainda a existência, entre a cerâmica comum da Col. MNA 0156, de dois pratos, identificados com os nºs Inv. MNA 15 662 e 15 810, mas sem contexto de sepultura conhecido, que se enquadram nas características do subtipo I-a. Ambas as peças parecem corresponder a fabricos de origem local/ regional (pastas A e B), e no caso da peça 15 662 são ainda visíveis os vestígios da aplicação de aguada ou engobe de cor vermelha (*Munsell*, 2.5YR, 4/8), sensivelmente idêntica à da pasta.

#### **TIPO I-b: PRATOS DE PAREDE ENVASADA, LIGEIRAMENTE ARQUEADA, E BORDO DE EXTREMO ARREDONDADO VOLTADO PARA O INTERIOR**

(Catál. cc-58, sep. 30)

A peça que ilustra esta forma corresponde ao nosso fabrico A-2, e distingue-se pela parede ligeiramente arqueada, quase recta, com o bordo dobrado para o interior. Aproxima-se dos pratos de tipo 6 de Nolen, e em especial da variante 6-b (NOLEN, 1985, p. 88, nºs 276, 280, e 284), com a qual Sánchez Sánchez estabelece a correspondência para a forma C dos pratos de cerâmica comum de Mérida (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 35, Fig. 7, nº 32). O nosso tipo I-B apresenta ainda semelhanças com pratos de tipo 6 de Santo André, associados a enterramentos de finais do séc. I d.C. – inícios do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p. 95, Est.s IX e XXXIII, nºs E 5.5 e I 3.3); com uma peça proveniente da sepultura 22 de Valdoca, sem cronologia precisa (contextos do séc. II d.C. ou séc.s III-IV) (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 16-17, Sep. 22, nº 1, Est. III); e com prato nº 534 de Conímbriga (ALARCÃO, 1974 a, p. 95, Est. XXV). Note-se que, ao contrário da maioria dos exemplos documentados por Nolen para a sua forma 6 (NOLEN, 1985, p. 87), a peça da Rouca revela um fabrico cuidado e um bom tratamento das superfícies. De realçar que cc-58 tem uma característica comum à peça proveniente de Horta da Serra documentada por Nolen (1985, p. 88 e 200, nº 280) e a dois dos pratos da forma 6 de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 95, Est. VII e XXXII, C 5.9 e E 2.14) – a aplicação de engobe vermelho (neste caso, a mesma cor da pasta). Poderia pensar-se na possibilidade de se tratar de um fabrico comum, de âmbito local/ regional, contudo as diferenças em termos de pastas entre as várias peças apenas nos permitem falar da

repetição de uma forma simples, comum aos diferentes oleiros que laboraram, à época romana, na região do actual Alto Alentejo.

Nolen atribui à sua forma 6 uma cronologia que se estende desde a época flaviana aos inícios do séc. III (NOLEN, 1995-1997, p. 372), corroborando assim as datações apresentadas para os pratos de tipo 6 de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 95, 131, 133, e 135, nºs C 5.9, E 2.14, E 5.5, I 3.3) e para a forma C dos pratos de cerâmica comum emeritense (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 35 e 79). Tendo em conta o espólio atribuído ao contexto de achado do exemplar da Rouca e os paralelos identificados, o âmbito cronológico proposto por Nolen (1995-1997, p. 372) afigura-se verosímil; não obstante, a associação de cc-58 a um exemplar de *sigillata* clara A da forma Hayes 30 ou 32, permite-nos sugerir a efectiva continuidade de fabrico/ utilização da forma durante, pelo menos, a primeira metade do séc. III d.C..

### **TIPO I-c: PRATOS DE PAREDE ENVASADA, OBLÍQUA, BORDO ENGROSSADO VOLTADO PARA O INTERIOR E CARENA NO EXTERIOR**

(Catál. cc-49, sep. 18)

O único exemplar ilustrativo desta variante trata-se de um prato proveniente da sepultura 18, de fabrico A-2, que se distingue pela parede envasada com carena no exterior, e canelura interna delimitando o bordo espessado voltado para o interior. Parece encontrar os seus paralelos mais aproximados (em termos formais) nos pratos de tipo 3-b de Nolen (NOLEN, 1985, p. 84-85, Est. XXIX, nº 246 e 247), e num prato atribuído à sepultura 26 da necrópole de Valdoca, associado a cerâmica de paredes finas datável do período claudiano e segunda metade do séc. I d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 17-18, Est. III, sep. 26, nº 2). Apresenta semelhanças com prato G 3.29 de tipo 3 de Santo André, ainda que, de um modo geral, não encontre correspondência nos restantes exemplos desta tipologia (VIEGAS ET AL., 1981, p. 94, Est. LII).

Para esta forma Nolen sugere uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a meados do séc. III (cronologia comum aos pratos de subtipos 3-a a 3-c definidos pela autora) (NOLEN, 1995-1997, p. 371). Este âmbito cronológico parece encontrar confirmação no conjunto funerário de origem de cc-49, ainda que a impossibilidade de atribuição de uma cronologia segura ao espólio datante associado ao exemplar da Rouca (uma lucerna Dressel-Lamboglia 27-28 ou Dressel-Lamboglia 30A) nos obrigue a considerar com as devidas reservas o *terminus ante quem* proposto. Neste sentido, não podemos deixar de ter em conta as datações propostas para os enterramentos de Valdoca (séc. I d.C.) (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 17-18, sep. 26, nº 2) e Santo André (último quartel do séc. I – inícios do séc. II d.C.) (VIEGAS ET AL., 1981, p. 134) onde este tipo de forma também surge representada, e de nos questionarmos se o fabrico da nossa forma I-c se terá prolongado efectivamente até ao séc. III d.C..

### **TIPO II – PRATOS DE PAREDE ESVASADA, QUASE RECTA, E BORDO DE EXTREMO BISELADO** (Catál. cc-24, sep. 8)

Apenas dispomos de uma peça que, consoante a terminologia adoptada, seria passível de designar-se por «pratel» (NOLEN, 1985, p. 81) ou «prato covo» (PINTO, 2003, p. 85). Trata-se de um prato de

pequenas dimensões (com um diâmetro de abertura de 15 cm e uma altura de 4,3 cm), que tem os seus paralelos mais aproximados nos pratéis de tipo 4-a de Nolen, representados por peças de Vila Viçosa e Serrones, e aos quais a autora atribui uma cronologia de época flaviana a meados do séc. III (NOLEN, 1985, p. 86, Est. XXVIII, nºs 261 e 262; NOLEN, 1995-1997, p. 371). Ao contrário de Nolen (1985, p. 81), identificamos para esta forma paralelos nas peças E 5.8 e I 3.2 de Santo André, correspondentes aos pratos de tipo 2 e associadas a enterramentos de finais do séc. I d.C. – inícios do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p. 93 e 128, Est.s XXXV e LVII). A ausência de paralelos identificados na cerâmica comum emeritense, bem como o tipo de pastas representadas nos exemplares alentejanos, levam-nos a sugerir tratar-se de uma forma com tradição de produção local/ regional, e eventual reminiscência de formas de tradição indígena. Neste sentido registem-se dois outros paralelos identificados para esta forma: um paralelo documentado na cerâmica comum de Conímbriga, correspondente a um exemplar de cerâmica torneada de tradição indígena (pasta gregosa), cuja produção Alarcão atribui ao período claudiano, e eventualmente flaviano (ALARCÃO, 1974a, p. 54-55, Est. VII, nº 103); e outro paralelo, identificado entre o repertório de formas de cerâmica comum produzidas pelo centro oleiro da Cartuja (Granada), cujo actividade se desenvolveu durante a segunda metade do séc. I d.C. e meados do séc. II (SERRANO RAMOS, 2008, p. 475 e 480, Fig. 2). Tendo em conta o contexto de achado atribuído ao exemplar da Rouca, e designadamente a associação a cerâmica de paredes finas (forma Mayet XLIIIA), considera-se verosímil a atribuição a esta forma de uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a inícios do séc. II, corroborando-se assim os dados fornecidos pelo estudo dos materiais de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), mas não sendo possível atestar uma continuidade do fabrico até ao séc. III d.C., conforme proposta por Nolen (1995-1997, p. 371).

### **TIPO III – PRATOS DE PAREDE ESVASADA, LIGEIRAMENTE ARQUEADA, E BORDO DE EXTREMO ARREDONDADO SENSIVELMENTE VERTICAL OU VOLTADO PARA O INTERIOR**

(Catál. cc-29, sep. 11; cc-67, sep. 34; cc-70, sep. 35)

As peças que ilustram esta categoria tipológica encontram os seus paralelos mais aproximados nos pratos de tipo 5 da cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 87, Est. XXXI, nº 269). A nossa forma III apresenta igualmente semelhanças com os pratos de tipo 3 e 5 de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 94, Est.s XXXVII, LIX e LII, E 6.3, I 3.12, e G 3.29), associados a enterramentos de finais do séc. I d.C. e inícios da centúria seguinte. Sem paralelos conhecidos nas necrópoles de Monte do Farrobo (ALARCÃO, 1974b) ou Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966), esta categoria tipológica tem paralelos formais com as peças nºs 635 e 635a de Conímbriga (dois pratos covos de cerâmica alaranjada fina, de contextos dos séc.s IV-V d.C.) (ALARCÃO, 1974a, p. 107, Est. XXIX).

Do conjunto de peças que representam o nosso tipo III (a este respeito note-se que, apesar de muito fragmentada e incompleta, se optou por incluir nesta tipologia a peça proveniente da sepultura 34 da Rouca, em função das características do respectivo bordo), será de registar que todas elas parecem revelar o cuidado no alisamento das respectivas superfícies, e que cc-70 apresenta vestígios de aplicação de engobe vermelho na superfície interna dos fragmentos disponíveis. Dos paralelos

identificados em Santo André e na cerâmica alto-alentejana há que salientar a ausência de aplicação de engobe ou aguada, e o recurso ao polimento como técnica de acabamento predominante nos pratos de tipo 5 de Nolen (1985, p. 199). O uso de pastas derivadas de argilas residuais, quer no caso da cerâmica comum elvense (pastas A, B, C, conforme Nolen), quer no caso das peças da Rouca (pastas A e C), levamos a colocar a possibilidade de se tratar de uma forma reproduzida por diversos oleiros locais. Nolen atribui-lhe uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, finais do séc. II. A ausência desta forma no espólio da necrópole de Torre das Arcas leva a autora a questionar uma efectiva sobrevivência da mesma durante o séc. III d.C. (NOLEN, 1995-1997, p. 372); contudo, a confirmar-se a efectiva correspondência de cc-67 com esta forma, e tendo em conta a associação da peça a um prato de *sigillata* clara C Hayes 50, seríamos levados a estender a diacronia de fabrico e/ou utilização da mesma desde a segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, meados do séc. III.

## DISTRIBUIÇÃO DAS PASTAS E FORMAS

Da análise da cerâmica comum atribuída aos conjuntos funerários da Rouca resultou evidente o predomínio do uso das pastas do nosso grupo A, com um total de 31 exemplares, ou seja, 44% da amostra estudada. Recorde-se que as características da pasta A (com abundância de minerais félsicos e máficos), colocam-na em paralelo com as pastas B e C (igualmente caracterizadas pela elevada representatividade de minerais ferromagnesianos) no que diz respeito a uma provável origem local/regional. Neste sentido registre-se que o conjunto total de peças com pastas de composição semelhante e com possível origem local/regional (pastas A, B e C) perfaz cerca de 83% da amostra (58 peças), percentagem que chega aos 86% se acrescentarmos os dois «potinhos alentejanos» de cerâmica cinzenta fina. À semelhança do que se verifica no panorama da cerâmica comum das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 27-29), também a cerâmica comum da necrópole da Rouca revela uma clara preferência por barros residuais, facto facilmente explicável pelo recurso por parte dos oleiros locais às argilas dos depósitos mais abundantes e/ou mais acessíveis e fáceis de encontrar nas imediações. O facto da nossa pasta A não encontrar paralelos exactos na cerâmica comum de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 65-67) e das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 19-26), leva-nos a pensar que o abastecimento da população que utilizou o espaço funerário da Rouca, no que concerne à cerâmica utilitária, deverá ter sido maioritariamente assegurado por uma olaria local, com um mercado de escoamento restrito, mas com um repertório de formas comum aos oleiros da região e fazendo uso de barreiros da mesma formação geológica alentejana.

Cerca de 14% (10 peças) da amostra analisada correspondem a cerâmica torneada na nossa pasta D. Trata-se da única pasta de barros transportados identificada no conjunto estudado, com correspondência na pasta H da cerâmica comum das necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 25-26) e que, de acordo com Nolen (1985, p. 29-30), podemos considerar, com bastante verosimilhança, como uma «importação» de origem emeritense. É evidente a variedade de formas deste fabrico representadas na amostra em estudo, com paralelos na realidade das necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 30), e que parece assim

confirmar a existência de relações comerciais privilegiadas entre a região do actual Nordeste Alentejano e a antiga capital da Lusitânia. Para além de tigelas (tipo II-a) e pratos (tipo I-a), formas comuns e reproduzidas pelos fabricos locais, estão documentadas as bilhas de bojo piriforme e bordo apumado em «L» (tipo V), os púcaros (tipo II) (a forma mais frequente), e um invulgar jarrinho/a ou frasquinho. Nolen defende, com base nos exemplares provenientes de contextos datáveis, uma cronologia do séc. II e/ou III para este tipo de fabrico, considerando-o como uma “*degeneração*” do fabrico de paredes finas emeritense (NOLEN, 1985, p. 30). Analisando os conjuntos funerários da Rouca que incluem peças deste fabrico (sepulturas 6, 18 e 33) constata-se a associação a espólio datante atribuído aos séc.s II-III d.C., mas também a associação a tipos de cerâmica comum com cronologias de produção a partir da segunda metade do séc. I d.C.. Se tivermos em conta que uma das formas mais típicas deste fabrico – os púcaros de bojo troncocónico e bordo esvasado – é datável do período flaviano aos séc.s II e III (NOLEN, 1995-1997, p. 370; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 58), julgamos que poderá fazer-se recuar o *terminus post quem* do mesmo até à segunda metade do séc. I da nossa Era.

O predomínio dos fabricos locais/ regionais na amostra em estudo reflecte-se, não só no tipo de pastas usadas, como também nos tipos cerâmicos representados. De um modo geral, encontram-se representadas na cerâmica comum da Rouca as formas típicas do Alto Alentejo – a garrafa de bojo cilíndrico e colo estreito, a tigela hemisférica, as bilhas de bojo achatado e piriforme, os púcaros de duas asas, e os «potinhos alentejanos». As formas mais frequentes são as bilhas e as tigelas, em ambos os casos correspondendo a cerca de 19% do conjunto geral; seguidas dos potes, representados por 11 peças e perfazendo assim 16% da amostra. O predomínio das bilhas e tigelas tem paralelo na realidade das necrópoles elvenses, onde correspondem, respectivamente, a 21,2% e 19,2% do total estudado (NOLEN, 1985, p. 28). (Interrogamo-nos em que medida estes dados poderão ser encarados como reflexo de um universo cultural comum, com usos e hábitos de consumo similares.) No caso da Rouca há ainda a registar uma clara preferência pelo uso da pasta A no fabrico das tigelas (9 peças num total de 13). As bilhas foram torneadas, na sua maioria, nas pastas B e C (uma vez mais 9 peças num total de 13).

O grupo dos potes e potinhos constitui a terceira forma mais representada na amostra em análise. Com um total de 11 peças, corresponde a cerca de 16% do conjunto geral, aproximando-se assim da expressividade numérica desta forma nas necrópoles alto-alentejanas (NOLEN, 1985, p. 28). À semelhança do que se regista na cerâmica das necrópoles elvenses, cujos potes se encontram maioritariamente associados ao uso das pastas residuais A/B (NOLEN, 1985, p. 28), os potes da Rouca foram preferencialmente torneados na nossa pasta A (8 peças num total de 11). Os dois únicos «potinhos alentejanos» de que dispomos foram torneados numa pasta cinzenta fina, também com provável origem local.

Os púcaros representam cerca de 11% da amostra geral, contrastando com uma maior representatividade da forma nos conjuntos de Santo André (16%) (VIEGAS ET AL., 1981, p. 68) e necrópoles alto-alentejanas (14,9%) (NOLEN, 1985, p. 28). De assinalar que 50% dos púcaros que integram os conjuntos funerários da Rouca parecem tratar-se de «importações» emeritenses, uma vez



que correspondem ao nosso fabrico D, tendo os restantes sido produzidos nas pastas B e C, de origem local/regional. Esta preferência pelo uso de pastas finas e de barros transportados no fabrico de púcaros encontra-se igualmente documentada na cerâmica comum das necrópoles alto-alentejanas, onde as pastas mais representadas são as H, A e G (NOLEN, 1985, p. 28). Os pratos, com 8 exemplares no conjunto estudado, correspondem também a 11% da amostra geral, e foram, na sua maioria, fabricados na nossa pasta A.

## ACABAMENTO E TRATAMENTO DAS SUPERFÍCIES

Como já tivemos oportunidade de mencionar, o precário estado de conservação de grande parte das peças ou conjuntos de fragmentos de cerâmica comum em análise comprometeu, e nalguns casos impossibilitou, a caracterização do acabamento e tratamento das respectivas superfícies.

O tratamento de superfícies mais comum documentado no conjunto em estudo corresponde ao alisamento, que parece ter sido feito em quase todas as peças – cerca de 94% da amostra geral (excluem-se os casos em que o mau estado de conservação dos materiais inviabilizou qualquer caracterização dos processos de acabamento). No caso do pote cc-53 (sep. 29), as estrias horizontais paralelas visíveis na superfície externa do bojo parecem sugerir um polimento efectuado com a pasta ainda mole.

Cerca de 14% (10 peças) da cerâmica comum da Rouca apresentam vestígios da aplicação de engobe de cor vermelha, prática comum aos oleiros alto-alentejanos e bem documentada nas necrópoles elvenses (9,9% da amostra) e em Santo André (17% da amostra) (NOLEN, 1985, p. 31). Relativamente ao conjunto estudado verificou-se que esta técnica de acabamento se encontra associada, na totalidade dos casos, ao uso de pastas A, e sobretudo B e C, confirmando assim uma origem alto-alentejana para os respectivos fabricos. À semelhança do que se verifica nas necrópoles elvenses (NOLEN, 1985, p. 32) e em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 73), também na Rouca o uso desta técnica de acabamento se revela especialmente frequente no grupo das bilhas, onde se regista em 38% dos casos, em particular associado às bilhas de tipos I (em forma de falsa cabaça, e de pastas A e B) e IV (de bojo elipsoidal, e de pastas C). Todavia, e contrariamente à tendência registada em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 73) e no conjunto estudado por Nolen (1985, p. 32), nenhum dos púcaros provenientes da necrópole da Rouca apresenta actualmente vestígios que sugiram a eventual aplicação de engobe vermelho. Colocamos duas hipóteses que expliquem esta ausência: por um lado, os condicionalismos inerentes à actual observação e análise de peças em precário estado de conservação; ou, por outro, o recurso, por parte da população que utilizou o espaço funerário da Rouca, a produtos de olarias locais, com diferentes hábitos de fabrico. Esta técnica encontra-se documentada noutras formas cerâmicas constantes da amostra em estudo, nomeadamente na garrafa cc-64 (tipo I) e no jarro cc-16 (tipo I) (em ambos os casos, pastas A), e nas tigelas de tipo II-a (pasta B), e pratos de tipo III (pasta C). Na amostra analisada encontram-se identificadas 4 peças (6% do total) com aplicação de engobe cinzento-escuro a negro. Em primeiro lugar, e não esquecendo as diferenças entre os universos de amostragem, será curioso notar a

expressividade do uso desta técnica na cerâmica comum da Rouca, comparativamente às percentagens documentadas nas necrópoles elvenses (1,6%) (NOLEN, 1985, p. 248), em Santo André (0, 3%) (VIEGAS ET AL., 1981, p. 72), ou em São Cucufate (0,1%) (PINTO, 2003, p. 607). Em segundo lugar, regista-se que, no conjunto em estudo, as formas com este tipo de acabamento e o tipo de pastas usadas parecem reflectir hábitos de fabrico: para além de um potinho de tipo «alentejano», de cerâmica cinzenta fina, as restantes 3 peças com este tipo de engobe foram torneadas em pastas A – dois potes, de tipos II-a e III, e uma tigela, de tipo II-a. De notar que nos exemplares com aplicação de engobe vermelho é comum registar-se uma composição bastante micácea do engobe, à semelhança do documentado para a cerâmica comum de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 81). No caso da cerâmica cinzenta, e tal como alerta Alarcão (1974a, p. 59), a prática corrente do alisamento das peças humedecidas pode conferir-lhes um aspecto facilmente interpretável como a aplicação de uma camada de engobe, quando se trata na verdade do resultado do processo de alisamento ou da aplicação de uma suspensão de argila. Apesar da distinção entre aguada e engobe nem sempre ser linear, considerou-se a aplicação de aguada da cor da pasta em cerca de 9% das peças estudadas. Verifica-se que esta prática apenas está documentada para as pastas A e B, e que terá sido utilizada em formas variadas, mas das quais se destacam as tigelas (com 3 peças num total de 6). Com vestígios de aparente aplicação de aguada de cor vermelha dispomos de 3 peças (4% da amostra geral) – um pote de tipo indeterminado, e pasta A; um púcaro de tipo II e um prato de tipo I-a, ambos de pastas D.

Outra das técnicas de acabamento e decoração representada na cerâmica comum da Rouca é a pintura a branco. Encontra-se documentada em 4 peças (6% da amostra geral), todas elas torneadas em pasta C, e em particular na sua variante C-2. Correspondem às nossas bilhas de tipo IV e ao púcaro de tipo III, e em quaisquer dos casos trata-se de formas com raros paralelos conhecidos e integradas em conjuntos funerários com cronologias altas (séc. I d.C. – inícios do séc. II). Se a cerâmica engobada a branco, de importação ou de origem regional, e com cronologias do séc. I-II d.C., se encontra bem documentada em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 59-64), Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA ET AL., 2003, p. 391-392), ou São Cucufate (PINTO, 2003, p. 607); a cerâmica com pintura a branco parece encontrar os seus melhores paralelos nas cerâmicas pré-romanas de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 6-10), ainda que estas não tenham fornecido paralelos formais para as peças da Rouca. O uso desta técnica de acabamento, aliada às particulares características formais das peças em questão, parece colocar-nos perante produtos de origem alto-alentejana que, numa época de transição e paulatina aculturação ao *modus vivendi* romano, ainda veiculavam a persistência de modelos e gostos de feição indígena.

Apenas três (4%) das 70 peças analisadas apresentam decoração incisa ou impressa, em dois dos casos (cc-1 e cc-31) associada à aplicação de engobe cinzento a negro. O pote de tipo III (cc-1) apresentaria o bojo decorado (pelo menos parcialmente) com linhas incisadas paralelas; e os bojos dos dois potinhos «alentejanos» foram decorados com um padrão de pequenos alvéolos quadrados feitos com rolete (ALARCÃO, 1974b, p. 28).

## GRUPOS DE FABRICO

Da análise da cerâmica comum da necrópole da Rouca resultam duas noções fundamentais: em primeiro lugar, a ideia de uma plena integração no panorama tecnológico da produção oleira alto-alentejana (PINTO, 2003, p. 606), quer pelo tipo de formas cerâmicas representadas, quer pela inequívoca preferência por produções de âmbito local/ regional; e, em segundo lugar, a evidência de que o uso dos diferentes tipos de pastas se afigura transversal para as formas correntes e para o âmbito cronológico documentado (NOLEN, 1985, p. 29).

Na ausência de uma avaliação ideal que nos possibilitasse definir grupos petrográficos e relacionar tipos de fabrico com áreas de proveniência (PINTO, 2003, p. 67), o estudo da amostra em questão parece permitir-nos, com base nos dados anteriormente apresentados, estabelecer quatro grupos de fabrico:

1. Pasta A, associada a uma (ou mais) olaria(s) de produção local, com um variado repertório de formas, e uma aparente especialização no fabrico de potes, malgas e tigelas.
2. Pastas B e C, associadas ao fabrico de formas típicas alto-alentejanas, como as bilhas e os púcaros, e ao uso corrente do tradicional «engobe vermelho» como processo de acabamento. É verosímil pensar-se que estas oficinas, também localizadas no Alto Alentejo, possam ter abastecido as populações que fizeram uso das necrópoles elvenses.
3. Pasta cinzenta fina, igualmente produzida em oficinas do Alto Alentejo. Este fabrico, exclusivamente representado pelos designados «potinhos alentejanos», poderá ser oriundo das mesma(s) olaria(s) do nosso fabrico 1. Em ambos os fabricos se evidencia uma preferência pela forma «pote» e o recurso à aplicação de engobe cinzento/negro como acabamento.
4. Pasta D, produzida na região de Mérida, e claramente associada ao fabrico de púcaros com aplicação de aguada de cor vermelha e das típicas bilhas piriformes com bordo apumado.

O conjunto analisado parece deste modo confirmar o pressuposto de que *“quanto mais frequente e quanto mais variedade de formas tem um fabrico, mais próximo é o seu centro de produção, e quanto mais raro e menor quantidade de formas tem, mais longínqua é a sua origem”* (PINTO, 2003, p. 574).

## GRAFITOS

Do conjunto de cerâmica comum analisado somente duas peças, isto é, cerca de 3% da amostra total, apresentam grafitos (cc-27 e cc-61). A peça cc-27 apresenta dois grafitos em X (possíveis cruciformes ou numerais) inscritos na base e no fundo interno, e a peça cc-61 revela um aparente grafito nominal, de difícil interpretação e leitura, inscrito na superfície externa do bojo: [---] IYIIIA (?). Os grafitos identificados foram inscritos nas superfícies das peças em fase pós-cozedura, e, a nosso ver, afigura-se verosímil a respectiva interpretação como marcas de posse, eventualmente contemporâneas da utilização das peças em contexto funerário.

IV. 1. 3. **TERRA SIGILLATA, PAREDES FINAS E LUCERNAS****TERRA SIGILLATA**

Da Col. MNA 0156 constam cerca de 25 peças ou conjuntos de fragmentos de *terra sigillata*, dos quais apenas 21 foram objecto do nosso estudo por corresponderem a materiais devidamente identificados e com contexto de sepultura conhecido. Esta amostra de 21 itens perfaz cerca de 19% do total do espólio cerâmico estudado ao longo do presente trabalho, e encontra-se distribuída por 9 sepulturas; entre estas, destacam-se a sepultura 15, com 5 peças (cerca de 24% da amostra de *sigillata* analisada), e as sepulturas 4, 14, 16 e 29, cada qual contando com 3 exemplares deste tipo de cerâmica.

O conjunto de *sigillata* atribuído à necrópole da Rouca revelou-se bastante homogéneo, tendo-se identificado a quase totalidade da amostra (18 peças, ou seja, cerca de 86 % do total) como produção hispânica, de características genericamente atribuíveis às produções do centro oleiro de **Tritium Magallum**. De um modo geral, e com base na observação macroscópica das pastas e engobes das peças, estas revelaram um fabrico uniforme, com pastas de coloração vermelha clara (*Munsell*, 2.5YR, 6/6; 10R, 6/4 – 6/6), mais ou menos alaranjadas, de textura média-fina e compacta, moderadamente branda e de fractura regular, com abundante quantidade de partículas argilo-calcárias amareladas, e presença de pequenos vacúolos. Os engobes, de coloração vermelha (*Munsell*, 2.5YR, 4/6 – 4/8; 10R 4/6 – 4/8), são tendencialmente compactos e aderentes, mais ou menos homogéneos e brilhantes, e de textura ligeiramente granulosa. A este respeito impõe-se a consideração de dois aspectos fundamentais de índole prática: em primeiro lugar, justificamos o uso do termo «engobe» para descrever o revestimento das peças de *terra sigillata*, uma vez que estamos perante um engobe “*sintetizado*” (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 267), e não um «verniz» propriamente dito; e, em segundo lugar, chamamos a atenção para o facto da classificação do brilho dos engobes das peças analisadas ser actualmente tarefa difícil e de resultados pouco seguros, tendo em conta o estado de conservação das superfícies dos exemplares disponíveis.

A identificação de um só fabrico de *sigillata* hispânica entre a amostra disponível encontra paralelos na necrópole de Santo André, assim como algumas das principais formas representadas no espólio da Rouca (VIEGAS ET AL., 1981, p. 46 e 49-54). Analisando a amostra da Rouca constatou-se um claro predomínio das **formas lisas** de *sigillata* hispânica alto imperial, assumindo particular expressividade numérica as taças Draggendorf 27, representadas por 5 exemplares (ou seja, 24% da nossa amostra), seguidas das taças Draggendorf 46 e dos pratos Draggendorf 15/17, representados por 4 e 3 exemplares (19% e 14% da amostra), respectivamente. No que respeita à identificação de eventuais «serviços», verificou-se a associação da taça Draggendorf 27/ prato Draggendorf 15/17 nos conjuntos funerários das sepulturas 4 e 29, a associação da taça Draggendorf 46/ prato Draggendorf 17 no conjunto da sepultura 16, e ainda a associação taça Draggendorf 35/ prato Draggendorf 36 no conjunto funerário da sepultura 14.

A representatividade numérica da forma **Draggendorf 27** entre a amostra disponível encontra paralelos em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 49), e facilmente se explica por corresponder a uma das formas mais comuns e frequentes da produção hispânica, cujo fabrico se vulgarizou a partir de meados do séc. I d.C. (40 d.C.), e até ao séc. IV (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 60; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 287). Em termos gerais, os exemplares estudados parecem ilustrar a progressiva simplificação do perfil e o aumento de dimensões que marcou a evolução desta forma (VIEGAS, 2003, p. 148) e, simultaneamente, confirmar as dificuldades e fragilidades da tentativa de conotar as diferentes «etapas evolutivas» com diferentes etapas cronológicas (MAYET, 1984, p. 72). Ainda assim, e com vista a uma melhor percepção dos produtos cerâmicos em análise, registe-se que as taças Draggendorf 27 constantes da nossa amostra parecem enquadrar-se, maioritariamente, na segunda fase de evolução definida por Mayet (1984, p. 72), marcada pelo desaparecimento do pequeno lábio que caracteriza os exemplares mais antigos, e pela continuidade de uma evidente diferenciação entre os dois «quartos de círculo» que compõem a forma. Dispomos unicamente de um exemplar (ts-9) cujas características formais encontram correspondência nos produtos geralmente atribuídos à fase inicial de produção da forma hispânica (MAYET, 1984, p. 72; MORAIS, 2004, vol. I, p. 289). Tendo em conta a realidade arqueológica dos conjuntos funerários que integram, e as afinidades formais com os diferentes grupos de exemplares desta forma documentados em Conímbriga (DELGADO ET AL., 1975, p. 184-185), sugere-se para as taças Draggendorf 27 da Rouca uma cronologia fundamentalmente da segunda metade do séc. I – inícios do séc. II d.C.. Os pratos **Draggendorf 15/17** que integram a amostra estudada retratam também diferentes variantes da produção hispânica, eventualmente associadas à produção de diferentes oleiros ou a distintas fases de laboração de uma mesma olaria. O nosso exemplar formalmente mais próximo dos produtos sudgálicos (ts-19) apresenta a parede externa moldurada e o pé alto, de secção triangular, conforme as características definidas para a variante mais antiga do fabrico hispânico desta forma, atribuível a meados do séc. I d.C. (MAYET, 1984, p. 71; VIEGAS, 2003, p. 144). Os restantes exemplares revelam um perfil já perfeitamente enquadrável na segunda variante das produções hispânicas – paredes lisas esvasadas, fundo externo marcado por ressalto, e pé mais baixo do que os protótipos sudgálicos (MAYET, 1984, p. 70-71) – remetendo-nos assim para cronologias a partir da segunda metade do séc. I – séc. II d.C. (LOPES, 1994, p. 55; MORAIS, 2004, vol. I, p. 287).

A produção hispânica da forma **Draggendorf 46**, atribuída ao último quartel do séc. I – séc. II d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189), e eventualmente séc. III (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 69), encontra-se bem representada entre a nossa amostra, ao contrário do que se verifica em Santo André, donde está ausente (VIEGAS ET AL., 1981, p. 49-54). Todos os exemplares desta forma documentados entre o espólio da necrópole da Rouca encontram-se devidamente identificados como produtos do oleiro *MICCIO*. Atendendo ao período de actividade deste *offinator*, e à cronologia genericamente atribuída à produção hispânica da forma Draggendorf 46, propõe-se para as peças da Rouca uma cronologia de finais do séc. I – inícios do séc. II d.C.. A forma hispânica **Draggendorf 17**, documentada apenas por um exemplar na nossa amostra (ts-16), parece tratar-se de uma forma relativamente rara e facilmente confundível com a forma Ludowici Tb (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 69; 1985, p. 149). Este prato de paredes

rectilíneas e oblíquas, e bordo em aba, sensivelmente inclinado, com o típico ressalto delimitando o fundo externo, encontra paralelos em Santo André (apesar da peça em questão se encontrar descrita como prato de forma Ludowici Tb) (VIEGAS ET AL., 1981, p. 53-54 e 167, Est. LVI, I 2.5), confirmando uma cronologia do séc. II a meados do III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 287).

As formas Draggendorf 35 e Draggendorf 36 estão representadas por um total de 4 exemplares (cada uma das formas representada por 2 peças), contrastando assim com a expressiva representatividade numérica desta forma entre o espólio da necrópole de Montargil (VIEGAS ET AL., 1981, p. 51). De um modo geral, distinguem-se pelo bordo curvado e pela decoração com folhas de água de barbotina, aspectos formais que parecem remeter-nos para uma fase inicial do fabrico destas formas pelos oleiros hispânicos (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189). No que se refere às taças **Draggendorf 35** estudadas, é possível estabelecer paralelos com as características gerais do primeiro e segundo grupos definidos por Mayet (1984, p. 74) na sua análise desta forma, e com o segundo grupo de exemplares documentados em Conímbriga (DELGADO ET AL., 1975, p. 185). Produzida desde a segunda metade do séc. I até meados/ finais do séc. II d.C. (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 155; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 287), a presença desta forma nos conjuntos funerários da Rouca reitera a ideia de uma cronologia eminentemente alto imperial para a utilização da necrópole. A forma **Draggendorf 36**, por sua vez, remete-nos, *a priori*, para um âmbito cronológico alargado, da segunda metade do séc. I ao séc. IV d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 287). A este nível recorde-se que, se por um lado, a ideia de situar o início da produção hispânica desta forma na segunda metade do séc. I d.C. não oferece dúvidas; por outro, a ideia da continuidade do seu fabrico até ao séc. IV d.C. (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 64-65) não se afigura consensual (MAYET, 1984, p. 74). Os exemplares estudados revelam a homogeneidade formal que tendeu a caracterizar a forma hispânica Draggendorf 36, e apresentam a típica decoração do bordo com três folhas de barbotina (MAYET, 1984, p. 74). Atendendo à sua associação, no contexto dos conjuntos funerários da Rouca, às formas Draggendorf 35 e Draggendorf 46, propõe-se para estes pratos Draggendorf 36 uma cronologia da segunda metade/ finais do séc. I – séc. II d.C..

O conjunto de *terra sigillata* atribuído à necrópole em estudo conta com uma única peça decorada a molde (5% da amostra). Trata-se de um exemplar hispânico da forma **Draggendorf 29** (ts-18, sep. 29), com o típico perfil carenado, bordo esvasado com face externa lisa e face interna delimitada por dois ressaltos, e o bojo decorado com um esquema decorativo perfeitamente enquadrável no estilo metopado característico da época Flávia (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 192). A composição decorativa concilia motivos de tradição gálica (como por exemplo, as arcarias, os galões, ou a figura humana) com motivos tipicamente hispânicos (os círculos), parecendo assim remeter-nos para um estilo de transição, particularmente comum durante a segunda metade do séc. I e séc. II d.C. (VIEGAS, 2003, p. 141, 161-162). A ausência de marca de oleiro e a não identificação de paralelos para o esquema decorativo de ts-18 limitam-nos à cronologia genericamente atribuída ao fabrico da forma em questão – 40/50 a 60/70 d.C. (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 168).

Para além da *sigillata* hispânica, os restantes 14% (3 peças) da amostra estudada correspondem a produções africanas de *sigillata* clara A e C. A produção de ***sigillata* clara A** está representada pelas formas Hayes 30 ou 32 e Hayes 31 (peças ts-20 e ts-4, respectivamente), que se incluem no grupo das formas abertas tardias desta produção africana, e nos remetem para cronologias da primeira metade do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 233; CARANDINI, 1981, p. 55-56). O exemplar da forma **Hayes 30 ou 32** documenta o fabrico A/D, típico do séc. III d.C., e neste caso facilmente distinguível pela pasta de coloração amarela avermelhada (*Munsell*, 5YR, 6/8), de textura branda e esponjosa, com abundante quantidade de desengordurante, e pelo engobe espesso e de aspecto granuloso, de coloração avermelhada (*Munsell*, 2.5YR, 5/8), cobrindo a totalidade da peça. No que se refere ao exemplar da forma **Hayes 31**, o precário estado de conservação do fragmento disponível dificulta a caracterização precisa do respectivo fabrico – a pasta, de coloração vermelha clara (*Munsell*, 2.5YR, 6/8), compacta mas de textura branda e esponjosa, confirma uma origem africana; contudo, a actual ausência de vestígios de engobe não nos permitiu distinguir entre uma produção de tipo A2 ou A/D. Ainda assim a atribuição de uma cronologia de inícios a meados do séc. III d.C. não parece oferecer quaisquer dúvidas. Na amostra estudada, a produção de ***terra sigillata* clara C** encontra-se documentada pela forma **Hayes 50** (peça ts-21), aquela que terá sido a mais amplamente difundida do fabrico C, entre meados do séc. III e finais do séc. IV d.C., e cujo predomínio em relação às outras formas desta produção é um dado bem documentado no Ocidente Peninsular, conforme atestam os resultados conhecidos de Mérida (LA CUEVA, 1985, p. 42) ou Represas (LOPES, 1994, p. 78-79). As características do fabrico da peça em questão – pasta e engobe de coloração vermelha (*Munsell*, 2.5YR, 5/8), de textura fina e bem depurada, conferindo à peça um aspecto lustroso e polido – permitem enquadrá-lo na fase C2 desta produção africana, associada a um âmbito cronológico de meados do séc. III a inícios do séc. IV d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 237). Tendo em conta as produções africanas representadas no espólio da Rouca afigura-se evidente uma correspondência com o período de apogeu da difusão e standardização destes produtos (LOPES, 1994, p. 71 e 78).

Fora do âmbito da amostra estudada, a Col. MNA 0156 inclui ainda (entre os materiais com nº Inv. MNA identificado mas sem contexto de achado conhecido, ou sem nº Inv. MNA e de proveniência desconhecida) quatro peças ou conjuntos de fragmentos de *terra sigillata*. Em termos de fabrico, estes materiais revelam características comuns ao conjunto de *sigillata* hispânica analisado, sugerindo uma idêntica origem no centro oleiro de *Tritium Magallum*. No que respeita às formas, verifica-se uma repetição de formas já documentadas entre a amostra em análise, como por exemplo uma taça Draggendorf 35 (identificada como volume 2 de contentor 1389) e dois pratos da forma hispânica Ludowici Tb ou Draggendorf 17 (a peça com o nº Inv. MNA 15 789, e um fragmento identificado como volume 4 de contentor 1354). Destaca-se, contudo, um exemplar liso, incompleto, da forma hispânica 20 (nº Inv. MNA 15 626), com paralelos conhecidos nas necrópoles de Santo André (VIEGAS ET AL, 1981, p. 54, Est. XXX, E 2.4.) e Valdoça (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 60, Est. XV, sep. 206, nº 2), aos quais os autores atribuem um fabrico em Bronchales, e portanto uma cronologia do último quartel do séc.

I – séc. II d.C., consentânea com a actividade daquele centro oleiro (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 113). Porém, e de acordo com Roca Roumens & Fernández García (2005, p. 166), parece tratar-se de uma forma com fabrico bem documentado nas oficinas do Vale do Ebro e associada a uma ampla cronologia que se estende desde a segunda metade do séc. I a meados do séc. III d.C..

Complementarmente à análise dos fabricos e morfologia das peças, a identificação da origem de fabrico destas baseou-se no reconhecimento das **marcas de oleiros** conservadas. Cerca de 48% (10 peças) do conjunto de *sigillata* estudada apresentam marca de oleiro identificável, mais ou menos legível, e nalguns casos de difícil reconstituição e atribuição; os restantes 52% da amostra correspondem a peças sem marca de oleiro (8 exemplares), e a peças cujo precário estado de conservação actual não permite aferir da eventual presença ou não de marca de fabricante (3 exemplares). Admitindo que a expressão «marca de oleiro» permite diferentes “*entendimentos*” (SILVA, 2005, p. 63), e considerando as características dos materiais estudados, entendemos utilizar a referida expressão para designar as marcas executadas durante o processo de fabrico, estampadas ou impressas, com a finalidade de identificarem o *officinator* ou a olaria responsável pela produção das peças. As marcas de oleiro documentadas apresentam um perfil idêntico – todas elas ocupam o fundo interno das peças e se encontram inscritas em cartelas rectangulares de ângulos mais ou menos arredondados (delimitadas por círculos incisos em 60% dos casos observados). Em 6 das marcas de oleiro estudadas verificou-se a identificação segura da fórmula *OF* ou *IIXOF*, precedendo o nome do fabricante, com a representação arcaica da letra E.

Do conjunto de marcas de oleiro identificadas sobressai a significativa representatividade dos produtos atribuídos ao oleiro hispânico **MICCIO**. Da amostra estudada, 4 exemplares, distribuídos pelas sepulturas 15 e 16, permitem uma atribuição inequívoca a este *officinator*, correspondendo assim a cerca de 19% do conjunto total de *sigillata* analisada. A produção deste oleiro encontra-se representada entre o espólio da Rouca pelas marcas *OF·MCCIO* ou *OF·MI]CCIO* (ts-11), *IIX·[O]F·MICC* (ts-14), e *IIXO[F]M[I]* ou *IIX·OF·MI* (ts-15), com paralelos documentados em Cástulo, Mérida, Ampúrias, Tarragona, Jaén, e Aramenha (ALMAGRO BASCH & CABALLERO ZOREDA, 1968-1972, p. 541-542; MAYET, 1984, p. 154; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 112-113). Dispomos ainda de uma outra marca que, de acordo com a observação actual da peça, parece permitir distinguir somente *IIX[---]O* (ts-12), mas para a qual Comfort (1959, p. 3, nº 5) e Mayet (1984, p. 153, nº 392) defendem as leituras *IIXOFMIC* ou *IIX·OF·MIC*, respectivamente. Assim sendo, a referida marca encontra o seu paralelo mais aproximado num exemplar procedente de *Bracara Augusta*, com a marca *IIX·OFIMIC* (MORAIS, 2004, vol. II, p. 229, nº 46). Para além destes exemplares, poderia acrescentar-se a peça identificada com o nº Inv. MNA 15 789, sem contexto de sepultura conhecido, mas com marca de oleiro *OFM]CCIO*, cujas evidentes semelhanças com a peça ts-16, sem marca de oleiro, deixam suspeitar uma origem de fabrico comum a esta última. Coloca-se ainda a possibilidade de um exemplar da forma Draggendorf 27 (ts-5), cuja marca apenas parece permitir a leitura de *MI[---]N*, poder igualmente corresponder a um produto do oleiro hispânico **MICCIO**, por aproximação à fórmula *MICCIN* documentada em Torre de Ares e Belo (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 112-113). Este oleiro terá desenvolvido a sua actividade



no centro de produção de *Tritium Magallum* (MAYET, 1984, p. 152-154 e 233; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 112-113), sensivelmente entre a segunda metade do séc. I e inícios do séc. II d.C. (BLÁZQUEZ, 1978, p. 132; ALMAGRO BASCH & CABALLERO ZOREDA, 1968-1972, p. 557-558). A este respeito importa registar que a origem dos exemplares atribuídos a *MICCIO* não tem sido abordada de forma consensual no decorrer dos estudos publicados desde o segundo quartel do séc. XX até à actualidade. Por um lado, autores como Bairrão Oleiro (1951, p. 97) e Ferreira (1969, p. 68 e 171) atribuíram o fabrico das peças da Rouca a um oleiro efectivamente identificado como *MIC(C)IO*, mas que terá laborado na Gália do Sul, durante o período flaviano, e cuja presença em território actualmente português se encontra devidamente comprovada (VIEGAS, 2006, p. 43). Por outro lado, e uma vez reconhecida a evidência de um fabrico hispânico, outros autores viriam a chamar a atenção para a existência de um homónimo hispânico (COMFORT, 1959; BALIL, 1965) que, com base na análise da difusão dos produtos que lhe eram atribuídos, teria desenvolvido a sua actividade no Sul da Península Ibérica, muito provavelmente na região da actual província de Jaén ou, em particular, em Cástulo (ALMAGRO BASCH & CABALLERO ZOREDA, 1968-1972, p. 531-540 e 543). Tendo em conta os diversos dados disponíveis, incluindo não só as características de fabrico dos exemplares estudados, como também algumas fragilidades reconhecidas aos estudos publicados, considera-se verosímil atribuir ao fabrico das peças da Rouca uma origem no centro oleiro do Vale do Ebro, conforme proposto por Mayet (1984, p. 152-154 e 233), e corroborado pelos achados conhecidos de marcas de oleiro de *terra sigillata* hispânica procedente de Bezares e Tricio (GARABITO GÓMEZ, 1977, p. 163).

O conjunto de peças da Rouca atribuídas a *MICCIO* revela-se bastante homogéneo, não só em termos de fabrico, mas também em termos formais, uma vez que os 4 exemplares que não oferecem dúvidas quanto à sua atribuição ao referido oleiro correspondem à forma Draggendorf 46. Este dado parece-nos sintomático, não só do âmbito temporal de utilização do espaço funerário da Rouca (e, em especial, de alguns contextos de sepultura), mas também do período de laboração da olaria de *MICCIO* aqui documentado, centrando-se fundamentalmente entre finais do séc. I – séc. II d.C.. Perante o conjunto em questão não podemos deixar de nos questionar sobre esta evidente concentração de produtos do oleiro *MICCIO* entre o espólio da Rouca, e pensar numa eventual preferência (intencional, ou simplesmente motivada pelas vicissitudes dos contactos e hábitos comerciais fomentados a partir de *Emerita Augusta*) pelos produtos deste oleiro por parte da população que utilizou o espaço funerário da Rouca.

Para além de *MICCIO*, a amostra estudada parece incluir produtos de outros oleiros, ainda que as dificuldades de leitura que as restantes marcas de oleiro nos colocam, bem como a ausência de paralelos identificados entre os *corpora* consultados, nos suscitem dúvidas quanto à identificação dos mesmos. O oleiro **SCRIBONIVS** (Tricio) poderá estar representado por um exemplar da forma Draggendorf 27 (ts-1), cuja marca *OF·SCRII[N]* parece encontrar correspondência nas marcas *OFSCRIBON* documentadas, até à data, em *Segobriga* e Sala (Marrocos) (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 122-123). Sugere-se também que possa estar representada entre a *sigillata* da Rouca a produção do oleiro **OCTAVIVS MATERNVS** (Tricio), com base numa possível identificação entre a marca *O[---]MO* registada (ts-10) e a marca *OCT·MO* atribuída a este oleiro e documentada em Mérida (ROCA ROUMENS &

FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 116). Relativamente à marca *OFM* (ts-9), e na ausência de paralelos exactos conhecidos, propõe-se uma eventual aproximação a marcas representadas em *Bracara Augusta* – *OFM·M* e *OF·M*[...] (MORAIS, 2004, vol. II, p. 229 e 241, nºs 45 e 67) ou Trício – *M·OF* (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 130), a primeira das quais atribuível ao oleiro hispânico **MEM**[---]**MI**[---] (Trício) (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 112 e 294), e as restantes de atribuição desconhecida. Relativamente à marca *OFM*[---] documentada em Conímbriga, os autores sugerem, com as devidas reservas, uma possível atribuição ao oleiro hispânico **MIMVS** (Trício) (MAYET, 1973, p. 59; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 294). A eventual possibilidade de corresponder a mais um produto do oleiro *MICCIO*, com larga representatividade entre a amostra estudada, não encontra confirmação nos exemplos de marcas que lhe são atribuídos (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 112-113). Perante a diversidade de hipóteses apresentadas e as limitações da leitura proposta, resta-nos, à semelhança do que se verifica para os outros exemplos de leitura e interpretação problemáticas, manter em aberto a identificação do oleiro responsável pelo fabrico da peça em questão.

Entre as marcas de leitura e atribuição duvidosas chamamos a atenção para um exemplar da forma Draggendorf 35 (ts-7), cuja marca actualmente apenas possibilita a leitura de *O*[...]*O*, mas para a qual, de acordo as leituras apresentadas por Comfort (1959, p. 3, nº 9) e Mezquíriz (1985, p. 135, nº 234), se tem vindo a propor a atribuição a um oleiro hispânico denominado **PIL**[---]**MI**[---] (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 119). Coloca-se a hipótese deste oleiro ter desenvolvido a sua actividade no centro de produção de Vale do Ebro (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 294) e, considerando a tipologia da peça em questão, não seria descabido atribuí-lhe um período de laboração entre época Flávia e meados do séc. II d.C.. Contudo, tendo em conta a leitura actualmente possível, e o facto do único exemplar conhecido atribuído a este oleiro se reportar à peça da necrópole da Rouca, não podemos deixar de manifestar as nossas reservas quanto à leitura e interpretação sugeridos pelos autores citados. Segundo Ferreira (1969, p. 173), o oleiro sudgálico **SABINVS** estaria igualmente representado entre a *sigillata* da necrópole da Rouca. A informação lacunar fornecida pela autora, e a nossa observação dos materiais disponíveis, não possibilitou a identificação de qualquer exemplar, de fabrico sudgálico, com a marca deste oleiro, já documentado em Represas, Conímbriga, Miróbriga, ou Santarém (VIEGAS, 2003, p. 131). Desconhece-se pois, se esta informação teve por base a observação de uma peça com paradeiro actualmente desconhecido, ou se, pelo contrário, apenas resultou de uma leitura distinta de uma das marcas de oleiro identificáveis (a este respeito note-se que não consta do Inventário Especial de Arqueologia do MNA – Marcas Figulinas e Grafitos qualquer referência a uma peça com a referida marca, atribuída à necrópole da Rouca).

Cerca de 29% (6 peças) dos exemplares analisados apresentam **grafitos**. A quase totalidade dos grafitos documentados foi aplicada, em fase pós-cozedura, na superfície externa das peças; verificando-se apenas um único caso da sua aplicação no interior da peça. No que respeita aos motivos grafitados, importa assinalar um evidente predomínio dos grafitos em X, presentes em 4 das 6 peças referidas, e susceptíveis de serem interpretados como cruciforme ou simples numeral. Para além disso, assinala-se a

identificação de um grafito nominal (MAX), de um aparente motivo cruciforme (não em X), e de um motivo incompreensível composto por um conjunto de linhas simples sobrepostas. Em função dos motivos identificados e das características dos materiais estudados, sugerimos tratarem-se de marcas de posse, identificativas dos proprietários das peças, podendo estar associadas à utilização doméstica das mesmas ou ao momento da sua «inutilização» e deposição em contexto funerário. Não podemos, todavia, deixar de considerar a ambiguidade da interpretação dos grafitos em X, igualmente passíveis de serem interpretados, nalguns casos, como marcas comerciais (numerais), associadas ao processo de produção ou distribuição dos produtos cerâmicos (RÁSCON MARQUÉS ET AL., 1994, p. 265-266).

Da análise do conjunto de *sigillata* atribuído aos conjuntos funerários da Rouca resulta evidente o predomínio das produções hispânicas e, neste âmbito, o peso dominante das produções de *Tritium Magallum*. Este último dado encontra paralelos, por exemplo, na *villa* de Tourega (Évora), em Torre de Palma (Monforte) ou Conímbriga, e explicar-se-á pelo facto do abastecimento da população que utilizou o espaço funerário da Rouca ter sido preferencialmente feito por vias terrestres, e pela relação privilegiada com Mérida como mercado abastecedor e redistribuidor deste tipo de bens de consumo (LOPES, 1994, p. 54; VIEGAS, 2006, p. 75 e 162-163). De acordo com Rodríguez Martín (2002, p. 211-212), a concentração dos achados de *sigillata* hispânica procedente deste centro oleiro em território emeritense e em torno dos caminhos em direcção a *Olisipo* e da linha costeira, quer para Norte (Conímbriga) quer para Sul, apontam no sentido de uma valorização da via fluvial e das vias terrestres no transporte e difusão destes produtos. Neste sentido, a amostra estudada constitui um bom exemplo da importância que os grandes núcleos económicos da Península Ibérica à época romana, e designadamente Mérida, desempenharam como pontos de escala intermédia e centros redistribuidores para o escoamento da produção cerâmica das olarias do Vale do Ebro (MAYET, 1978, p. 92; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 70). Assim sendo não podemos deixar de manifestar alguma surpresa face à ausência de paralelos identificados no contexto das necrópoles alto-alentejanas (ALARCÃO, 1960-1961; FERREIRA, 1969; VIEGAS ET AL., 1981; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 88-133) para o conjunto de marcas de oleiro observadas nos exemplares da Rouca. Relativamente aos conjuntos de *sigillata* atribuídos a estas necrópoles, os estudos da autoria de A. Viana e A. Dias de Deus não permitem uma avaliação da representatividade dos diferentes fabricos, comprometendo, consequentemente, a identificação de eventuais paralelos para a amostra da Rouca. Não obstante tais condicionalismos, parece-nos relativamente segura a identificação de grande parte das formas representadas na amostra estudada entre o espólio de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 13, 24 e 25; VIANA & DEUS, 1956, p. 177-178 e 183-185, Est.s X, XI, XV, XVI, XVIII, XX e XXI), Serrones (VIANA & DEUS, 1955c, p. 61-Fig. 16 e p. 66-Fig. 19; ALARCÃO, 1960-1961, p. 199-200, nº 18), Herdade do Padrão (VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 13 e Fig. 23) ou Padrãozinho (VIANA & DEUS, 1955c, p. 49-Fig.10; ALARCÃO, 1960-1961, p. 182-183, 191 e 193, nºs 1, 11 e 13).

Por fim, a amostra de *sigillata* da Rouca confirma uma utilização daquele espaço funerário durante a fase de apogeu da produção e difusão dos fabricos hispânicos – segunda metade do séc. I e primeira metade

do séc. II d.C. (VIEGAS, 2003, p. 139). A partir do séc. III d.C., ter-se-á registado a importação de produtos norte-africanos, paralelamente a uma aparente ausência da *sigillata* hispânica, atestando-se assim, não só uma presumível continuidade na utilização do espaço da necrópole, como também uma alteração dos hábitos de consumo da população que lhe terá estado associada.

## PAREDES FINAS

A Col. MNA 0156 conta com um total de 19 peças ou conjuntos de fragmentos de cerâmica de paredes finas, do qual apenas 13 itens (12% da totalidade do material cerâmico analisado), devidamente identificados e com contexto de sepultura conhecido, foram objecto do presente estudo. A referida amostra é composta por peças distribuídas por 6 sepulturas, entre as quais se destacam as sepulturas 4 e 14 por apresentarem a maior quantidade de exemplares de paredes finas entre os conjuntos funerários estudados (com um total de 4 peças cada, o somatório das paredes finas de ambas as sepulturas perfaz cerca de 62% da amostra analisada). Saliente-se o facto do precário estado de conservação da maioria das peças (designadamente o acentuado desgaste das paredes e consequente desaparecimento do engobe, e as grandes quantidades de gesso aplicado durante as intervenções de restauro) ter condicionado irremediavelmente o respectivo estudo e caracterização.

A cerâmica de paredes finas dos conjuntos funerários da Rouca revelou-se também um conjunto bastante homogéneo, para o qual, de um modo geral, facilmente se encontraram paralelos entre os exemplares de produção peninsular documentados por Mayet (1975), e em particular entre o espólio de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976), Santo André (VIEGAS ET AL., 1981), necrópoles elvenses (VIANA & DEUS, 1950b, 1955c, 1956; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998), e Mérida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b).

A análise das pastas com base em critérios macroscópicos permitiu a identificação de dois grupos com características e, presumivelmente, origens de fabrico distintas. O designado Grupo 1 corresponde a um conjunto de peças que, pelas pastas utilizadas e pelas respectivas características formais, parece poder atribuir-se, com relativa segurança, ao contexto da produção de paredes finas emeritense. De acordo com a nossa observação do espólio (e apesar de conscientes das limitações inerentes a uma análise macroscópica de materiais tão alterados pelas vicissitudes do contexto deposicional e/ou dos processos de recolha, armazenamento e restauro), considerou-se pertinente a subdivisão do Grupo 1 nos subgrupos 1-a (representado por 4 peças) e 1-b (representado por 6 peças). O grupo 1-a designa uma pasta de coloração esbranquiçada (*Munsell*, 10YR, 8/1 – 8/2; 5YR, 8/1), de textura média-fina a fina, bastante branda e porosa, com fractura não rectilínea, e contendo abundante quantidade de elementos não plásticos (calcite, micas, e partículas de cerâmica moída). Os engobes conservados, mates e de aplicação pouco homogénea, apresentam tonalidades laranjas, que variam entre o amarelo avermelhado (*Munsell*, 5YR, 5/8 – 7/8) e o vermelho (laranja carregado) (*Munsell*, 2.5YR, 6/8). Por sua vez, o grupo 1-b corresponde a uma pasta de fabrico aparentemente mais cuidado do que a anterior, de textura fina e compacta, moderadamente branda, com fractura irregular, e com elementos não plásticos pouco visíveis a olho nu (vestígios de calcite, micas, e partículas de cerâmica moída). A coloração da pasta varia entre o

rosa e o branco rosado (*Munsell*, 7.5YR, 6/3 e 8/2 – 8/4; 5YR, 8/2), e os engobes, heterogéneos e podendo apresentar reflexos metálicos, revelam tonalidades que variam entre o vermelho (laranja carregado) (*Munsell*, 2.5YR, 6/8), vermelho claro (*Munsell*, 2.5YR, 5/8), vermelho amarelado ou amarelo avermelhado (*Munsell*, 5YR, 5/8 – 7/8), e o castanho-escuro avermelhado (*Munsell*, 5YR, 2.5/2 – 3/2) ou cinzento muito escuro (*Munsell*, 5YR, 3/1). As características gerais das pastas do nosso grupo 1 enquadram-se nos tipos de pastas e engobes geralmente associados ao fabrico emeritense (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 176), e os subgrupos 1-a e 1-b parecem encontrar correspondência, respectivamente, no grupo 2a, e nos grupos 2b e 2d, definidos para as paredes finas da necrópole de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 60-63).

O nosso Grupo 2 (representado por uma única peça – pf-9) designa uma pasta de coloração amarela avermelhada (*Munsell*, 7.5YR, 7/6 – 8/6), de textura fina e bastante compacta, com presença de elementos não plásticos (vestígios de calcite e ferruginosos), e fractura regular. O escasso engobe preservado revela tonalidades entre o amarelo avermelhado e o cinzento-escuro avermelhado (*Munsell*, 5YR, 6/8 – 4/2). Tendo em conta as características do nosso grupo 2 considerar-se-ia viável uma identificação com os grupos 1a ou 1b de Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 57-60) e, à semelhança do que é proposto para os exemplares da necrópole de Montargil, ponderava-se para este grupo de fabrico uma eventual origem na região da Bética. Todavia, e conforme referido ao longo do presente Subcapítulo, uma eventual origem para o nosso Grupo 2 no centro de fabrico da Bética afigura-se questionável, a confirmar-se a classificação tipológica proposta para a peça que o ilustra.

Dispomos ainda de duas peças (pf-4 e pf-13), cujas pastas se enquadram, grosso modo, nas características do nosso grupo 1-b, exceptuando a escassa ou indetectável presença de partículas de cerâmica moída usadas como desengordurante, característica geralmente associada às produções da Bética (VIEGAS ET AL., 1981, p. 58). Nestes casos, só o estudo e classificação tipológica das peças nos permitiu apurar a respectiva origem de fabrico.

No que respeita às formas documentadas na amostra em análise, regista-se um claro domínio das taças carenadas de tipo **Mayet XLIII** (e **XLIII A**) (MAYET, 1975, p. 98-108), representadas por 10 itens, ou seja, 77% da amostra total, e associadas na sua totalidade ao nosso grupo 1. Esta expressividade da forma Mayet XLIII, uma das formas mais típicas da produção emeritense, remete-nos desde logo para um âmbito cronológico da segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99) ou de Tibério – Cláudio a inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143), e encontra paralelo nos conjuntos de paredes finas provenientes da *villa* de Quinta da Longas, e das necrópoles de Herdade do Padrão, Horta das Pinas e Fontalva (SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 255). Paralelamente, dispomos de um fragmento de bordo e bojo, identificado como pf-4, para o qual se sugere uma possível correspondência com a forma **Mayet 634** (MAYET, 1975, p. 115-116), produzida em Mérida durante a segunda metade do séc. I d.C. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 153, Fig. 6). No que respeita a pf-13, a classificação tipológica e origem de fabrico da peça não se afiguram lineares; todavia, não podemos deixar de propor uma aproximação às formas **Mayet XXXVII B** ou **XXXVIII B**, produzidas na região da Bética e associadas a uma cronologia de Tibério – Cláudio a Flávios (MAYET, 1975, p. 73, Pl. LIII; ALARCÃO ET AL., 1976, p.

32, Pl. VI, nºs 37 e 38). Para a única peça da amostra estudada que ilustra o nosso Grupo 2 (pf-9), e na ausência de paralelos exactos conhecidos, propomos uma correspondência genérica com a forma **Mayet XX** (MAYET, 1975, p. 55-56). A confirmar-se tal classificação estaríamos perante uma forma de produção e difusão bastante localizadas, com possível origem nas olarias das Ilhas Baleares, tendo em conta os exemplares documentados por Mayet (1975, p. 56). A identificação de pf-9 com a forma Mayet XX levar-nos-ia pois a recuar até à produção peninsular de paredes finas da primeira metade do séc. I d.C. (Augusto – Cláudio) (MAYET, 1975, p. 55-56), correspondendo assim ao exemplar mais antigo da amostra estudada.

No que se refere a técnicas e motivos decorativos, destaca-se a decoração com barbotina, representada em cerca de 38 % da amostra (designadamente através da aplicação de mamilos e/ou pérolas, de lúnulas e folhas de água), e a decoração de guilhocé (de boa qualidade, fino e superficial, aplicado vertical ou obliquamente), representada em 23% da amostra. Esta última constitui o padrão decorativo mais utilizado pelos oleiros emeritenses, sendo geralmente atribuída ao período compreendido entre Tibério-Cláudio a Flávios ou inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b, p. 46; NOLEN, 1976, p. 196). A aplicação de lúnulas de barbotina é, conjuntamente com o guilhocé, outra das decorações mais típicas das produções de Mérida, e deverá atribuir-se-lhe a mesma cronologia deste, cronologia aliás também comum à aplicação de motivos vegetais e mamilos ou pérolas de barbotina (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b, p. 46-47). A identificação de vestígios de aplicação de engobe em todas as peças da amostra estudada remete-nos para um horizonte cronológico fundamentalmente de Cláudio-Nero em diante (NOLEN, 1976-1977, p. 428-429). À semelhança do que se verifica em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 56), estão ausentes do conjunto de paredes finas atribuído à necrópole da Rouca peças com decoração de areia. Questionamo-nos em que medida poderá ou não este dado ser interpretado como indicador cronológico, confirmando, de acordo com a cronologia proposta por Lamboglia (LAMBOGLIA, 1950, p. 48 e 107, *apud* MAYET, 1970, p. 446) e com a estratigrafia de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 30), um *terminus post quem* de finais do reinado de Cláudio – inícios da segunda metade do séc. I d.C. para a produção de paredes finas documentada e, de um modo geral, para a diacronia de utilização do espaço funerário da Rouca.

De acordo com os resultados apresentados – cerca de 85 % da amostra analisada correspondem a produtos de aparente fabrico emeritense (incluindo pf-4), comparativamente aos restantes 15 % com provável origem no centro de fabrico da Bética ou noutros centros oleiros peninsulares (pf-9 e pf-13) – e tendo em conta o conjunto conhecido das cerâmicas de paredes finas provenientes das necrópoles elvenses, reitera-se uma vez mais a ideia de que o território do actual Nordeste Alentejano terá integrado a área de influência directa de *Augusta Emerita* e que, muito naturalmente, a partir de meados do séc. I d.C. e até à primeira metade do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 178-179), terá sido essencialmente abastecido pelos oleiros da antiga capital da Lusitânia (SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 247). Neste sentido, registe-se que os 6 conjuntos de fragmentos de cerâmica de paredes finas, sem contexto de sepultura conhecido ou sem nº Inv. MNA e com origem incerta, que se incluem ainda na Col. MNA 0156 apresentam pastas idênticas ao nosso grupo 1 e correspondem a formas especialmente

difundidas pelos oleiros emeritenses durante a segunda metade do séc. I d.C. – Mayet XLIII e LIII (MAYET, 1975, p. p. 98-108 e 114), reforçando assim o indiscutível predomínio das produções da antiga capital da Lusitânia entre o espólio da Rouca.

## LUCERNAS

No que concerne às lucernas atribuídas à necrópole da Rouca, o presente estudo recai apenas sobre dois exemplares, fragmentados e incompletos, que terão integrado o espólio das sepulturas 18 e 33 – peças lu-1 e lu-2, respectivamente – e que compõem assim somente cerca de 2% da amostra total de material cerâmico analisado. Registe-se, contudo, que do conjunto de materiais sem indicação de nº Inv. MNA e/ou com origem incerta que integram a Col. MNA 0156 constam ainda um pequeno fragmento de lucerna (identificado como volume 17 de contentor 1267, e cujo carácter atípico não permite qualquer apreciação de ordem formal ou cronológica) e uma outra lucerna, fragmentada e incompleta (aparentemente identificada como volume 6 de contentor 1361). As lucernas provenientes desta necrópole caracterizam-se, à primeira vista, pelo acentuado desgaste e aspecto erodido, tornando-as quase incaracterísticas e dificultando assim o respectivo estudo tipológico e iconográfico, e decorrentes inferências de ordem cronológica. Relativamente às causas deste desgaste torna-se difícil perceber até que ponto poderá ser o produto de desfavoráveis condições de deposição das peças no terreno (como por exemplo, a elevada acidez dos solos), ou o resultado de intervenções de limpeza das peças já em fase de trabalho laboratorial. O estado incompleto das peças, as limitações impostas à identificação de eventual molduração do *rostrum* e decoração do *discus*, bem como a ausência de marcas de oleiro, foram alguns dos aspectos que condicionaram os resultados da análise destes materiais.

A nível tipológico, e apesar dos condicionalismos impostos pelo precário estado de conservação das peças, o formato presumivelmente redondo do *rostrum* das lucernas da Rouca levou-nos a conceber, à partida, uma provável identificação com modelos difundidos entre meados do séc. I – séc. III d.C.. Para a peça identificada como lu-1 sugere-se uma eventual correspondência com as lucernas cureiformes – o corpo circular, a orla larga e decorada, e a aparente delimitação da transição entre o corpo e o bico por duas linhas curvas (actualmente quase imperceptíveis) levam-nos a considerar verosímil uma aproximação aos tipos Dressel-Lamboglia 27 ou 28/Deneauve VIIIA ou VIIB/Loeschcke VIII, e consequentemente uma cronologia compreendida entre finais do séc. I e inícios do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 427 e 443). Por sua vez, para lu-2 propõe-se uma possível correspondência com as lucernas imperiais de volutas de tipos Dressel-Lamboglia 11/ Deneauve VA, ou com as variantes asadas e mais tardias de tipos Dressel-Lamboglia 14 ou 15/ Deneauve VD. A actual impossibilidade de distinção de quaisquer volutas moldurando o *rostrum* de lu-2 não nos permite confirmar as nossas propostas de classificação tipológica; no entanto, o motivo decorativo que ornamenta o disco – Vitória alada, de frente, sobre *orbis* – parece reforçar as hipóteses apresentadas, e corroborar a atribuição de uma cronologia do séc. I a inícios do séc. II d.C.. Em ambos os casos, o desgaste das

peças, aliado a uma qualidade de fabrico (aparentemente) fraca, impossibilita um maior rigor na classificação tipológica e na aferição de cronologias.

Através da análise macroscópica das pastas das lucernas em estudo concluiu-se que estas terão sido produzidas, grosso modo, no mesmo tipo de pastas utilizado no fabrico da cerâmica de paredes finas emeritense. De um modo geral, as lucernas da Rouca apresentam pastas de textura fina e compacta, brandas, com fractura irregular, e abundante quantidade de elementos não plásticos (designadamente calcite, ferruginosos, e partículas de cerâmica moída). A pasta foliácea e de coloração branca (*Munsell*, 10YR, 8/2) de lu-2 encontra correspondência directa no nosso grupo 1-a definido para a amostra de cerâmica de paredes finas estudada (Cfr. IV.1.3. Paredes Finas). Sendo a pasta de lu-2 em tudo semelhante à pasta da lucerna identificada como volume 6 de contentor 1361 (constante da Col. MNA 0156 mas sem indicação de nº Inv. MNA ou contexto de sepultura), não podemos deixar de sugerir a hipótese de corresponderem a produtos de uma mesma olaria. Apesar de não integrar a amostra estudada, registe-se que a lucerna identificada como volume 6 de contentor 1361 parece enquadrar-se no perfil das lucernas imperiais de disco, de tipos Dressel-Lamboglia 19 ou 20/ Deneauve VII, particularmente associadas à época Flávia e ao séc. II (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 442). As características das pastas destas duas lucernas, bem como os aspectos formais de lu-2, permitem-nos integrá-las no quadro da produção emeritense de lucernas ao longo do séc. I e inícios do séc. II d.C.. Durante este período os oleiros emeritenses utilizaram quase exclusivamente a pasta da cerâmica de paredes finas no fabrico de lucernas, e a forma Deneauve VA terá sido a mais amplamente difundida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 209-210). Ainda em relação à pasta utilizada no fabrico de lu-2, julgamos pertinente chamar a atenção para as semelhanças registadas com a pasta da peça cc-45, atribuída ao contexto da sepultura 18, e para a qual se propõe uma identificação com as pastas do grupo E da cerâmica comum emeritense (pasta semelhante à do fabrico mais grosseiro das paredes finas produzidas naquela capital de província) (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992, p. 15). Questionamo-nos se poderão tratar-se de diferentes produtos de um mesmo centro de fabrico; possibilidade que parece ganhar sentido ao constatar-se a similitude entre as pastas das peças citadas e as pastas dos exemplares de paredes finas do nosso grupo 1 (Cfr. IV.1.3. Paredes Finas).

A nossa peça lu-1 apresenta uma pasta com características genericamente idênticas às de lu-2, pelo que facilmente se poderia conceber uma identificação com as pastas da cerâmica de paredes finas emeritense, e nomeadamente com o nosso grupo 1-b. Porém, e não obstante o precário estado de conservação da peça e as eventuais alterações resultantes de fenómenos tafonómicos, chamamos a atenção para a coloração branca rosada (*Munsell*, 7.5YR, 8/2) da pasta de lu-1, e colocamos a hipótese de uma possível correspondência com as pastas muito bem depuradas e facilmente confundíveis com as pastas de paredes finas, que, a partir de meados do séc. II d.C., se vulgarizaram na produção de lucernas pelos oleiros emeritenses, e nomeadamente pela oficina de GES (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 209). Neste sentido recorde-se que as formas Deneauve VIIIA e VIIIB terão sido os modelos mais amplamente produzidos pelos oleiros de *Augusta Emerita* a partir de meados do séc. II d.C. e ao longo da centúria



seguinte (incluindo por *GES*) (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 212-213), e que terá sido durante esta fase de laboração das oficinas emeritenses que se vulgarizou o fabrico de lucernas com orlas decoradas.

O estudo iconográfico e a identificação do tratamento das superfícies das lucernas dos conjuntos funerários da Rouca parecem encontrar-se irremediavelmente condicionados, não só pelo estado de conservação das peças, mas também por um fabrico aparentemente pouco cuidado, que encontra paralelo em inúmeros exemplares procedentes de Mérida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996c, p. 144), e ao qual estará certamente associado o recurso à técnica do sobremolde, especialmente comum durante os séc.s I e II d.C. entre os oleiros que laboravam na capital da antiga província romana (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 215). A fraca qualidade da execução destes produtos facilmente explicaria o aspecto quase esquemático e grosseiro da presumível representação da deusa Vitória alada no disco de lu-2. Trata-se de um dos motivos decorativos mais representados pelos oleiros emeritenses, com uma longa diacronia de utilização (séc. I – séc. IV d.C.), mas particularmente apreciado durante os séc.s I e II d.C (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 217). O motivo empregue na decoração da orla de lu-1 é actualmente quase imperceptível, mas ainda assim parecem-nos evidentes as semelhanças registadas entre a peça da Rouca e as lucernas de tipo Loeschcke VIII, datáveis de época Flávia a meados do séc. III e decoradas com mamilos de barbotina, que integram a colecção da Casa Museo Condesa de Lebrija (LÓPEZ RODRÍGUEZ, 1981, p. 112-116, Est.s XI-XIII). De assinalar ainda que nenhuma das peças estudadas permitiu a identificação de vestígios de eventual aplicação de engobe.

À semelhança das conclusões apresentadas para o estudo das lucernas do Paço Ducal de Vila Viçosa (ALARCÃO & PONTE, 1976, p. 78), consideramos que nenhuma das lucernas atribuídas ao espaço funerário da Rouca deverá ser anterior à segunda metade do séc. I d.C., mas julgamos sintomática a aparente ausência de lucernas de tipo Rio Tinto – Aljustrel entre a amostra estudada. Dada a não identificação de marcas de oleiro que nos permitam definir, com segurança, centros de fabrico para as peças da Rouca, defendemos como mais provável um fabrico regional, com origem nas olarias sediadas em *Augusta Emerita*, resultando evidente, uma vez mais, a privilegiada relação de proximidade de que as populações que habitaram este território do actual Nordeste Alentejano beneficiaram em relação à então capital da província da Lusitânia.

#### IV.1.4. VIDROS

Do total de cerca de 44 peças ou conjuntos de fragmentos de vidro que integram a Col. MNA 0156, o presente estudo circunscreveu-se aos 27 itens devidamente identificados e com contexto de sepultura conhecido. Acerca da amostra analisada impõe-se salientar, em primeiro lugar, o precário estado de conservação em que esta se encontra, factor facilmente compreensível em virtude da natureza dos materiais mas que, em cerca de 67% dos casos, dificultou ou comprometeu amplamente o estudo e caracterização dos mesmos. Neste sentido registe-se que cerca de 26% (7 itens) do espólio vítreo estudado correspondem a conjuntos de fragmentos de peças com formas indeterminadas.

Em segundo lugar, importa clarificar a terminologia e os critérios de classificação adoptados ao longo do presente trabalho na caracterização do material vítreo. Conforme referido no Capítulo IV.1.1., procurou-se seguir, tanto quanto possível, a classificação tipológica da autoria de Isings (1957) que, a nosso ver, continua a ser uma referência fundamental no estudo do vidro romano. Em termos de terminologia e esquema de classificação cromática privilegiou-se, uma vez mais, uma linguagem simplificada através do uso de designações correntes que, de um modo geral, possam ser interpretadas consensualmente, tendo recorrido para tal à proposta apresentada para o estudo do vidro romano no Noroeste peninsular (CRUZ, 2009, vol. I, p. 93 e 133). A este nível, o facto da totalidade da amostra estudada apresentar uma coloração natural (incolor ou quase incolor), e não artificial, levou-nos a considerar dispensável o recurso às convencionais tabelas cromáticas. Em termos de coloração, 74% da nossa amostra (20 peças) correspondem a vidros incolores ou quase incolores (isto é, com ligeiras tonalidades detectadas à transparência ou apenas perceptíveis na fractura), e cerca de 22% (6 peças) correspondem a peças com a típica coloração verde-gelo (ou verde-azulado). No que respeita à qualidade do vidro, optámos por seguir o esquema utilizado nos estudos publicados sobre os vidros de São Cucufate e Torre de Ares (NOLEN, 1988, p. 4; NOLEN, 1994, p. 170), recorrendo assim a uma escala organizada de 1 a 4 por grau decrescente de qualidade (grau 1 – muito boa; grau 2 – boa; grau 3 – média; grau 4 – inferior).

Dispomos portanto de 27 peças ou conjuntos de fragmentos distribuídos por 12 sepulturas, das quais se destacam, pela representatividade numérica em termos de espólio vítreo, as sepulturas 4 (com 8 itens, ou seja, cerca de 30% da amostra estudada), 15 (5 itens), e 33 (3 itens). De um modo geral, estamos perante uma amostra rica e diversificada que, não só parece remeter-nos para uma cronologia fundamentalmente alto-imperial, como também parece testemunhar um elevado grau de romanização, aliado a um significativo poder de compra, de parte da população que terá utilizado o espaço funerário da Rouca. A quase totalidade da amostra estudada parece ter sido fabricada por sopro livre, exceptuando três peças sopradas em molde (vi-11, vi-12 e vi-21). Nalguns casos, como por exemplo vi-6 ou vi-8, as características dos fragmentos disponíveis não permitiram certezas quanto à técnica de fabrico utilizada.

As taças parecem tratar-se da forma mais bem representada na amostra analisada – apesar das limitações impostas pelo precário estado de conservação dos materiais, propõe-se para 29% dos itens a identificação com esta forma. Nos casos de vi-4 e vi-7, o perfil do bordo e o provável perfil em «S» do corpo das peças leva-nos a sugerir uma identificação com a forma **Isings 42-a**, datável a partir da época

Flávia até finais do séc. II – inícios do séc. III d.C. (ISINGS, 1957, p. 58). À luz dos paralelos identificados entre os vidros romanos de *Augusta Emerita* (CE01023) poderá colocar-se a hipótese de um fabrico comum às peças da Rouca, com presumível origem emeritense. Em relação às peças vi-15 e vi-16, e não obstante a ausência de uma classificação tipológica concreta (situação comum a 6 das 8 peças identificadas como taças), importa referir que, segundo alguns autores, este tipo poderá ser encarado como uma imitação da forma de recipientes metálicos, devendo designar-se «*calathus*» (WHITEHOUSE, 2001, p. 226).

Os copos são a segunda forma mais representada entre o espólio vítreo analisado, correspondendo a cerca de 15% da amostra, enquanto os unguentários correspondem a 11%. Em relação aos primeiros, refira-se que se encontram representados os copos ornados com depressões (amolgadas) de tipo **Isings 32** (1957, p. 46-47) (vi-23). Trata-se de um tipo bem documentado em território actualmente português, como o atestam os inúmeros achados provenientes de Valdoça (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 15-16 e 40, Est.s II e X, sep. 16, nº 3, e sep. 124, nº 1), Torre de Ares (NOLEN, 1994, p. 173, 190, e 231, Est. 36, vi-24 e vi-25), Faro (ALARCÃO, 1968, p. 14, Est. III, nº 14), ou Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 188-189 e 191, Pl. XLI, nº 189). No panorama do vidro do Noroeste peninsular, a forma mais aproximada parece corresponder à taça globular amolgada, com cronologia provável da segunda metade do séc. I d.C. – séc. II, e com possível origem de fabrico na antiga *Asturica Augusta* (CRUZ, 2009, vol. II, p. 151-152). A variedade formal do tipo Isings 32 leva-nos a pensar tratar-se de uma forma facilmente reproduzida por oficinas vidreiras de âmbito local/regional, que assim deverão ter garantido uma ampla difusão deste produto desde o terceiro quartel do séc. I d.C. até ao séc. III/IV (ISINGS, 1957, p. 46-47). Dispomos ainda de dois copos de tipo **Isings 34** (vi-17 e vi-22), forma bastante comum e com um lato período de fabrico e/ou utilização (segunda metade do séc. I d.C. – séc. IV) (ISINGS, 1957, p. 48-49), ao longo do qual permitiu pequenas variações ao nível da base ou pé, bordo e esquema decorativo (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 34). Ambas as peças da Rouca se encontram actualmente fragmentadas e incompletas, porém vi-17 permite a identificação da decoração com linhas incisas horizontais paralelas, característica deste tipo. À semelhança do proposto para os paralelos desta forma documentados no Noroeste peninsular (CRUZ, 2009, vol. II, p. 283-284), considera-se verosímil tratar-se efectivamente de um produto de origem hispânica, provavelmente fabricado em território da antiga província da Lusitânia. Atendendo à vasta difusão de exemplares conhecidos, não será descabido considerar a possibilidade de fabrico por oficinas ou centros de produção vidreira locais/regionais. Tendo em conta as aparentes semelhanças (em termos formais e da qualidade do vidro) entre as duas peças da Rouca e paralelos identificados em Torre de Ares (NOLEN, 1994, p. 173, 190 e 232, Est. 37, vi-31; ALARCÃO, 1970, p. 244, 247-248, Est. IV, nº 20) e Mértola (ALARCÃO, 1971, p. 195, Est. II, nº 11), coloca-se a hipótese de tratar-se de produtos da uma mesma oficina ou centro de produção vidreira que abastecesse a região sudoeste da antiga província da Lusitânia, hipótese que não é incompatível com uma eventual origem emeritense. Do conjunto analisado, importa ainda referir o copo vi-24, para o qual não foi possível a identificação tipológica concreta. Esta peça encontra paralelos em São Cucufate (NOLEN, 1988, p. 23 e 27, Est. II, nº 47) e Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 176 e

182, Pl. XXXIX, nº 140; p. 186 e 190, Pl. XLI, nºs 171 e 173-176), e nos cálices cilíndricos de paredes rectilíneas e com aplicação de fios de vidro documentados no Noroeste peninsular (CRUZ, 2009, vol. II, p. 149-150). Sem cronologia ou origem de fabrico precisas, vi-24 parece remeter-nos fundamentalmente para um horizonte temporal dos séc.s II-III d.C.. A escassez de paralelos conhecidos em território actualmente português conduz-nos à hipótese de se tratar de um produto importado (CRUZ, 2009, vol. II, p. 149).

Relativamente ao unguentário identificado como vi-21, é de salientar a escassez de paralelos formais conhecidos para o tipo **Isings 7** em território actualmente português. Esta situação leva-nos a ponderar a possibilidade, colocada por Isings, de uma eventual origem itálica para o fabrico desta forma (Aquilaia) (ISINGS, 1957, p. 23). A confirmar-se tal hipótese, questionamo-nos em que medida poderia o unguentário da sepultura 17 da Rouca ser encarado como reflexo da dinâmica de relações comerciais que abrangeu aquele território da antiga província da Lusitânia, ou, pelo contrário, como testemunho pontual de outras formas de circulação de bens, a título particular e à margem das trocas comerciais correntes (CRUZ, 2009, vol. I, p. 276-278). A amostra de material vítreo da Rouca conta também com dois unguentários para os quais se sugere uma identificação com a forma **Isings 28-b** (ISINGS, 1957, p. 42). Todavia, se no caso de vi-3 esta classificação tipológica não parece suscitar dúvidas; no caso de vi-2, o particularismo formal da peça coloca-nos algumas dificuldades na identificação do respectivo tipo. Da nossa análise, e apesar das reservas mantidas quanto a uma eventual classificação tipológica, resultou especialmente evidente a similitude com os unguentários de base côncava, datáveis do séc. II d.C., que parecem ter constituído um fabrico característico de centros de produção de vidro do Sudoeste Peninsular, conforme atestam os paralelos identificados em Mérida, Carmona e Itálica (CALDERA DE CASTRO, 1983, p. 46-48 e 67-68). Atendendo às semelhanças registadas (em termos formais e da qualidade do vidro) entre a peça da Rouca e os unguentários encontrados em território emeritense (CALDERA DE CASTRO, 1983, p. 46-48), não temos dúvidas de que se tratam de produtos de um mesmo centro de produção ou oficina vidreira, situado, muito provavelmente, na capital da antiga província da Lusitânia. A verosimilitude de tal origem de fabrico permite-nos conceber a integração do território actualmente alto-alentejano na esfera comercial da antiga capital de província e, de um modo geral, do Sudeste Peninsular. Contudo, e nesse sentido, não podemos deixar de nos questionar sobre a registada ausência de paralelos entre o espólio das necrópoles elvenses (VIANA, 1960-1961).

Os frascos, em vidro verde-gelo, correspondem a cerca de 7% da amostra analisada, isto é, a dois exemplares – vi-12 e vi-13, atribuídos, respectivamente, aos contextos das sepulturas 13 e 14. A peça identificada como vi-12 corresponde a um frasco de tipo **Isings 62**, forma especialmente associada a cronologias de meados do séc. I d.C. – séc. II e que não parece ser muito frequente em território actualmente português, conforme o atestam os escassos exemplares documentados em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 170 e 179, Est. XXXVI, nºs 80-82), Abicada (ALARCÃO, 1968, p. 19, Est. VI, nº 25), Constância e Guifões (ALARCÃO, 1976b, p. 60). Tal como acontece para a maioria dos frascos quadrangulares, o esquema decorativo da base de vi-12 é facilmente confundível com as marcas em relevo típicas das garrafas de corpo prismático (CALDERA DE CASTRO, 1983, p. 17-19). O exemplar

documentado por Cruz, e proveniente de Léon, leva o autor a propor uma possível origem em território do Noroeste peninsular ou de importação (CRUZ, 2009, vol. II, p. 192). Atendendo às características e ao uso comum deste tipo de contentores domésticos, parece-nos viável conceber a existência de oficinas vidreiras que, em território hispânico, tenham copiado os modelos itálicos e divulgado esta forma. A peça identificada como vi-13 encontra paralelos em São Cucufate (NOLEN, 1988, p. 36-37, Est. IV, nº 86), remetendo-nos para uma identificação com o tipo **Isings 68**, e por conseguinte para uma cronologia de meados do séc. I d.C. – séc.s II/III (ISINGS, 1957, p. 88-89). As semelhanças registadas com um bordo da colecção de vidro do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida (CE06135) levam-nos a considerar a possibilidade de estarmos perante um mesmo fabrico, com provável origem na antiga capital da província da Lusitânia.

Entre as formas que se encontram representadas apenas por um exemplar (o equivalente a 4% da amostra total), conta-se um jarro (vi-20), para o qual não nos foi possível identificar paralelos exactos ou apurar a respectiva tipologia, mas cuja decoração – aplicação de fios de vidro enrolados em espiral – parece remeter-nos para um âmbito cronológico de finais do séc. I d.C. à primeira metade do séc. II (VIEGAS ET AL., 1981, p. 40). As semelhanças registadas com peças provenientes de Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 57-58, Est. XIV, sep. 198, nº 3) e Elvas (ALARCÃO, 1968, p. 27, Est. III, nº 45) sugerem-nos a hipótese de corresponderem a produtos de um mesmo centro de fabrico ou oficina vidreira, de âmbito local/regional. Dispomos ainda de uma única peça identificada como prato (vi-27), atribuída ao contexto da sepultura 35. Pela nossa análise, e pelos paralelos identificados, considerou tratar-se da forma **Isings 47**, caracterizada pelo pé anelar, pelas paredes esvasadas e mais ou menos rectilíneas, e datável da segunda metade do séc. I d.C. até finais do séc. III/ inícios do séc. III (ISINGS, 1957, p. 62). Foi um tipo fabricado em vidro moldado e soprado (no caso da peça da Rouca trata-se de um exemplar de vidro soprado), e que, em território actualmente português, se encontra documentado em Conímbriga (associado a níveis flavianos e trajânicos) (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 172-174 e 181, Pl. XXXVIII, nºs 110 e 112-115) e no Noroeste peninsular (CRUZ, 2009, vol. II, p. 53-54 e 137-138). Não parece ter sido uma forma muito comum (ISINGS, 1957, p. 62), mas ainda assim coloca-se a hipótese de um eventual fabrico hispânico (CRUZ, 2009, vol. II, p. 137). O espólio vítreo atribuído à necrópole da Rouca incluiria também uma garrafa quadrangular (vi-11), soprada em molde, de tipo **Isings 50-a** (ISINGS, 1957, p. 63-65), com paradeiro actualmente desconhecido, e atribuída ao contexto da sepultura 13 ou 14. Trata-se de uma forma amplamente difundida em contextos de ocupação Alto-Imperial, que terá tido o seu apogeu a partir da segunda metade do séc. I d.C. e durante todo o séc. II, apesar de se encontrar também documentada em contextos do séc. III (ISINGS, 1957, p. 63-65; CRUZ, 2009, vol. II, p. 224). A peça da Rouca apresentaria a marca nominal «LLF», com paralelos conhecidos no território da antiga Lusitânia e no Noroeste peninsular (ALARCÃO, 1975c; ALARCÃO & ALARCÃO, 1967; ALARCÃO ET AL., 1976; CRUZ, 2009), ainda que em nenhum dos casos se verifique correspondência entre os padrões decorativos aplicados nas bases das garrafas (CRUZ, 2009, p. 308). A não identificação da origem do fabrico das peças que ostentam a marca «LLF» apenas nos permite reiterar a convicção de que, tendo em conta a larga difusão desta forma, a grande maioria dos exemplares deverá ter tido um

fabrico local (CRUZ, 2009, vol. II, p. 224) e, no caso da peça da Rouca, uma provável origem em produções do território da antiga Lusitânia (como por exemplo, em *Emerita*).

Apesar de não integrarem a amostra de espólio vítreo analisada no presente trabalho, julgamos pertinente referir ainda a existência, entre a Col. MNA 0156, de um possível balsamário de corpo periforme alongado, publicado por Alarcão (1978, p. 104 e 109, Est.s I e V, nº 6), e identificado com o nº Inv. MNA 15 789 mas sem contexto de sepultura atribuído. Na ausência de uma classificação tipológica segura, registem-se os raros paralelos conhecidos em território actualmente português, provenientes das necrópoles de Chaminé (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 22, Est. 9, nº 43; VIANA, 1960-1961, Est.s I e III, fotos 14 e 46), Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 42-43, Est. LXIII, Dis. A 15), e Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 19, Est. III, sep. 27, nº 3). Os diversos autores propõem possíveis semelhanças com uma jarra encontrada em Ampúrias e datada da época de Tibério ou Cláudio, ou com a forma Morin Jean 62 (1922-1923, p. 119), o que nos remeteria para uma cronologia do séc. III d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 22; VIEGAS ET AL., 1981, p. 42-43). A cronologia do enterramento de Valdoca, atribuído ao último terço do séc. I d.C. (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 19), e a associação do exemplar proveniente da Chaminé a espólio característico dos inícios da segunda metade da mesma centúria (VIANA & DEUS, 1956, p. 137), parecem permitir enquadrar esta forma num contexto (pelo menos) da segunda metade do séc. I d.C.. Do conjunto de materiais sem indicação de nº Inv. MNA e com origem incerta que integram a Col. MNA 0156, constam ainda três conjuntos de fragmentos de unguentários (identificados como volume 7 de contentor 1354, e como volumes desconhecidos de contentor 1379). O seu precário estado de conservação apenas permitiu uma possível aproximação ao tipo Isings 82 (a-2 ou b-2) e, conseqüentemente, a um âmbito cronológico lato, do séc. I d.C. à primeira metade do séc. III (ISINGS, 1957, p. 97-99).

Tendo em conta as formas representadas nos vidros atribuídos à necrópole da Rouca não podemos deixar de chamar a atenção para a ausência das taças caneladas, correspondentes à forma Isings 3 e particularmente associadas a contextos do séc. I d.C. (ISINGS, 1957, p. 17-21). Consideramos que, à semelhança do que se sugere para o espólio da necrópole de Santo André, esta ausência deverá ser interpretada como o resultado dos hábitos de consumo das populações a Sul do Tejo, e designadamente das facilidades de acesso às paredes finas emeritenses, mais do que como indicador cronológico (VIEGAS ET AL., 1981, p. 33-34). Por outro lado, assinala-se também a ausência dos boiões de vidro, com aba de dobra e corpo ovóide ou globular, comumente utilizados como urnas cinerárias em contextos do séc. I-II d.C. (CRUZ, 2009, vol. II, p. 187-188). Também neste caso, e uma vez mais, considera-se verosímil tratar-se do resultado de hábitos de consumo locais/regionais, desta feita cristalizados nas próprias práticas funerárias.

Por fim, e quanto aos possíveis centros de fabrico documentados pelos vidros da Rouca, os condicionalismos inerentes aos materiais disponíveis e o actual estado dos conhecimentos sobre a produção e comercialização de produtos vítreos em território peninsular na época romana não nos permitem apresentar dados conclusivos. Contudo, e certamente em paralelo com o consumo de produtos

de pequenas oficinas vidreiras locais e de eventuais importações de origem itálica ou do Noroeste peninsular, não parecem restar dúvidas quanto à expressiva presença de vidros de aparente fabrico emeritense entre o espólio da Rouca. Com uma diacronia de produção dos séc.s I a IV d.C., as oficinas vidreiras emeritenses dedicaram-se fundamentalmente ao fabrico de produtos de uso corrente, em especial vasilhame doméstico e unguentários, vulgarizados pelo uso da técnica de sopro livre e executados, na sua maioria, em vidros verdes e azulados (CALDERA DE CASTRO, 1983, p. 70-72). Tal como se verifica para as produções cerâmicas, também no que se refere ao vidro, Mérida terá certamente assegurado as necessidades de um comércio local e regional, e, simultaneamente, assumido as funções de pólo redistribuidor de importações de luxo, realidade à qual não terão ficado indiferentes as populações que habitaram à época romana o território da Rouca, e das necrópoles alto-alentejanas de um modo geral.

## IV. 2. ANÁLISE DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS E LIMITES CRONOLÓGICOS PROPOSTOS

Ao longo do presente capítulo pretende-se apresentar a análise dos diversos conjuntos funerários atribuídos à necrópole da Rouca, tendo em vista a definição do âmbito cronológico dos respectivos contextos de sepultura e, em última análise, a definição da diacronia de utilização do espaço funerário em estudo.

Neste âmbito impõem-se algumas considerações prévias. Em primeiro lugar, e conforme referido no capítulo IV.1., recordamos que o espólio metálico e o material orgânico não foram objecto do presente estudo, ainda que se tenha entendido documentar e dar conta da sua existência, para efeitos de uma noção tão completa quanto possível dos materiais atribuídos à necrópole. Em segundo lugar, chamamos a atenção para as sepulturas cujo estudo parece encontrar-se irremediavelmente comprometido em virtude da escassez, ou mesmo total ausência, de dados conhecidos. Assim, considerando um total de 41 sepulturas escavadas na necrópole da Rouca, conforme informação de M<sup>a</sup> Alice Mourisca Beaumont (Cfr. Capítulo IV.1.), a consulta do Inventário Geral (MNA) não permitiu a identificação de quaisquer referências às sepulturas 24, 26, 27, 31, e ainda às sepulturas 37 a 41, permanecendo duas questões em aberto – por um lado, se efectivamente terão sido escavadas as 41 sepulturas mencionadas; e, por outro lado, e a confirma-se tal informação, em que medida a ausência de registos relativos às sepulturas enumeradas poderá ser interpretada como indício de uma efectiva ausência de espólio arqueológico associado às mesmas. Para além destas sepulturas relativamente às quais as fontes disponíveis são completamente omissas, registe-se ainda a existência de 3 sepulturas (sepulturas 7, 19 e 23) para as quais, não obstante se encontrarem referenciadas no Inventário Geral (MNA) e, portanto, lhes ser conhecida a atribuição de espólio, não nos foi possível identificar entre a Col. MNA 0156 eventuais materiais que lhes possam ter estado originalmente associados. Ao longo do presente capítulo optámos por omitir a referência aos materiais não localizados no conjunto da colecção em estudo, em virtude de não constituírem informação relevante para a análise e datação dos conjuntos funerários, e uma vez que estes se encontram devidamente referenciados no Catálogo em anexo. Em terceiro e último lugar, cabe-nos esclarecer que a apresentação do estudo do espólio que compõe cada conjunto funerário obedece, tanto quanto possível, aos critérios de organização de materiais previamente definidos e comuns à organização do Catálogo (Cfr. Capítulo IV.1.1.).

### SEPULTURAS 1 E 2

(cc-1, cc-2, cc-3, cc-4, cc-5, cc-6, vi-1)

De acordo com informação do Inventário Geral (MNA), o espólio das sepulturas 1 e 2 da necrópole da Rouca seria composto por um conjunto de materiais inventariado com o número 15 687, descrito como *“lote de fragmentos cerâmicos de dois ou mais vasos. Restos de duas sepulturas primeiro exploradas pela gente do museu”*. A nossa observação dos materiais permitiu identificar um conjunto constituído por



fragmentos de diversos recipientes de cerâmica comum, dois dos quais com formas indeterminadas (cc-5 e cc-6), e ainda, apesar de não coincidir com a descrição constante do Inventário Geral (MNA), por dois fragmentos incharacterísticos de vidro incolor (vi-1). O facto dos diferentes materiais se encontrarem associados e identificados com o mesmo nº Inv. MNA, levou-nos a considerar que, com toda a probabilidade, terão partilhado o mesmo contexto de achado – sepulturas 1 e 2.

Entre os conjuntos de fragmentos de cerâmica comum que possibilitaram a identificação e reconstituição da forma das peças, contamos com dois potes, um correspondente ao nosso tipo III (cc-1), forma com aparentes paralelos na cerâmica de tradição indígena; e outro sem classificação tipológica segura em virtude das características e estado de conservação do fragmento disponível (cc-2). Dispomos igualmente de uma bilha de bojo em falsa cabaça, correspondente ao nosso tipo I (cc-3), e de uma tigela do nosso tipo III-a (semelhante à forma de *sigillata* Draggendorf 35) (cc-4). De um modo geral, e atendendo aos paralelos identificados para as peças em questão, concluímos tratar-se de um conjunto de formas que nos remetem para um âmbito cronológico fundamentalmente da segunda metade do séc. I d.C. a inícios/meados do séc. II. Assim, e dada a ausência de espólio datante no conjunto funerário em análise, limitamo-nos a sugerir esta cronologia lata para os contextos das sepulturas 1 e 2.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C. (?)

**Terminus ante quem proposto:** inícios/ meados do séc. II d.C. (?)

### SEPULTURA 3

(vi-2; mt-1, mt-2)

O espólio atribuído à sepultura 3 consta de um recipiente de vidro com forma de *unguentarium* (vi-2), em excelente estado de conservação. Trata-se de uma peça já publicada por Alarcão (1978, p. 106 e 112, nº 21, Est. IV), para a qual o autor não identifica paralelos. De facto, tendo em conta que a principal característica distintiva desta peça reside no reservatório bulbiforme com base acentuadamente côncava, apenas se encontram paralelos exactos na colecção de vidro do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida (CE04991, CE01031, CE01032, CE06548, CE00427). As semelhanças registadas (em termos formais e da qualidade do vidro) entre a peça da Rouca e os unguentários encontrados em território emeritense (CALDERA DE CASTRO, 1983) remetem-nos para um fabrico comum, atribuível ao séc. II d.C., de acordo com a cronologia dos exemplares emeritenses provenientes de contextos datáveis. A classificação tipológica de vi-2 está, porém, longe de ser linear: se, por um lado, o perfil da peça parece aproximá-la da forma Isings 82-a(1) (ISINGS, 1957, p. 97-98); por outro, a ausência do típico estrangulamento na transição do reservatório para o colo da peça, bem como os paralelos identificados em Mérida, levam-nos a sugerir uma identificação com o tipo Isings 28-b (ISINGS, 1957, p. 43), e nomeadamente com os perfis campanulados (datáveis dos séc.s II a IV d.C.) que constituem uma das variantes morfológicas desta forma. Os paralelos mais aproximados identificados em território actualmente português (ALARCÃO, 1974b, p. 18 e 32, Est. VI, sep. 35, nº 3; ALARCÃO, 1971b, p. 198-199, Est. IV, nº 19; VIANA, 1960-1961, p. 35, Est. III, nº 53), datáveis da segunda metade do séc. I d.C. –

séc. II, não nos permitem confirmar um eventual fabrico emeritense, ou a possibilidade de corresponderem a variantes de uma mesma tipologia (com evidentes diferenças ao nível da base, uma vez que nenhum dos paralelos identificados apresenta a base acentuadamente côncava que caracteriza vi-2 e os exemplares emeritenses).

Para além deste recipiente de vidro, dispomos ainda de espólio metálico, ao qual, de acordo com informação contida em listagens de contentores e em Inventário de Metais (MNA, 1983) (mas contrariamente ao indicado em Inventário Geral), teria sido atribuído o mesmo nº Inv. MNA (15 710) da peça identificada como vi-2. Em virtude da incongruência dos dados disponíveis, e na incerteza de se tratar de uma lacuna na descrição do Inventário Geral (MNA) ou de um lapso na designação do número de inventário e identificação do conjunto, optamos por fazer referência a este material metálico, considerando a possibilidade de ter tido o mesmo contexto de achado do unguentário anteriormente referido. Trata-se de um conjunto composto por fragmentos de prego de ferro (mt-1), e fragmentos incaracterísticos (possíveis fragmentos de pregos ou preguetas) (mt-2), cujo potencial valor informativo se encontra, à partida, irremediavelmente condicionado pelo precário estado de conservação e proveniência duvidosa, e cujo estudo, conforme anteriormente, não consta do presente trabalho.

Atendendo ao único espólio datante do conjunto funerário em análise, e designadamente à cronologia dos paralelos formais mais aproximados (CALDERA DE CASTRO, 1983; BARKÓCZI, 1996), propõe-se para o contexto da sepultura 3 uma cronologia, grosso modo, do séc. II d.C..

**Terminus post quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

**Terminus ante quem proposto:** finais do séc. II d.C.

#### SEPULTURA 4

(ts-1, ts-2, ts-3, pf-1, pf-2, pf-3, pf-4, cc-7, cc-8, cc-9, cc-10, cc-11, cc-12, cc-13, cc-14, cc-15, vi-3, vi-4, vi-5, vi-6, vi-7, vi-8, vi-9, vi-10; mt-3, mo-1, mo-2, mo-3, mo-4, mo-5, mo-6, li-1, li-2)

A sepultura 4 da necrópole da Rouca corresponde ao contexto funerário com maior quantidade de espólio atribuído, com um total de 33 itens identificados (incluindo metal, material orgânico e lítico).

Entre o espólio cerâmico, contamos com três peças de *terra sigillata* hispânica (ts-1, ts-2, ts-3). A peça ts-1 corresponde a uma pequena taça Draggendorf 27, de fabrico hispânico, muito provavelmente com origem nas olarias do Vale do Ebro, conforme indiciam as características da pasta e engobe. Poderíamos integrar este exemplar no segundo grupo definido por Mayet para retratar a evolução da forma – a peça da Rouca já não exhibe o pequeno bordo diferenciado, mas ainda não se verifica uma equivalência entre as dimensões dos dois «quartos de círculo» que a compõem (MAYET, 1984, p. 72). Enquadra-se igualmente no segundo grupo de exemplares desta forma documentados em Conímbriga, associados a uma cronologia de finais do séc. I – inícios do séc. II d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 184, Pl. XLIX-L). A peça em questão apresenta marca de oleiro, cujas letras finas e de fraco relevo, mas bem perceptíveis, permitem ler *OF·SCRII/[N]*. A não identificação de paralelos para a marca citada leva-nos a considerar com algumas reservas uma leitura que, à primeira vista, parecia bastante evidente, e impede-nos de

confirmar a origem de fabrico proposta. Coloca-se, contudo, a hipótese de uma eventual identificação com as marcas do oleiro hispânico *SCRIBONIVS* (Tricio), e designadamente com a fórmula *OFSCRIBON* documentada, até à data, apenas em território actualmente espanhol e norte africano, em exemplares da forma Draggendorf 27 (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 123). Esta taça apresenta ainda dois grafitos de motivos cruciformes (ou numerais), inscritos (pós-cozedura) nas paredes interna e externa do bordo, e para os quais se sugere o valor de marcas de posse. No contexto da sepultura 4, a taça Draggendorf 27 surge, conforme prática usual, associada a pratos de forma Draggendorf 15/17 (ts-2 e ts-3). Estes últimos são duas peças bastante semelhantes, quer em termos formais quer em termos de fabrico, pelo que colocamos a hipótese de se tratar de produtos de um mesmo centro de fabrico. Caracterizam-se pelo pé relativamente alto, de secção rectangular, fundo externo marcado pelo ressalto típico das produções hispânicas, fundo interno marcado por meia cana, e parede lisa e oblíqua. Não exibem vestígios de marca interna porém, tendo em conta as características da pasta e engobe, somos levados a atribuí-los, com relativa segurança às olarias de Tricio. Pelas suas características formais, os pratos ts-2 e ts-3 enquadram-se na segunda variante da produção hispânica da forma Draggendorf 15/17, para a qual se propõe uma cronologia posterior à segunda metade do séc. I d. C. (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 148). Encontram paralelos no primeiro e segundo grupos de exemplares desta forma representados em Conímbriga, associados a estratos da segunda metade do séc. I – séc. II d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 183-184, Pl. XLVI-XLVII).

Das quatro peças ou conjuntos de fragmentos de cerâmica de paredes finas atribuídos ao contexto da sepultura 4 (pf-1, pf-2, pf-3, e pf-4), três deles retratam a significativa representatividade da forma Mayet LXIII na amostra estudada. A peça pf-1 corresponde a uma taça de tipo Mayet LXIII (MAYET, 1975, p. 98-100, Pl. LXII, nº 516), com o típico perfil carenado, aparentemente sem decoração exceptuando duas caneluras delimitando a parte inferior do bojo (o precário estado de conservação das superfícies da peça dificulta a respectiva análise e a confirmação de se tratar efectivamente de uma forma lisa). A peça identificada como pf-2, igualmente de tipo Mayet LXIII (MAYET, 1975, p. 98-99 e 105-107, Pl. LXVIII, nºs 563, 565, 567-568), apresenta a parte superior do bojo decorada com duas fiadas horizontais de mamilos de barbotina, compondo assim, segundo Mayet, o esquema de decoração mamilada típico da referida forma (MAYET, 1975, p. 106). Encontra inúmeros paralelos entre o espólio recolhido em território alto-alentejano (MAYET, 1975, p. 106-107; VIEGAS ET AL., 1981, p. 154, Est. XXXIII, E 3.4 e E 4.2; VIANA & DEUS, 1955c, Fig. 16, nºs 10 e 13; VIANA & DEUS, 1956, p. 178, Est. VI, nº 36; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 261-262, nº 6), em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 36, Pl. VIII, nºs 69-70), e em Mérida (MAYET, 1975, p. 106-107). Para além de pf-1 e pf-2, dispomos ainda de um pequeno fragmento de bordo (pf-3) para o qual também se considerou verosímil uma identificação com a forma Mayet LXIII. Trata-se de uma forma que nos remete para um âmbito cronológico da segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99), ou entre meados do séc. I d.C. (Tibério-Claudio) e inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143). A decoração mamilada de pf-2 tende a estar associada a uma cronologia do terceiro quartel do séc. I d.C. (Claudio-Vespasiano) (NOLEN, 1976, p. 196). Para além da morfologia das peças citadas, também as características das respectivas pastas (subgrupos 1-a e 1-b)

nos levam a enquadrá-las no contexto da produção emeritense de paredes finas. O conjunto de paredes finas da sepultura em questão conta ainda com um fragmento de bordo e bojo (pf-4), para o qual se propõe uma identificação com a forma Mayet 634, incluída num repertório de formas com origem emeritense (MAYET, p. 115-116, Pl. LXXV) (origem aparentemente consentânea com as características da pasta da peça da Rouca), e atribuída à segunda metade do séc. I d.C. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 153).

O conjunto de cerâmica comum atribuído ao contexto da sepultura 4 inclui, para além de cinco conjuntos de fragmentos de recipientes com formas indeterminadas (cc-11 a cc-15), duas bilhas – uma delas, completa, do nosso tipo III-b (cc-7); e outra, fragmentada e muito incompleta, enquadrável no nosso tipo IV (cc-8); uma tigela do nosso tipo II-a (cc-10); e um fragmento de pote (cc-9) cujas características e estado de conservação impossibilitaram a respectiva classificação tipológica e a decorrente integração numa das categorias morfológico-funcionais definidas. De um modo geral, as características das formas de cerâmica comum referidas, bem como todo o espólio datante associado, indiciam uma cronologia, grosso modo, da segunda metade do séc. I d.C. a inícios do séc. II. Destaca-se, contudo, a peça cc-8 por corresponder a uma forma de vincada influência indígena e cujos paralelos mais aproximados sugerem um âmbito cronológico fundamentalmente do séc. I d.C..

No que respeita a espólio vítreo encontram-se atribuídos oito conjuntos de fragmentos (vi-3 a vi-10) ao contexto da sepultura 4, dos quais dois designam fragmentos de recipientes com formas indeterminadas (vi-9 e vi-10). A peça vi-3 corresponde a um unguentário de tipo Isings 28-b (ISINGS, 1957, p. 42), datável da segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II, com paralelos registados em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 43-44), Torre de Ares (ALARCÃO, 1970, p. 27-30), Fronteira (ALARCÃO, 1971a, p. 27 e 30) e Caveira (ALARCÃO, 1978, p. 107 e 112). As peças vi-4 a vi-8, de acordo com a nossa observação dos materiais, correspondem a conjuntos de fragmentos de recipientes com forma de taça, ainda que apenas em três casos – vi-4, vi-6, e vi-7 – tenha sido possível sugerir uma classificação tipológica. Assim, não obstante o precário estado de conservação dos materiais, e tendo em conta os paralelos identificados, propõe-se para vi-4 e vi-7 uma eventual identificação com o tipo Isings 42-a, e inerentemente uma cronologia geral de fabrico/utilização desde época Flávia a finais do séc. II/ inícios do séc. III (ISINGS, 1957, p. 58). Para vi-6 sugere-se, com as devidas reservas, uma possível aproximação às taças de bordo simples em vidro moldado incolor, documentadas no Noroeste Peninsular, e associadas à forma Rütli 19 e a uma cronologia de finais do séc. I – meados do séc. III d.C. (CRUZ, 2009, vol. II, p. 35 e 51). A confirmar-se esta proposta de classificação tipológica, e tendo em conta a qualidade do vidro de vi-6, bem como os restantes materiais atribuídos ao contexto da sepultura 4, não conceberíamos para o fabrico desta peça uma cronologia de fabrico posterior aos inícios do séc. II d.C..

Do espólio atribuído à sepultura 4 da necrópole da Rouca constam ainda espólio metálico (fragmentos incharacterísticos) (mt-3), cinco conjuntos de material orgânico (carvões, fragmentos de ossos incinerados, e uma amostra de sedimento) (mo-1 a mo-6), e material lítico indiferenciado (li-1 e li-2).

Considerando o espólio cerâmico e vítreo que compõe o conjunto funerário em análise, e em particular as cronologias definidas pelos materiais datantes e pelos paralelos identificados, propomos para o contexto

da sepultura 4 uma cronologia fundamentalmente circunscrita à segunda metade do séc. I d.C., podendo prolongar-se, no máximo, até inícios do séc. II.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

#### SEPULTURA 5

(cc-16, cc-17, cc-18, cc-19; mo-7)

O espólio da sepultura 5 parece ter sido quase exclusivamente composto por cerâmica comum. Em função dos materiais disponíveis na Col. MNA 0156 e da informação contida no Inventário Geral (MNA), o contexto da sepultura 5 terá fornecido um jarro do nosso tipo I (cc-16), dois púcaros correspondentes ao nosso tipo I (cc-17 e cc-18), e um prato do nosso tipo I-a (cc-19). Tendo em conta a ausência de espólio datante associado a estes materiais, bem como os paralelos identificados para as diferentes formas referidas, considera-se viável a atribuição de uma cronologia genérica da segunda metade do séc. I d.C. a inícios/ meados do séc. II para o conjunto de cerâmica comum em questão. Neste sentido note-se que, atendendo às diacronias de fabrico/ utilização documentadas para os nossos tipos I das formas «jarro» e «púcaro», seria admissível que o *terminus post quem* deste conjunto funerário pudesse recuar para além da segunda metade do séc. I d.C.. No entanto, e uma vez que o fabrico dos pratos do nosso tipo I-a parece ter-se iniciado em época flaviana, não concebemos uma cronologia anterior a este período.

Do espólio atribuído à sepultura 5 consta ainda um conjunto de material orgânico (carvões e fragmentos de ossos incinerados) (mo-7).

Considerando o material cerâmico que compõe o conjunto funerário em análise, e atendendo aos paralelos identificados e à ausência de espólio datante que nos permita afinar cronologias, sugere-se para o contexto da sepultura 5 uma cronologia compreendida, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e os inícios da centúria seguinte.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

#### SEPULTURA 6

(ts-4, cc-20, cc-21, cc-22)

Do espólio atribuído à sepultura 6 consta, como único material datante, um exemplar de *sigillata* clara A da forma Hayes 31 (ts-4), de fabrico A2 ou A/D. Trata-se de uma forma bem documentada no Mediterrâneo Ocidental, e que nos remete para uma cronologia centrada na primeira metade do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 234).

O conjunto funerário em análise seria também composto por cerâmica comum – um púcaro do nosso tipo II (cc-20), uma tigela correspondente ao nosso tipo III-b – semelhante à forma de *sigillata* Draggendorf 36 (cc-22), e uma bilha cujo precário estado de conservação impossibilitou a respectiva classificação

tipológica e um enquadramento cronológico seguro (cc-21). A associação destes exemplares de cerâmica comum a um prato de *sigillata* clara A da forma Hayes 31, coloca-nos perante um conjunto de formas com cronologias de fabrico/ utilização aparentemente bastante alargadas, estendendo-se desde a segunda metade do séc. I d.C. a meados/ segunda metade do séc. III.

Considerando o espólio que compõe o conjunto funerário em análise, e designadamente o âmbito cronológico definido pelo único material datante, propomos para o contexto da sepultura 6 uma cronologia circunscrita à primeira metade do séc. III d.C..

**Terminus post quem proposto:** inícios do séc. III d.C.

**Terminus ante quem proposto:** primeira metade do séc. III d.C.

## SEPULTURA 8

(pf-5, cc-23, cc-24, cc-25)

O único material arqueológico datante atribuído ao contexto da sepultura 8 resume-se a um exemplar de cerâmica de paredes finas (pf-5), correspondente à forma Mayet XLIII A (MAYET, 1975, p. 98-99, Pl. LXIV, n.ºs 529 e 535). Apresenta a típica forma de taça carenada, biansada, com a parte superior do bojo decorada por duas bandas de guilhocé separadas por uma fina ranhura, técnica decorativa típica das paredes finas produzidas pelos oleiros de *Augusta Emerita* (SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 246). Esta ideia de uma provável origem emeritense é reforçada pelas características da pasta de pf-5 (subgrupo 1-b). De registar ainda os diversos paralelos para a peça da Rouca identificados entre o espólio das necrópoles alto-alentejanas (VIANA & DEUS, 1955c, p. 59, Fig. 17, n.ºs 36 e 38; VIANA & DEUS, 1956, p. 178, 180, e 192, Est.s V, VI, e XXIV-XXV, n.ºs 40, 41, 57, 224 e 225; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 258-260, n.ºs 1-3; VIEGAS ET AL., 1981, p. 153-154, Est.s XXII-XXIII, D 15/ 16.16, E 2.9, E 4.5). Conforme já referido, a forma Mayet XLIII aponta para uma cronologia, grosso modo, da segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99) ou, segundo Rodríguez Martín (1996a, p. 143), de meados do séc. I (Tibério-Cláudio) a inícios do séc. II. Esta cronologia é reiterada pela técnica decorativa aplicada, visto o guilhocé se encontrar tendencialmente associado ao período Cláudio – Flávios (NOLEN, 1976, p. 196).

O restante espólio atribuído ao contexto da sepultura 8 é composto por cerâmica comum. Dispomos assim de uma bilha de bojo baixo e achatado, correspondente ao nosso tipo III-b (cc-23), de um prato de pequenas dimensões do nosso tipo II (cc-24), e de uma tigela do nosso tipo II-a (cc-25). De um modo geral, tendo em conta os paralelos formais identificados para os exemplares em questão e a associação destes últimos a cerâmica de paredes finas, considera-se que as formas representadas apontam para uma cronologia de fabrico/ utilização compreendida, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e os inícios/ meados da centúria seguinte.

Considerando o espólio que compõe o conjunto funerário em análise, e designadamente o âmbito cronológico definido pelo único material datante, propomos para o contexto da sepultura 8 uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C., podendo prolongar-se, no máximo, até inícios do séc. II.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

#### SEPULTURA 9

(mo-8, mo-9, mo-10 e mo-11, li-3)

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de material orgânico (carvões, fragmentos de ossos incinerados, e amostras de sedimento), associado a material lítico indiferenciado (mo-8 a mo-11, li-3), atribuíveis ao contexto da sepultura 9.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 9, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

#### SEPULTURA 10

(mo-12, mo-13, mo-14)

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de material orgânico e lítico (carvões, fragmentos de ossos incinerados, e amostras de sedimento, incluindo material lítico indiferenciado) (mo-12 a mo-14), (aparentemente) atribuíveis ao contexto da sepultura 10.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão, e tal como se verifica para a sepultura 9, não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 10, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

#### SEPULTURA 11

(ts-5, cc-26, cc-27, cc-28, cc-29)

O espólio da sepultura 11 conta com uma taça de *sigillata* hispânica da forma Draggendorf 27 como único material datante. As características formais da peça traçam o perfil de um produto alto imperial e enquadram-na, à semelhança de ts-1 (sep. 4), no segundo grupo definido por Mayet (1984, p. 72), e entre o segundo e terceiro grupos de exemplares desta forma representados em Conímbriga (DELGADO ET AL., 1975, p. 184, Pl. XLIX-L). Apresenta marca de oleiro mas o fraco relevo das letras e o desgaste da superfície interna da peça dificultam a sua leitura, pelo que apenas nos parece ser possível distinguir *MI[-*][*M]*. Tendo em conta que as características do fabrico da peça indiciam uma origem no centro oleiro do Vale do Ebro, e considerando as semelhanças (em termos de fabrico) com outras peças constantes da amostra estudada e atribuídas ao oleiro hispânico *MICCIO*, coloca-se a hipótese da leitura apresentada

poder encontrar correspondência na marca *MICCIN*, documentada em Torre de Ares e Belo (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 113), e de, nesse caso, poder tratar-se de mais um produto do referido oleiro. A confirma-se tal hipótese veríamos atestada a cronologia proposta para ts-5, da segunda metade/ finais do séc. I – inícios do séc. II d.C..

O restante espólio atribuído ao contexto da sepultura 11 é composto por cerâmica comum. Dispomos assim de uma bilha de bojo piriforme e bordo aprumado em «L», correspondente ao nosso tipo V (cc-26), de duas tigelas – uma do nosso tipo II-b (cc-27), e outra, semelhante à forma de *sigillata* Draggendorf 36, enquadrável no nosso tipo III-b (cc-28); e de um prato do nosso tipo III (cc-29). De um modo geral, estamos perante um conjunto de formas bem documentadas em contextos datáveis de meados do séc. I d.C. e inícios da centúria seguinte, podendo prolongar-se o respectivo fabrico/ utilização até ao séc. III (conforme parece verificar-se no caso das formas representadas pelas peças cc-26, cc-28 e cc-29). A tigela cc-27 destaca-se por apresentar dois grafitos em X (possíveis cruciformes ou numerais) inscritos, num momento pós-cozedura, na base e fundo interno da peça, e susceptíveis de serem interpretados como marcas de posse.

Considerando a totalidade do espólio que compõe o conjunto funerário em estudo, e em particular o âmbito cronológico definido pelo exemplar de *sigillata* hispânica, sugere-se para o contexto da sepultura 11 uma cronologia compreendida, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e inícios do séc. II.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

## SEPULTURA 12

(cc-30, mt-4)

De acordo com a nossa consulta do Inventário Geral (MNA) e Inventário de Metais (MNA, 1983), e em função dos materiais identificados na Col. MNA 0156, o espólio da sepultura 12 parece ser exclusivamente constituído por um exemplar de cerâmica comum e espólio metálico (fragmento incharacterístico) (mt-4). Em relação a este último, e apesar da respectiva análise não constar do presente trabalho, será pertinente notar que a única referência a espólio metálico proveniente da sepultura em questão corresponde à descrição contida em Ficha Descritiva de Inventário Geral (MNA) relativa ao exemplar de cerâmica comum, onde pode ler-se: “*por cima da tampa restos de um vaso, por baixo carvão e ossos e ferro*” – descrição esta a partir da qual facilmente se concebe a existência de mais espólio recolhido aquando da escavação da sepultura 12, mas actualmente sem identificação possível.

No que se refere ao espólio cerâmico disponível, contamos apenas com uma garrafa de bojo cilíndrico (cc-30), correspondente ao nosso tipo I. De acordo com a maioria dos paralelos identificados, e tal como parece verificar-se no caso da Rouca, esta forma remete-nos tendencialmente para cronologias de época flaviana a meados do séc. II, ainda que alguns dos paralelos identificados (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 67-68, sepultura 244) nos possam indiciar a continuidade do seu fabrico até ao séc. III d.C..



Atendendo ao espólio disponível, e conscientes das limitações do respectivo valor informativo na ausência de outros materiais que nos permitam confirmar e afinar cronologias, resta-nos conceber para o contexto da sepultura 12 um âmbito cronológico genericamente compreendido entre a segunda metade do séc. I d.C. e meados do séc. II, definido em função da diacronia de fabrico/ utilização proposta para a forma de cerâmica comum documentada.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C. (?)

**Terminus ante quem proposto:** meados do séc. II d.C. (?)

### SEPULTURA 13

(vi-11, vi-12)

A informação recolhida no Inventário Geral (MNA) é dúbia quanto a espólio proveniente da sepultura 13 da necrópole da Rouca. Segundo o referido Inventário apenas dispomos de duas peças de vidro, identificadas com os nºs Inv. MNA 15 707 e 15 708 (vi-11 e vi-12, respectivamente), cujo contexto de achado poderá ter sido a sepultura 13 ou a sepultura 14 da necrópole em estudo. Assim, e conforme mencionado no Catálogo em anexo, a opção de associar estas peças à sepultura 13 foi meramente funcional e deverá ser encarada com as devidas reservas.

A peça vi-11 corresponderia a uma garrafa de secção quadrangular de tipo Isings 50-a (ISINGS, 1957, p. 63-65), com marca nominal - «LLF» - no fundo externo. O desconhecimento do paradeiro desta peça desde, pelo menos, meados dos anos 70 do séc. XX (ALARCÃO, 1975b, p. 53), implicou naturalmente algumas lacunas no seu estudo e caracterização, não obstante a mesma já se encontrar publicada (ALARCÃO, 1975b, p. 50-51 e 53, nº 48). Trata-se de uma forma típica de contextos alto-imperiais, com particular expressão a partir do período Cláudio-Nero e durante todo o séc. II. A marca nominal da peça da Rouca encontra paralelos em Vila Viçosa (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 16-18, nº 33), Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 167- 168 e 178, nº 67) e Monte Mozinho (ALARCÃO, 1975b, p. 50-51, nº 50; CRUZ, 2009, vol. I, p. 318; vol. II, p. 223-224), exemplares datáveis, grosso modo, da segunda metade do séc. I d.C. – séc. II (e eventualmente séc. III). A peça vi-12 corresponde a um boião de tipo Isings 62 (1957, p. 81) ou Morin-Jean 13 (1922-1923, p. 60-61), em vidro verde-gelo, soprado em molde. Trata-se, uma vez mais, de uma forma típica de contextos de meados do séc. I d.C. (Flávios) – séc. II. A decoração em relevo da base de vi-12 – motivos circulares concêntricos enquadrados por pequenos mamilos nas extremidades – encontra os seus paralelos mais aproximados em garrafas de corpo prismático provenientes de Aramenha e Conímbriga (NEVES, 1972, p. 30-31, nº 14; ALARCÃO, 1975b, p. 48, nº 5). Tendo em conta as características morfológico-funcionais de vi-11 e vi-12, e atendendo à ambiguidade dos dados disponíveis quanto ao respectivo contexto de achado, somente nos é possível concluir que ambas as peças nos remetem para uma cronologia comum, compreendida, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e o séc. II.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C. (?)

**Terminus ante quem proposto:** séc. II d.C. (inícios) (?)

**SEPULTURA 14****(ts-6, ts-7, ts-8, pf-6, pf-7, pf-8, pf-9, cc-31, cc-32, cc-33, cc-34, vi-13, vi-14; mt-5, mt-6, mt-7, mt-8, mo-15)**

A sepultura 14 da necrópole da Rouca corresponde a uma das sepulturas com maior quantidade de espólio atribuído, com um total de 18 itens identificados (incluindo metais e material orgânico).

Entre o espólio datante do conjunto funerário da sepultura 14 incluem-se três exemplares de *sigillata* hispânica (ts-6, ts-7 e ts-8). As três peças em questão apresentam um fabrico idêntico, com pastas e engobes que indiciam uma provável origem no centro de produção de Tricio. As peças ts-6 e ts-7 correspondem a taças Drag. 35, e a decoração do bordo de ts-7 com folhas de água de barbotina sugere-nos uma identificação com a fase mais antiga da produção hispânica deste tipo de forma, produzida pelos oleiros hispânicos desde a segunda metade do séc. I a meados/ finais do séc. II d.C. (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 155; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 167). O acentuado desgaste das superfícies da peça ts-6 não nos permite identificar a aplicação da típica decoração de barbotina, contudo as características formais da peça encontram correspondência no primeiro grupo definido por Mayet na caracterização da evolução desta forma (MAYET, 1984, p. 74). Encontram paralelos no segundo grupo de exemplares desta forma documentados em Conímbriga, com bordo curvo e sensivelmente horizontal, bem destacado do corpo da peça (DELGADO ET AL., 1975, p. 185, Pl. LIII). A peça ts-8 corresponde à forma Draggendorf 36, colocando-nos assim perante o típico «serviço» composto por taça Draggendorf 35 e prato Draggendorf 36. As características formais de ts-8 (designadamente, o ressalto no fundo externo e a decoração do bordo com três folhas de água de barbotina) reforçam a convicção de se tratar de um produto hispânico e, a par da sua associação a exemplares da forma Draggendorf 35, apontam para uma cronologia de fabrico da segunda metade do séc. I – séc. II d.C. (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 155; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189). Das três peças em questão, somente ts-7 apresenta marca de oleiro, cuja leitura se encontra bastante comprometida em virtude do desgaste da superfície interna da peça. Actualmente apenas nos é possível distinguir – O[---]O – leitura que resultou inconclusiva e infrutífera na pesquisa de eventuais paralelos. Contudo, de acordo com Comfort (1959, p. 3, nº 9) e Mezquíriz (1985, p. 135, nº 234), deveria ler-se *OPIC^II OPILM*, marca atribuída a um oleiro hispânico – *PIL[---]M[---]* (?), encontrando-se (até à data) apenas documentada pelo exemplar atribuído à necrópole da Rouca (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 119). Este último facto suscita-nos alguma estranheza, pelo que consideramos com as devidas reservas a leitura inicialmente proposta por Comfort (1959), e seguida por Mezquíriz (1985). Uma eventual origem no centro oleiro do Vale do Ebro parece, contudo, encontrar confirmação nas características do fabrico das peças. No que se refere à presença de grafitos, assinala-se que duas das três peças de *sigillata* do conjunto funerário em estudo apresentam grafitos (pós cozedura): ts-6 apresenta um grafito cruciforme inscrito no fundo externo; e ts-8 apresenta um grafito nominal inscrito na parede externa – MAX. Na nossa opinião afigura-se verosímil, para ambos os casos, uma interpretação como marcas de posse, mais do que como eventuais marcas ou assinaturas dos fabricantes das peças.

O espólio atribuído à sepultura 14 conta também com quatro exemplares de cerâmica de paredes finas (pf-6, pf-7, pf-8 e pf-9) que, à semelhança do que se verifica para o conjunto funerário da sepultura 4, traduzem o evidente predomínio dos produtos de fabrico emeritense, e designadamente da forma Mayet XLIII, na amostra estudada. As peças pf-6, pf-7 e pf-8 apresentam pastas dos subgrupos 1-a e a-b, e correspondem às típicas taças carenadas (neste caso, sem asas) produzidas pelos oleiros emeritenses durante a segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 98-108). A peça pf-6 apresenta a parte superior do bojo decorada com fiadas (alternadas) de mamilos e pérolas de barbotina, padrão decorativo atribuído, grosso modo, ao terceiro quartel do séc. I d.C. (Nero – Vespasiano) (NOLEN, 1976, p. 196), e que se encontra também representado em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 148, Est. XX, D 12.3). A peça pf-7 parece corresponder a um dos exemplares pouco frequentes da forma Mayet XLIII lisa (MAYET, 1975, Pl. LXII, nºs 510 e 516) (ainda que o seu precário estado de conservação não o permita confirmar), com paralelos identificados entre as cerâmicas de paredes finas provenientes das necrópoles elvenses (VIANA & DEUS, 1955c, p. 56 e 63, Fig. 16, nº 17 e 15; VIANA & DEUS, 1956, p. 191, Est. VI, nº 213). Por sua vez, pf-8 apresenta a decoração com bandas de guilhoché característica dos produtos emeritenses, e que neste caso, pela qualidade da técnica de execução, nos deverá remeter para uma cronologia alta (Cláudio – Nero) (NOLEN, 1976-1977, p. 429). Encontra paralelos em Mérida e nas necrópoles alto-alentejanas [MAYET, 1975, p. 101-103, Pl. LXIII – LXV; VIANA & DEUS, 1955c, p. 59, Fig.s 16 e 18, nºs 7, 43 e 52; VIEGAS ET AL., 1981, p. 152, Est. XXVIII, E 1.3.1 (3)], bem como em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 34-35, Pl. VII, nº 56). Relativamente à peça pf-9, e na ausência de identificação de paralelos exactos, sugere-se uma possível correspondência com a forma Mayet XX A (MAYET, 1975, p. 55-56, Pl. XXV, nº 191). A pasta da peça em questão ilustra o nosso Grupo 2, concebendo-se à primeira vista, e atendendo às características gerais deste grupo de fabrico, uma provável origem no centro de produção da Bética. Contudo, e a confirmar-se a classificação tipológica proposta, a peça da Rouca corresponderia a um tipo pouco comum, de fabrico e difusão aparentemente bastante localizados, e com provável origem nos centros oleiros das Ilhas Baleares. Mayet sugere uma cronologia genericamente alta para a sua variante XX A – de Augusto a Cláudio (MAYET, 1975, p. 55); porém, e tendo em conta o facto de pf-9 apresentar vestígios de aplicação de engobe, considera-se verosímil atribuir à peça em questão um *terminus post quem* a partir de Cláudio – Nero (NOLEN, 1976-1977, p. 428-429).

O conjunto de cerâmica comum proveniente da sepultura 14 inclui um potinho do nosso tipo I, enquadrável na tipologia dos chamados «potinhos alentejanos» (cc-31); um pote do nosso tipo II-b (cc-34); e dois púcaros, um identificável com o nosso tipo III, de marcada feição indígena (cc-32), e outro correspondente ao nosso tipo I (cc-33). De um modo geral, trata-se de um conjunto de formas que, quer pelas respectivas características morfológicas, quer pelo espólio datante associado, nos remetem para uma cronologia de fabrico/ utilização comum, compreendida sensivelmente entre a segunda metade do séc. I d.C. e inícios/ meados do séc. II.

Do espólio atribuído ao contexto da sepultura em estudo constam também fragmentos de duas peças de vidro: vi-13, que designa um conjunto de fragmentos de frasco ou boião de tipo Isings 68 (ISINGS, 1957,

p. 88-89); e vi-14, correspondente a um fragmento de recipiente com forma indeterminada. Relativamente ao primeiro conjunto importará notar que a classificação tipológica proposta baseia-se fundamentalmente nos paralelos identificados em São Cucufate (NOLEN, 1988, p. 36-37, Est. IV, nº 86) e Mérida (CE06135), remetendo-nos assim para uma cronologia genérica de meados do séc. I d.C. aos séc.s II/III (ISINGS, 1957, p. 88-89).

Por fim, registe-se ainda que o contexto da sepultura 14 terá também fornecido espólio metálico (conjuntos de pregos e fragmentos de pregos de ferro) (mo-5 a mo-8), e material orgânico (fragmentos de ossos incinerados) (mo-15).

Atendendo ao espólio cerâmico e vítreo que compõe o conjunto funerário em análise, e em especial às cronologias definidas pelos materiais datantes e pelos paralelos identificados, propomos para o contexto da sepultura 14 uma cronologia fundamentalmente circunscrita à segunda metade do séc. I d.C., podendo prolongar-se, no máximo, até inícios do séc. II. A confirmar-se a identificação da peça pf-9 com a forma Mayet XX A, e atendendo à respectiva cronologia de fabrico, seríamos levados a considerar uma restrição do âmbito cronológico anteriormente proposto, e a situar um eventual *terminus ante quem* para o contexto da sepultura em questão ainda durante o período flaviano.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C. (?)

#### SEPULTURA 15

(ts-9, ts-10, ts-11, ts-12, ts-13, pf-10, pf-11, cc-35, cc-36, cc-37, cc-38, cc-39, cc-40, cco-1, cco-2, vi-15, vi-16, vi-17, vi-18, vi-19; mt-9, mt-10)

Ao contexto da sepultura 15 da necrópole da Rouca encontra-se atribuído um espólio diversificado e bastante representativo, quer em termos numéricos (22 itens identificados, incluindo espólio metálico), quer em termos de potenciais elementos aferidores de datação. No que respeita a *sigillata*, a sepultura 15 terá fornecido duas taças Draggendorf 27 (ts-9 e ts-10), cujas características formais parecem inseri-las em distintas etapas da evolução da forma hispânica, conforme definidas por Mayet (1984, p. 72). A peça ts-9 é ilustrativa da fase mais antiga, caracterizada pelo predomínio de recipientes com pequenas dimensões, com os quartos de círculo bem marcados, sendo o quarto de círculo superior claramente mais curto do que o inferior e delimitado por um pequeno lábio semicircular. Encontra assim correspondência no primeiro grupo de exemplares desta forma documentados em Conímbriga, datáveis, grosso modo, do período inicial do fabrico desta forma pelos oleiros hispânicos, isto é, da segunda metade do séc. I d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 184). A taça ts-10, por sua vez, enquadra-se no segundo grupo definido por Mayet (1984, p. 72), e no segundo ou terceiro grupo de exemplares desta forma documentados em Conímbriga, associados a cronologias de finais do séc. I – meados do séc. II d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 184). Deste modo, se por um lado somos levados a pensar que, tal como afirmam Bourgeois & Mayet, “l’existence d’une petite lèvre ronde sur les petits vases et son absence sur les plus grands révèlent certainement une différenciation chronologique, les premières étant plus anciens que les seconds”

(1991, p. 199); por outro, e tendo em conta a presença destas duas variantes da forma Draggendorf 27 no mesmo contexto de sepultura, será questionável pensar que tal distinção tenha efectivamente uma conotação cronológica, sugerindo-se a possível contemporaneidade entre variantes formais da mesma tipologia. Ambas as peças apresentam marca de oleiro, mas em ambos os casos o desgaste das superfícies internas condiciona a leitura das mesmas, impossibilitando uma identificação precisa das respectivas oficinas de fabrico, e impondo as devidas reservas na consideração dos paralelos e hipóteses de interpretação apresentados. No caso de ts-9, parece poder ler-se, com relativa segurança, *OFM*. A marca aparenta estar completa, encontrando os seus paralelos mais aproximados entre exemplares de *sigillata* hispânica procedentes de *Bracara Augusta*, com as marcas *OFM·M* (atribuível ao oleiro hispânico *MEM MI*) e *OF·M*[...] (oleiro não identificado), e datáveis, respectivamente, da segunda metade e último quartel do séc. I d.C. (MORAIS, 2004, vol. II, p. 229 e 241, nºs 45 e 67). Sugere-se ainda uma eventual identificação com uma possível variante da marca *M·OF*, documentada em Tricio, e para a qual também não se conhece o nome do fabricante – *M*[...] (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 130), e com a marca *OFM*[...], representada em Conímbriga, para a qual se coloca a possibilidade de atribuição ao oleiro hispânico *MMVS* (MAYET, 1973, p. 58, Pl. II, V e VII). No que se refere a ts-10, a superfície erodida do fundo interno torna as letras quase imperceptíveis, pelo que apenas parece ser possível distinguir-se *O*[...] *MO*. Tendo em conta que as características formais e o fabrico da peça indiciam uma origem hispânica, considera-se a possibilidade de uma eventual correspondência com a marca *OCT·MO*, documentada num exemplar da forma Draggendorf 27 proveniente de Mérida, e atribuída ao oleiro *OCTAVIVS MATERNUS* (Tricio) (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 116). A taça ts-10 apresenta ainda aparentes grafitos inscritos (pós-cozedura) na base e superfície externa do corpo – no fundo externo identifica-se um motivo em X, enquanto nas paredes da peça se observam linhas simples que parecem cruzar-se aleatoriamente, e cuja configuração nos leva a questionar se devem interpretar-se efectivamente como grafitos ou, pelo contrário, como marcas resultantes do processo de escavação e recolha dos materiais. A confirmar-se a intencionalidade destes motivos considerar-se-ia provável tratarem-se de marcas de posse.

As peças ts-11 e ts-12 correspondem a taças Draggendorf 46, ambas com marca de oleiro. A leitura da marca de ts-11 não oferece quaisquer dúvidas – *OF·MCCIO* ou *OF·MICCIO* – colocando-nos assim perante um produto da oficina de *MICCIO*, oleiro que terá laborado em Tricio durante a segunda metade do séc. I – inícios do séc. II d.C.. A marca de ts-12 contudo, pelo desgaste que actualmente apresenta a superfície interna da peça, coloca-nos algumas dificuldades de leitura, sendo apenas possível distinguir-se: *IIX*[...] *O*. De acordo com as leituras apresentadas por Comfort (1959) e Mayet (1984), trata-se de mais uma peça fabricada pela oficina de *MICCIO*, podendo ler-se originalmente *IIXOFMIC* ou *IIX·OF·MIC* (COMFORT, 1959, p. 3, nº5; MAYET, 1984, p. 153, Pl. CCXIV, nº 329). De acordo com a nossa observação dos materiais, as evidentes semelhanças, em termos de fabrico, entre as duas peças confirmam a ideia de uma origem, e conseqüentemente de uma cronologia, comuns.

O conjunto de *sigillata* proveniente da sepultura 15 da necrópole da Rouca inclui ainda um prato (ts-13) cujas características (morfológicas e de fabrico) não deixam dúvidas quanto à sua correspondência com a

forma Draggendorf 36 (MAYET, 1984, p. 73-74) e quanto à origem de produção – Trício. Apresenta um grafito aparentemente cruciforme (pós-cozedura) inscrito na base, que interpretamos como possível uma marca de posse. Apesar da diacronia de fabrico/ utilização da forma Draggendorf 36 não se afigurar consensual – Flávios a séc. III d.C. (MAYET, 1984, p. 74) ou Flávios a séc. IV d.C. (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 64-65), ao considerarmos o conjunto de *sigillata* atribuído ao contexto da sepultura 15, e em particular os exemplares das formas Draggendorf 27 e Draggendorf 46, somos levados a propor para ts-8 uma cronologia de fabrico entre a segunda metade do séc. I e o séc. II d.C..

Igualmente atribuídas ao contexto da sepultura 15 dispomos de duas peças de cerâmica de paredes finas (pf-10 e pf-11). Ambas correspondem à forma Mayet XLIII (MAYET, 1975, p. 98-108) e ambas apresentam pastas enquadráveis no nosso subgrupo 1-b, reforçando assim a ideia de uma provável origem emeritense. As duas taças carenadas apresentam na parte superior dos bojos a usual decoração de barbotina associada a esta forma – pf-10 é decorada com folhas de água, motivo decorativo pouco frequente na forma e produção emeritenses (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 34); e pf-11 é decorada com as típicas lúnulas de barbotina. Tendo em conta que, no que se refere à decoração vegetal da forma Mayet XLIII, “*l’on trouve rarement deux vases au décor identique*” (MAYET, 1975, p. 107), a peça pf-10 encontra os seus paralelos mais aproximados em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 36, Pl. VIII, nº 73) e em Mérida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b, p. 16, Fig. 2, nºs 3 e 4). Para a peça identificada como pf-11 facilmente encontramos paralelos entre o espólio das estações alto-alentejanas [VIANA & DEUS, 1955c, p. 65, Fig. 18, nº 49; VIANA & DEUS, 1956, p. 179, Est. VI, nºs 38 e 39; VIEGAS ET AL., 1981, p. 138, Est. III, B 7.1 (3); SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 261, nº 5], de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 35, Pl. VII, nºs 60 e 62), e Mérida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996c, p. 16, Fig. 2, nº 2). Tendo em conta a tipologia das peças em questão, mais uma vez somos levados a considerar uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99), ou de Tibério-Claudio a inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143).

O conjunto de cerâmica comum atribuído ao contexto da sepultura 15 é constituído por duas bilhas (muito incompletas e fragmentadas) do nosso tipo II-a (cc-35 e cc-36), duas tigelas igualmente correspondentes ao tipo II-a da respectiva categoria formal (cc-37 e cc-38), e dois conjuntos de fragmentos de recipientes de cerâmica comum com formas indeterminadas (cc-39 e cc-40). Relativamente às formas identificadas somos levados a sugerir, em função dos paralelos conhecidos e da associação a espólio datante, uma cronologia de fabrico/ utilização compreendida, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e inícios/ meados do séc. II, podendo prolongar-se até ao séc. III no caso das bilhas de tipo II-a.

Entre o espólio cerâmico identificado como proveniente da sepultura 15 incluem-se também dois conjuntos de fragmentos de *imbrices* (cco-1 e cco-2). O potencial informativo destes materiais revela-se escasso no âmbito do presente estudo, mas a sua referência afigura-se indispensável para uma noção global do conjunto funerário em análise.

O espólio da sepultura 15 conta ainda com três peças de vidro cujas formas foram passíveis de identificação e reconstituição. As peças vi-15 e vi-16, com formas similares, colocaram-nos algumas dúvidas quanto à respectiva tipologia e cronologia. Assim, na impossibilidade da sua integração em

categorias tipológicas já definidas (ISINGS, 1957; MORIN-JEAN, 1922-1923), as peças em questão encontram os seus paralelos formais mais aproximados numa peça atribuída à sepultura 198 da necrópole de Valdoca, contexto para o qual os autores sugerem uma cronologia de finais do séc. I d.C. ou primeira metade do séc. II (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 57-59, Est. XIV, sep. 198, nº 8), e numa taça proveniente de Horta das Pinas (VIANA, 1960-1961, p. 29, Est.s V e VI, nºs 81 e 123). De uma forma geral, vi-15 e vi-16 enquadram-se no perfil das taças carenadas, com perfil tronco-cónico e bordo esvasado, e decoradas com séries de linhas incisadas horizontais, paralelas, cujo fabrico se situa a partir do período flaviano até inícios do séc. III (HARDEN, *apud* ALARCÃO ET AL., 1976, p. 175). Esta cronologia afigura-se consentânea com a presumível cronologia de utilização do espaço funerário da Rouca e, em particular, com o âmbito temporal definido pelo espólio datante da sepultura 15. Todavia, e se por um lado, o perfil tronco-cónico e mais ou menos anguloso de vi-15 e vi-16 as aproxima de formas com cronologias, grosso modo, de meados do séc. I d.C. – séc.II/III; a base ápole da única das duas peças com perfil completo remete-nos para uma característica comumente documentada em formas tardias, designadamente nos tipos Isings 96 e 106 (ISINGS, 1957, p. 113-116 e 126-131). Não obstante as devidas reservas que entendemos manter em relação à classificação tipológica destas duas peças, consideramos que o espólio associado ao mesmo contexto de sepultura, bem como a maior parte dos paralelos identificados, nos permitem, com alguma verosimilhança, atribuir aos nossos exemplares desta forma “*predominantemente mediterrânica*” (ALARCÃO, 1970, p. 245) uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. a inícios/ meados do séc. II. Relativamente à peça vi-17, os inúmeros paralelos identificados, bem como as características gerais da própria peça (qualidade do vidro, forma, e processos de acabamento), levam-nos a propor a sua identificação com o tipo Isings 34 (ISINGS, 1957, p. 48-49). Trata-se de uma forma simples e de ampla cronologia (segunda metade do séc. I d.C. a séc. IV), mas que, no caso da peça da Rouca, e tendo em conta o espólio datante atribuído ao contexto da sepultura 15, parece poder restringir-se ao período compreendido entre a segunda metade do séc. I d.C. e inícios da centúria seguinte. Os restantes conjuntos de fragmentos de material vítreo atribuídos à sepultura 15 da necrópole da Rouca, e identificados ao longo do presente trabalho como vi-18 e vi-19, não permitiram qualquer caracterização tipológica em virtude do precário estado de conservação em que se encontram. Por fim registre-se que o contexto da sepultura 15 terá também fornecido espólio metálico (prego e tachas de ferro) (mo-9 e mo-10).

Atendendo ao espólio cerâmico e vítreo que se encontra atribuído à sepultura 15 da necrópole da Rouca, e em particular às cronologias definidas pelos materiais datantes, sugere-se para o contexto funerário em questão, uma cronologia compreendida entre finais do séc. I d.C. e inícios da centúria seguinte. As balizas cronológicas propostas baseiam-se, por um lado, nos inícios da produção hispânica da forma Draggendorf 46 (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189), e, por outro, na associação com exemplares de cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLIII, produzida até finais do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99) ou inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143).

**Terminus post quem proposto:** último quartel do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** inícios do séc. II d.C.

**SEPULTURA 16****(ts-14, ts-15, ts-16, pf-12, cc-41, cc-42, cc-43, vi-20)**

O conjunto de espólio atribuído à sepultura 16 conta com duas taças de *sigillata* de forma Draggendorf 46 (ts-14 e ts-15), associadas a um prato Draggendorf 17 (ts-16), compondo assim o típico «serviço» vulgarizado, sensivelmente, a partir do último quartel do séc. I/inícios do séc. II até meados do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189; MEZQUÍRIZ, 1961, p. 67-69). As características do fabrico e do perfil das taças ts-14 e ts-15 indiciam, à partida, um fabrico hispânico, origem claramente confirmada pelas marcas de oleiro apresentadas pelas duas peças. De acordo com a nossa leitura, e corroborando os dados apresentados por Comfort (1959) e Mayet (1984), ambas as peças terão sido produzidas pela oficina do oleiro hispânico *MICCIO* (*Tritium Magallum*). Na marca de ts-14 pode ainda ler-se, com relativa facilidade, *IIX·[O]F·MICC*; enquanto a marca de ts-15, mais desgastada e com um relevo das letras mais fraco, apenas permite distinguir *IIXO[F]M[I]*. Tendo em conta as evidentes semelhanças de fabrico entre as duas taças, bem como as leituras propostas por Comfort (1959, p. 3, nº 8) e Mayet (1984, p. 154, Pl. CCXIV, nº 393) para a marca de ts-15 (*IIX·OFMI* e *IIX·OF·MI*, respectivamente), considera-se verosímil uma origem de fabrico comum a ts-14 e, portanto, a atribuição à oficina de *MICCIO*. Atendendo à diacronia da produção hispânica das formas Draggendorf 46, e ao período de laboração documentado para a oficina de *MICCIO*, propõe-se para estas peças uma cronologia de fabrico/ utilização de finais do séc. I/ inícios do séc. II d.C.. A peça ts-16 enquadra-se nas características gerais da forma Draggendorf 17, geralmente associada, tal como a forma Draggendorf 46, a uma cronologia de finais do séc. I/ inícios do séc. II a meados do séc. III d.C. (MEZQUÍRIZ, 1961, p. 69; 1985, p. 149). Apesar do acentuado desgaste das superfícies de ts-16 não permitir a identificação de eventual marca de oleiro, a pasta e engobe da peça denunciam uma clara origem hispânica. Neste sentido, assinalem-se as semelhanças registadas entre ts-16 e outro prato da forma Hispânica 17, constante da Col. MNA 0156 e identificado com o nº Inv. MNA 15 789, mas sem contexto de sepultura conhecido. A particularidade desta última peça reside na presença de marca de oleiro, na qual é possível ler-se *OFM[I]CCIO* (COMFORT, 1959, p. 3, nº 10; MEZQUIRÍZ, 1985, p. 131, nº 184, e p. 149; MORAIS, 2004, vol. II, p. 229-230), colocando-nos assim perante mais um produto do oleiro hispânico já referido a propósito das peças ts-11 e ts-12, atribuídas à sepultura 15, e ts-14 e ts-15, atribuídas ao contexto da sepultura em análise. Pelas semelhanças, em termos formais e de fabrico, entre ts-16 e a peça com o nº Inv. MNA 15 789, propomos a hipótese da primeira poder também tratar-se de um produto da olaria de *MICCIO* e, conseqüentemente, apresentar uma origem de fabrico e uma cronologia comuns aos restantes exemplares de *sigillata* do presente conjunto funerário.

O material cerâmico datante que compõe o conjunto funerário em análise inclui ainda um exemplar uma taça de paredes finas da forma Mayet XLIII (MAYET, 1975, p. 101-102, Pl. LXIII, nºs 523 e 527) (pf-12), cujas características da pasta (subgrupo 1-b) e os vestígios da típica decoração de guilhoché aplicada na parte superior do bojo, nos levam a sugerir um fabrico comum ao da peça pf-8 (sepultura 14), com paralelos identificados em Mérida (MAYET, 1975, p. 101-103, Pl. LXIII-LXV), nas necrópoles alto-



alentejanas [VIANA & DEUS, 1955c, p. 59, Fig.s 16 e 18, nºs 7, 43 e 52; VIEGAS ET AL., 1981, p. 152, Est. XXVIII, E 1.3.1 (3)], e em Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 34-35, Pl. VII, nº 56). A cronologia da forma em questão remete-nos para a segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99), ou mais especificamente para o período entre Tibério-Cláudio e inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143). O padrão decorativo aponta para um âmbito cronológico de Cláudio a Flávios (NOLEN, 1976, p. 196).

Do conjunto de cerâmica comum atribuído ao contexto da sepultura 16 consta uma tigela do nosso tipo II-a (cc-42), um fragmento de pote (cc-41) cujas características e estado de conservação impossibilitaram a respectiva classificação tipológica e a decorrente integração numa das categorias morfológico-funcionais definidas, e ainda um conjunto de fragmentos de recipiente com forma indeterminada (cc-43). Assim sendo, das formas identificadas apenas nos é seguro concluir uma cronologia de fabrico/ utilização da segunda metade do séc. I d.C. até inícios do séc. II para as tigelas do nosso tipo II-a, com base nos paralelos identificados e nos materiais datantes tendencialmente associados aos exemplares desta forma.

O espólio atribuído à sepultura 16 conta com uma única peça de vidro – um jarro, incompleto e fragmentado, identificado ao longo do presente trabalho como vi-20. Em virtude da não identificação de uma classificação tipológica precisa, baseamo-nos nos paralelos identificados na colecção do Museu Municipal de Elvas (ALARCÃO, 1968, p. 27, Est. III, nº 45) e no espólio da necrópole de Valdoça (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 57-58, Est. XIV, sep. 198, nº 3) para enquadrar a peça em questão na categoria dos jarros de bojo esférico decorados com fios de vidro enrolados em espiral da base até ao colo e que, não obstante ligeiras variações de formas, podem datar-se da segunda metade ou finais do séc. I d.C. a inícios/segunda metade do séc. II, época em que se terá vulgarizado a decoração pela aplicação de fio de vidro enrolado em espiral (ALARCÃO, 1968, p. 27).

Considerando o espólio que compõe o conjunto funerário em análise, e em especial as cronologias definidas pelos materiais datantes e pelos paralelos identificados, propomos para o contexto da sepultura 16 uma cronologia de finais do séc. I d.C. – inícios do séc. II. À semelhança do que se verifica para a sepultura 15, o âmbito cronológico proposto para a sepultura 16 baseia-se, por um lado, nos inícios da produção hispânica da forma Draggendorf 46 e da sua associação à forma Draggendorf 17 (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 189), e, por outro, na presença de exemplares de cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLIII, produzida até finais do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99) ou inícios do séc. II (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143).

***Terminus post quem proposto:*** último quartel do séc. I d.C.

***Terminus ante quem proposto:*** inícios do séc. II d.C.

**SEPULTURA 17**

(cc-44, vi-21)

O material cerâmico fornecido pelo contexto da sepultura 17 da necrópole da Rouca resume-se a uma bilha de cerâmica comum do nosso tipo III-a (cc-44). Tendo em conta os paralelos identificados e o restante espólio que integra o conjunto funerário da sepultura em estudo, sugere-se para esta forma uma cronologia de fabrico/ utilização da segunda metade do séc. I d.C. até ao séc. II ou mais tarde, de acordo com o *terminus ante quem* proposto por Nolen (1995-1997, p. 368).

O restante espólio atribuído à sepultura 17 corresponde a um unguentário de vidro da forma Isings 7 (ISINGS, 1957, p. 23) (vi-21). O perfil carenado do reservatório do unguentário em questão remete-nos para uma tipologia documentada em contextos do séc. I e II d.C., mas cujo fabrico Isings considera que deve circunscrever-se ao período de Nero – Vespasiano (ISINGS, 1957, p. 23). Os únicos paralelos formais identificados para vi-21 correspondem a espólio vítreo de Torre de Ares, datável da primeira metade do séc. I d.C. (NOLEN, 1994, p. 1994, p. 188 e 231, est. 35, vi-1 e vi-2).

Considerando os materiais que compõem o conjunto funerário em análise, e em particular a cronologia definida pelo espólio vítreo, propomos para o contexto da sepultura 17 uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C..

***Terminus post quem* proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

***Terminus ante quem* proposto:** finais do séc. I d.C.

**SEPULTURA 18**

(lu-1, cc-45, cc-46, cc-47, cc-48, cc-49; mt-11, mo-16)

O espólio cerâmico da sepultura 18 inclui como único material datante uma lucerna (lu-1), fragmentada e incompleta, da qual se conserva parte do *infundibulum*, do *margo* e *discus*, e parte do *rostrum*. O acentuado desgaste da peça dificulta a identificação rigorosa da respectiva tipologia, e inevitavelmente compromete inferências de ordem cronológica. De acordo com a nossa observação da peça, e com os paralelos mais aproximados (ALARCÃO, 1974, p. 29-30, Est. VI, Est.s VI e VII, sep.s 27 e 20, nºs 2 e 1; ALARCÃO, 1994, p. 121-122, nº 361.4; ALARCÃO ET AL., 1976, p. 99 e 101, Pl. XXVI, nº 61), sugere-se uma provável identificação com as lucernas cureiformes de tipo Dressel-Lamboglia 27 ou 28/ Deneauve VIIIA ou VIIIB, atribuíveis a contextos de finais do séc. I/ séc. II a inícios do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 427), ainda que o precário estado de conservação de lu-1 não permita mais do que uma aparente identificação de duas linhas curvas, muito desgastadas e quase imperceptíveis, delimitando a separação entre o corpo e o bico. O aspecto extremamente erodido das superfícies da lucerna também não permite determinar uma eventual aplicação de engobe, e impossibilita a identificação de decoração no disco. Apesar de tudo, parece-nos ser possível distinguir decoração com mamilos na orla, motivo decorativo para o qual encontramos os melhores paralelos em lucernas de tipo Loeschcke VIII, provenientes de Sevilha e datáveis da segunda metade do séc. I – meados do séc. III

d.C. (LÓPEZ RODRÍGUEZ, 1981, p. 112-116, Lam.s XI-XIII), e em lucernas provenientes da necrópole de Torre de Arcas (VIANA & DEUS, 1955b, p. 258 e 260, Figs. 5 e 6, nºs 41 e 30). De acordo com Alarcão & Ponte, estas últimas correspondem a exemplares tardios com bico em forma de coração, coincidentes com as formas Dressel-Lamboglia 30-A/ Deneauve VIII B, que apresentam “a pesada decoração de rosetas e cachos de uvas”, típica de finais do séc. II e do séc. III, e para as quais se defende um eventual fabrico local/regional (1976, p. 76 e 83, Est.s II e III, nºs 21 e 18). Tendo em conta as características do fabrico de lu-1 considera-se verosímil a hipótese de uma eventual origem em olarias emeritenses e, em função dos paralelos identificados, uma provável identificação com as lucernas cureiformes produzidas de finais do séc. II/ séc. III a inícios do séc. III d.C..

O restante material cerâmico que compõe o conjunto funerário da sepultura 18 corresponde a cerâmica comum. Dispomos assim de um jarrinho/a ou frasquinho do nosso tipo I (cc-45), um púcaro de bojo troncocónico enquadrável no nosso tipo II (cc-46), uma tigela do nosso tipo II-a (cc-48), um prato correspondente ao nosso tipo I-c (cc-49), e, por fim, uma bilha (cc-47) cujo precário estado de conservação impossibilitou a respectiva classificação tipológica e a decorrente associação a uma das categorias morfológico-funcionais definidas. De um modo geral, e atendendo aos paralelos identificados para as formas referidas (em particular as representadas pelas peças cc-45, cc-46, cc-49, e cc-47), podemos concluir estar perante um conjunto de formas comumente documentadas em contextos do séc. I d.C. (sobretudo a partir da segunda metade) ao séc. III. A peça cc-48 identifica-se com as nossas tigelas de tipo II-a, tendencialmente associadas a cronologias altas, da segunda metade do séc. I d.C. a inícios do séc. II. Dada a ambígua classificação formal do espólio datante proveniente da sepultura em análise, somos levados a colocar a hipótese desta peça poder corresponder a um exemplar tardio da forma que representa, e atestar assim a continuidade do seu fabrico até inícios/ meados do séc. III d.C..

De registar que o contexto da sepultura 18 terá fornecido ainda espólio metálico (fragmentos incaracterísticos) (mt-11) e material orgânico (amostra de sedimento incluindo carvões e fragmentos de ossos incinerados) (mo-16).

A ausência de uma classificação formal e datação seguras para o único espólio datante que integra o conjunto funerário em estudo (lu-1) compromete, não só a confirmação e apuramento das cronologias das formas de cerâmica comum que lhe estão associadas, como também a definição de um âmbito cronológico preciso para o contexto funerário em causa. Assim sendo, atendendo às características dos materiais disponíveis e aos respectivos paralelos identificados, apenas se nos afigura viável propor para o contexto da sepultura 18 uma cronologia genericamente compreendida entre os séc.s II e III d.C..

***Terminus post quem proposto:*** finais do séc. II/ inícios do séc. III d.C. (?)

***Terminus ante quem proposto:*** inícios/meados do séc. III d.C. (?)

#### **SEPULTURA 20**

**(mt-12, mo-17)**

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de espólio metálico (prego de ferro e respectivos fragmentos) (mt-12) e de material orgânico (carvões) (mo-17), atribuíveis ao contexto da sepultura 20.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 20, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

#### **SEPULTURA 21**

**(mo-18)**

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de material orgânico (carvões) (mo-18), atribuível ao contexto da sepultura 21.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 21, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

#### **SEPULTURA 22**

**(mt-13, mt-14, mt-15, mo-19)**

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de espólio metálico (prego e argolas de ferro) (mt-13 a mt-15) e de material orgânico (carvões e fragmentos de ossos incinerados) (mo-19), atribuíveis ao contexto da sepultura 22.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 22, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

#### **SEPULTURA 25**

**(mo-20)**

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de material orgânico (fragmentos de ossos incinerados) (mo-20), atribuível ao contexto da sepultura 25.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 25, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

## SEPULTURA 28

(mo-21)

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de material orgânico (carvões) (mo-21), atribuível ao contexto da sepultura 28.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão não são possíveis quaisquer inferências de ordem cronológica relativamente ao contexto da sepultura 28, pelo que apenas podemos sugerir um âmbito cronológico consentâneo com a diacronia geral de utilização da necrópole da Rouca.

## SEPULTURA 29

(ts-17, ts-18, ts-19, pf-13, cc-50, cc-51, cc-52, cc-53, cc-54, cc-55, vi-22; mt-16, mt-17, mo-22, mo-23)

A sepultura 29 da necrópole da Rouca corresponde a uma das sepulturas com maior quantidade de espólio atribuído, com um total de 15 itens identificados (incluindo metais e material orgânico).

Entre o conjunto de material datante que integra o espólio da sepultura 29 incluem-se três peças de *sigillata*, que documentam a produção hispânica das formas Draggendorf 27, 29 e 15/17 (ts-17, ts-18, e ts-19, respectivamente). A peça ts-17 corresponde a mais um exemplar da típica forma Draggendorf 27, produzida e amplamente difundida pelos centros oleiros hispânicos desde meados do séc. I d.C. ao séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 287). Apesar das limitações impostas à análise da peça pela intervenção de restauro a que esta foi sujeita, as características identificáveis da pasta, a textura granulosa do engobe, e as características formais de ts-17, apontam para um fabrico hispânico, com provável origem no centro oleiro de Tricio. O perfil da peça parece permitir enquadrá-la no segundo grupo definido por Mayet ao traçar a linha evolutiva desta forma (1984, p. 72), e no segundo ou terceiro grupos dos exemplares provenientes de Conímbriga, associados, grosso modo, a cronologias da segunda metade do séc. I – meados do séc. II d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 184, Pl.s XLIX e L). A marca de oleiro inscrita no fundo interno de ts-17 é actualmente ilegível, pelo que a hipótese apresentada quanto ao centro de fabrico da peça não é passível de confirmação. Surge associada a um prato da forma Draggendorf 15/17 (ts-19), compondo assim um dos «serviços» mais vulgarizados pelas olarias hispânicas a partir da segunda metade do séc. I d.C.. O prato ts-19 corresponde à variante mais antiga desta forma nas produções hispânicas – o pé de secção triangular, e a parede pouco esvasada e com moldurações externas aproximam a peça da Rouca dos modelos sudgálicos, e remetem-nos para uma cronologia de meados do séc. I d.C. (VIEGAS, 2003, p. 144). A peça em questão enquadra-se no primeiro grupo definido por Mayet (1984, p. 71), e encontra paralelos em exemplares datáveis de meados do séc. I d.C., provenientes de *Bracara Augusta* (MORAIS, 2004, vol. I, p. 287), e no primeiro grupo da forma Draggendorf 15/17 definido para Conímbriga (DELGADO ET AL., 1975, 183-184), e associado a cronologias da segunda metade do séc. I a inícios do séc. II d.C. (DELGADO ET AL., 1975, p. 183-184, Pl. XLVI). A ausência de marca de oleiro não nos permite confirmar, de forma inequívoca, a provável origem no centro oleiro de Tricio, mas a análise da pasta e engobe confirmam um fabrico hispânico.

Neste sentido, e tendo em conta que, por um lado, as características da pasta e engobe de ts-19 indiciam um fabrico hispânico, e que, por outro, as respectivas características formais aproximam a peça dos modelos sudgálicos, somos levados a considerar uma eventual aproximação às formas Draggendorf 15/17 produzidas pelos oleiros hispânicos “*precoces*” ASIATICVS e MATERNVS (SÁENZ PRECIADO, 2000, p. 284; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 75; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2008, p. 317, Fig. 3). Esta hipótese quanto à origem de fabrico de ts-19 apresenta contudo fragilidades que se prendem com o âmbito aparentemente circunscrito da difusão dos produtos destes oleiros, conforme indicia a área de dispersão dos achados conhecidos, concentrada fundamentalmente na região tarraconense (SÁENZ PRECIADO, 2000, p. 289-290). Neste sentido não podemos deixar de reconhecer as limitações da análise macroscópica das pastas enquanto critério basilar para a identificação da proveniência das peças, e as limitações da tendência para, em virtude do actual estado dos conhecimentos sobre produções locais e regionais, se atribuir a generalidade das *sigillatas* hispânicas aos grandes centros do Vale do Ebro ou Andújar (SILVA, 2005, p. 213).

À sepultura 29 encontra-se atribuído o único exemplar de *sigillata* com decoração moldada que consta da Col. MNA O156. Trata-se de um exemplar da forma Draggendorf 29 (ts-18), de produção hispânica (Tricio), conforme atestam as características formais e de fabrico da peça, bem os motivos decorativos representados. A composição metopada que decora o bojo de ts-18 encontra-se distribuída por dois frisos, cada qual composto por nove painéis, delimitados vertical e horizontalmente por linhas de ângulos, e separados por séries de linhas onduladas verticais. Os painéis que compõem o friso da zona média inferior do corpo apresentam como motivo central círculos concêntricos, estilo que se vulgarizou tendencialmente a partir de finais do séc. I – séc. II d.C. (ROCA ROUMENS, 2005, p. 192). Na zona média superior do corpo, o friso é composto por painéis ocupados por uma cena figurativa: aparentemente trata-se da representação de uma figura antropomórfica, de braços erguidos, enquadrada por uma arcaria e galões. A ausência de marca de oleiro e a não identificação de paralelos exactos para a composição decorativa de ts-18 não nos permitiram identificar o fabricante da peça em questão. Contudo, atendendo à relevância dos produtos do oleiro hispânico *MICCIO* entre o conjunto de *sigillata* da Rouca, e considerando que o reportório deste oleiro integra composições metopadas de grande riqueza decorativa, incluindo temas cénicos (ALMAGRO BASCH & CABALLERO ZOREDA, 1968-1972, p. 539; ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 192), não podemos deixar de colocar a hipótese de ts-18 poder corresponder a mais um produto deste oleiro de Tricio. A cronologia do fabrico hispânico da forma Draggendorf 29, circunscrita a meados do séc. I d.C (sensivelmente 40/50 – 70/80 d.C.) (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 288), e o estilo metopado da decoração parecem colocar-nos perante um dos exemplares de *sigillata* com cronologia mais alta entre a amostra estudada.

No que respeita à única peça de cerâmica de paredes finas atribuída ao contexto da sepultura 29 (pf-13), o precário estado de conservação desta (devido em grande parte à intervenção de restauro e reconstituição de forma a que foi submetida) condicionou o respectivo estudo e classificação formal. Ainda assim, e atendendo aos paralelos identificados (NOLEN, 1976-1977, p. 443, Est. II, nº 22; NOLEN,

1994, p. 54, Est. 9, pf-18 e pf-19; ALARCÃO ET AL., 1976, p. 30 e 32, Pl. VI, nºs 37 e 38; RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b, p. 13-14, Fig. 3, nº 4), considera-se viável uma correspondência com a forma Mayet XXXVIII B, produzida pelo centro oleiro da Bética (MAYET, 1975, p. 73 e 81, Pl. XLIII) e geralmente associada a uma cronologia de Tibério-Cláudio a Flávios, ou até mesmo a inícios do séc. II (MAYET, 1975, p. 73; RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996c, p. 13-14). As características da pasta utilizada no fabrico de pf-13, genericamente semelhantes às do subgrupo 1-b mas distinguindo-se deste pela aparente ausência de partículas de cerâmica moída como desengordurante, parecem reforçar a ideia de uma provável origem bética. A decoração da parte superior do bojo com fiadas horizontais de pérolas de barbotina remete-nos para um âmbito cronológico fundamentalmente da segunda metade do séc. I d.C. (Cláudio – Flávios) (MAYET, 1975, p. 79; ALARCÃO ET AL., 1976, p. 28).

O conjunto de cerâmica comum atribuído ao contexto da sepultura 29 inclui, para além de um conjunto de fragmentos de recipiente com forma indeterminada (cc-55), três bilhas – duas delas, completas, do nosso tipo IV (cc-50 e cc-51), e uma terceira, fragmentada e incompleta, enquadrável no nosso tipo I (cc-52); um potinho do nosso tipo I (cc-53), correspondente aos designados «potinhos alentejanos»; e uma tigela do nosso tipo II-b (cc-54). De um modo geral, e no que se refere às cronologias de fabrico/ utilização das formas representadas, estamos perante um conjunto bastante homogéneo que, de acordo com os paralelos identificados e com o espólio datante associado, nos remete fundamentalmente para um âmbito cronológico da segunda metade do séc. I d.C., eventualmente extensível a inícios da centúria seguinte.

O espólio atribuído à sepultura 29 inclui somente uma peça de vidro (vi-22) que, apesar de fragmentada e incompleta, se identificou como um exemplar da forma Isings 34 (ISINGS, 1957, p. 48-49). Trata-se de uma forma simples com uma ampla diacronia de fabrico/utilização (séc. I d.C. – séc. IV), para a qual, no caso particular de vi-22, e atendendo ao restante espólio datante atribuído ao mesmo contexto de sepultura, se sugere uma cronologia da segunda metade a finais do séc. I d.C..

Por fim, registe-se que o contexto da sepultura 29 terá fornecido ainda espólio metálico (pregos de ferro e respectivos fragmentos) (mt-16 e mt-17), e material orgânico (amostras de terra concrecionada) (mo-22 e mo-23).

Considerando o espólio cerâmico e vítreo que compõe o conjunto funerário em análise, e em particular as cronologias definidas pelos materiais datantes, propomos para o contexto da sepultura 29 uma cronologia circunscrita à segunda metade do séc. I d.C. (50 – 70/80 d.C.). O âmbito cronológico proposto baseia-se, por um lado, na presença do copo de vidro da forma Isings 34, produzida a partir da segunda metade do séc. I d.C.; e, por outro lado, na associação com a forma de *sigillata* hispânica Draggendorf 29 e com a forma Mayet XXXVIII B de cerâmica de paredes finas, cujos fabricos não se terão prolongado para além de 70/80 d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999, p. 288) e finais do período flaviano (MAYET, 1975, p. 73), respectivamente.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C.

**Terminus ante quem proposto:** finais do séc. I d.C. (70/80)

**SEPULTURA 30****(ts-20, cc-56, cc-57, cc-58, vi-23)**

De acordo com a informação contida em Inventário Geral (MNA), o espólio da sepultura 30 seria apenas composto por quatro exemplares de material cerâmico (um exemplar de *sigillata* e três peças de cerâmica comum) e um recipiente de vidro.

No que diz respeito à *sigillata*, dispomos de um exemplar de *sigillata* clara A (ts-20), correspondente às formas Hayes 30 ou Hayes 32, de fabrico A/D, remetendo-nos assim para uma cronologia da primeira metade do séc. III d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 236). A peça em questão apresenta um grafito inscrito (pós-cozedura) na base – trata-se de um aparente motivo cruciforme ou numeral, passível de ser interpretado, à semelhança de exemplos anteriores, como provável marca de posse. A presença desta peça entre o espólio da Rouca impõe a consideração de dois aspectos fundamentais – por um lado, e atendendo a uma possível identificação com a forma Hayes 30, o facto de se tratar de uma tipologia escassamente documentada no Mediterrâneo Ocidental e Oriental (CARANDINI, 1985, p. 55, Tav. XXIV, nº 6); por outro lado, a significativa ocorrência deste tipo de produto cerâmico no contexto geral de uma necrópole cuja grande maioria dos materiais nos remete para o período alto-imperial. Em relação a este último aspecto, e observando o restante espólio atribuído à sepultura 30, verificamos estar perante um conjunto funerário particular que, à semelhança do que se verifica para as sepulturas 6 e 34, se distingue dos demais estudados, e parece apontar para outros horizontes cronológicos (se não também culturais).

Exemplo deste particularismo parece ser o pote do nosso tipo I (cc-57) que integra o conjunto de cerâmica comum atribuído ao contexto da sepultura em estudo. Trata-se de uma forma para a qual não se identificaram paralelos exactos, mas que parece conciliar uma aproximação formal à cerâmica de tradição indígena e uma continuidade de fabrico durante os séc.s II e III d.C. (Cfr. Capítulo IV.1.2). Para além de cc-57, o conjunto de cerâmica comum da sepultura 30 inclui ainda uma tigela correspondente ao nosso tipo I (cc-57), e um prato do nosso tipo I-b (cc-58). De acordo com os paralelos identificados, constata-se que as formas de cerâmica comum documentadas no contexto em análise estão associadas a amplas diacronias de fabrico/ utilização, compreendidas, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. (no caso das formas representadas pelas peças cc-56 e cc-58) ou séc. II (no caso de cc-57) e, pelo menos, meados ou segunda metade do séc. III (conforme o atesta a associação ao exemplar de *sigillata* clara).

O único recipiente de vidro que compõe o espólio da sepultura 30 da necrópole da Rouca (vi-23) encontra-se actualmente fragmentado e incompleto. Apesar do estado incompleto da peça em questão parece poder confirmar-se, com relativa segurança, uma identificação com a forma Isings 32, e com o respectivo âmbito cronológico (segunda metade do séc. I d.C. – séc. III/IV) (ISINGS, 1957, p. 46-47). O copo vi-23, de perfil globular e corpo decorado com depressões ovaladas, encontra os seus melhores paralelos formais numa peça proveniente de Torre de Ares (NOLEN, 1994, 173, 190, e 231, Est. 36, vi-25) e num exemplar da colecção do *The Corning Museum of Glass* (WHITEHOUSE, 2001, p. 112, nº



172), ambos datáveis da segunda metade do séc. I d.C. – séc. III. Atendendo ao contexto de achado da peça, e ao material datante que lhe terá estado associado, sugere-se para vi-23 uma cronologia da primeira metade do séc. III d.C..

Considerando a totalidade do espólio que compõe o conjunto funerário em estudo, e em especial o âmbito cronológico definido pelos materiais datantes, somos levados a sugerir para o contexto da sepultura 30 uma cronologia da primeira metade do séc. III d.C..

**Terminus post quem proposto:** inícios do séc. III d.C.

**Terminus ante quem proposto:** primeira metade do séc. III d.C.

#### SEPULTURA 32

(cc-59, cc-60, vi-24)

Em função da nossa consulta do Inventário Geral (MNA) e dos materiais identificados na Col. MNA 0156, o espólio da sepultura 32 parece ser exclusivamente constituído por cerâmica comum. Dispomos assim de um pote do nosso tipo II (cc-59) que, em função dos paralelos identificados, parece ter correspondido a uma forma de larga difusão e com uma ampla cronologia de fabrico/ utilização, extensível da segunda metade do séc. I d.C. ao séc. III (inclusive). Dispomos igualmente de um potinho, enquadrável na categoria genérica de potes de perfil ovóide (tipo II), e cujo precário estado de conservação não permitiu uma classificação tipológica mais precisa, pelo que se sugere para a forma em questão uma cronologia comum à proposta para a peça cc-59, consentânea aliás com a cronologia genericamente definida para os potes de perfil ovóide da cerâmica comum alto-alentejana (NOLEN, 1995-1997, p. 372).

Atendendo ao espólio disponível, e conscientes das limitações do respectivo valor informativo na ausência de outros materiais que nos permitam afinar cronologias, resta-nos conceber para o contexto da sepultura 32 um âmbito cronológico genericamente compreendido entre a segunda metade do séc. I d.C. e meados/ finais do séc. III, definido em função da diacronia de fabrico/ utilização proposta para as formas de cerâmica comum documentadas.

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C. (?)

**Terminus ante quem proposto:** meados/ finais do séc. III d.C. (?)

#### SEPULTURA 33

(lu-2, cc-61, cc-62, cc-63, cc-64, cc-65, cc-66, vi-24, vi-25, vi-26)

O espólio da sepultura 33 inclui, como único material cerâmico datante, uma lucerna (lu-2), fragmentada e incompleta, da qual se dispõe apenas de parte das paredes do *infundibulum*, do *margo* e do *rostrum*, e da quase totalidade do *discus*. À semelhança do que se verifica com lu-1 (sep. 18), o precário estado de conservação da peça compromete o respectivo estudo tipológico, e eventuais inferências de ordem cronológica. Não obstante tais limitações, e de acordo com os paralelos mais aproximados identificados (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, p. 79-80, Est. XXV, sep. 349; ALARCÃO & PONTE, 1976, p. 80, Est.s I e

VII, nº 6; CABRAL, 1976-1977, p. 457, Est. II, nº 1), propomos uma possível identificação com as lucernas de volutas, de bico arredondado, orla estreita e horizontal, e disco decorado, de tipo Dressel 11/ Deneauve VA, ou com as variantes asadas de tipos Dressel 14 ou 15/ Deneauve VD, atribuíveis, grosso modo, à segunda metade do séc. I d.C. (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 441). Em termos iconográficos, a decoração do disco de lu-2 parece encontrar correspondência nas representações da deusa Vitória alada, de face, e com os pés apoiados sobre *orbis*, motivo decorativo especialmente difundido ao longo dos séc.s I e II d.C. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 217; PEREIRA, 2008, p. 85), e com inúmeros paralelos documentados, designadamente em Torre das Arcas (ALARCÃO & PONTE, 1976, p. 84 e 87, Est.s IV e VI, nºs 24 e 40), Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 97, Pl. XXIV, nº 30), Torre de Águila (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2005, p. 42-43, Fig. 5, nº 35), Mérida (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996b, p. 90-93, Fig. 17, nºs 10 e 11; 2002, p. 75-76, Fig. VII, nº 98) ou Sevilha (LÓPEZ RODRÍGUEZ, 1981, p. 107 e 109, Lam.s IV e VII, nºs 46-48 e 71). As aparentes semelhanças (a nível formal e iconográfico) entre a peça da Rouca e lucernas provenientes das sepulturas 36 e 41 de Torre das Arcas, caracterizadas como “*lucernas com bico arredondado mal definido e delimitado ou não por uma linha curva*” (ALARCÃO & PONTE, 1976, p. 77 e 84, nºs 23 e 24, Est. IV), remetem-nos para uma aproximação aos tipos Deneauve VIII C e Dressel-Lamboglia 28-A/ 28-B e 30-B, e consequentemente para uma cronologia do séc. III d.C.. Porém, tendo em atenção as características de lu-2, o conjunto do espólio atribuído à necrópole em estudo, e em particular a cronologia dos materiais provenientes da sepultura 33, encaramos com algumas reservas a atribuição de uma datação tão tardia para esta peça, e consideramos mais verosímil a hipótese de se tratar de um produto da segunda metade do séc. I d.C. – inícios do séc. II, cujo fabrico parece ter tido uma origem comum à das paredes finas emeritenses.

O conjunto de cerâmica comum proveniente da sepultura 33 inclui dois púcaros do nosso tipo II (cc-61 e cc-62), um pote correspondente ao nosso tipo II-a (cc-63), uma garrafa do nosso tipo I (cc-64), uma tigela do nosso tipo III-a – semelhante à forma Draggendorf 35 (cc-65), e um prato enquadrável no nosso tipo I-a (cc-66). Trata-se de um conjunto de formas variadas que nos remetem, de um modo geral, para uma cronologia de fabrico/ utilização desde a segunda metade do séc. I d.C. (em especial a partir do período flaviano) até ao séc. III, inclusive. Apenas no caso das formas representadas pelas peças cc-65 e cc-66 se parece verificar, em função dos paralelos conhecidos, um *terminus ante quem* de meados do séc. II d.C.. De registar que o pote cc-61 apresenta um aparente grafito nominal inscrito (pós-cozedura) na superfície externa da zona média inferior do bojo – [---] IYIIIA (?), associado a duas linhas grafitadas, horizontais e sensivelmente paralelas. Apesar das dificuldades na leitura e interpretação do grafito em questão considera-se verosímil a sua interpretação como marca de posse.

O espólio da sepultura 33 é ainda composto por peças de vidro, identificadas ao longo do presente trabalho como vi-24, vi-25, e vi-26, e cujo precário estado de conservação compromete irremediavelmente o respectivo estudo. Em relação a vi-24, o perfil reconstituído a partir dos fragmentos disponíveis permitiu apenas uma identificação formal com os copos cilíndricos com decoração com fios de vidro documentados em contextos do séc. III d.C. em Verulamium, Shakenoak ou Karanis (NOLEN, 1988, p. 23). Os paralelos mais aproximados para esta peça parecem corresponder a exemplares

datáveis dos séc.s II-III d.C. de Conímbriga (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 186 e 190, Pl. XL e XLI, nºs 171, e 173-176), e a dois copos cilíndricos, de proveniência desconhecida, documentados por Barkóczi, e atribuídos a finais do séc. I – séc. II e ao séc. III d.C. (BARKÓCZI, 1996, p. 33, Taf. V, nºs 46 e 47). Questionamo-nos se vi-24 encontraria também correspondência nas bases ápodas e ligeiramente côncavas dos dois últimos paralelos citados (BARKÓCZI, 1996), ou se, pelo contrário, apresentaria um pé anelar ou com esfera, aproximando-se assim dos tipos Isings 85 e 86, respectivamente (ISINGS, 1957, p. 101-103). De um modo geral, e atendendo aos paralelos identificados, sugere-se para a forma de vi-24 uma cronologia de meados do séc. I d.C. – séc. III. A peça identificada como vi-25 corresponde a um parco conjunto de fragmentos de base e corpo de um recipiente cuja forma não foi passível de reconstituição ou identificação segura. A escassez de fragmentos disponíveis, bem como o seu perfil incaracterístico, mais não permitem do que uma eventual aproximação às taças de tipo Isings 42 (ISINGS, 1957, p. 58-59), com base no paralelo mais aproximado identificado entre o espólio vítreo de São Cucufate (NOLEN, 1988, p. 18 e 27, Est. I, nº 26). A impossibilidade de confirmação da hipótese apresentada impõe que esta seja considerada com as devidas reservas, tal como a proposta para uma eventual datação da segunda metade do séc. I d.C. a finais do séc. II/ inícios do séc. III. O conjunto de fragmentos incaracterísticos designado como vi-26 não possibilitou a identificação da forma da peça original.

A ausência de uma classificação formal e datação seguras para o espólio potencialmente datante que integra o conjunto funerário em estudo (lu-2, vi-24 e vi-25) compromete, não só a confirmação e apuramento das cronologias das formas de cerâmica comum que lhe estão associadas, como também a definição de um âmbito cronológico preciso para o contexto funerário em causa. Assim sendo, atendendo às características dos materiais disponíveis e aos paralelos documentados, e considerando verosímil uma eventual aproximação de lu-2 às formas Dressel-Lamboglia 11 ou Dressel-Lamboglia 14/15, propomos para o contexto da sepultura 33 da necrópole da Rouca uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C., e eventualmente inícios do séc. II. A confirmar-se a classificação tipológica proposta para lu-2, ponderar-se-ia a possibilidade do âmbito cronológico desta sepultura se circunscrever fundamentalmente ao segundo e terceiro quartéis do séc. I d.C., de acordo com as cronologias propostas para o fabrico das formas Dressel- Lamboglia 11 e Dressel-Lamboglia 14/15 (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 441).

**Terminus post quem proposto:** segunda metade do séc. I d.C. (?)

**Terminus ante quem proposto:** finais do séc. I d.C./ inícios do séc. II (?)

#### SEPULTURA 34

(ts-21, cc-67, cc-68, cc-69; mt-18, mt-19)

Do espólio da sepultura 34 consta um prato de *sigillata* clara C (ts-21). Apesar de bastante incompleto, o perfil rectilíneo e esvasado das paredes e o bordo ligeiramente biselado do fragmento disponível sugerem-nos a forma Hayes 50, e as características de fabrico permitem associá-lo à produção C2 deste

tipo de cerâmica (ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 237; QUARESMA, 1999, p. 144-148). Atendendo às características morfológicas e ao fabrico cuidado de ts-21 propõe-se uma identificação com a variante A desta forma, tendencialmente associada a uma cronologia entre 230/240 e 325/350 d.C. (HAYES *apud* VIEGAS, 2003, p. 173, ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA, 2005, p. 239).

O restante material cerâmico atribuído à sepultura 14 corresponde a cerâmica comum e é composto por um prato enquadável no nosso tipo III (cc-67), e por dois conjuntos de fragmentos de recipientes com formas indeterminadas (cc-68 e cc-69). Relativamente a cc-67, importa referir que o precário estado de conservação do fragmento disponível condiciona a respectiva classificação formal e tipológica. A confirmar-se a respectiva identificação com os pratos do nosso tipo III, e atendendo aos paralelos conhecidos e ao espólio datante associado a este exemplar, estaríamos perante uma forma produzida desde a segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, meados do séc. III.

Por fim, registe-se que o contexto da sepultura 34 terá fornecido ainda espólio metálico (fragmentos de ferro incaracterísticos) (mt-18 e mt-19).

Considerando a totalidade do espólio que compõe o conjunto funerário em estudo, e em especial o âmbito cronológico definido pelo único material datante (ts-21), resta-nos conceber para o contexto da sepultura 34 um âmbito cronológico genericamente compreendido entre meados do séc. III d.C. e meados da centúria seguinte, consentâneo com a cronologia de fabrico atribuída à forma de *sigillata* clara C documentada. A ausência de outro espólio datante que nos permita afinar cronologias obriga-nos a esta proposta genérica; no entanto, e considerando a cronologia definida por outros conjuntos funerários da necrópole da Rouca (designadamente os das sepulturas 6 e 30), não podemos deixar de sugerir a possibilidade do *terminus ante quem* deste contexto não se prolongar para além de meados ou segunda metade do séc. III d.C..

***Terminus post quem* proposto:** 230/ 240 d.C.

***Terminus ante quem* proposto:** 325/350 d.C. (?)

## SEPULTURA 35

(cc-70, vi-27)

Em função da nossa consulta do Inventário Geral (MNA) e dos materiais identificados na Col. MNA 0156, o espólio da sepultura 35 parece ser exclusivamente constituído por cerâmica comum e material vítreo.

O material cerâmico atribuído ao contexto da sepultura 35 resume-se a um fragmento de prato enquadável no nosso tipo III (cc-70). Trata-se de uma forma que parece ter tido uma ampla diacronia de fabrico/ utilização, extensível desde a segunda metade do séc. I d.C. até, pelo menos, meados do séc. III.

O espólio vítreo proveniente da sepultura em estudo corresponde a um conjunto de fragmentos de vidro (vi-27) que, após a nossa observação dos materiais, se pôde concluir pertencerem a uma mesma peça, com forma de prato. O perfil reconstituído de vi-27, com pé anelar e corpo esvasado, parece encontrar correspondência na forma Isings 47 (ISINGS, 1957, p. 62), como testemunham os paralelos mais

aproximados identificados para a peça da Rouca (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 172-174 e 181, Pl. XXXVIII, n.ºs 110 e 112-115; CRUZ, 2009, vol. II, p. 53-54 e 137-138). De um modo geral, trata-se de uma forma típica da segunda metade do séc. I d. C. (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 174), mas com exemplares documentados ao longo do séc. II e, eventualmente, inícios do séc. III (ISINGS, 1957, p. 62). No caso de vi-27, tendo por base os paralelos identificados e as características da própria peça (o vidro incolor e o bordo engrossado ao fogo), somos levados a propor um horizonte cronológico de finais do séc. I d.C. – séc. II.

Considerando o espólio cerâmico e vítreo que compõe o conjunto funerário em análise, e em especial a cronologia proposta para o fabrico de vi-27, sugerimos para o contexto da sepultura 35 um âmbito cronológico genericamente compreendido entre finais do séc. I d.C. e o séc. II, inclusive. A ausência de outro espólio potencialmente datante, para além de vi-27, não nos permite definir com segurança o *terminus ante quem* deste contexto; todavia, tendo em conta a cronologia alto imperial definida pela maioria dos conjuntos funerários da Rouca, bem como a presença bastante comum da forma Isings 47 em contextos datáveis da segunda metade do séc. I d.C. (ALARCÃO ET AL., 1976, p. 174), sugerimos para a sepultura 35 uma cronologia não posterior a inícios do séc. II d.C..

***Terminus post quem proposto:*** finais do séc. I d.C.

***Terminus ante quem proposto:*** séc. II d.C. (inícios) (?)

#### SEPULTURA 36

(mt-20, mt-21)

De acordo com informação contida em Inventário Geral (MNA) e com materiais identificados na Col. MNA 0156, dispomos apenas de espólio metálico (argola de chumbo e anel de sinete em ouro) (mt-20 e mt-21) atribuível ao contexto da sepultura 36.

Dada a natureza do conjunto funerário em questão, e não obstante o espólio metálico atribuído à necrópole da Rouca não constituir objecto de estudo do presente trabalho, não podemos deixar de fazer menção a informação que, a nosso ver se afigura relevante para eventuais inferências de ordem cronológica. É neste sentido que registamos que a morfologia de mt-21 nos parece remeter para as formas típicas dos anéis de sinete de mesa oval dos séc.s I e II d.C. (ALARCÃO, 1994, p. 45), reforçando assim a ideia de uma cronologia maioritariamente alto imperial para a utilização da necrópole da Rouca, e neste caso em particular, para o contexto da sepultura 36.

***Terminus post quem proposto:*** séc. I d.C. (?)

***Terminus ante quem proposto:*** séc. II d.C. (?)

### IV. 3. PLACAS FUNERÁRIAS

São provenientes da necrópole da Rouca duas placas funerárias – uma com inscrição (IRCP 454), e outra anepígrafa, ambas em mármore branco do tipo Estremoz/ Vila Viçosa. A primeira corresponde ao nº de inventário E 6338 (MNA), e a segunda ao nº de inventário E 6339 (MNA). As duas placas funerárias apresentam tipologia idêntica – moldura de gola directa – e parecem enquadrar-se, em termos morfológicos e textuais, no contexto da epigrafia funerária romana do termo do actual concelho de Elvas (ENCARNAÇÃO, 1998, p. 81).

Relativamente à placa epigrafada – **E 6338** – o acentuado desgaste do campo epigráfico coloca grandes dificuldades à leitura da inscrição. De acordo com Encarnação (1984, p. 535), o gentílico feminino *IVLIA* apresenta-se bem legível na primeira linha, ao contrário do restante texto da inscrição. Afigura-se verosímil tratar-se da identificação do *nomen* de um indivíduo do sexo feminino, para a qual Encarnação propõe *Quintilla* como hipotético *cognomen*. É de notar que a fórmula funerária parece figurar apenas na linha 4, pelo que, e em virtude do espaço restante, se coloca a possibilidade de estarmos perante o epitáfio de dois indivíduos. Assim sendo, e de acordo com a proposta apresentada pelo autor supracitado, seria plausível reservar a última linha para a indicação do dedicante. Pelo tipo de letra utilizado (monumental quadrado), e pelas características textuais – designadamente a ausência de invocação aos deuses Manes e a aparente simplicidade da estrutura textual – propõe-se uma cronologia do séc. I d.C.. A provável indicação do voto S. T. T. L. e a hipotética identificação do dedicante poderiam sugerir uma cronologia de meados do séc. I d.C.. Segundo Encarnação, “(...), idade, menção do dedicante e s.t.t.l. serão elementos que passaram a figurar nos epitáfios quase na mesma altura, equivalente a uma fase avançada de romanização” (1984, p. 814).

Relativamente a esta epígrafe parece-nos ainda relevante chamar a atenção para o facto de estarmos perante onomástica latina. Esta lápide evoca a memória de uma mulher da gens *IVLIA*, gentílico bastante bem documentado no território da antiga província da Lusitânia (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁBADA, 2003, p. 200-204), especialmente em meios recém-romanizados. De acordo com Encarnação, o avultado número de testemunhos deste *nomen* conhecidos no território abrangido pelo *conventus Pacensis* parece legitimar a ideia de que *Pax Iulia* e *Ebora Liberalitas* funcionaram “como centros de irradiação de famílias Júlias” (1984, p. 778). No caso da epígrafe da Rouca em particular, dada a proximidade e identificação com a realidade arqueológica de época romana do actual território de Elvas, não será despropositado pensar na relevância da forte presença de colonos nesta região e da influência exercida pela capital da província da Lusitânia. Em relação a este gentílico, e referindo-se à sua importante expressão em território de *Augusta Emerita*, Ramírez Sádaba defende que o predomínio deste *nomen* em relação a outros durante os séculos I e II d.C. é facilmente explicado por se tratar da gens do fundador da colónia; de acordo com este autor, “son, verosimilmente, los descendientes de las primeras oleadas de colonos que recibieron este nomen del propio Augusto” (1995, p. 273). Quanto ao provável *cognomen* latino *QVINTILLA*, este encontra-se documentado em cerca de 17 epígrafes do território peninsular (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁBADA, 2003, p. 275-276), três das quais (entre elas,

a placa funerária da Rouca) são provenientes do Alto Alentejo e Alentejo Central – Alandroal (IRCP 454: *Iulia Quint(ill)ia*), Estremoz (IRCP 470: *Arria Quintilla*), e Beja (IRCP 295: *Iulia Q. f. Quintilla Eborensis*). Tratando-se de uma região marcada pela implantação de colonos itálicos durante o período imperial, e onde se fez sentir a influência de importantes pólos de aculturação como *Emerita* ou *Ebora*, somos levados a ponderar duas hipóteses: por um lado, e tendo em conta o “*conservadurismo onomástico femenino*” definido por Albertos (*apud* GORROCHATEGUI CHURRUCA & VALLEJO RUIZ, 2003, p. 365), pensa-se na possibilidade de *Iulia Quintilla* se tratar de uma imigrante, ou descendente de imigrantes; por outro lado, coloca-se a hipótese (a nosso ver, mais fiável) de estarmos na presença de uma indígena romanizada, com o comum gentílico imperial *Iulius*. A confirmação ou refutação desta última hipótese, e a percepção de um maior ou menor à-vontade com os modelos culturais romanos, apenas seria possível a partir da bem sucedida leitura da epígrafe (designadamente através da identificação do patronímico e do modo de indicação da filiação).

No que diz respeito à outra placa funerária proveniente da necrópole da Rouca – **E 6339** – poucas são as informações passíveis de serem extraídas da sua análise. Como já foi referido, trata-se de uma placa morfológicamente semelhante à primeira – placa de mármore branco de tipo Estremoz/ Vila Viçosa, com o campo epigráfico limitado por moldura de gola directa. O mau estado de conservação da lápide não permite identificar qualquer inscrição, e Encarnação coloca mesmo em dúvida que a placa em questão alguma vez tenha sido epigrafada (1984, p. 535). Apesar da ausência de dados que nos permitam atribuir uma cronologia segura a esta placa e inferir sobre uma eventual contemporaneidade de utilização em relação à lápide inventariada com o nº E 6338, questionamo-nos se ambas as peças não poderão corresponder a produções de uma mesma oficina lapidar (em função das semelhanças tipológicas e das características da matéria-prima).

## V. A NECRÓPOLE DA ROUCA NA ANTIGUIDADE

### V. 1. TERRITÓRIO, MUNDO DA MORTE, EPIGRAFIA E SOCIEDADE

O presente capítulo resulta da necessidade de compreender o espaço da necrópole da Rouca como parte integrante de um território, de uma paisagem, não só natural mas também humana; em suma, da necessidade de compreender a integração da necrópole no mundo dos vivos.

#### TERRITÓRIO

Actualmente o **povoamento** na área envolvente do sítio da Rouca é um povoamento disperso, de feição rural, pontuado por pequenos e raros núcleos habitacionais. Atendendo à mutabilidade da dinâmica de ocupação do espaço, não podemos avaliar em que medida a realidade actual reflectirá ou não a realidade do povoamento antigo mas, tendo em conta as características da realidade arqueológica da Rouca e as evidências arqueológicas documentadas na área envolvente (CALADO, 1993), afigura-se-nos verosímil uma identificação com um *“quadro de povoamento romano disperso, de difícil caracterização pela ausência de dados mais concretos do ponto de vista tipológico ou cronológico. De marcada rusticidade, poderemos estar perante uma estrutura de tipo aldeia, com pequenos pontos ao longo de uma considerável extensão, ou em alternativa (...), perante núcleos muito secundários na periferia de uma villa situada em implantações mais propícias.”* (ENCARNAÇÃO ET AL., 2008, p. 89). Na *Carta Arqueológica do Alandroal*, a referência à necrópole da Rouca é complementada com a hipótese de existência de uma *villa*, com base nas referências que davam indicação do achado de mosaicos (CALADO, 1993, p. 37). De facto, do espólio atribuído à necrópole romana consta um fragmento de mosaico romano, identificado com o número de Inventário Geral (MNA) 15 750 (contentor 1404, volume 2). Todavia, e como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, as informações sobre as condições de escavação da necrópole da Rouca e da recolha dos materiais que lhe são atribuídos são muito escassas, o que nos suscita dúvidas quanto ao contexto de achado do fragmento de mosaico, e inevitavelmente quanto à interpretação da sua função ou significado. Dada a ausência de dados concretos e fiáveis, não consideramos credível que o mosaico possa ter pertencido à necrópole, e como tal omitimo-nos a quaisquer extrapolações, no âmbito de eventuais estratégias de povoamento, com base neste achado. De qualquer modo, não podemos deixar de colocar a hipótese da necrópole em estudo ter servido de espaço funerário ao agregado populacional de uma *villa* localizada nas suas imediações (facto que facilmente explicaria a diversidade e qualidade do espólio atribuído à necrópole, bem como a quantidade de enterramentos documentados), ou a um pequeno estabelecimento rural ou comunidade dispersa pela área envolvente do Monte da Rouca (a comprovar-se esta hipótese, seria verosímil considerar a possibilidade da área da necrópole não ter sido integralmente escavada em 1905, visto que facilmente se admitiria um maior número de enterramentos), tal como parece verificar-se, de um modo geral, para as necrópoles do Nordeste



Alentejano (FRADE & CAETANO, 1993, p. 849). De acordo com os dados disponíveis (CALADO, 1993, p. 36-38), os sítios com vestígios de ocupação romana localizados mais próximos da necrópole da Rouca correspondem ao «habitat» de Penedos Brancos e à *villa* de Chafariz dos Frades, mas em nenhum dos casos nos parece viável, à luz dos dados disponíveis, sugerir uma eventual articulação com o espaço funerário da Rouca. De acordo com informações orais colhidas junto dos actuais habitantes do Monte da Rouca (por ocasião da nossa visita ao local com o Dr. Manuel Calado), localizado sensivelmente a Nordeste do sítio da necrópole em estudo, o aparente achado de possíveis materiais de construção romanos durante a realização de trabalhos agrícolas deixa antever a possibilidade de ter existido no local uma eventual estrutura habitacional, possibilidade que a confirmar-se nos permitiria conceber uma eventual associação entre a comunidade que aí poderia ter habitado e o espaço funerário da Rouca.

No que respeita ao enquadramento administrativo do território onde se localizaria a necrópole em estudo, interessa-nos particularmente o contexto da Lusitânia, visto que o actual Nordeste Alentejano integraria a área da referida província. Mas, se por um lado, esta constatação não oferece dúvidas; por outro, o mesmo não se poderá dizer no se refere às áreas dos *conventus* e *civitates* que enquadrariam esta região. Relativamente à área de influência que integraria o território em análise importa atentar que, tal como refere A. Guerra, “os territórios do Nordeste Alentejano e da Estremadura Espanhola, situados na confrontação dos *conventus Emeritensis*, *Scallabitanus* e *Pacensis*, foram tradicionalmente atribuídos a determinada circunscrição jurídica mais de acordo com argumentos retirados da geografia política moderna, do que com dados próprios respeitantes ao período romano. Na prática, e com algumas excepções pontuais, a integração de algumas entidades em determinado *conventus* dependia fortemente do traçado das fronteiras actuais entre Portugal e Espanha (tomado como limite do *conventus Emeritensis*) e na linha definida pelo curso do rio Tejo (fronteira entre os *conventus Pacensis* e *Scallabitanus*)” (1996, p. 19). Na verdade, os limites dos *conventus* revelam-se ainda uma questão algo problemática – tende a considerar-se o rio Tejo como *limes* natural entre os *conventus Scallabitanus* e *Pacensis*, embora J. d’Encarnação, com base em fontes epigráficas, coloque a hipótese de tal fronteira ser definida pela Ribeira de Luceféct e pela estrada de Redondo-Terrugem (*apud* GUERRA, 1995, p. 126-127). A maior parte do concelho do Alandroal deverá ter pertencido ao território do *conventus Pacensis*, concebendo-se a fronteira com o *conventus Emeritensis* na faixa delimitada pela zona de Veiros (Estremoz), Vila Boim (Elvas) e Juromenha (Alandroal), com base na distribuição dos achados epigráficos com referências a indivíduos inscritos nas tribos Galéria ou Papíria (CALADO, 1993, p. 158; ALARCÃO, 1990d, p. 363). É igualmente com base nos dados fornecidos pela epigrafia funerária do Nordeste Alentejano que Alarcão sugere parte dos eventuais *termini* para as áreas de influência das *civitates* de *Ebora* e *Emerita*, propondo que uma parte oriental do actual Alentejo, designadamente em redor de Elvas, tenha de facto integrado o *territorium* da antiga capital da Lusitânia (1988, p. 48-49; 1999, p. 74). Esta ideia é reforçada por outros autores que defendem a zona de Borba-Estremoz como limite ocidental para o território de *Augusta Emerita* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, *apud* SÁNCHEZ BARRERO, 2000, p. 206). Atendendo aos limites genericamente conhecidos para as duas *civitates*, a região do Alandroal parece ocupar, tal como Vila Viçosa (ALARCÃO, 1990d, p. 363), uma posição muito fronteira, não

permitindo, à luz dos conhecimentos actuais, definir qual dos *agri* integraria. Assim, se por um lado, o achado, documentado em Vila Viçosa, de uma epígrafe referente a um cidadão da tribo *Galeria* nos leva a ponderar uma provável integração desta área em território de *Ebora Liberalitas Iulia* (IRCP 467; ALARCÃO, 1999, p. 74); por outro, ressalvando a ausência de confirmação dos *termini* propostos para as diferentes unidades administrativas, bem como as objecções colocadas à definição da fronteira do território emeritense com base na distribuição de inscrições de indivíduos inscritos na tribo *Papiria* (LE ROUX, 1999, p. 271), mas tendo em conta o posicionamento geográfico da necrópole da Rouca e as características do espólio que lhe é atribuído, não se nos afigura despiciendo considerar que esta possa ter integrado um território sob a influência directa de *Augusta Emerita*, tal como parece verificar-se no caso da *villa* de Quinta das Longas (ALMEIDA & CARVALHO, 2004, p. 382) ou das necrópoles elvenses. Neste âmbito não podemos esquecer que a exploração de **mármore**s nas pedreiras da região (Estremoz, Vila Viçosa, e neste caso em particular Pardais, pela maior proximidade geográfica com o sítio da Rouca), e a exploração de **recursos mineiros** (recorde-se, de um modo geral, a abundância de recursos cupríferos e ferruginosos na região do Alandroal) deverão certamente ter constituído aspectos fundamentais tidos em conta na definição dos territórios administrativos, na organização do povoamento e na distribuição das rotas económicas naquele território da antiga província da Lusitânia. Exemplo da importância estratégica destes recursos, desde pelo menos a época alto-imperial, é o conjunto escultórico proveniente do santuário de Endovélico de São Miguel da Mota (Alandroal), datável dos séc.s I-II d.C. e preliminarmente classificado como mármore da região de Estremoz/ Vila Viçosa (GUERRA ET AL., 2003, p. 461). Paralelamente há que atentar para o facto da região em estudo ser atravessada por uma das principais **vias** (a mais meridional) que estabeleciam a ligação entre *Olisipo* e *Augusta Emerita* – partia da margem sul do Tejo em direcção a *Caetobriga* e *Salacia*, para depois a partir de *Ebora* seguir para NE por Estremoz, percorrendo a Serra de Ossa pelo lado setentrional, e entrar na zona de Elvas, antes de chegar a território actualmente espanhol (ALARCÃO, 1988a, p. 98-99; CALADO, 1993, p. 158; MANTAS, 2004, p. 463-464). Esta via terá correspondido ao eixo fundamental da chamada “*rota dos mármore*s” que abasteceria desta matéria-prima a capital de província e que terá facilitado a difusão dos produtos, não só de fabrico emeritense, mas dos produtos de importação de um modo geral, entre as populações que habitaram aquele território do actual Alto-Alentejo à época romana (ALMEIDA & CARVALHO, 2004, p. 386-387). Tendo em conta a cronologia tardia (séc. III-IV d.C.) para a qual nos remetem os marcos miliários que documentam o percurso desta via (ALMEIDA & CARVALHO, 2004, p. 386-387), somos levados a considerar que num período anterior, o abastecimento da região poderá ter sido assegurado pela via mais antiga e setentrional, que fazia a ligação *Olisipo* – *Emerita* por *Scallabis* e *Ad Septem Aras*, e por uma rede de caminhos regionais ou eventuais estradas secundárias (*viae vicinales*) de acesso directo à capital da província, dada a proximidade geográfica. De assinalar ainda que Alarcão (1988a, p. 98) defende a existência de um ramal alternativo que, partindo da antiga *Ebora* e passando por Vilares (Alandroal), serviria o santuário de Endovélico e as pedreiras de mármore de Vila Viçosa.

## MUNDO DA MORTE (RITOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS)

A ausência de dados conhecidos sobre a escavação e recolha de material arqueológico da necrópole da Rouca coloca-nos, *a priori*, inúmeras dificuldades e limitações na caracterização deste espaço funerário. Assim, as informações disponíveis resumem-se a: “*No cemitério da Rouca (sec. I ou II) havia varias especies de sepulturas (orientação Norte-Sul): uma aberta inteiramente em rocha (lousa), outras abertas em rocha, mas completadas com paredes, outras feitas só de paredes (fiadas de pedras dispostas horizontalmente), outras formadas de lages verticaes; as tampas constavam de lages ou tegulas*” (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 371-372).

Desde logo nos questionamos se a descrição acima transcrita ilustraria a integralidade do espaço funerário da Rouca, e designadamente toda a variedade tipológica das tumulações que o compunham. No caso em estudo, o número de sepulturas conhecido (41) não poderá ser tomado como dado seguro ou servir de indicador da totalidade da população que utilizou esta necrópole, uma vez que se desconhece a real **extensão** da mesma e se o número de sepulturas presumivelmente escavadas corresponderia à totalidade dos enterramentos aí realizados. Para além disso, a ausência de registos conhecidos, impossibilita quaisquer inferências sobre a distribuição das sepulturas no espaço, dado que nos poderia elucidar sobre a existência de uma ou mais fases de utilização da necrópole, com base numa eventual diferenciação espacial dos enterramentos.

Tratando-se de uma **necrópole de incineração** (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 370), não podemos deixar de nos questionar se, aquando da escavação, ainda seriam identificáveis eventuais áreas de cremação (*ustrina*), à semelhança do registado em Chaminé, Horta das Pinas ou Padrãozinho (FRADE & CAETANO, 2004, p. 144). À luz dos dados disponíveis não nos é possível determinar qual a prática funerária predominante (ou exclusiva) na necrópole da Rouca: incineração secundária, com posterior recolha e deposição dos restos incinerados e espólio votivo em sepulturas mais ou menos estruturadas, como por exemplo em Lage do Ouro (FRADE & CAETANO, 1991) ou Padrãozinho (FRADE & CAETANO, 1993, p. 853-854); ou cremações *in bustum*, realizadas sobre os covachos onde posteriormente eram agrupados e depositados os restos incinerados, procedendo-se a um arranjo mais ou menos elaborado das tumulações, conforme documentado em Horta das Pinas (FRADE & CAETANO, 1993, p. 851-852). A quantidade abundante de pregos fornecida pelos conjuntos funerários da necrópole da Rouca, frequentemente associados a carvões de madeira, esquirolas de osso, e a material cerâmico ou vítreo com vestígios de terem sido sujeitos à acção do fogo, pode ser interpretada como indício de cremações *in situ* (FABIÃO ET AL., 1998, p. 214), mas a descrição das sepulturas feita pelo fundador do Museu Ethnológico Português (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 371-372) afigura-se mais consentânea com a prática de incinerações secundárias. Neste âmbito será ainda pertinente referir as duas **lápides funerárias** provenientes da necrópole em estudo. As respectivas condições de achado são-nos desconhecidas e a única informação de que dispomos resultou da consulta de alguns apontamentos manuscritos de J. Leite de Vasconcellos (Acervo Documental do MNA – Legado Pessoal de JLV, Informações e Achados por Proveniência: Caixa 5), e resume-se a uma brevíssima anotação do autor, na

qual, aludindo a outra necrópole de época romana, refere: “*lápides sepulcrais com inscrição romana / lápide serve de tampa como na Rouca*”. Em função deste apontamento somos levados a considerar a utilização ou reaproveitamento das placas funerárias como elementos de estruturação e tampas de sepulturas na necrópole da Rouca, à semelhança do registado na necrópole de inumação tardia de Herdade da Camuja (Elvas) (ABREU, 2002, p. 38-42; FRADE & CAETANO, 1993, p. 861). Perante esta possibilidade, algumas questões se impõem: por um lado, questiona-se se a existência de sepulturas estruturadas com lápides utilizadas como tampa, no espaço funerário da Rouca, se terá restringido às duas placas conhecidas, ou haveria outros enterramentos com as mesmas características; por outro lado, interrogamo-nos sobre as variáveis que terão justificado esta prática – de ordem meramente sócio-cultural e económica, ou também de ordem cronológica, e neste caso se este (re)aproveitamento terá estado eventualmente associado a um momento mais tardio da utilização da necrópole. No que se refere à orientação das sepulturas referida – (N/S) – esta encontra paralelos nas necrópoles de Padrãozinho, Serrones e Lage do Ouro (FRADE & CAETANO, 1993, p. 861-862).

Partindo do pressuposto de que a necrópole da Rouca terá estado exclusivamente associada à prática da incineração (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 370), há naturalmente que reconhecer que “*o ritual usado nos funerais e o tratamento dado aos restos da incineração (cinzas, ossos e carvões) condicionavam a construção e o arranjo das sepulturas*” (FRADE & CAETANO, 2004, p. 146). Neste sentido, a prática comum de recolha (mais ou menos selectiva) das cinzas e ossos e posterior colocação em urnas funerárias (associados ou não a oferendas fúnebres) não parece encontrar comprovação efectiva através do estudo do espólio atribuído às sepulturas da Rouca. Os potes de boca larga provenientes das sepulturas 32 e 33 (cc-59 e cc-63), com aparentes vestígios de exposição à acção do fogo, parecem conceber alguma verosimilhança a tal possibilidade, mas sem dados concretos que a confirmem. Esta prática encontra-se bem documentada no restante panorama das necrópoles alto alentejanas, no qual 10 a 15% das sepulturas deveriam apresentar urna (NOLEN, 1985, p. 130), e tende a estar associada a cronologias fundamentalmente do séc. I d.C. (FRADE & CAETANO, 1993, p. 864), conforme parece confirmar-se no caso das sepulturas da Rouca que forneceram os dois únicos exemplares de possíveis urnas funerárias. Tendo em conta que a maioria dos conjuntos funerários da necrópole em estudo nos parece remeter para cronologias da segunda metade do séc. I – inícios do séc. II d.C., não podemos deixar de nos questionar sobre esta aparente ausência de incinerações em urna e, conseqüentemente, de colocar a hipótese da utilização alto-imperial da necrópole remontar ao período final do séc. I d.C. (último quartel), período a partir do qual se verifica uma progressiva diminuição deste tipo de enterramentos no contexto das necrópoles alto-alentejanas (FRADE & CAETANO, 1993, p. 864) (um *terminus post quem* posterior a este período não se coaduna com a cronologia de alguns dos materiais mais significativos da necrópole da Rouca, designadamente a cerâmica de paredes finas e formas de *sigillata* hispânica, como por exemplo Draggendorf 29). Por outro lado, tendo em conta a persistência da prática da incineração durante o séc. III d.C. conforme documentada nas necrópoles elvenses e em Lage do Ouro (Crato) (ENCARNAÇÃO, 1991, p. 28), e considerando que “*as sepulturas de incineração em que os ossos, cinzas e carvões são guardados em covas de formas diversas, com ou sem revestimento das*

*paredes e do fundo e com ou sem tampa, são utilizadas no Nordeste Alentejano até aos inícios do séc. IV*” (FRADE & CAETANO, 1993, p. 369), não será difícil conceber a continuidade de utilização (com ou sem hiatos temporais) do espaço da Rouca como necrópole de incineração até aos séc.s III/IV d.C.. A confirmar-se a exclusividade da prática do rito da incineração durante toda a diacronia de utilização da necrópole em estudo, interrogamo-nos sobre os motivos que terão justificado a preferência por este rito, mesmo num período em que a inumação se assumiria já como prática funerária dominante.

No caso da Rouca não é fácil avaliar o estado do **espólio** aquando da sua deposição como itens funerários. O bom estado de conservação de algumas das peças sugere que terão sido cuidadosamente depositadas no contexto de sepultura, mas a elevada percentagem de materiais fragmentados e/ou incompletos não nos permite avaliar se se trata do resultado de processos tafonómicos, de vicissitudes do processo de escavação, recolha e depósito dos mesmos, ou se, pelo contrário, as peças poderão ter sido depositadas já danificadas, ou até mesmo ter-se registado a prática do designado “*bris rituel*” (TRANOY, 2000, p. 149), prática documentada nas necrópoles de Padrãozinho e Lage do Ouro (ABREU, 2002). Para além disso há que referir os materiais que apresentam vestígios de **exposição à acção do fogo**, os quais, na maior parte dos casos, parecem estar relacionados com a utilização das peças como espólio funerário. No que se refere à cerâmica comum, cerca de 9% da amostra analisada (6 peças) apresentam inequívocos vestígios de exposição à acção do fogo. De assinalar que a percentagem em questão é maioritariamente composta por potes (dos nossos tipos II-a e II-b) e pratos. Em relação aos primeiros, e conforme referido anteriormente, coloca-se a possibilidade de, dadas as suas características formais (em especial cc-59 e cc-53), poderem ter sido utilizados como urnas funerárias. No que se refere aos pratos, é de notar que 6 num total de 8 pratos apresentam vestígios de exposição ao fogo, e que em 4 destes casos (cc-19, cc-14, cc-29 e cc- 49), o facto de apenas as superfícies externas se encontrarem queimadas parece denunciar a sua utilização primária em contexto doméstico. Do conjunto geral de material vítreo que compõe a Col. MNA 0156, apenas uma peça, sem indicação de nº Inv. MNA e com origem incerta (e portanto, não constante da amostra em análise), revela evidentes sinais de exposição à acção do fogo. [Trata-se de um unguentário de vidro verde-gelo, deformado e incompleto, aparentemente identificável com o tipo Isings 82 (1957, p. 97-98), e unicamente referenciado como um dos volumes do contentor 1379.] Este tipo de situação é um dado comum à realidade do espólio vítreo encontrado nas necrópoles exploradas por Abel Viana (1960-61, p. 19), e deverá ser resultado do próprio processo de incineração (deposição do espólio na pilha funerária), ou da posterior associação do espólio aos restos incinerados.

De acordo com Frade & Caetano (1993, p. 870), a **qualidade e quantidade de espólio** fornecida pelas sepulturas pode ser sintomática da cronologia dos mesmos (FRADE & CAETANO, 1993, p. 870), estando a progressiva escassez de espólio associada a enterramentos cada vez mais tardios. No que se refere à necrópole da Rouca, esta constatação parece confirmar-se, uma vez que as sepulturas que forneceram maior quantidade de espólio (incluindo material orgânico, metálico ou lítico) – sepulturas 4 (33 itens), 15 (22 itens), 14 (18 itens), 29 (15 itens) e 33 (10 itens), foram também as que, de um modo geral, forneceram os materiais mais representativos, e remetem-nos, grosso modo, para algumas das

cronologias mais altas documentadas para o uso do espaço funerário em questão – segunda metade/ último quartel do séc. I d.C. até finais do séc. I ou inícios do séc. II d.C.. Por sua vez, os conjuntos funerários associados a cronologias do séc. III/ IV d.C. (sepulturas 6, 30, e 34) são compostos, no máximo, por 6 itens, incluindo os únicos exemplares de *sigillata* africana identificados. Apesar de tudo, e não obstante as limitações inerentes à falta de documentação sobre os materiais e contextos de achado, não podemos deixar de referir que as restantes sepulturas terão fornecido, em média, entre 2 a 5 itens, e que, na sua maioria, apontam também para cronologias alto-imperiais – segunda metade do séc. I a inícios/ meados séc. II d.C.. De acordo com os dados e materiais disponíveis, cerca de 71% (isto é, 29 sepulturas) do total das 41 sepulturas atribuídas à necrópole da Rouca terão fornecido espólio funerário, registando-se em 17% dos casos (7 sepulturas) apenas a atribuição de material orgânico, lítico, e/ou metálico. Esta informação deve naturalmente ser considerada com as devidas reservas uma vez que, em função da ambiguidade dos dados disponíveis, não nos é possível avaliar em que medida retrata os resultados efectivos da escavação da necrópole, ou se, pelo contrário, mais não é do que consequência das lacunas de informação relativas ao espólio recolhido.

Tal como se regista em Santo André (VIEGAS ET AL., 1981, p. 70), o espólio cerâmico da necrópole da Rouca evidencia a clara distinção entre o conjunto das **cerâmicas de importação** – *sigillata*, paredes finas e lucernas – caracterizado, de um modo geral, pela presença de formas bem conhecidas e de ampla difusão; e o conjunto particular da **cerâmica comum**, que denota um fâcies e uma origem acentuadamente locais/ regionais, com diacronias de fabrico e utilização quase sempre bastante alargadas. As formas mais usuais na Rouca encontram, grosso modo, correspondência nas formas de cerâmica comum mais representadas nas necrópoles do Nordeste Alentejano (FRADE & CAETANO, 1993, p. 867) – as bilhas e as tigelas constituem 37% da amostra de cerâmica comum estudada, sendo de destacar a significativa representatividade dos potes que correspondem a cerca de 14% da referida amostra. As conjugações de formas mais frequentes correspondem a bilha/ tigela ou tigela/prato, amiúde associadas a potes. Por sua vez, o **espólio vítreo** revela também formas relativamente comuns e largamente difundidas, que, à semelhança da cerâmica de importação, parecem denunciar hábitos de consumo de uma população perfeitamente enquadrada no *modus vivendi* romano. A presença de cerâmica de paredes finas, lucernas, e vidros de provável fabrico emeritense entre o espólio estudado reforça a ideia, não só de um elevado nível cultural e estatuto socioeconómico de, pelo menos, parte da população que se serviu da necrópole da Rouca, mas também a de que este espaço funerário e o aglomerado populacional que o terá utilizado integrariam um território que manteve relações comerciais privilegiadas com *Augusta Emerita*. Da análise dos conjuntos funerários disponíveis (29 sepulturas com espólio devidamente identificado na Col. MNA 0156), podemos afirmar que cerca de 55% dos enterramentos forneceram cerâmica finas e/ou vidros, e outros cerca de 3% correspondem à sepultura 36 que forneceu o anel de sinete em ouro, itens que poderão indiciar uma eventual diferenciação do estatuto socioeconómico dos indivíduos.

Por fim, registe-se que, em função dos dados disponíveis e de informação disponibilizada pelos Serviços de Inventário do MNA, não nos foi possível identificar actualmente quaisquer **moedas** atribuídas à

necrópole da Rouca. Contudo, e de acordo com o relatório da autoria de M<sup>a</sup> Alice Mourisca Beaumont, deve considerar-se que “ *Havia ainda provenientes de seis sepulturas, seis moedas. Nessas moedas fundámos algumas esperanças, logo desvanecidas quando se procedeu à sua limpeza, pois estavam praticamente ilegíveis*” (Acervo Documental do MNA: BEAUMONT, p. 3). Da nossa parte desconhecemos o actual paradeiro destas moedas e qual o efectivo potencial informativo que poderiam ter representado para o estudo da necrópole da Rouca.

## EPIGRAFIA E SOCIEDADE

Considerando as características tipológicas e textuais das placas funerárias provenientes da Rouca, bem como o contexto regional em que se encontraria integrada a necrópole e a respectiva diacronia de utilização, não podemos deixar de assinalar uma identificação com a epigrafia funerária romana do actual território de Elvas e, uma vez mais, com o universo cultural das populações que habitaram aquela região durante a época romana. Da análise das distintas zonas definidas por Encarnação para caracterizar a “*primeira idade da epigrafia romana na Lusitânia ocidental*” (1998, p. 73), resulta evidente a existência de certos regionalismos no uso preferencial de determinadas tipologias de monumentos funerários, associados a populações com diferentes graus de romanização. De acordo com este autor (ENCARNAÇÃO, 1995, p. 261), o termo do actual concelho de Elvas distinguiu-se, ao longo do século I d.C., pelo uso da placa moldurada, feita em mármore, como monumento funerário predominante. A escolha da matéria-prima terá resultado naturalmente da abundância de mármore na região, e o tipo de monumento adoptado aparece, de um modo geral, associado a uma população de onomástica latina, plenamente romanizada ou em vias de romanização (de que são exemplos IRCP 579, IRCP 451, ou IRCP 594). A este nível é evidente que “*independentemente dos factores sócio-culturais, a existência de determinado material terá influenciado também a escolha do tipo de monumento predominante em cada zona*” (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 843). À semelhança do que sucede no caso da placa epigrafada da Rouca, a estrutura textual dos epitáfios caracteriza-se pela simplicidade e é, grosso modo, composta pelo nome do defunto (em nominativo ou dativo), a idade, e a fórmula H. S. E. (por vezes associada a S. T. T. L.), seguidos do nome do dedicante e respectivo grau de parentesco, e a fórmula final F(*aciendum*) C(*uravit*) ou P(*onendum*) C(*uravit*). Atente-se para a comum ausência da consagração aos Deuses Manes, aspecto que facilmente se explica se considerarmos que se estima em cerca de 50% a percentagem de monumentos funerários datáveis do século I d.C. identificados nesta área do Nordeste Alentejano. Falamos pois, de uma epigrafia que, apesar de proveniente de *villae*, acusa claras influências de um ambiente urbano – a precoce e intensa colonização desta zona durante a ocupação romana terá ditado a consequente e quase inevitável recriação dos monumentos funerários familiares à população imigrante (ENCARNAÇÃO, 1995, p. 261).

No que respeita ao aspecto onomástico da epigrafia funerária destas áreas (e pensando especificamente na proximidade geográfica entre os territórios dos actuais concelhos do Alandroal e Redondo), convém notar a frequência do *nomen Iulius*, também representado na placa epigrafada da Rouca (E 6338 MNA), e

frequente em contextos recém-romanizados. A partir da análise da antroponímia presente na epigrafia funerária romana do actual Nordeste Alentejano é possível constatar que, à medida que se avança de Sul para Norte, isto é do termo de Elvas para a zona de Marvão e Nisa, a antroponímia indígena assume crescente representatividade no quadro geral da onomástica. Esta constatação vai ao encontro dos dados relativos ao conjunto do Nordeste Alentejano, apresentados por Encarnação (1985, p. 167), de acordo com os quais cerca de 46,5% dos antropónimos correspondem a antropónimos indígenas e latinos em contexto indígena, valor este que ascende para 85, 6% se limitarmos a escala de análise ao conjunto epigráfico da área de Marvão. De acordo com V. Mantas, os valores apresentados não nos colocam perante “*uma ilha de lusitanidade onomástica*” (2000, p. 399), uma vez que, excluindo-se da amostra de cálculo da média do Nordeste Alentejano as epígrafes da zona de Elvas (apresentam uma média de 51% de antropónimos latinos, revelando assim uma acentuada latinização onomástica), o conjunto de antropónimos indígenas e latinos em contexto indígena perfaz um total de cerca de 62%, verificando-se conseqüentemente um maior equilíbrio entre a média regional e a de Marvão.

Na verdade, duas influências parecem manifestar-se na onomástica da região do Nordeste Alentejano à época romana, retratando assim o panorama sócio-cultural vigente – por um lado, a influência lusitana ou pré-romana, vinda de Norte; por outro, a influência latina, oriunda do Sul (*territorium* de *Ebora Liberalitas Iulia*) e de Este (*territorium* de *Augusta Emerita*). Relativamente à primeira, que moldou a identidade onomástica das comunidades na zona junto ao Tejo, duas hipóteses se colocam. Para explicar a grande concentração de antropónimos lusitanos de um lado e outro do antigo *Tagus*, Alarcão (1985, p. 100) invoca um passo de Estrabão (III, 1, 6) no qual se refere o estabelecimento de Lusitanos na margem esquerda do referido rio, possivelmente após a vitória de *Decimus Iunius Brutus* sobre Lusitanos e Galaicos em 137 a.C.. De acordo com este autor estaria assim explicada a semelhança do horizonte cultural a Norte e Sul do Tejo e a constatada «lusitanidade» da onomástica local. Por sua vez, Mantas (2000, p. 400) acrescenta uma outra hipótese, baseando-se nos limites entre *Celtici* e *Lusitani* apresentados na *Geografia* de Ptolomeu, segundo os quais a região do actual Alto Alentejo poderia integrar o território dos Lusitanos. Segundo este autor “*o limite meridional dos Lusitanos parte do Cabo Espichel (Promontorium Barbaricum), corre ao norte de Caetobriga e de Salacia, englobando o território de Ebora e prosseguindo para o Guadiana (Anas) em direcção a Nertobriga (Frejenal de la Sierra), que Apiano refere como povoação lusitana*” (MANTAS, 2000, p. 400). Por sua vez, o achado (no actual concelho de Arronches) e recente estudo de uma epígrafe votiva redigida em língua lusitana, parece ter vindo, não só clarificar (juntamente com as restantes quatro inscrições conhecidas em língua lusitana) os limites da “*presença de onomástica ‘lusitana’ no Nordeste Alentejano – Lamas de Moledo a ocidente, Cabeço das Fráguas a norte, Arroyo de la Luz a oriente e Arronches a sul*” (ENCARNAÇÃO ET AL., 2008, p. 101), mas também reforçar a ideia cada vez mais evidente da persistência do fundo cultural indígena entre as comunidades que habitaram esta região do território actualmente português à época romana. Relativamente à segunda influência, e tendo particular atenção ao posicionamento geográfico do sítio da Rouca, devemos considerar, por um lado, a expansão para Norte de população proveniente do território de *Ebora Liberalitas Iulia*, e por outro, a colonização a partir de *Augusta Emerita*. De facto, a capital da



Lusitânia assumiu-se como nevrálgico centro político-administrativo e económico, simultaneamente pólo de atracção e difusão de populações. No que respeita a *Ebora*, esta importante cidade de direito latino sob o domínio romano, forneceu um expressivo número de gentílios itálicos, apontando no sentido da sua ocupação por ramos de algumas conhecidas famílias romanas, como por exemplo *Calpurnia* ou *Catinia*. Ambas as cidades controlariam um vasto *territorium*, marcado pelo desenvolvimento e prosperidade da actividade agrícola (no caso de *Emerita*, destaque-se a instalação de veteranos das legiões V e X no seu *ager*), e por um elevado grau de romanização, ao qual não terão ficado indiferentes as populações que habitaram à época o Nordeste Alentejano. Neste âmbito atente-se ainda que, se tomarmos como referência as áreas antroponímicas definidas por Untermann para agrupar o substrato indígena peninsular (1965, p. 19), se verifica que para o estudo da região do Nordeste Alentejano importará considerar fundamentalmente a área II (íntegra, grosso modo, a parte oriental e setentrional da província da Lusitânia), não descurando contudo a permeabilidade das fronteiras definidas e eventuais relações com a área I (Sudoeste Lusitano). Segundo G. Churruca & Vallejo Ruiz (2003, p. 360), em termos de representatividade da onomástica indígena, desde logo, e à luz dos dados conhecidos, é possível diferenciar as duas áreas referidas: a área II, que engloba território dos *conventus Emeritensis* e *Scallabitanus*, e é bastante rica em onomástica pré-romana; e a área I de Untermann, em boa medida coincidente com a divisão administrativa do *conventus Pacensis*, e que revela relativa escassez de nomes indígenas, fenómeno que os autores atribuem a uma intensa e precoce romanização.

## V. 2. ESPAÇO FUNERÁRIO DA ROUCA: LIMITES CRONOLÓGICOS

Na respectiva Ficha de Sítio da Base de Dados Endovélico (IGESPAR), o sítio arqueológico da Rouca é descrito como “*necrópole onde foram recolhidos diversos materiais romanos*”, sendo-lhe no entanto atribuída uma cronologia do período Romano/ Idade do Ferro. Apesar das numerosas evidências de ocupação proto-histórica documentadas na área do actual concelho do Alandroal (CALADO, 1993), nada nos permite, em função dos resultados do presente estudo, confirmar uma eventual ocupação da Idade do Ferro para o sítio arqueológico em questão.

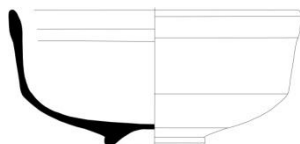
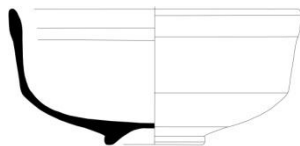
A ausência de registos documentais referentes à escavação da necrópole da Rouca, e o decorrente desconhecimento de quaisquer dados ou interpretações de índole estratigráfica, condicionaram a nossa abordagem e implicaram que as datações propostas para o espólio e sepulturas deste espaço funerário se baseassem, exclusivamente, na identificação de eventuais paralelos e na associação de materiais atribuídos ao mesmo contexto de achado. Assim, dos 29 conjuntos estudados, somente 21 se revelaram potencialmente datáveis em função dos materiais disponíveis, e da análise destes resultou a constatação de uma evidente descontinuidade nos conjuntos, e a aparente distinção de dois momentos fundamentais de utilização da necrópole: um primeiro momento compreendido, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I d.C. e os inícios/meados do séc. II (documentado por cerca de 15 dos conjuntos funerários estudados), e um momento posterior datável da primeira metade do séc. III d.C., e eventualmente meados do séc. IV. Em relação a este último, o nosso desconhecimento de registos documentais sobre a escavação não nos permite avaliar até que ponto a presença de *sigillata* clara em três dos conjuntos funerários estudados (sepulturas 6, 30 e 34) é apenas reflexo de contextos de sepultura mais tardios num único espaço funerário estruturado ao longo de um largo e continuado período de utilização (desde a segunda metade do séc. I d.C. até ao séc. III/IV) ou, pelo contrário, é sinónimo de uma distinta realidade arqueológica – uma nova e diferente fase de enterramentos no espaço funerário da Rouca, com limites temporais (e eventualmente espaciais) distintos de um conjunto de enterramentos mais antigos, datáveis de meados do séc. I – séc. II d.C.. Os conjuntos estudados parecem deixar antever uma fase sem registo de deposições, ainda que o espólio atribuído às sepulturas 3 e 32 (datável do séc. II d.C., e da primeira metade do séc. I a meados do séc. III d.C., respectivamente) nos possa sugerir também a possibilidade de uma longa continuidade na utilização da necrópole. Assim, se por um lado, os contextos funerários mais antigos documentados na Rouca parecem corresponder às sepulturas 17 e 29, cujo espólio aponta para cronologias da segunda metade do séc. I d.C.; por outro, o facto de se tratar de uma necrópole de incineração (VASCONCELLOS, 1913, III, p. 370) leva-nos a considerar um *terminus ante quem* anterior ao séc. IV d.C., encontrando-se a sua utilização durante o séc. III d.C. devidamente atestada pelo achado de *sigillata* clara A e C.

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

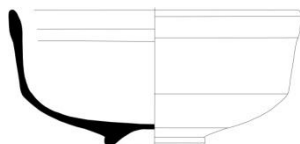
A ausência de fontes documentais sobre a escavação do sítio da Rouca limitou o nosso conhecimento sobre a necrópole, ocultando ao nosso olhar a multiplicidade de variáveis que deram corpo (físico, social, conceptual e simbólico) àquela realidade arqueológica. À luz dos dados disponíveis, mais não pudemos fazer do que ponderar e apresentar um conjunto de hipóteses que, fundamentadas nos paralelos conhecidos (e em especial nos estudos sobre as necrópoles alto-alentejanas), se afiguraram passíveis de nos aproximarem daquilo que poderá ter sido a realidade arqueológica desta necrópole.

Assim, da análise dos conjuntos funerários da Rouca parecem ter resultado duas percepções fundamentais – por um lado, o âmbito cronológico de utilização da necrópole, e, por outro, uma aproximação ao conhecimento sobre a(s) comunidade(s) que terá utilizado este espaço funerário. Em primeiro lugar, e apesar dos condicionalismos inerentes à ausência de dados sobre o processo de escavação e recolha dos materiais, contextos estratigráficos, e real diacronia de constituição e utilização da necrópole, o estudo dos materiais disponíveis permitiu documentar uma utilização daquele espaço funerário entre a segunda metade do séc. I d.C. e a primeira metade do séc. III ou IV. A assinalável descontinuidade evidenciada pelo espólio dos conjuntos funerários sugere a possibilidade de existirem momentos distintos de enterramentos na Rouca, aparentemente entremeados por uma fase sem registo de deposições, ainda que possa também ser defensável uma longa continuidade na utilização da necrópole. Em segundo lugar, e atendendo às características do espólio disponível, resulta inegável um elevado grau de assimilação dos comportamentos e hábitos culturais romanos por parte da comunidade que terá utilizado o espaço funerário da Rouca, realidade à qual certamente não terá sido alheia a proximidade com a então capital de província *Augusta Emerita*. Esta assimilação está bem patente na cultura material e nos hábitos epigráficos desta população, testemunhos privilegiados de um contexto de plena romanização, ainda que indelevelmente marcado pela perenidade do substrato indígena.

Terminamos o presente estudo, acima de tudo, com a consciência das questões que ficaram em aberto, do quanto ficou por conhecer em relação à necrópole da Rouca, e é nesse sentido que nos revemos nas palavras de Abel Viana – “*não acreditamos que no Alto Alentejo somente se tenha de considerar o que se sabe através das explorações de António Dias de Deus, feitas a sós ou connosco, pois, certamente, muito há ali por descobrir, e muitíssimo mais tem de ser o que se perdeu e o que, por falta de vigilância e de providências razoáveis, se continua a perder*” (VIANA, 1960-61, p. 22). Fica pois a nossa homenagem a estes estudiosos e a José Leite de Vasconcelos, pelo espírito pioneiro com que se empenharam em conhecer e documentar a realidade arqueológica nacional, e em particular alto-alentejana; mas fica também um alerta para a necessidade de olharmos para as colecções que «teimam» em permanecer esquecidas nas reservas das instituições museológicas, e de trazermos à luz do presente as potencialidades que encerram enquanto ainda é possível resgatá-las aos efeitos inexoráveis da passagem do tempo.



**VOLUME I – ANEXOS 1 E 2**



## ANEXO 1

### SIGLAS E ABREVIATURAS

Alt.: altura

Cont.: contentor

D.: diâmetro

Drag.: Draggendorf

IRCP: *Inscrições romanas do Conventus Pacensis* (ENCARNAÇÃO, 1984b)

Col. MNA 0156: Coleção 0156 do Museu Nacional de Arqueologia

MNA: Museu Nacional de Arqueologia

Nº Inv. MNA: número de inventário das peças de acordo com o Inventário Geral do Museu Nacional de Arqueologia

JLV: José Leite de Vasconcelos

Sep.: sepultura

Vol.: volume

### CRÉDITOS

AUTORIA DOS DESENHOS MANUAIS:

Clareana Marques

Mafalda Dias

Mónica Rolo

AUTORIA DOS DESENHOS FINAIS:

Diogo Oliveira

Mónica Rolo

Tânia Dinis

TRATAMENTO GRÁFICO DAS ESTAMPAS:

Diogo Oliveira

FOTOGRAFIAS:

Pote com nº de Inv. Geral (MNA) 15 623: Departamento de Inventário MNA

Taça com nº de Inv. Geral (MNA) 15 661: Departamento de Inventário MNA

Anel de sinete com nº de Inv. Geral (MNA) 15 817b: Departamento de Inventário MNA

Brinco de correr com nº Inv. Au 129 MNA: Departamento de Inventário MNA

Placa Funerária epigrafada com nº Inv. E 6338 MNA: Departamento de Inventário MNA

Placa Funerária epigrafada com nº Inv. E 6339 MNA: Departamento de Inventário MNA

Foto de vitrine neo-manuelina com peças da necrópole da Rouca, constante do Álbum de Fotos para o Congresso Arqueológico de Roma (1912): Arquivo Fotográfico MNA

Restantes fotografias da autoria de Mónica Rolo.

## DOCUMENTAÇÃO E FONTES

### CARTOGRAFIA:

Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 441 – Juromenha (Alandroal), 1970.

Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 440 – Alandroal, 1970.

Carta dos Solos de Portugal, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1965.

Carta de Capacidade de Uso dos Solos, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1965.

Carta Geológica de Portugal, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1974.

Carta Mineira de Portugal, 1: 250 000.

### ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA:

Legado pessoal de J. Leite de Vasconcellos:

Informações e Achados por proveniência – caixa 5 (letras P - S)

Aquisições e Inventário de peças (lista de ofertas de peças; lista de peças adquiridas por compra e oferta; apontamentos avulsos; lista de peças adquiridas)

Correspondência JLV (documentos 13264 a 13266; 2267 a 2337; 2339 a 2343; 23787 a 23798+A)

Fotografias de Arqueologia – Sítios e Monumentos, Apontamentos de Etnografia/Arqueologia Fotografias de Arqueologia – Numismática, paleografia, Mosaicos, Gravuras, Ex-votos, Amuletos

Arquivo Manuel Heleno: envelope JLV

Arquivo Fotográfico: Álbum de Fotos para o Congresso Arqueológico de Roma

Livro de registo de entrada de objectos (Sector de Inventário MNA)

*Relatório dos trabalhos efectuados pela bolseira do instituto de alta cultura pelo centro de história e arqueologia, M<sup>a</sup> alice Mourisca beaumont, em 1958.*

Desenhos de Peças Arqueológicas: caixa 1 (inclui «Desenhos de Peças Arqueológicas em Vidro»)

### SITES CONSULTADOS:

[www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/)

[home.nordnet.fr/~floridant/necropol.htm](http://home.nordnet.fr/~floridant/necropol.htm)

[www.archeophile.com](http://www.archeophile.com)

[www.cmog.org](http://www.cmog.org)

[www.institutduverre.fr](http://www.institutduverre.fr)

<http://dicocer.syslat.net>

[www.ipa.min.-cultura.pt](http://www.ipa.min.-cultura.pt)

<http://www.mcu.es/museos/reddigital/busquedas/motorbusquedas/buscar.jsp?Museo=MNAR>

### BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V. (1981) – *Atlante delle forme cceramiche*, I. Ceramica fine Romana nel bacino Mediterraneo. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale. Roma. 2.

A.A.V.V. (1998) – *Transparências imperiais. Vidros romanos da Croácia*. [s.l.]: Museu Nacional de Arqueologia e Embaixada da Croácia.

ABREU, J. M. F. (2002) – *Necrópoles romanas do território português*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: policopiado.

- ALARCÃO, A. (1960-1961) – Algumas peças de *terra sigillata* na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conímbriga*. Coimbra. II-III, p. 181-201.
- ALARCÃO, A. (1965) – *Vidros romanos de Conímbriga*. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga.
- ALARCÃO, A. (1971) – A *terra sigillata* itálica em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Separata). Coimbra: Junta Nacional de Educação.
- ALARCÃO, A. (1975) – Cêramiques peintes. *Conímbriga*. Coimbra. XIV, p. 106-111.
- ALARCÃO, A. (1979) – *A cerâmica romana em Portugal*. Viseu: Associação Distrital de Viseu.
- ALARCÃO, A. (1988) – *Recensões Bibliográficas. Conímbriga*. Coimbra. XXVII, p. 205-207.
- ALARCÃO, A. (1994) – *Museu Monográfico de Conímbriga – Coleções*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Monográfico de Coimbra.
- ALARCÃO, A. (1997) – *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais* (catálogo de exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conímbriga*. Coimbra. XV, p. 73-90.
- ALARCÃO, J. de (1968) – Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. *Conímbriga*. Coimbra. VII, p. 7-39.
- ALARCÃO, J. de (1970) – Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III série: 4, p. 237-261.
- ALARCÃO, J. de (1971a) – Mais algumas pequenas coleções de vidros romanos. *Conímbriga*. Coimbra. X, p. 25-43.
- ALARCÃO, J. de (1971b) – Vidros romanos de Aramenha e Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III série: 5, p. 191-200.
- ALARCÃO, J. de (1974a) – Cerâmica comum local e regional de Conímbriga. *Biblos* (Suplemento). Coimbra. 8.
- ALARCÃO, J. de (1974b) – A necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel). *Conímbriga*. Coimbra. XIII, p. 1-31.
- ALARCÃO, J. de (1975a) – *Fouilles de Conímbriga. Vol. V: La céramique commune, locale et régionale*. Paris: Diffusion de Bocard.
- ALARCÃO, J. de (1975b) – Bouteilles carrées au fond décoré du Portugal romain. *Journal of Glass Studies*. New York. XVII.
- ALARCÃO, J. de (1975d) – Cêramiques a engobe blanc. *Conímbriga*. Coimbra. XIV, p. 103-105.
- ALARCÃO, J. de (1976a) – Sobre a economia rural do Alentejo na época romana. *Conímbriga*. Coimbra. XV, p. 5-44.
- ALARCÃO, J. de (1976b) – Vidros romanos procedentes da coleção do rei D. Manuel. *Conímbriga*. Coimbra. XV, p. 56-61.
- ALARCÃO, J. de (1978) – Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Conímbriga*. Coimbra. XVII, p.101-112.
- ALARCÃO, J. de (1979) – Roman glass from Troia (Portugal). *Annales du 8e Congrès International d'Etude Historique du Verre (Londres – Liverpool, 18-25 September 1979)*. Liège: Ed. Du Centre de Publications de l'A.I.H.V.
- ALARCÃO, J. de (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José d' Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.
- ALARCÃO, J. de (1987<sup>4</sup>) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALARCÃO, J. de (1988a) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América (Fórum da História).
- ALARCÃO, J. de (1988b) - *Roman Portugal. Vol. I: Introduction*. England: Warminster, Aris & Phillips Ltd, p. 91-107.
- ALARCÃO, J. de (1988c) - *Roman Portugal. Vol. II: Gazetter, fasc. 3: Évora – Faro - Lagos*. England: Warminster, Aris & Phillips Ltd, p. 143-169.
- ALARCÃO, J. de (1990a) – Identificação das cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus territórios. In *Les villes de Lusitanie romaine, table ronde internationale du CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)*. Paris: Editions du CNRS, p.21-32.
- ALARCÃO, J. de (1990b) – O domínio romano. A demografia. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1990) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. I: Portugal das Origens à Romanização, p. 395-408.

- ALARCÃO, J. de (1990c) – O domínio romano. A produção e circulação de produtos. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1990) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. I: Portugal das Origens à Romanização, p. 409-441.
- ALARCÃO, J. de (1990d) – O domínio romano. O reordenamento territorial. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1990) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. I: Portugal das Origens à Romanização, p. 352-382.
- ALARCÃO, J. de (1995a) – A arqueologia como semiologia da cultura material. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, p.21-44.
- ALARCÃO, J. de (1995b) – Para uma epistemologia da Arqueologia. *Conimbriga*. Coimbra. XXXIV, p.5-32.
- ALARCÃO, J. de (1996) – *Para uma conciliação das arqueologias*. Porto: Edições Afrontamento.
- ALARCÃO, J. de (1996/1997) – Sobre o discurso arqueológico. *Portugalia*. Porto. II série, 17-18, p.15-22.
- ALARCÃO, J. de (1998) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. XXXVII, p.89-119.
- ALARCÃO, J. de (1999) – Três notas sobre o Alentejo romano. *Al-madan*. Almada. II série, 8, p. 72-74.
- ALARCÃO, J. de (2000a) – Actualidade e perplexidade da Arqueologia Portuguesa. *Éra - Arqueologia*. Lisboa. 1, p.90-99.
- ALARCÃO, J. de (2000b) – *A escrita do tempo e a sua verdade: ensaios de epistemologia da arqueologia*. Coimbra: Quarteto.
- ALARCÃO, J. de (2000) – Actualidade e Perplexidade da Arqueologia Portuguesa. *Revista Éra – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 1 (2000), p. 90-99.
- ALARCÃO, J. de (2004) – Arqueologia da Acção. *Revista Éra – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 6 (Julho 2004), p. 100-115.
- ALARCÃO, J. de; ALARCÃO, A. (1964) – Vidros romanos do Museu Municipal de Figueira da Foz. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXXIV: nº 1-2, p. 79-116.
- ALARCÃO, J. de; ALARCÃO, A. (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. V, p.7-104.
- ALARCÃO, J. de; ALARCÃO, A. (1967) – Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra. V, p. 2-31.
- ALARCÃO, J. de; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Vol. VI: Céramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion de Bocard.
- ALARCÃO, J. de; JORGE, V. OLIVEIRA (coord.s) (1997) – *Pensar a Arqueologia, hoje*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1976) – La antroponímia prerromana en la península Ibérica. In GAMER, G. (1976) - *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la península Ibérica (Tubinga, 1976)*. P. 57-86.
- ALCAZAR GODOY, J. (1992) – Las incineraciones romanas, un ritual para la muerte. *Revista de Arqueología*. Madrid. 129, p. 20-29.
- ALDENDERFER, M. S. (1987) – *Quantitative research in Archaeology. Progress and Prospects*. Newbury Park: Sage.
- ALLAN, J. C. (1965) – A mineração em Portugal na Antiguidade. *Boletim de Minas*. Lisboa. 2, p. 137-175.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1955) – *Las necrópolis de Ampurias. Vol. II: Necropolis romanas y indígenas*. Barcelona: Seix y Barral.
- ALMAGRO BASCH, M.; CABALLERO ZOREDA, L. (1968-1972) – Tres vasos excepcionales de cerámica sigillata hispánica y el alfar de Miccio. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. LXXV, p. 511-566.  
[http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Madrid/Revista%20de%20archivos.%20bibliotecas%20y%20museos/1968/196801/19680101/19680101\\_00000.pdf#page=1](http://hemerotecadigital.bne.es/datos1/numeros/internet/Madrid/Revista%20de%20archivos.%20bibliotecas%20y%20museos/1968/196801/19680101/19680101_00000.pdf#page=1)
- ALMEIDA, J. A. de (1866) – *Diccionario abreviado de chorographia, topographia e archeologia das cidades, villas e aldeias de Portugal*. Valencia: Typ. de V. de Moraes.
- ALMEIDA, M<sup>a</sup> J. H. de (2000a) – *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: policopiado.
- ALMEIDA, M<sup>a</sup> J. H. de (2000b) – Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional. *A Cidade*. Portalegre. 13-14, p. 53-76.



- ALMEIDA, M<sup>a</sup> J. H. de; CARVALHO, A. (2004) – Vias e circulação de produtos no SW do *Conuentus Emeritensis*: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 369-389.
- ALMEIDA, M<sup>a</sup> J. H. de; CARVALHO, A. (2005) – *Villa romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixo-imperial*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 299-368.
- ALONSO SÁNCHEZ, A.; CÁCERES, E. CERRILLO; FERNÁNDEZ CORRALES, J. M<sup>a</sup> (1994) – Três ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la Via de la Plata: *Augusta Emerita, Norba Caesarina y Capara*. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRIAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.67-87.
- ALONSO SÁNCHEZ, A.; FERNÁNDEZ CORRALES, J. M<sup>a</sup> (2000) – El proceso de romanización de la Lusitania Oriental: la creación de asentamientos militares. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 329-341.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1988) – Algunas observaciones sobre el territorium emeritense. In A.A.V.V. – *Homenaje a Samuel de los Santos*. [s.l.]: Instituto de Estudios Albacetenses "Don Juan Manuel", p. 185-192.
- AMARE TAFALLA, M<sup>a</sup> T.; ESPINOSA RUÍZ, U. (1986) – Lucernas romanas de "La Clinica" (Calahorra). In AAVV – *Segundo Coloquio sobre Historia de La Rioja: Logroño, 2-4 Out. 1985*. La Rioja: Universidad de La Rioja, Colegio Universitario de La Rioja, Vol. I, p. 163-171.
- AMO, M. (1974) – Estudio preliminar sobre romanización en el término de Medellín (Badajoz): la necrópolis de "El Pradillo" y otras villas romanas. *Noticario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. Madrid: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Arqueología. 2, p. 53-131.
- ANDO ANTA, M<sup>a</sup> T.. (2005) – Las manifestaciones sociales en el *conuentus emeritensis* a través de las estelas funerarias. Acta Paleohispanica IX. *Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 99-134.  
<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ ebook.pdf>
- ANDRADE, R. F.; FERREIRA, O. V.; VIANA, A. (1957) – Necrópole céltico-romana de Aljustrel. In *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Tomo VIII. Coimbra: Coimbra Editora, p. 193-202.
- ANTUNES, A. S. (2000) – Vidros romanos da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 153-199.
- AQUILUÉ, X.; ROCA, M., eds. (1995) – *Ceràmica comuna romana d'època Alto-Imperial a la Península Ibérica: estat de la qüestió*. (Barcelona?): Museu d' Arqueologia de Catalunya –Empúries.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) – *La quantification des céramiques: conditions et protocoles: actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 Avril 1998)*. Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray.
- ARIAS, G.; BOUZA-BREY, F. (1987) – *Repertório de camiños de la Hispania Romana*. Cádiz: G. Arias.
- ARRUDA, A. M. (2004) – A Idade do Ferro no Centro/Sul. Povoados e necrópoles. Periodizações e evolução cronológico/cultural. Problemas e perspectivas. In MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. II, p. 155-198.
- AYERBE VÉLEZ, R. (1999) – Excavación de una área funerária del s. III en los alrededores de la Via de La Plata. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 5*. Mérida: Consórcio Ciudad Monumental Historico-Artística y Arqueológica de Mérida, p. 21-48.
- BALFET, H.; FAURET-BERTHELOT, M. F.; MANZON, S. (1983) – *Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Éditions du CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique).
- BALIL, A. (1965) – Materiales para un índice de marcas de ceramista en Terra Sigillata Hispánica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. XXXVIII, p. 139-170.
- BARATA, M<sup>a</sup> F. (1999) – As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 51-67.
- BARKÓCZI, L. (1996) – *Antike Gläser*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.
- BELCHIOR, C. (1969) - *Lucernas romanas de Conímbriga*. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga.
- BELTRÁN LLORIS, F. (2005) – Cultura escrita, epigrafía y ciudad en el ámbito paleohispánico. Acta Paleohispanica IX. *Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 21-56.  
<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ ebook.pdf>

- BELTRÁN LLORIS, M. (1978) – *Cerámica romana: tipología y clasificación*. (2 vols) Zaragoza: Pórtico.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: Pórtico.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1978) – *Cerámica romana: tipología y clasificación*. (2 vols) Zaragoza: Pórtico.
- BELTRÁN LLORIS, M.; SÁNCHEZ NUVIALA, J.; AGUAROD OTAL, M<sup>a</sup> C.; MOSTALÁC CARRILLO, A. (1980) – *Caesaraugusta I (Campaña 1975-1976)*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dir. General del Patrimonio Artístico, Archivos Y Museos, Subdirección General de Arqueología.
- BENDALA GALÁN, M. (1976) – Las necrópolis de Mérida. In *Augusta Emerita. Actas de Bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, p. 141-162.
- BENDALA GALÁN, M. (1995) – Necrópolis y ritual funerário en la Hispania Alto Imperial. In FÁBREGAS VALCARCE, R.; PÉREZ LOSADA, F.; FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C., eds. – *Arqueología da morte: arqueología da morte na península Ibérica desde as Orixes ata o Medioevo: actas do Curso de verán da Universidade de Vigo, celebrado en Xingo de Limia, do 4 ó 8 de xullo de 1994*. Xinzo de Limia: Excm. Concelho de Xinzo de Limia, p. 277-290.
- BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) (2008) – *Producciones de terra sigillata hispánica: editado con motivo del XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- BERNARDES, J. P. (2000) – Romanização e Sociedade Rural na Civitas de *Collipo*. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p.420-434.
- BINFORD, L. R. (1971) – Mortuary practices: their study and their potential. In BROWN, J., ed. – «Approaches to the social dimensions of mortuary practices». *Memoirs of the Society for American Archaeology*. 25, p. 6-29.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. (1962) – Estado de la romanización de Hispania bajo César y Augusto. *Emerita*. Mérida. XXX, p. 71-126.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. (1978) – *Historia económica de la Hispania romana*. Madrid: ediciones Cristiandad.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. (1991) – *Religiones en la España Antigua*. Madrid: Cátedra.
- BLOT, M<sup>a</sup> L. H. P. (2004) – Circulação aquática e o papel dos portos flúvio.estuarinos nos contactos da Lusitania romana. O caso do litoral e dos rios de Portugal. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 465-480.
- BOAVENTURA, R.; LANGLEY, M. (2006) – Apontamentos arqueológicos para a história da região de Monforte: uma visão cartográfica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9, 2, p. 75-81.
- BOIÇA, J.; LOPES, V., dir. (1999) – *Museu de Mértola, A necrópole e a ermida da achada de S. Sebastião*. Mértola: Escola Bento de Jesus Caraça e Campo Arqueológico de Mértola.
- BONIFAY, M. (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archeopress.
- BOURGEOIS, A.; MAYET, F. (1991) – *Belo VI. Les sigillées. Fouilles de Belo*. Madrid: Casa de Velázquez.
- BUGALHÃO, J. (1998) – O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 2, p. 123-136.
- CABRAL, M<sup>a</sup>. E. (1974-1977) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, vol. 7-9, p. 347-354.
- CABRAL, M<sup>a</sup>. E. (1976-1977) – Lucernas romanas de Miróbriga (Museu Municipal de Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 455-463.
- CAILLEUX, A. [s.d.] – *Notice sur le code des sols*. Paris: Boubée.
- CALADO, M. (1993) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (1996) – Endovélico e Rocha da Mina – o contexto arqueológico. *Ophiussa*. Lisboa: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Zero, p. 97-108.
- CALADO, M. (2001) – Da Serra d' Ossa ao Guadiana, Um estudo de pré-história regional. *Trabalhos de Arqueologia* 19. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- CALDERA DE CASTRO, P. (1983) – El vidrio romano emeritense. *Augusta Emerita I. Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid: Ministerio de Cultura. P. 11-80.
- CAMPOS, M. J. (1907) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. 12, p. 217-226.
- CARANDINI, A. (1981) – Ceramica Africana. In *Atlante delle forme ceramiche I*. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale. Roma.
- CARDOSO, M. (1962) – Pedras de anéis romanos encontradas em Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 72: 1-2, p. 155-160.
- CARVALHO, T. P. (2002) – Monte Mozinho: A terra sigillata recuperada do sector B. *Portugália*. Porto. Nova Série, vol. XXIII, p. 117-154.
- CARVALHAES, J. (1911) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. 16, p. 103-125.
- CASAS I GENOVER, J.; CASTANYER I MASOLIVER, P.; NOLLA I BRUFAU, J.; TREMOLEDA I TRILLA, J. (1990) – *Ceràmiques comunes i de producció local d' època romana. I. Materials augustals i alto-imperials a les comarques orientals de Girona*. Girona: Centre d'Investigacions Arqueològiques de Girona.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; GONZÁLEZ MARCÉN, P. (1989) – El concepto de frontera: Implicaciones teóricas de la noción de territorio político. *Arqueología Espacial*. Teruel. 13, p. 7-18.
- CAUJEU, B. (2004) – Apport de l'archéologie minière à l'étude de la mise en concessions des mines romaines aux Ile et Ille siècles. L' exemple de Vipasca (Aljustrel, Portugal) et d' Albumus Maior (Rosia Montana, Roumanie). In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T. , eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 33-60.
- CLÉMENT, V. (1999) – Le territoire du Sud-Ouest de la peninsule Ibérique à l'époque romaine. Du concept au modele d'organisation de l'espace. In GORGES, J.-C.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection Casa de Velázquez (65), p. 109-119.
- CHAPMAN, R.; KINNES, I.; RANDSBORG, K., eds. (1981) – *The Archaeology of Death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAVES, L. (1914) – Aquisições do Museu Etnológico Português em 1913. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1ª série, XIX, p. 367-371.
- CHAVES, L. (1936) – Mosaicos lusitano-romanos em Portugal. *Revista de Arqueologia* (Separata). Lisboa. 3, p. 23.
- CHERTIER, B. (1976) – *Les nécropoles de la civilization des champs d' urnes dans la région des Marais de Saint-Gond (Marne)*. Paris: Éditions du CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique).
- COITO, L.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Verbo.
- COMFORT, H. (1959) – Some roman pottery in the Museu Etnológico, Belém. *Conímbriga*. Coimbra. I, p. 1-12.
- COSTA, A. C. (1706-1712) – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes. Tomo II, cap. 16, p. 626-628.
- COSTA, J. B. (1992) – *Vida e obra de José Leite de Vasconcelos (1851-1941)*. Separata Numismática, nºs 64-65. Lisboa: s.n.
- COSTA, J. B. (1993) – *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRUZ, Mário da (2007) – Vidros do castro de Viladonga (Lugo). Um caso exemplar. *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*. Lugo. 17, p. 14-25.  
<http://www.aaviladonga.es/croa/croa17014.pdf>
- CRUZ, Mário da (2009) – *O vidro romano no Noroeste peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Braga.
- CUMONT, F. (1942) – *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*. Paris: Paul Geunthner.
- CUNHA, E. (1996) – Viajar no tempo através dos ossos, A investigação paleobiológica. *Al-madan*. Almada. IIª série, nº 5, p.131-141.
- CUNHA, M. E. da (2004) – *Silveirona: do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia, sete décadas depois*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.

- CURCHIN, L. A. (2004) – Communications fluviales en Lusitanie. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 455-463.
- DEL AMO Y DE LA HERA, M. (1973) – Estudio preliminar sobre la romanización de Medellín (Badajoz). La necrópolis de El Pradillo y otras villas romanas. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid: Ministerio de la Cultura, nº 1, p. 60 ss.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. (1975) – *Fouilles de Conimbriga. Vol. IV - Les sigillées*. Paris: M.A.F.P./M.M.C..
- DELGADO, M.; MORAIS, R. (2009) – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Braga: CITCEM.
- DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris.
- DEUS, A. Dias de; LOURO, Pe. H. da Silva; VIANA, A. (1955) – Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). In *III Congreso Nacional de Arqueología, Galicia, 1953 – (Actas)*. Zaragoza: [s.n.], p.568-578.
- DIAS, L. F. (1976-77) – *Terra sigillata* de Miróbriga (conservada no Museu Municipal de Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 361-400.
- DIAS, L. F. (1986) – Necrópole romana do Carvalhal. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 7, p. 70-71.
- DIAS, L. F. (1987) – Necrópole da Herdade do Carvalhal (Constância). *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: IPPC, p. 63-63.
- DIAS, L. F.; VIEGAS, J. R. (1976-77) – Necrópole lusitano-romana com incinerações do Monte Sardinha (S. Francisco da Serra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 353-360.
- DIAS, L. T. (1995) – Cerâmica Comum em Tongobriga. 1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas VI. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 35: 2, p. 325-340.
- DIAS, Mª M. (2002) – A Religião Romana e a Lusitânia. In *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa* (Catálogo de exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 93-96.
- DIAS, Mª M.; BEIRÃO, C. M.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo: Ourique. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III série: 4, p. 175-219.
- DIAS, Mª M.; COELHO, L. (1995-1997) – Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e dos seu santuário (São Miguel da Mota, Terena, Alandroal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série: 13/15, p. 233-265.
- DÍAZ, P. C. (1999) – Propiedad y explotación de la tierra en Lusitania tardoantigua. In GORGES, J.-C.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection Casa de Velázquez (65), p. 297-309.
- DIOGO, A. M. D. (1980) – *Marcas de terra sigillata sudgálica em Portugal*. Lisboa: Grupo de Estudos de Cultura Antiga.
- DIOGO, A. M. D. (1984) – Noções operatórias sobre «Terra sigillata» itálica e sudgálica em Portugal. *Revista de História Económica e Social* (dir. Vitorino Magalhães Godinho). Viseu: Livraria Sá da Costa Editora. 14, p. 49-65.
- DRESSEL, H. (1899) – *Lucernae Formae, C.I.L. (Inscriptiones Urbis Romae Latinae. Instrumentum Domesticum)*. XV, II, 1, Lam. III.
- DUDAY, H.; DEPIERRE, G.; JANIN, T. (2000) – Validation des paramètres de quantification, protocoles et stratégies dans l'étude anthropologique des sépultures secondaires à incinération. L'exemple des nécropoles protohistoriques du Midi de la France. In DEDET, B.; GRUAT, P.; MARCHAND, G.; PY, M.; SCHWALLER, M., eds. – *Archéologie de La Mort, Archéologie de la Tombe au Premier Âge du Fer*. Lattes: UMR. Vol. V, p.7-29.
- DURÁN FUENTES, Mª C. (2000) – Una revisión de las moedas altoimperiales del castro de Viladonga. *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*. Lugo. 10, p. 16-20.  
[http://www.aaviladonga.es/croa/croa10\\_revision\\_monedas\\_altoimperiales.pdf](http://www.aaviladonga.es/croa/croa10_revision_monedas_altoimperiales.pdf)
- DURÁN FUENTES, Mª C. ; Fernández Vasquez, Mª P. (1999) – Anillos del castro de Viladonga. *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*. Lugo. 9, p. 30-34. [http://www.aaviladonga.es/croa/croa09\\_anillos.pdf](http://www.aaviladonga.es/croa/croa09_anillos.pdf)
- EDMONSON, J. C. (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: British Archaeological Reports.
- EDMONSON, J. (1994a) – Creating a provincial landscape: roman imperialism and rural change in Lusitania. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.13-29.

- EDMONSON, J. C. (1994b) – Urban and rural funerary monuments from Augusta Emerita (Mérida, Lusitania): Cultural differentiation in Roman Colony. In *La Ciudad en el Mundo Romano. Actas del XIV Congreso de Arqueología Clásica*. Tarragona: CSIC/ Institut d' Estudis Catalans, p. 135-137.
- EDMONSON, J. (2000) – Commemoración funeraria y relaciones familiares en Augusta Emerita. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 299-327.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1977a) – Epigrafia romana do Nordeste Alentejano – Nisa, Torre de Palma e Silveirona. *Conimbriga*. Coimbra. XVI, p. 59-82.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1977b) – Inscriptions mal connues du Conventus Pacensis – cinq plaques funéraires du Musée d'Elvas (Portugal). *Conimbriga*. Coimbra. XVI, p. 45-57.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1978) – Estelas romanas inéditas do Sudoeste Alentejano. *Conimbriga*. Coimbra. XVII, p. 41-53.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984a) – Épigraphe funéraire du conventus Pacensis (Lusitanie). Un essai de distribution géo-sociologique des types de monuments. In *Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 297-301.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984b) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1985) – A população romana do nordeste alentejano. In *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano 85-Actas* (org. Comissão Regional de Turismo de São Mamede, Câmara Municipal de Castelo de Vide). Coimbra: Gráfica Coimbra (imp. 1987), p. 167-170.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1991) – O nordeste alentejano ao tempo dos Romanos. *Conimbriga*. Coimbra. XXX, p. 23-27.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1995) – Roma e as primeiras culturas epigráficas da Lusitânia Ocidental. In BELTRÁN LLORIS, F., ed. – *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*. Zaragoza: Institución «Fernando El Católico», p.255-265.
- ENCARNAÇÃO, J. (1998) – *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2000) – Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 241-247.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2005) – Onomástica, monumento e contexto. *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 767-774.  
<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ ebook.pdf>
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2009) – A epigrafe latina como elemento didáctico (XXVI). *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Vol. 52, p. 47-52.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; OLIVEIRA, J.; CARNEIRO, A.; TEIXEIRA, C. (2008) – Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga*. Coimbra. XLVII, p. 85-102.
- Epistolário de José Leite de Vasconcellos. Suplemento nº1 – O Arqueólogo Português* (1999). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ESPANCA, Pe. J. da Rocha (1882) – O Deus Endovellico dos Celtas do Alentejo. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. II, p. 253-256, 274-296.
- ESTEBAN ORTEGA, J. (2000) – El proceso de romanización en Lusitania através de la Epigrafia. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p.249-268.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G. (1970) – Démographie et classe sociale. L'exemple du cimetière des officiales de Carthage. *Recherches sur les Structures Sociales dans l'Antiquité Classique*. Paris: s.n., p.81-97.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LÉVÊQUE, P.; LÉVÊQUE, M., (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Vol. II - Epigraphie et sculpture*. Paris M.A.F.P./M.M.C..
- ETTLINGER, E.; SIMONETT, C. (1952) – *Römische Keramik aus dem Schutthügel von Vindonissa*. Veröffentlichungen der Gesellschaft pro Vindonissa, vol. III. Basel.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Cadernos da UNIARQ 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

- FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. II série, 8, p. 104-126.
- FABIÃO, C. (2000) – Estudar o mundo rural na Antiguidade. *A Cidade*. Portalegre. 13-14, p. 7-12.
- FABIÃO, C. (2001) - Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Revista Era – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 3 (Julho 2001), p. 108-131.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; LAÇO, T.; MELRO, S.; RAMOS, A. C. (1998) – Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 199-220.
- FABIÃO, C. (2004) – As migrações célticas. In MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. II, p. 205-218.
- FABIÃO, C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): um *archeólogo* português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série: 26, p. 97-125.
- FARIA, J. C. (2002) – Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo do Alqueva – bloco 11: do afluente do Álamo ao rio Degebe – resultados preliminares. *Al-madan*. II série, 11, p.139-144.
- FEIO, M. (1983) – O relevo da Serra de Ossa: uma interpretação tectónica. *Finisterra*. Lisboa. XVIII, 35, p. 5-26.
- FÉRIÈRE, A. (2000) – *Archéologie funéraire*. Paris: Éditions Errance – Collection “Archéologiques”.
- FERNANDES, I. F. (1985) – Espólio da necrópole dos Pombais (I). In *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano – Actas* (org. Comissão Regional de Turismo de São Mamede, Câmara Municipal de Castelo de Vide). Coimbra: Gráfica Coimbra (imp. 1987), p. 101-108.
- FERNANDES, J. M.; ABREU, M. (1999) – *Norte Alentejano – Northern Alentejo*. Setúbal.
- FERNANDEZ CASTRO, M<sup>a</sup> C. (1982) – *Villas romanas en España*. Madrid: Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.; ROCA ROUMENS, M. (2008) – Producciones de *Terra Sigillata* Hispánica. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (eds. científicos) (2008) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 307-332.
- FERNÁNDEZ, J. H.; GRANADOS, J. O.; GONZÁLEZ, R. (1992) – *Marcas de Terra Sigillata del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Museu Arqueològic d'Eivissa.
- FERNANDEZ, R. M. (1993) – Las menciones “ad viam” en la epigrafía funeraria hispana: el papel de las sepulturas como “termini” en el territorio de una comunidad. In *II Congresso Peninsular de História Antiga- Actas* (Coimbra, 1990). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.655-666.
- FERREIRA, F. B. (1959) – A inscrição lusitano-romana da Quinta da Sempre-Noiva e o problema dos *Cornelli Bochi* (Arraiolos). *O Arqueólogo Português* (Separata). Lisboa. Nova série, 3, p. 4-19.
- FERREIRA, O. da V.; ANDRADE, R. F. (1964) – Algumas marcas de oleiro em terra sigillata de VÍpasca (Aljustrel). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74, p. 317-322.
- FERREIRA, O. da V.; ANDRADE, R. F. (1966) – A necrópole de Valdoca (Aljustrel). *Conímbriga*. Coimbra. V, p. 1-6.
- FERREIRA, S. V. (1969) – Marcas de oleiro em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III série: 3, p. 131-177.
- FIGUEIREDO, A. (2001) - «Death in Roman Iberia: Acculturation, resistance and the diversity of beliefs and practices». *Revista Era – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 3: Julho 2001, p. 90-107.
- FORTES, J. (1905-1908) – Necrópole lusitano-romana da Lomba. *Portugalia*. Porto. Tomo II, 1-4 p. 252-262.
- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1985) – A necrópole romana da Lage do Ouro (Aldeia da Mata, Crato) - Primeiros Resultados. In *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano – Actas* (org. Comissão Regional de Turismo de São Mamede, Câmara Municipal de Castelo de Vide). Coimbra: Gráfica Coimbra (imp. 1987), p. 133-143.
- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1991) – A necrópole romana da Lage do Ouro: novos elementos. *Conímbriga*. Coimbra. XXX, p. 39-57.



- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1993) - Ritos Funerários Romanos no Nordeste Alentejano. In *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas* (Coimbra, 1990). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 847-887.
- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (2004) – Ritos funerários romanos. In MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. III, p. 143-159.
- FRANÇA, E. A. (1969) - «Anéis, braceletes e brincos de Conimbriga». *Conimbriga*. Coimbra. VIII, p. 17-64.
- GAMITO, T. J. (1988) – Arqueologia Espacial em Portugal. Alguns exemplos. *Arqueologia Espacial*. Lisboa - Teruel. 12, p. 17-32.
- GARABITO GÓMEZ, T. (1978) – Las zonas de comercialización de los alfares romanos riojanos. *BERCEO*. Instituto de Estudios Riojanos. 93, p. 155-170.  
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/oiart?codigo=61601>
- GARCÍA HUERTA, R.; CERDEÑO SERRANO, M<sup>a</sup> L. (2001) – Las necrópolis celtibéricas: nuevas perspectivas de estudio. In GARCÍA HUERTA, R; MORALES HERVÁS, J. (coord.s) (2001) – *Arqueología Funeraria: las necrópolis de incineración*. Cuenca: Eds. De la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 141-190.
- GARCÍA HUERTA, R; MORALES HERVÁS, J., eds. (2001) – *Arqueología Funeraria: las necrópolis de incineración*. Cuenca: Eds. De la Universidad de Castilla-La Mancha.
- GARCÍA HUERTA, R.; CERDEÑO SERRANO, M. L. (2001) – Las necrópolis celtibéricas: nuevas perspectivas de estudio. In GARCÍA HUERTA, R; MORALES HERVÁS, J., eds. (2001) – *Arqueología Funeraria: las necrópolis de incineración*. Cuenca: Eds. De la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 141-190.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1972) – El Guadiana y los límites comunes de Bética y Lusitania. *Hispania Antiqua*. 2, p.165-177.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1954) – El promedio de vida en la España romana. *Archivo Español de Arqueología*. 27, p. 254-259.
- GARNSEY, P. (1990) – *El Imperio Romano: economía, sociedad y cultura*. Barcelona: Crítica.
- GENERA I MONELLS, M. (2005) – Grafits ibèrics sobre ceràmica. Darrereres troballes a l'Ebre. *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 995-1012.  
[http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/\\_ebook.pdf](http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/_ebook.pdf)
- GUERRA, A. (1992-1993) – *STATVA LANGARI*. A propósito de uma inscrição latina proveniente de Patalim (Montemor-o-Novo). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, XIII-XIV, p. 297-303.
- GUERRA, A. (1993) – A Epigrafia. In MEDINA, J. (ed.) (1993) – *História de Portugal. Vol. II: O mundo lusó-romano*. Lisboa: Ediclube, p. 343-345.
- GUERRA, A. (1993) – A Sociedade. In MEDINA, J. (ed.) (1993) – *História de Portugal. Vol. II: O mundo lusó-romano*. Lisboa: Ediclube, p. 230-239.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- GUERRA, A. (2001) – Resistência à aculturação no ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Revista Era – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 3 (Julho 2001), p. 150-164.
- GUERRA, A. (2002) – *Omnibus Numibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente Peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, p.147-159.
- GUERRA, A. (2002) – Teónimos Paleohispânicos e Antroponímia. In *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa* (Catálogo de exposição). (2002). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 63-66.
- GUERRA, A.; CARVALHO, A.; ALMEIDA, M<sup>a</sup> J. (2006-2007) – *Tertioivs*: um antropónimo na *villa* romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). *Anas*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano. 19-20, p. 139-147.
- GIDDENS, A. (1984) – *The constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- GIJÓN GABRIEL, E. (2006/2007) – *Una via sepulchralis* en la necrópolis oriental de *Augusta Emerita*. *Anas*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano. 19-20, p. 107-138.
- GOLDSTEIN, L. (1976) – *Spatial structure and social organization: Regional manifestations of Mississippian society*. Ph. D. dissertation. Northwestern University. Ann Arbor: University Microfilms.
- GOMES, S.; BRAZUNA, S.; MACEDO, M. (2002) – Ocupações romanas na margem direita do Guadiana – um território em estudo. *Al-madan*. Almada. II série, 11, p.134-138.

- GONÇALVES, F. (1970) – *Subsídios para o conhecimento geológico do Nordeste Alentejano*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 18.
- GONÇALVES, F. (1978) – *Estado actual do conhecimento geológico do Nordeste Alentejano*. Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (2005) – *El Mundo funerário. Actas del III Seminario Internacional sobre temas Fenicios Guadamar del Segura, 3-5 mayo de 2002: homenaje al prof. D. Manuel Pellicer Catalán*. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert.
- GONZÁLEZ, J. (2008) – Las explotaciones mineras romanas en *Hispania*. In NOGALES BASARRATE, T.; FERNÁNDEZ URIEL, P., eds - *Ciencia y tecnología en el mundo antiguo*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, p. 241-263.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El mundo funerário romano en el país valenciano. Monumentos funerários y sepulturas entre los siglos I a.C. – VII d. C.*. Madrid – Alicante: Casa de Velázquez, Instituto Alicantino de Cultura “Juan Gil-Albert”.
- GORGES, J.-G. (1990) – Villes et villas de Lusitanie (Interactions – échanges – autonomies). In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Talence 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 91-113.
- GORGES, J.-G.; RODRÍGUES MARTÍN, F. G. (2000) – Voies romaines, propriétés et propriétaires à l’ouest de Mérida: problèmes d’occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous le Haut-Empire. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p.101-153.
- GORROCHATEGUI CHURRUCA, J.; VALLEJO RUIZ, J. (2003) – La onomástica indígena. In NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, coord. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitânia Romana*. Mérida-Bordéus: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius (Institut de Recherche sur l’Antiquité et le Moyen Age), p. 359-366.
- HABA QUIRÓS, S. (1998) – *Medellín Romano. La Colonia Medellinensis y su Territorio*. Badajoz: Serv. De Publicaciones Diputación Provincial de Badajoz.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português* (Separata). Nova série, III, p. 221-232.
- HENRIQUES, S. I. F. (2006) – *A cerâmica cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Alamaraz (Almada, Cacilhas)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.
- HERMET, F. (1934) – *La Graufesenque (Condatomago). I. Vases sigillés. II. Grafites*. Paris: Lib. Ernest Leroux.
- HINARD, F., dir. (1987) – *La mort, les morts et l’au-delà dans le monde romain. Actes du Colloque de Caen, 20-22 Novembre 1985*. Caen: Université de Caen.
- HODDER, I. (1988) – From space to place: current trends in spatial archaeology. *Arqueologia Espacial*. Lisboa - Teruel. 12, p. 9-16.
- HODDER, I. (1991<sup>2</sup>) – *Reading the Past, Current Approaches to Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, I.; ORTON, C. (1976) – *Spatial analysis in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HURTADO, V. (1987<sup>2</sup>) – Las provincias hispanorromanas y las vias de Antonino. In ARIAS, G.; BOUZA-BREY, F. – *Repertório de camiños de la Hispania Romana*. Cádiz: G. Árias, p. 109-116.
- ISINGS, C. (1957) – *Roman Glass from dated finds*. Gronigen: J.B. Wolters.
- IZQUIERDO, P. (1996-1997) – Fluctuaciones económicas y cambios sociales en la protohistoria ibérica. *Arx*. 2-3, p. 107-138. <http://www.laiesken.net/arxjournal/pdf/izquierdo.pdf>
- JOHNSON, M. (1999) – *Archaeological Theory, An Introduction*. United Kingdom: Blackwell Publishing.
- JORGE, A. (2003) – A morte no mundo tardo-romano na região de Montemor-o-Novo: necrópole da Fonte da Senhora 7. *Revista Era – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 5 (Abril 2003), p. 80-103.
- KAJANTO, I. (1965) – *The latin cognomina*. Helsinki.
- KAJANTO, I. (1966) – *Supernomina. A study in latin Epigraphy*. Helsinki.



- KAJANTO, I. (1968) – *On the problem of the average duration of life in the Roman Empire*. Helsinki.
- KENDRICK, P. (1991) – Potter's stamps. In ETTLINGER et al. – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Habelt.
- KENNY, A. (1999) – *História concisa da Filosofia ocidental*. Lisboa: Temas & Debates.
- KENDRICK, P. (2000<sup>2</sup>) – *Corpus vasorum arretinorum: a catalogue of the signatures, shapes and chronology of Italian Sigillata*. Bonn: Habelt.
- KNORR, R. (1910) – *Die verzierten Terra-Sigillata-Gefässe von Rottenburg – Sumelocenna*. Stuttgart: W. Kohlhammer. <http://www.archive.org/details/dieverziertenter00knoruoft>
- KREUZ, A. (2000) - Functional and conceptual archaeobotanical data from Roman cremations. In PEARCE, J.; MILLETT, M.; STRUCK, M., eds. (2000) – *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford: Oxbow Books.
- LAGE PILLADO, M. (2001) – Fibulas anulares romanas del castro de Viladonga. *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*. Lugo. 11, p. 29-34. [http://www.aaviladonga.es/croa/croa11\\_fibulas\\_anulares.pdf](http://www.aaviladonga.es/croa/croa11_fibulas_anulares.pdf)
- LAMBOGLIA, N. (1950) – *Gli scavi di Albintimilium de la cronologia della cerâmica romana. Parte prima. Campagne di scavo 1938-1940*. Bordighera.
- LAMBOGLIA, N.; BELTRAN, A. (1952) – Apuntes sobre cronología cerámica. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 3, p. 87-89.
- LANCHA, J.; ANDRÉ, P. (1994) – La campagne de la région d' Évora à l' époque impériale: mise à jour des recherches récents. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.189-202.
- LANGLEY, M. (2006) – *Est in agris: a spatial analysis of Roman uillae in the region of Monforte, Alto Alentejo, Portugal*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9, 2, p. 317-328.
- La red viaria en la Hispania Romana: Simposio. Septiembre, 1987*. Tarazona: Fundación Institución Fernando el Católico, Centro de Estudios Turiasonenses.
- LOESCHCKE, S. (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des antiken Beleuchtungswesens*. Zürich.
- LE ROUX, P. (1994) – Vicus et castellum en Lusitanie sous l'Empire. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.189-202.
- LE ROUX, P. (1999) – Le territoire de la colonie auguste de Mérida: réflexions pour un bilan. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection Casa de Velázquez (65), p.263-278.
- LE ROUX, P. (2004) – Mérida capitale de la province romaine de Lusitanie. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 17-31.
- LOPES, M<sup>a</sup> DA CONCEIÇÃO (1994) – *A Sigillata de Represas (Coleção F. Nunes Ribeiro). Tratamento informático*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia.
- LOPES, M<sup>a</sup> DA CONCEIÇÃO (2001) – Mundo rural em *Pax Iulia* – estrutura e funcionamento. *Revista Era – Arqueologia*. Lisboa: Colibri. 3 (Julho 2001), p. 133-149.
- LÓPEZ BORGÑOZ, A. (1998) – Distribución espacial y cronológica de las necrópolis ampuritanas. In MAYER, M.; NOLLA, J. M.; PARDO, J., eds. – *De les estructures indígenes a l'organització provincial romana de la Hispania Citerior*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, p. 275-298.
- LÓPEZ RODRÍGUEZ, J. R. (1981) – La colección de lucernas de la casa de la Condesa de Lebrija (Sevilla). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Tomo 47, p. 95-140.
- LORRIO, A. J.; SÁNCHEZ DE PRADO, M<sup>a</sup> D. (2002) – La necrópolis romana de Haza del Arca y el santuario del Deus Aironis en la Fuente Redonda (Uclés, Cuenca). *Iberia, Revista de la Antigüedad*. La Rioja. 5, p. 161-194.
- LULL, V.; PICAZO, M. (1989) – Arqueología de la Muerte y Estructura Social. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 62, p.5-20.

- MACHADO, L. S. (1920) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. I série, XXIV, p. 241-270.
- MACHADO, L. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Archeologo Português*. Lisboa. IIª série, V, p. 51-448.
- MACIEL, M. J.; MACIEL, T. D. (1985a) – Fragmento de árula funerária da Herdade das Caldeiras, Elvas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 15, nº 66.
- MACIEL, M. J.; MACIEL, T. D. (1985b) – Fragmento de ara a Endovélico, de Juromenha (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 15, nº 64.
- MACIEL, M. J.; MACIEL, T. D. (1985c) – Fragmento de placa funerária do Monte do Passo, Elvas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 15, nº 65.
- MAIA, Mª G. PEREIRA; MAIA, M. (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*. Castro Verde: Edição Cortiçol.
- MANTAS, V. G. (2000) – A sociedade luso-romana do município de Ammaia. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p.391-420.
- MANTAS, V. G. (2004) – A rede viária romana do território português. In MEDINA, J. (ed.) – *História de Portugal*. Vol. II: *Portugal na Pré-História (II); O mundo luso-romano (I)*. Lisboa: Ediclube, p. 438-469.
- MANTAS, V. G. (2004) – Vias e portos na Lusitânia romana. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 427-453.
- MARCOS POUS, A. (1961) – Dos tumbas emeritenses de incineración. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). 34, p. 90-103.
- MÁRQUEZ PEREZ, J. (1996) – Nuevos datos sobre la dispersión de las áreas funerarias de Emerita Augusta. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 4*. Mérida: Consórcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, p. 291-301.
- MÁRQUEZ PÉREZ, J. (1998) – Aportaciones al estudio del mundo funerário en Emerita Augusta. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 4*. Mérida: Consórcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, p. 525-547.
- MARTÍN DE CÁCERES, E. C. (1988) – La aplicación e las teorías de lugar central al território de Augusta Emerita. *Arqueologia Espacial*. Lisboa - Teruel. 12, p. 197-204.
- MARTINS, A.; RAMOS, C. (1992) – Elementos para análise e descrição de produções cerâmicas. *Vipasca*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. 1, p.91-101.
- MARTINS, M. (1988) – Experiências de arqueologia espacial no norte de Portugal. O vale do Cávado – 1er milénio a.C. e romanização. *Arqueologia Espacial*. Lisboa - Teruel. 12, p. 141-156.
- MATTOSO, J. (1992) - O Culto dos mortos na Península Ibérica (séculos VII a XI). *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª série: 4, p. 13-38.
- MATTOSO, J., ed. (1993) – *História de Portugal*. Vol. I: *Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, J. (dir.) (1996) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Sá da Costa.
- MATTOSO, J. (1997) – Pressupostos mentais do culto dos mortos. *Arqueologia Medieval*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. 5, pp.5-11.
- MAYET, F. (1970) – Les Céramiques à « parois fines » de Conímbriga. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Separata)*. Coimbra: Junta Nacional de Educação.
- MAYET, F. (1973) – *Marques de potiers sur sigillée hispanique à Conimbriga*. *Conimbriga*. Coimbra. XII, p.5-65.
- MAYET, F. (1975) – *Les Céramiques à parois fines de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion du Boccard.
- MAYET, F. (1978) – Les importations de sigillés à Mérida au I siècle de notre ère. *Conimbriga (Separata)*. Coimbra. XVII, p. 79-100.
- MAYET, F. (1983) – *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.

- MAYET, F. (1990) – Mérida: capital économique?. In *Les villes de la Lusitanie Romaine, Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Talence 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 207-212.
- MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Vol. II: *Portugal na Pré-História (II); O mundo luso-romano (I)*. Lisboa: Ediclube.
- MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Vol. III: *O mundo luso-romano (II); Portugal Medieval (I)*. Lisboa: Ediclube.
- MERRYWEATHER, A.; PRAG, J. (2002) – “Romanization”? or, why flog a dead horse?. *Digressus*. 2, p. 8-10. <http://www.digressus.org/articles/2002pp08-10-art-merryweather-prag.pdf>
- MEZQUIRIZ DE CATALAN, M<sup>a</sup> A. (1961) – *Terra Sigillata Hispanica*. Valência: The William Bryant Foundation. Tomos 1 e 2.
- MEZQUÍRIZ DE CATALAN, M<sup>a</sup> A. (1985) – Terra Sigillata Ispanica. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale. Roma. 2, p. 97-174.
- MINGUEZ NORALES, J. A. (1991) – *La ceramica romana de paredes finas: generalidades*. Zaragoza: Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Universidad de Zaragoza.
- MOLANO BRÍAS, J.; ALVARADO GOZÁLEZ, M. (1994) – La evolución del ritual funerário de Augusta Emerita como indicador del cambio social, ideológico y religioso. In *Actas do Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 1-2, p. 321-350.
- MONTEIRO, M. (2003) – *A necrópole romana de Casal de Pianos (S. João das Lampas, Sintra)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.
- MONTESINOS i MARTINEZ, J. (2004) – *Terra Sigillata: Antigüedades Romanas I*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- MONTEVECCHI, G.; LEONI, C. (1999) – Una necropoli romana rinvenuta a ravenna tra via dei poggi e via romea sud: gli oggetti in vetro nelle sepolture. *Atti della III Giornata nazionale di Studio Il vetro fra antico e moderno, Milano 31 ottobre 1997*. Milão. P. 23-28.
- MORAIS, R. R. SOUSA (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10298>
- MORILLO CERDÁN, Á. (2003<sup>a</sup>) – Consideraciones sobre las lucernas romanas de Villanueva de La Fuente (Ciudad Real). In LUGO ENRICH, L. B. (coord.) - *Mentesa Oretana*. [s.l.]: Anthropos, p. 145-154.
- MORIN-JEAN, J. A. (1922) – *La verrerie en Gaule sous l'Empire Romain*. Paris: Société de Propagation des Livres d'Art. <http://www.archive.org/details/laverrerieengaul00moriuoft>
- MORRIS, I. (1992) – *Death-ritual and social structure in Classical Antiquity*. Cambridge: University Press.
- Mosaicos Romanos nas Coleções do Museu Nacional de Arqueologia* (2005). Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- Munsell Soil Color Charts* (1994). New Windsor: Macbeth Division of Kollmorgen Corporation.
- MURAIL, P.; GIRARD, L. (2000) – Biology and burial practices from the end of the 1st century AD. to the beginning of the 5<sup>th</sup> century AD: the rural cemetery of Chantambre (Essone, France). In PEARCE, J.; MILLETT, M.; STRUCK, M. , eds. (2000) – *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford: Oxbow Books.
- Museu Monográfico de Conímbriga – Coleções* (1994). Lisboa: Instituto Português de Museus/ Museu Monográfico de Conímbriga.
- NAVARRO CABALLERO, M. (2000) – Notas sobre algunos gentilicios romanos de Lusitânia: una propuesta metodológica acerca de la emigración itálica. . In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 281-297.
- NAVARRO CABALLERO, M.; ORIA SEGURA, M.; RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (2003) – La onomástica greco-latina. In NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Grupo Mérida. Mérida-Burdeos: Fundación de Estudios Romanos y Ausonius Éditions, p. 407-412.
- NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, coord. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitânia Romana*. Mérida-Bordéus: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius (Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen Age).
- NEVES, J. C. (1972) – Uma coleção particular de materiais romanos da Aramenha. *Conímbriga*. Coimbra. XI, p. 5-33.

- NOGALES BASARRATE, T. (2008) – Técnica en Augusta Emerita: Observaciones y notas. In NOGALES BASARRATE, T.; FERNÁNDEZ URIEL, P., eds - *Ciencia y tecnología en el mundo antiguo*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, p. 299-331.
- NOLEN, J. S. (1976) – Recensões Bibliográficas. *Conímbriga*. Coimbra. XV, p. 189-197.
- NOLEN, J. S. (1976-1977) – Alguns fragmentos de «paredes finas» de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 423-454.
- NOLEN, J. S. (1981) – A grave group from Monte dos Irmãos (Montargil). *Conímbriga*. Coimbra. XX, p. 181-190.
- NOLEN, J. U. S. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.
- NOLEN, J. U. S. (1988) – Vidros de S. Cucufate. *Conímbriga*. Coimbra. XXVII, p. 5-59.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: SEC/IPM.
- NOLEN, J. U. S. (1996) – *Vidros romanos da Herdade de Represas (Beja)*. Lisboa: Edições Colibri.
- NOLEN, J. U. S. (1995-1997) – Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série, 13/15, p. 347-392.
- NOLEN, J. U. S. (2004) – *Roteiro – Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*. [s.l.]: Fundação Casa de Bragança.
- NUNES, J. CASTRO; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1990) – As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). *Conímbriga*. Coimbra. XXIX, p. 69-90.
- OLEIRO, J. M. Bairão (1986) – Mosaico romano. In Alarcão, J. – *História de Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. I, p. 111-127.
- OLIVÉ, M. MAYER I (2008) – A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série: 26, p. 407-414.
- OLIVEIRA, C. F. (2003) – A villa romana de Rio Maior - Estudo de mosaicos. *Trabalhos de Arqueologia 31*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- OLIVEIRA, E. P. (1984) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)*. Lisboa: IPPC.
- OLIVEIRA, E. P. (1993) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (séc. XVI-1934)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (IPPC) (Departamento de Arqueologia).
- OLIVEIRA, F. (1994) – Lusitânia rural em Plínio o antigo. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.31-43.
- OLIVEIRA, M. de (1950) – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa.
- OLIVEIRA, T.; OLIVEIRA, V. (1996) – Síntese da geologia da faixa piritosa, em Portugal, e das principais mineralizações associadas. In REGO, M., ed. – *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, p. 8-27.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1997) – *La cerámica en Arqueología*. Barcelona: Crítica.
- PADER, E. J. (1982) – *Symbolism, Social Relations and the interpretation of Mortuary Remains*. Oxford.
- PANOSA, M<sup>a</sup> I. (1994) – Elementos sobre la fase de bilingüismo y latinización de la población ibérica. In VILLAR, F.; ENCARNACÃO, J., eds. (1996) – *La Hispania prerromana – Actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Coimbra, 13-15 Outubro 1994)*. Salamanca: Universidade; Coimbra: Universidade, p. 217-246.
- PARODI ÁLVAREZ, M. J. (2001) – *Ríos y lagunas de Hispania como vías de comunicación*. Ecija: Editorial Graficas Sol.
- PASTOR MUÑOZ, M. (2004) – Vías de comunicación y relaciones comerciales entre Bética y Lusitania. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T. , eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 195-222.
- Património Arqueológico do Alentejo – Plano de Conservação e Valorização a Médio Prazo*. (1990). Évora: Instituto Português do Património Cultural (IPPC) (Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul).
- PEACOCK, D. P. S. (1982) – *Pottery in the roman world – an ethnoarchaeological approach*. London/New York.
- PEARCE, J.; MILLETT, M.; STRUCK, M. , eds. (2000) – *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford: Oxbow Books.

- PEARSON, M. P. (1993) – The powerful dead: archaeological relationships between the living and the dead. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 3:2, p.203-229.
- PEARSON, M. P. (1995) – Tombs and territories: material culture and multiple interpretation. In Hodder, I., ed. – *Interpreting archaeology*. London: Routledge, p. 205-209.
- PEARSON, M. P. (2003) - *The Archaeology of Death and Burial*. United Kingdom: Sutton Publishing Ltd.
- PERA ISERN, J. (2005) – Pervivencia de la lengua ibérica en le siglo I a.C. el ejemplo de ciudad romana de Ileso (Guissona, Lleida). *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 315-332. <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ ebook.pdf>
- PERDIGÃO, J. C. (1976) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da folha 37-C, Juromenha*. Lisboa: Serviços Geológicos Portugueses.
- PEREIRA, G. (1889) – O santuário de Endovéllico. *Revista Archeológica*. Lisboa. 3, p. 145-149.
- PEREIRA SIESO, J. (2001) – El registro arqueológico de las cremaciones: una fuente para la reconstrucción del ritual funerario. In GARCÍA HUERTA, R; MORALES HERVÁS, J. (coord.s) (2001) – *Arqueología Funeraria: las necrópolis de incineración*. Cuenca: Eds. De la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 11-36.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) – De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p.73-84.
- PERRIER, J. (s.d.) – *La verrerie funéraire gallo-romaine en Limousin: l'exemple de la Haute-Vienne*. <http://aquitania.u-bordeaux3.fr/PDF%20-%20copie/AQUITANIA%20 TOME1/verriere.pdf>
- PINTO, A. J. NUNES (2004) – A propósito dos pequenos bronzes figurativos romanos: itinerários difusores. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 391-407.
- PINTO, I. (2000) – Povoamento rural romano do actual concelho de Arronches (Portalegre, Alto Alentejo, Portugal): a amostra disponível. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1999)*. Vol. 6. Porto: ADECAP (Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular), p. 441-452.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora - Coleção Teses.
- PINTO, I. V. (2006) – A cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9, 2, p. 167-184.
- PIRES, C. S. PEREIRA (2008) – *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- POLAK, M. (2000) – *South Gaulish Terra Sigillata with Potters' stamps from Vechten*. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen.
- PONTE, S. (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conímbriga*. Coimbra. XXV (Separata), p. 99-129.
- PORTO TENREIRO, Y. (2007) – Doas de pasta vítrea de Castrolandín (Cuntis, Pontevedra). *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*. Lugo. 17, p. 54-65. <http://www.aaviladonga.es/croa/croa17054.pdf>
- POVEDA NAVARRO, A. M. (1999) – Las producciones de terra sigillata hispánica y su comercialización en el sureste de Hispania. In ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., coords. – *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M. Ángeles Mezquiriz*. Jaén e Málaga: Universidad de Jaén/ Universidad de Málaga, p. 209-230.
- PRIEUR, J. (1980) – *La Mort dans l' Antiquité Romaine*. Paris: Ouest-France.
- QUARESMA, J. C. COSTA (1999) – *Terra Sigillata Africana, Hispánica, Focense Tardia e Cerâmica Africana de Cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém)*. *Conímbriga*. Coimbra. XXXVIII, p. 137-200.
- QUARESMA, J. C. COSTA (2002) – *Terra Sigillata Sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)*. *Trabalhos de Arqueologia* 30.. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Direcção geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

*Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa* (catálogo de exposição) (2002). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1996?) – *Archaeology Theories, Methods and Practice*. London: Thames and Hudson Ltd.

RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1994) – La demografía del *territorium emeritense* (excepto el casco urbano) según la documentación epigráfica. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRIAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitas*. Madrid – Salamanca: Collection Casa de Velázquez (47), p.131-147.

RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1995) – Para-representatividad demográfica en Emérita, vista a través de los Iulii. In BELTRÁN LLORIS, F., ed. (1995) – *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*. Zaragoza: Institución «Fernando El Católico», p.271-279.

RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2002) – O Homem e a Morte na Lusitânia. In *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa* (Catálogo de exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 301-306.

RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2004) – Las comunicaciones en el *territorium emeritense*. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 109-116.

RÁSCON MARQUÉS, S.; POLO LÓPEZ, J.; MAESO FERNÁNDEZ, M.D. (1994) – Grafitos sobre *terra sigillata* hispánica hallados en un vertedero del siglo I en la casa de *Hippolytus* (*Complutum*). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. 21, p. 235-270.

RIBEIRO, J. C. (2002) – *Endovellicus*. In *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa* (Catálogo de exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 79-90.

RIBEIRO, M. (1929) – *Portugal: o Alentejo*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa.

RIBEIRO, O. (1987) – *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. (1987) – *Geografia de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Ed.s Sá da Costa.

RICCI, A. (1985) – Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale. Roma. 2, p. 231-353.

RIGOIR, Y.; RIVET, L. (1994) – *De la représentation graphique des sigillées*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule.

ROCHA, L. (1995) – Necrópole romano do Poço do Cortiço (Alandroal). *Al-Madan*. Almada. 2ª Série, 4, p. 163.

RODÀ, I. (2008) – Tecnología y comercio en el Mediterráneo: la mirada del pasado al presente. In NOGALES BASARRATE, T.; FERNÁNDEZ URIEL, P., eds – *Ciencia y tecnología en el mundo antiguo*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, p. 283-298.

ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, Mª I. , coords. (1999) – *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M. Ángeles Mezquíriz*. Jaén e Málaga: Universidad de Jaén/ Universidad de Málaga.

ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, Mª I. , coords. (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad de Málaga.

ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, Mª I. (2008) – Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (coord.) – *Producciones de terra sigillata hispánica: editado con motivo del XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, p. 307-332.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1994-1995) – Lucernas romanas del siglo I d.C. procedentes de un vertedero de Mérida (Badajoz). *Anas*. 7-8, p. 269-283.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996a) – La cerámica de «paredes finas» en los talleres emeritenses. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. T. XXXII, p. 139-179.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996b) – Material cerámico procedente del vertedero de la calle Atarazana (Badajoz): Lucernas y paredes finas. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. T. XXXII-I, p. 181-204.

- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996c) – Materiales de un alfar emeritense: paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas. *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. II.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1999) – Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection Casa de Velázquez (65), p.121-134.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano. Monografías Emeritenses 7*. Madrid : Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Secretaría de Estado de Cultura, Secretaría General Técnica, Sudirección General de Información y Publicaciones.
- ROTH, R. E. (2003) – Towards a ceramic approach to social identity in the Roman world: some theoretical considerations. *Digressus*. Supplement 1, p. 35 – 45.  
<http://www.digressus.org/articles/romanizationpp035-045-roth.pdf>
- RUBIO ALIJA, J. (1959) – Españoles por los caminos del Imperio romano. Estudios epigráfico-onomásticos en torno a Reburus y Reburinus. *Cuadernos de Historia de España*. 29-30, p.5-124.
- SAA, M. (1956) – *As grandes vias da Lusitânia – o itinerário de Antonino Pio. Vol. I*. Lisboa: Sociedade Astória.
- SAA, M. (1959) – *As grandes vias da Lusitânia – o itinerário de Antonino Pio. Vol. II*. Lisboa: Sociedade Astória.
- SÁENZ PRECIADO, J. C. (2000) – Las primeras producciones de sigillata hispánica. *ASIATICVS y M.C.R.*: dos alfareros precoces en Bilbilis. *SALDVIE: Estudios de prehistoria y arqueología*. I, p. 283-294.
- SÁENZ PRECIADO, J. C. (2007) – Nuevas perspectivas en el estudio de la *terra sigillata* hispánica. *Caesaraugusta*. Zaragoza: Diput. Prov. de Zaragoza, Inst. Fernando El Católico. 78, p. 387-394.  
[http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/27/22/28.saenz\\_preciado.pdf](http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/27/22/28.saenz_preciado.pdf)
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1995) – Los inicios de la epigrafía en Lusitânia Oriental. In BELTRÁN LLORIS, F., ed. – *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*. Zaragoza: Institución «Fernando El Católico», p.281-289.
- SALINAS DE FRÍAS, M.; RODRÍGUEZ CORTÉS, J. (2000) – Substrato y romanización de las oligarquías locales de la provincia romana de Lusitania. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV mesa Redonda Internacional*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 17-33.
- SALINAS DE FRÍAS, M.; EDMONSON, J. (2003) – La provincia de Lusitania. In NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Grupo Mérida. Mérida-Bordéus: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius (Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen Age), p. 47-56.
- SALINAS DE FRÍAS, M.; PALAO VICENTE, J. J. (2003) – Estructuras familiares en el medio indígena. In NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Grupo Mérida. Mérida-Bordéus: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius (Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen Age), p. 401-405.
- SALINAS DE FRÍAS, M.; RODRIGUEZ CORTÉS, J. (2004) – Corrientes religiosas y vias de comunicación en Lusitania durante el Imperio Romano. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de Cultura, p. 277-296.
- SÁNCHEZ BARRERO, P. D. (2000) – Territorio y sociedad en Augusta Emerita. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T. – *Sociedad y cultura en Lusitania Romana. IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 203-228.
- SÁNCHEZ BARRERO, P. D.; GÓMEZ-NIEVES, B. M. (1998) – Caminos periurbanos de Mérida. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 4*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Historico-Artística y Arqueológica de Mérida, p. 549-569.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (1997) – El impacto de la minería romana en Hispania. In ARCE, J.; ENSOLI, S.; LA ROCCA, E., eds. - *Hispania Romana Desde tierra de conquista a provincia del imperio* (Catálogo de exposición). Madrid: Electa, p. 77-80.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M<sup>a</sup> A. (1993) – *Cerámica común romana de Mérida: estudio preliminar*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Departamento de Prehistoria y Arqueología.
- SANTOS YANGUAS, N. (2008) – Técnicas romanas en la minería del oro en Asturias. In NOGALES BASARRATE, T.; FERNÁNDEZ URIEL, P., eds. - *Ciencia y tecnología en el mundo antiguo*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, p. 266-279.
- SANTROT, M. H.; SANTROT, J. (1979) – *Ceramiques communes Gallo-romaines d'Aquitaine*. Paris: C.N.R.S.
- SAQUETE, J. C. (1997) – El hábito epigráfico entre los romanos. In ARCE, J.; ENSOLI, S.; LA ROCCA, E., eds. - *Hispania Romana/ Desde tierra de conquista a provincia del imperio* (Catálogo de exposición). Madrid: Electa, p. 273-281.



- SAXE, A. A. (1970) – *Social Dimensions of mortuary practices*. Ph. D. Dissertation. University of Michigan. Ann Arbor: University Microfilms.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. J. (1993) – Algunas consideraciones sobre cuestiones relacionadas con la conquista y romanización de las tierras extremeñas. In *Cuadernos Emeritenses 7 - El proceso histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo, p.189-220.
- SCATOZZA HÖRICH, L. A. (1986) – *I Vetri Romani di Ercolano*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.
- SCHATTNER, T. G.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2005) – La investigación del santuario de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal). *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 893-908. <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ebook.pdf>
- SCHNAPP, A.; D'AGOSTINO, B. (1982) – Les morts entre l'objet et l'image. In VERNANT, J.; GNOLI, G., eds. – *La mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge-Paris, p. 17-25.
- SEPÚLVEDA, E.; CARVALHO, A. (1998) – Cerâmica romana de paredes finas. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 233-265.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, V. R. CORDEIRO (2000) – *Lucernas Romanas: catálogo*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Leonel Trindade.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 6, nº 2, p. 383-399.
- SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1990) – *Nova História de Portugal*. Vol. I: Portugal das Origens à Romanização. Lisboa: Editorial Presença.
- SERRANO RAMOS, E. (2008) – El mundo de las cerámicas comunes altoimperiales de *Hispania*. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (eds. científicos) (2008) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 471-488.
- SEVERO, R. (1905-1908) – O cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto). *Portugalia*. Porto. Tomo II, 1-4, p. 111-113.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. (1982) - Ideology, symbolic power and ritual communication: a reinterpretation of Neolithic mortuary practices. In HODDER, I., ed. – *Symbolic and structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-154.
- SHEID, J. (1997) – La religion romaine: rito y culto. In ARCE, J.; ENSOLI, S.; LA ROCCA, E., eds. - *Hispania Romana Desde tierra de conquista a provincia del imperio* (Catálogo de exposição). Madrid: Electa, p. 245-252.
- SILLIÈRES, P. (1990) – Voies romaines et limites de provinces et de cités en Lusitanie. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Talence 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 73-88.
- SILVA, A. M<sup>a</sup>; CUNHA, E. (1997) – *As incinerações da necrópole do Paranho: abordagem antropológica*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta.
- SILVA, R. BANHA (2005) – “*Marcas de oleiro*” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.). Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8130>
- SOEIRO, T. (1981-1982) – Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina. *Portugalia*. Porto. Nova Série, vol. II, p. 97-108.
- SOLOVERA SAN JUAN, M. E.; GARABITO GÓMEZ, T. (1986) – Los nombres de los ceramistas romanos de La Rioja: nuevas aportaciones. *II Coloquio sobre historia de La Rioja*. Logroño. Vol. I, p. 117-128.
- STIENSTRA, P. (1986) – Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery – some basic methods. *Newsletter*. IV, p. 29-48.
- TAINTER, J. A. (1973) - The social correlates of mortuary patterning at Kaloko, North Kona, Hawaii. *Archaeology and Physical Anthropology in Oceania*. 8, p. 1-11.
- TAINTER, J. A. (1975) - Social inference and mortuary practices: an experiment in numerical classification. *World Archaeology*. 7, p. 1-15.
- TAINTER, J. A. (1977) - Modelling change in prehistoric social systems. In BINFORD, L., ed. – *For Theory Building in Archaeology*. New York.



- TAINTER, J. A. (1978) – Mortuary practices and the study of prehistoric social systems. In SCHIFFER, M. B., ed. – *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York.
- THOMAS, L.V. (1980) – *Antropologie de la Mort*. Paris: Payot.
- TOMBER, R.; DORE, J. (1998) – *The national Roman fabric reference collection – A handbook*. London: Museum of London Archaeological Service.
- TOVAR, A.; BLAZQUEZ MARTINEZ, J. M. (1982) – *Historia de la Hispania Romana: la Península Ibérica desde 218 a. C. hasta el siglo V*. Madrid: Alianza Editorial.
- TOYNBEE, J. M. C. (1971) – *Death and Burial in the Roman World*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- TRANOY, L. (2000) – La mort en Gaule romaine. FERDIÈRE, A. (dir.) – *Archéologie Funéraire*. Paris: Éditions Errance, Collection “Archéologiques”.
- UNTERMANN, J. (1965) – *Elementos de un Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua*. Madrid.
- VAQUERIZO, D., coord. (2002) – *Espacios y usos funerarios en el Occidente Romano*. (2 vols.) Córdoba: Universidad de Córdoba.
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) – La composición en la antroponimia antigua de la Península Ibérica. *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 5, p. 99-134.  
<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/22/ ebook.pdf>
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1897) - *Religiões da Lusitânia*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1913) - *Religiões da Lusitânia*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1927) – *De terra em terra, excursões arqueológico-etnográficas*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 147-148.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1929) – Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). *Inscrições romanas. O Archeologo Português*. Lisboa. XXVIII (1927-1929), p. 209-227.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (19342) – Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIX, p. 222-226.
- VÁZQUEZ DE LA CUEVA, A. (1985) – *Sigillata Africana en Emerita Augusta*. Mérida: Asociación de Amigos del Museo.
- VEGAS, M. (1973) – *Cerâmica comum romana del mediterráneo occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Instituto de Arqueología e Prehistoria.
- VERNANT, J.; GNOLI, G., eds. (1982) – *La mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge-Paris.
- VIANA, A. (1941) – Arqueologia Alentejana. *Diário do Alentejo*. Évora. 29 e 30 (Agosto 1941).
- VIANA, A. (1950) - Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12: 3-4, p. 289-322.
- VIANA, A. (1953) – Notas da arqueologia alto-alentejana. Cerâmica luso-romana do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*. Évora. 10: 33-34 (Julho-Dezembro 1953), p. 235-258.
- VIANA, A. (1956) – *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja: Minerva Comercial.
- VIANA, A. (1960-1961) – Vidros romanos em Portugal, Breves notas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 18: 1-2, p. 5-42.
- VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1950a) - A exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In *Actas do XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, tomo VIII, p. 67-74.
- VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1950b) – Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 23, p. 229-254.
- VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1955a) – Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). In *III Congresso Arqueológico Nacional, Galicia, 1953 - (Actas)*. Zaragoza: [s.n.], p. 568-578.

VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1955b) – Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 28, p. 244-265.

VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1955c) - Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 28, p. 33-68.

VIANA, A.; DEUS, A. Dias de (1956) - Campos de urnas do concelho de Elvas. *O Instituto*. Coimbra. 118, p. 133-193.

VIEGAS, C. (2003) –A *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém (Cerâmica, economia e comércio). *Trabalhos de Arqueologia* 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

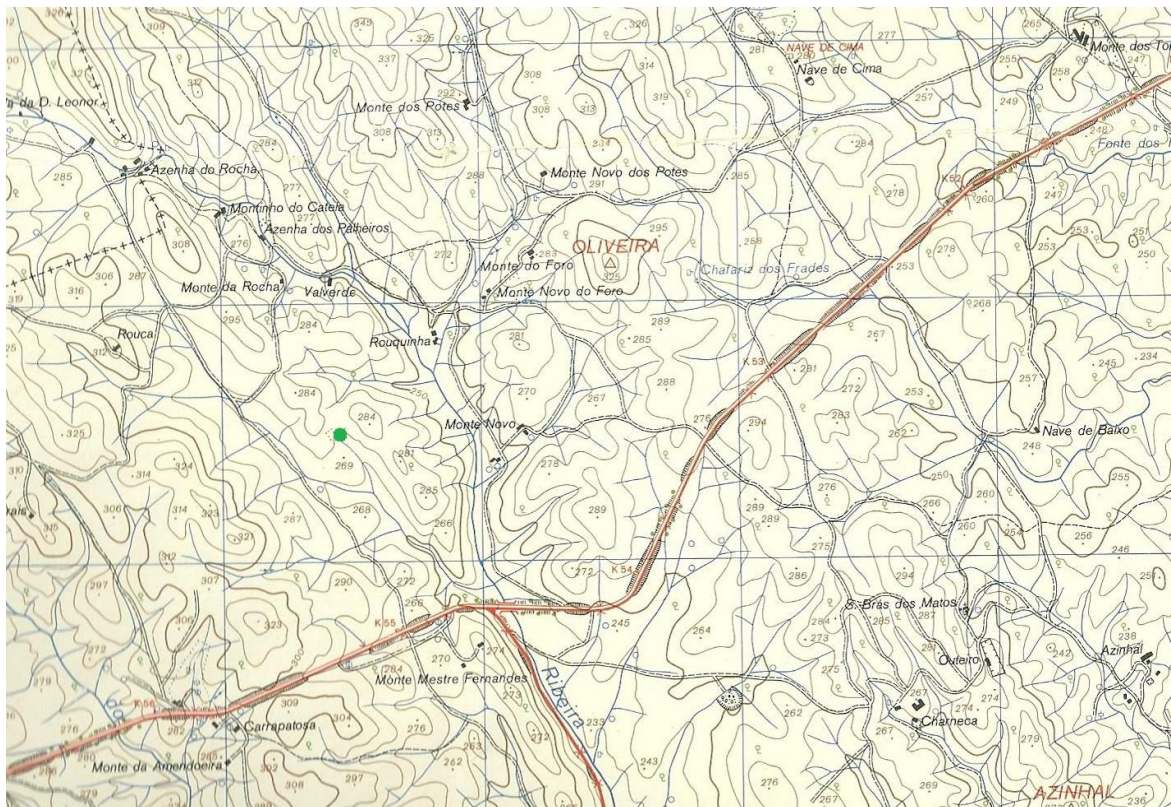
VIEGAS, J. R.; NOLEN, J. U. S.; DIAS, M<sup>a</sup> F. (1981) – A necrópole de Santo André. *Conímbriga*. Coimbra. XX, p. 5-180.

VINCENT GARCIA, J.M. (1995) – Problemas teóricos de la Arqueología de la Muerte: una Introducción. In FÁBREGAS VALCARCE, R.; PÉREZ LOSADA, F.; FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C., eds. – *Arqueoloxía da morte: arqueoloxía da morte na península Ibérica desde as Orixes ata o Medievo: actas do Curso de verán da Universidade de Vigo, celebrado en Xingo de Limia, do 4 ó 8 de xullo de 1994*. Xinzo de Limia: Excm. Concelho de Xinzo de Limia, p. 13-21.

WALTERS, H. B. (1914) – *Catalogue of the Greek and Roman Lamps in the British Museum*. London.

WALTERS, H. B. (1926) – *Catalogue of the engraved gems and cameos Greek Etruscan and Roman in the British Museum*. London.

## A necrópole da Rouca (Alandroal, Évora)



Localização do sítio da necrópole romana da Rouca na Carta Militar de Portugal nº 441 (1: 25 000) – Juromenha (Alandroal), de acordo com CALADO (1993, p. 36).



Vista geral da área envolvente do monte da Rouca (Alandroal) (orientação SE-NW).





Vista parcial da provável área de implantação da necrópole da Rouca (orientação S-N).

---



Vista parcial da provável área de implantação da necrópole da Rouca (orientação SE-NW).

---

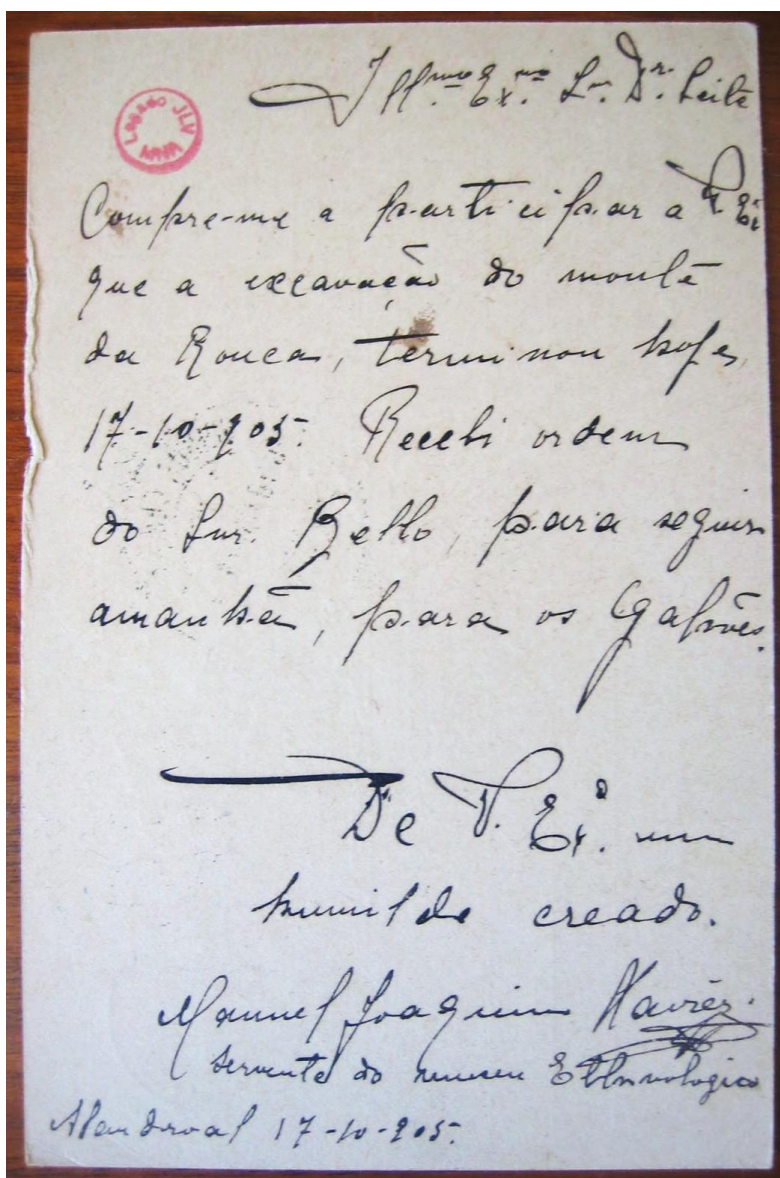


Possível estrutura de sepultura escavada na rocha (?), detectada durante a prospecção do sítio da Rouca (orientação SE-NW).



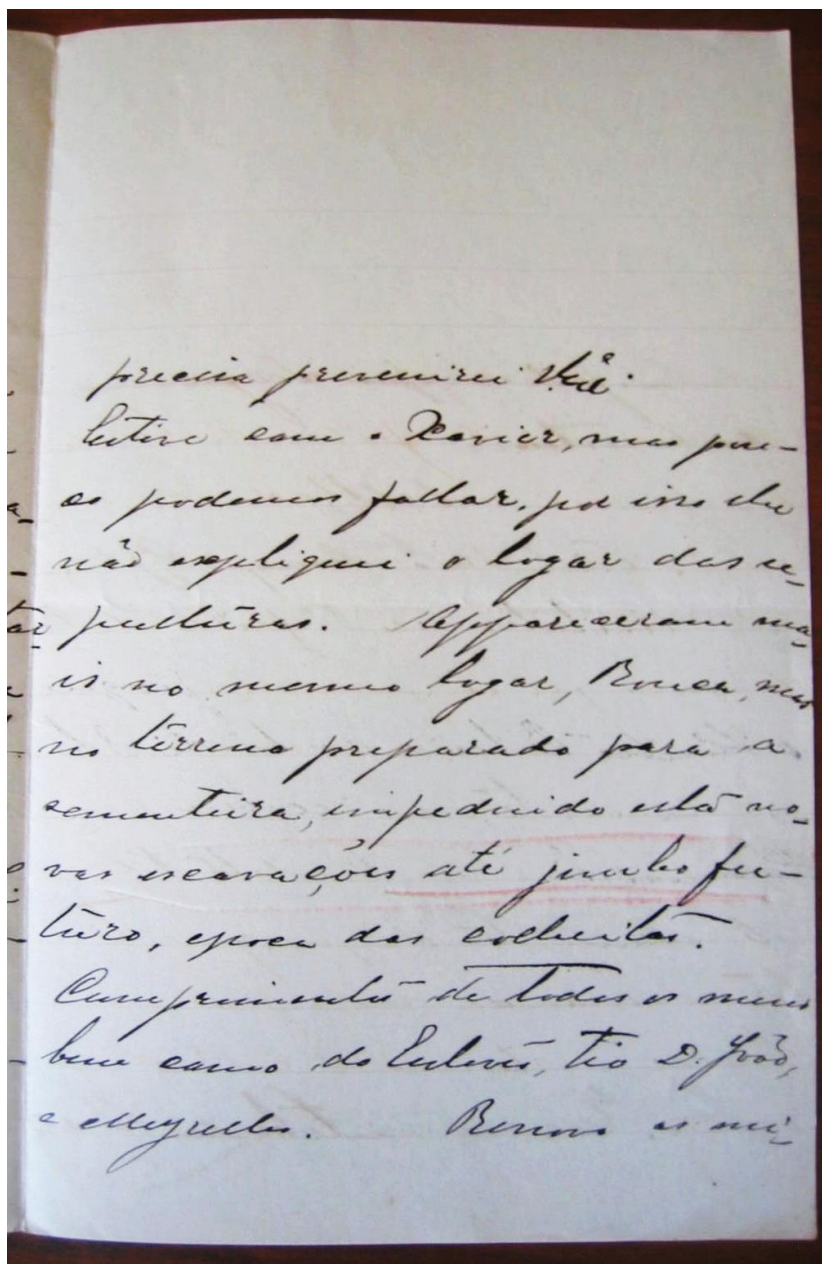
Achados de superfície (fragmentos cerâmicos incharacterísticos) detectados durante a prospecção do sítio da Rouca.





Bilhete-Postal endereçado por Manuel Joaquim Xavier, funcionário do então Museu Etnológico Português, a J. Leite de Vasconcellos, dando-lhe conta do fim dos trabalhos de escavação no "monte da Rouca" a 17 de Outubro de 1905.

(MNA, Legado Pessoal de J. Leite de Vasconcellos, Correspondência JLV, Doc. 23788)



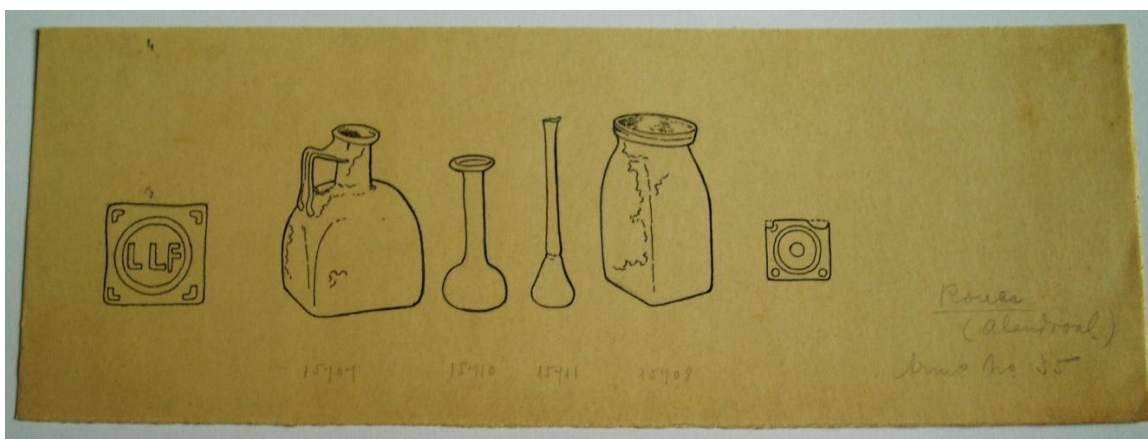
precisa prevenir V.ª  
Estive com o Xavier, mas pou-  
co pudemos falar, por isso não  
lhe expliquei o lugar das se-  
pulturas. Apareceram mais  
no mesmo lugar, Rouca, mas  
no terreno preparado para a  
sementeira, impedindo então  
novas escavações até Junho fu-  
turo, época das colheitas.  
Cumprimentos de todos os meus  
bom como do Lulú, tia D. João,  
e os outros. Bem como me

Excerto de carta endereçada por José Veladas da Silveira Belo a J. Leite de Vasconcellos (com data de 22 de Janeiro de 1906).  
A dada altura pode ler-se: “ Estive com o Xavier, mas pouco pudemos falar, por isso não lhe expliquei o lugar das sepulturas.  
Apareceram mais no mesmo lugar, Rouca, mas no terreno preparado para a sementeira, impedindo então (?) novas  
escavações até Junho futuro, época das colheitas.”

(MNA, Legado Pessoal de J. Leite de Vasconcellos, Correspondência JLV, Doc. 2288)







Desenho de espólio vítreo proveniente da necrópole da Rouca (autoria desconhecida).

As peças ilustradas são identificadas com os respectivos n.ºs Inv. MNA: 15 707 (Catál. vi-11), 15 710 (Catál. vi-2), 15 711 (Catál. vi-3) e 15 708 (Catál. vi-12), e na legenda pode ainda ler-se "Rouca (Alandroal)/ Arm(ário) n.º 35".

(MNA, Legado Pessoal de J. Leite de Vasconcellos, Desenhos de Peças Arqueológicas – Caixa 1)



Conjunto de peças provenientes da necrópole da Rouca numa das vitrinas neo-manuelinas da antiga exposição do Museu Etnológico Português.

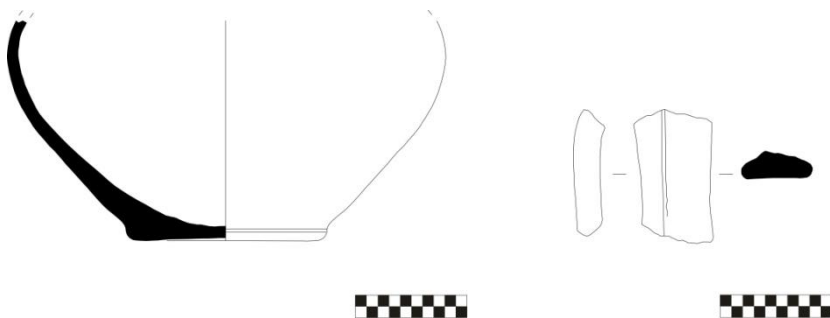
(MNA, Arquivo Fotográfico, Álbum de Fotos para o Congresso Arqueológico de Roma, 1912. Reprodução gentilmente cedida pelos Serviços de Biblioteca do MNA.)

## ANEXO 2

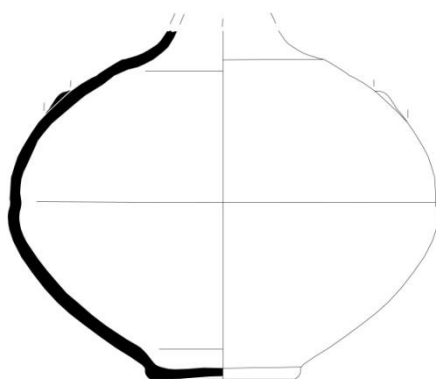
### TIPOS FORMAIS DEFINIDOS PARA CERÂMICA COMUM DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA

#### BILHAS

#### BILHAS TIPO I

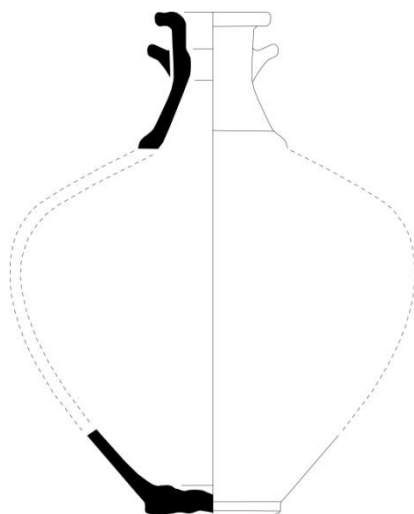


cc-3



cc-52

#### BILHAS TIPO II-a

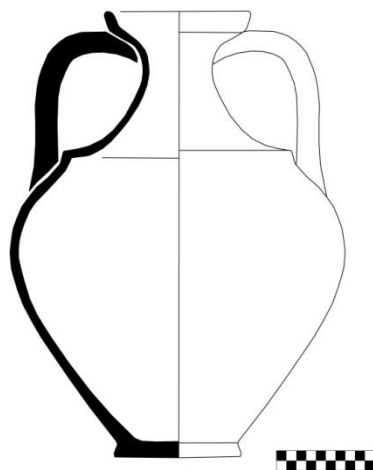


cc-35



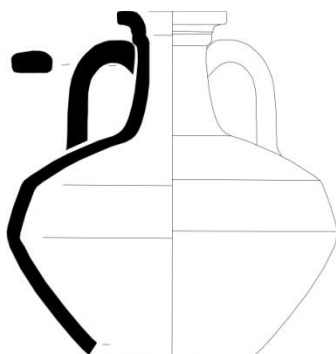
cc-36

BILHAS TIPO II-b



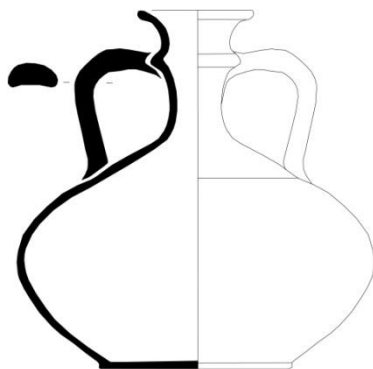
cc-23

BILHAS TIPO III-a



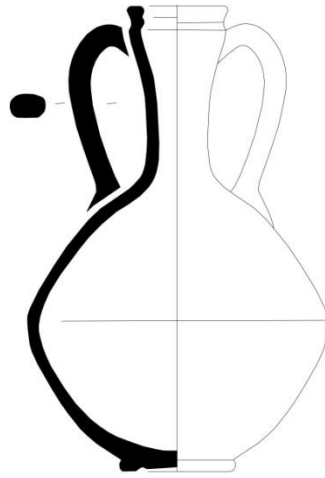
cc-44

BILHAS TIPO III-b

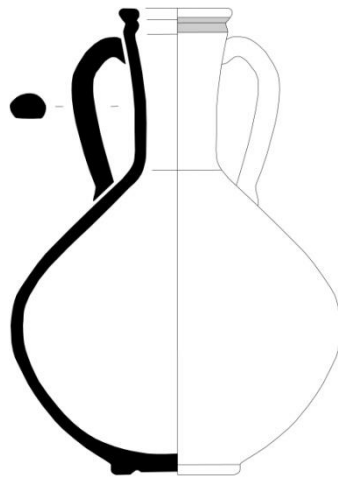


cc-7

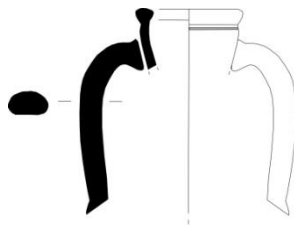
BILHAS TIPO IV



cc-50

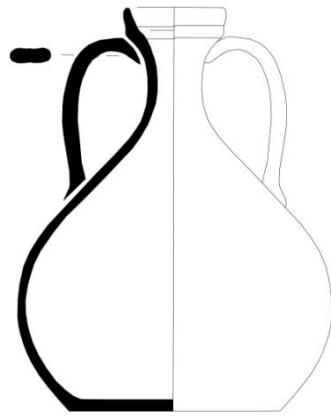


cc-51

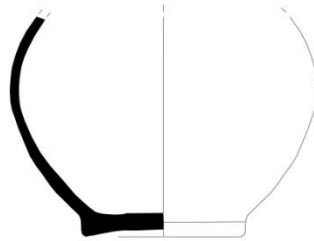


cc-8

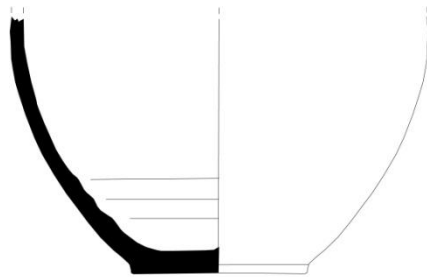
BILHAS TIPO V



cc-26



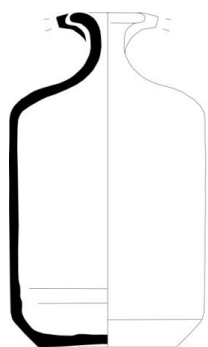
cc-47



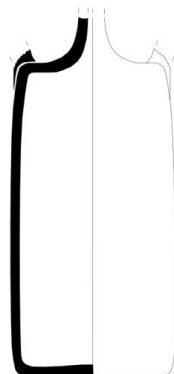
cc-21

**GARRAFAS**

TIPO I



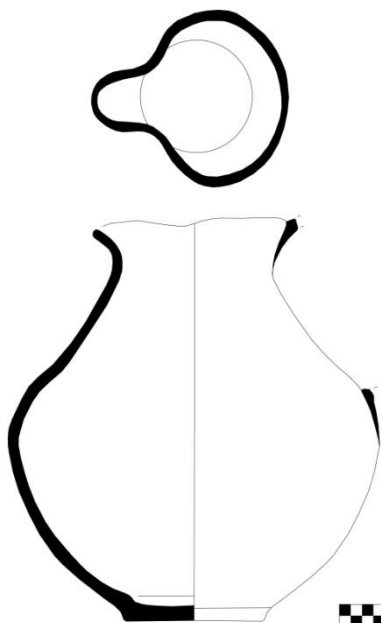
cc-30



cc-64

**JARRO**

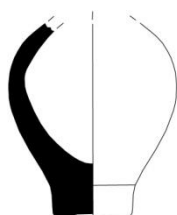
TIPO I



cc-16

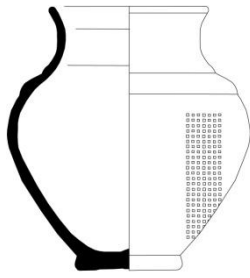
**JARRINHO(A)/ FRASQUINHO**

TIPO I

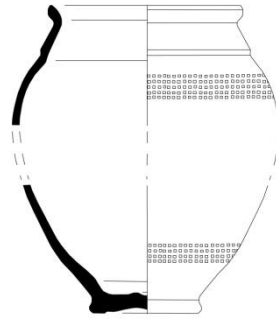


cc-45

**POTES**  
POTINHOS TIPO I

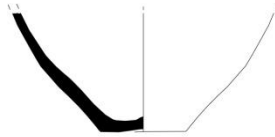


cc-31



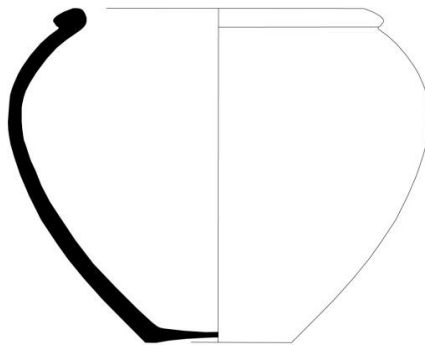
cc-53

POTES TIPO II

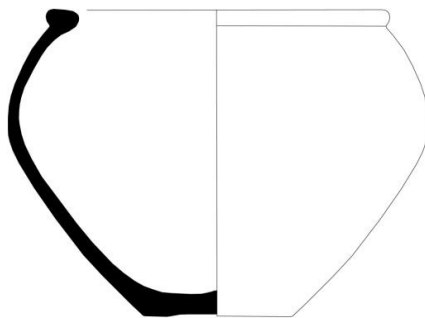


cc-60

POTES TIPO II-a

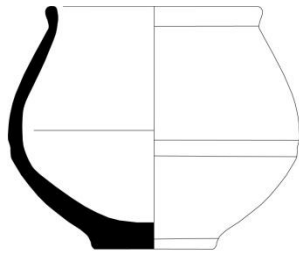


cc-59



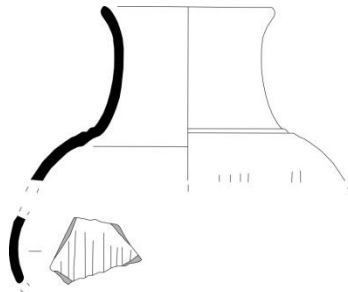
cc-63

POTES TIPO II-b



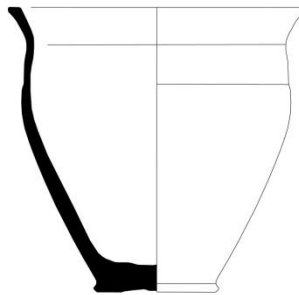
cc-34

POTES TIPO III



cc-1

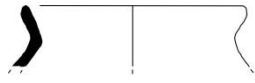
POTES TIPO IV



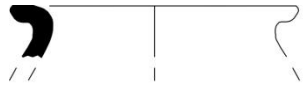
cc-56



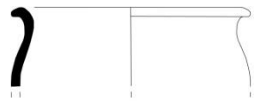
POTES SEM TIPOLOGIA FORMAL DEFINIDA



cc-2

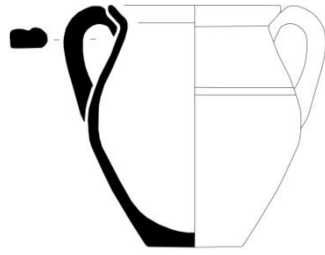


cc-9

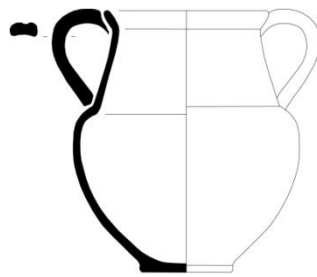


cc-41

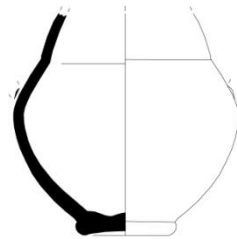
**PÚCAROS**  
PÚCAROS TIPO I



cc-17

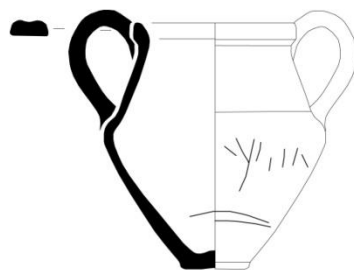


cc-33

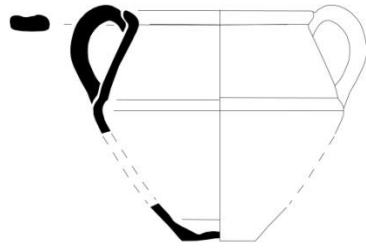


cc-18

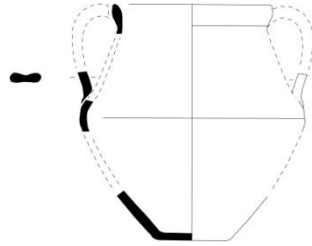
**PÚCAROS TIPO II**



cc-61



cc-62

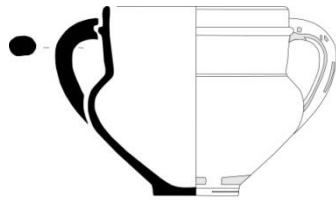


cc-46



cc-20

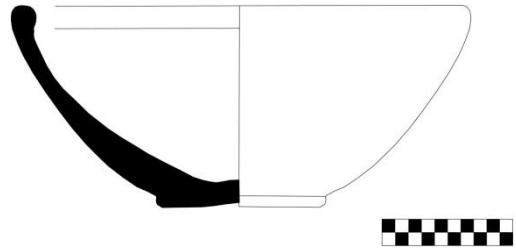
PÚCAROS TIPO III



cc-32

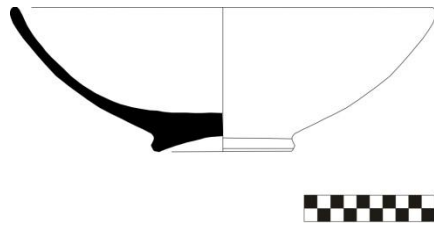
**TIGELAS**

TIGELAS TIPO I

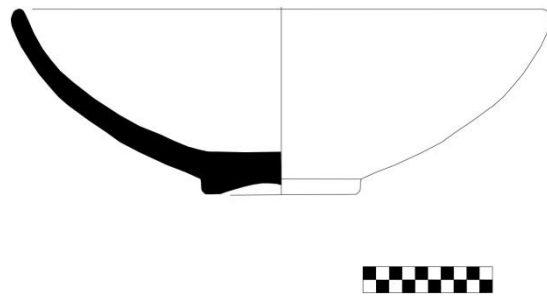


cc-57

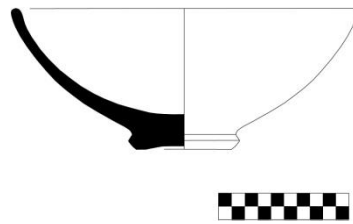
TIGELAS TIPO II-a



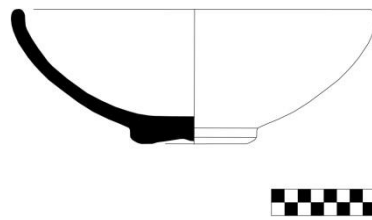
cc-10



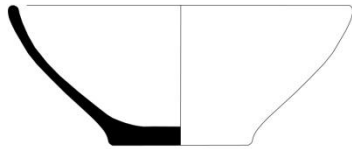
cc-25



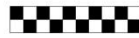
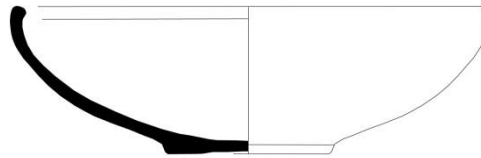
cc-37



cc-38

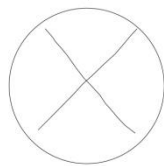
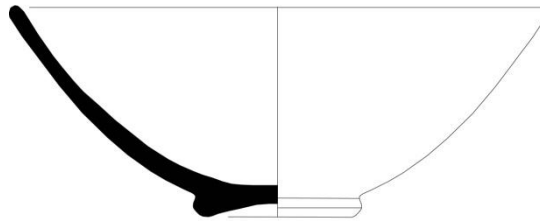
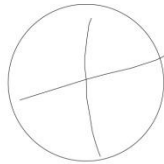


cc-42

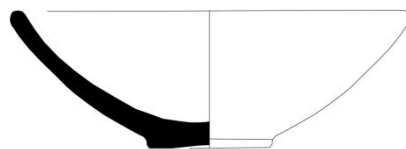


cc-48

TIGELAS TIPO II-b

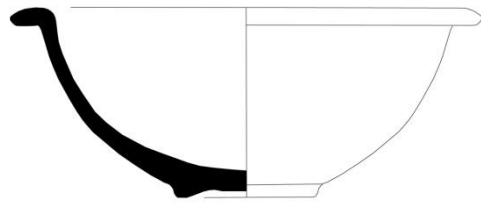


cc-27

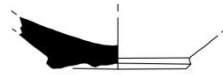


cc-54

TIGELAS TIPO III-a

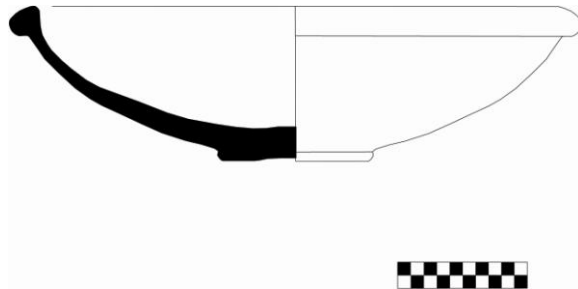


cc-65

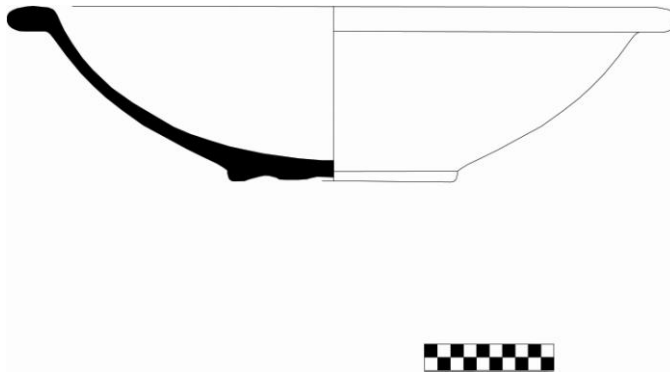


cc-4

TIGELAS TIPO III-b



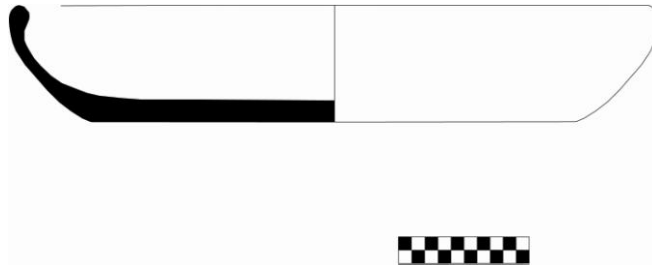
cc-22



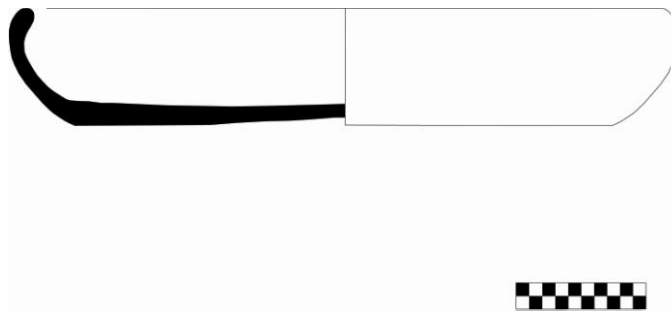
cc-28

**PRATOS**

PRATOS TIPO I-a



cc-19



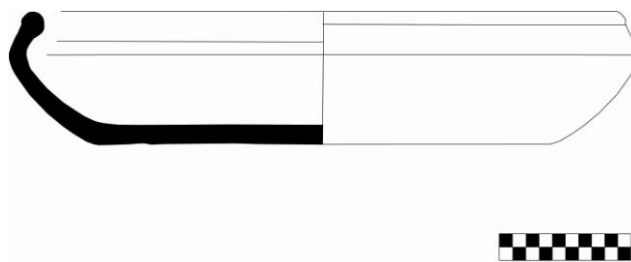
cc-66

PRATOS TIPO I-b



cc-58

PRATOS TIPO I-c



cc-49

PRATOS TIPO II

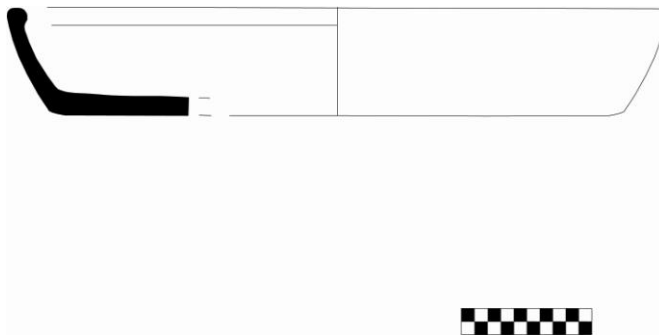


cc-24

PRATOS TIPO III



cc-29



cc-70



cc-67



**QUADRO 1 – CERÂMICA COMUM DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA**

CATÁL.	SEP.	FORMA	TIPO	PASTAS	ALIS.	POL. OU DEC. BRUNIDA	AGUADA		ENGOBE			PB	DEC. IMPRESSA OU INCISA	GRAFITOS	EF	NI	CRONOLOGIA PROPOSTA
							CP	V	V	C	CP						
cc-3	1-2	bilha	I	A-2	x				x								2ª met.séc.I d.C.– 1º quartel do séc.II
cc-52	29	bilha	I	B-2	x				x								2ª met.séc.I d.C.– 1º quartel do séc.II
cc-35	15	bilha	II-a	B-2	x												2ª met.séc.I d.C.– meados séc.II
cc-36	15	bilha	II-a	B-2	x											x	2ª met.séc.I d.C.– meados séc.II
cc-23	8	bilha	II-b	A-2	x												2ª met. séc. I d.C. – inícios/meados do séc. II
cc-44	17	bilha	III-a	B-2	x												2ª met.séc. I d.C. – séc. II e posterior (?)
cc-7	4	bilha	III-b	A-1	x												2ª met.séc.I d.C.– inícios/meados séc.II
cc-50	29	bilha	IV	C-2	x				x			x (?)					meados séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-51	29	bilha	IV	C-2	x				x			x					meados séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-8	4	bilha	IV	C-2	x						x	x					meados séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-26	11	bilha	V	D-2	x											x	meados séc. I d.C. – séc. III (?)
cc-21	6	bilha	?	C-1	x				x								2ª met.séc.I d.C.– séc.II (?)
cc-47	18	bilha	?	B-1	x											x	meados/ 2ª met.séc.I d.C.– séc.II (?)
cc-30	12	garrafa	I	A-1	x										x		2ª met.séc.I d.C.– meados séc.II/ III (?)
cc-64	33	garrafa	I	B-2	x				x								2ª met.séc.I d.C.– meados séc.II/ III (?)
cc.16	5	jarro	I	A-2	x				x								2ª met./finais séc.I d.C.– séc.II/ III (?)
cc-45	18	jarrinho(a) ou frasquinho	I	D-1	x												Séc. I d.C. – séc. III
cc-31	14	pote	I	Cer. Cinz.	x					x			x				2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-53	29	pote	I	Cer. Cinz.	x	x							x		x (?)		2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-60	32	pote	II (?)	A-2	x												2ª met.séc.I d.C.– séc. III (?)
cc-59	32	pote	II-a	A-2	x					x						x	2ª met.séc.I d.C.– séc. III

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

cc-63	33	pote	II-a	A-2	x	x								x	(?) 2ª met.séc.I d.C.– séc. III
cc-34	14	pote	II-b	A-2	x									x	(?) 2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-1	1-2	pote	III	A-3	x					x			x		2ª met.séc.I d.C.– meados séc.II (?)
cc-56	30	pote	IV	A-3	x		x								2ª met.séc.I d.C.– 1ª met.séc.III (?)
cc-2	1-2	pote	?	A-2	x			x*							?
cc-9	4	pote	?	A-2	x									x	?
cc-41	16 (?)	pote	?	C-1	x									x	?
cc-17	5	<b>púcaro</b>	I	B-3	x		x								meados/2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-33	14	púcaro	I	C-2	x									x	meados/2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-18	5	púcaro	I	B-3	x										meados/2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II
cc-61	33	púcaro	II	D-2	x			x							grafito nominal : [---] IYIIIIA (?); e linhas horizontais paralelas.
cc-62	33	púcaro	II	D-2	x									x	2ª met.séc.I d.C. – séc.s II /III
cc-46	18	púcaro	II	D-2	x									x	2ª met.séc.I d.C. – séc.s II /III
cc-20	6	púcaro	II	D-2	x										2ª met.séc.I d.C. – séc.s II /III
cc-32	14	púcaro	III	C-2	x							x			2ª met.séc.I d.C.- inícios do séc. II
cc-57	30	<b>tigela</b>	I	A-1	x		x								2ª met.séc.I d.C – meados/1ª met.séc. III
cc-10	4 (?)	tigela	II-a	B-2	x				x						2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-25	8	tigela	II-a	A-2	x					x					2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-37	15	tigela	II-a	A-3	x										2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-38	15	tigela	II-a	A-3	x										2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-42	16	tigela	II-a	A-3	x									x	2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-48	18	tigela	II-a	D-1	x									x	2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-27	11	tigela	II-b	B-2	x		x								motivos em X 2ª met.séc.I d.C.– inícios

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

cc-54	29	tigela	II-b	A-2	x													séc. II 2ª met.séc.I d.C.– inícios séc. II
cc-65	33	tigela	III-a	A-2	x		x											2ª met.séc.I d.C.– meados séc. II
cc-4	1-2	tigela	III-a	A-1	x												x	2ª met.séc.I d.C.– meados séc. II
cc-22	6	tigela	III-b	C-1	x													2ª met.séc.I d.C.– séc. III (?)
cc-28	11	tigela	III-b	A-1	x												x	2ª met.séc.I d.C.– séc. III (?)
cc-19	5	prato	I-a	A-1	x												xx	2ª met.séc.I d.C.– inícios/meados séc. II (?)
cc-66	33	prato	I-a	D-1	x			x									x	2ª met.séc.I d.C.– inícios/ meados séc. II (?)
cc-58	30	prato	I-b	A-2	x		x										x	2ª met.séc.I d.C.– 1ª met. séc. III
cc-49	18	prato	I-c	A-2	x												xx	2ª met.séc.I d.C.– meados séc. III
cc-24	8	prato	II	C-1	x												xx	2ª met.séc.I d.C.– inícios séc.II (?)
cc-29	11	prato	III	A-1	x												xx	2ª met.séc.I d.C.– meados séc. III
cc-67	34	prato	III	A-2	x												x	2ª met.séc.I d.C.– meados séc. III
cc-70	35	prato	III	C-2	x				x									2ª met.séc.I d.C.– meados séc. III

**QUADRO 1 (Vol. I - Anexo 2)**

**Legenda:**

Alis. = alisamento

C = cinzento

Catál. = nº de Catálogo

CP = idêntico à cor da pasta

Dec. Impressa = decoração impressa

EF = sinais de exposição à acção do fogo

Met. = metade

NI = (não identificado) peças cujo precário estado de conservação comprometeu ou impossibilitou a identificação do tratamento das respectivas superfícies.

PB = pintura a branco

Pol. ou Dec. Brunida = polimento ou decoração brunida

Sep. = sepultura

V = vermelho

XX = evidência de exposição à acção do fogo que parece indicar um eventual uso doméstico da peça

\* = difícil distinção entre a aplicação de aguada ou engobe

## QUADRO 2 – TERRA SIGILLATA DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA

CATÁL.	SEP.	FORMA	TIPO	PASTA	ENGOBE	OLEIRO	LEITURA	CENTRO DE PRODUÇÃO/ FABRICO	DECORAÇÃO	GRAFITOS	EF	NI	CRONOLOGIA
ts-1	4	taça	T.S.H. Drag. 27	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/4	homogéneo e brilhante, vermelho – Munsell, 10R, 4/6	SCRIBONIVS (?)	OF-SCRII[N] (?)	Trício (?)		motivos em X			2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-2	4	prato	T.S.H. Drag. 15/17	vermelha clara – Munsell, 2.5R, 6/6	de consistência e brilho irregulares, vermelho – Munsell, 10R, 4/8	-	sem marca	Trício					2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-3	4	prato	T.S.H. Drag. 15/17	vermelha clara – Munsell, 2.5R, 6/6	de consistência e brilho irregulares, vermelho – Munsell, 10R, 4/8	-	sem marca	Trício					2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-4	6	prato	T.S.Cl. A Hayes 31	vermelha clara – Munsell, 2.5R, 6/8	(?)	-	sem marca (?)	Norte África				x	1ª met. séc. III d.C.
ts-5	11	taça	T.S.H. Drag. 27	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	homogéneo e brilhante, vermelho – Munsell, 10R, 4/8	MICCIO (?)	MI[---][N] (?)	Trício (?)					2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-6	14	taça	T.S.H. Drag. 35	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	homogéneo e brilhante, vermelho – Munsell, 2.5YR, 4/8	-	sem marca	Trício	(?)	motivo em X		x	2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-7	14	taça	T.S.H. Drag. 35	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	homogéneo e brilhante, vermelho – Munsell, 2.5YR, 4/8	PIL[---]M[---] (?)	O[---]O (?)	Trício (?)	folhas de água de barbotina				2ª met. séc. I d.C. – séc. II
ts-8	14	prato	T.S.H. Drag. 36	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	homogéneo e brilhante, vermelho – Munsell, 10R, 5/8	-	sem marca	Trício	folhas de água de barbotina	grafito nominal: MAX			2ª met. séc. I d.C. – séc. IV
ts-9	15	taça	T.S.H. Drag. 27 (?)	vermelha – Munsell, 2.5YR, 5/8	vermelho – Munsell, 10R, 4/8	MEM[---]M[---] ou MIMVS (?)	OFM (?)	Trício (?)					2ª met. séc. I d.C. – séc. II/III (?)
ts-10	15	taça	T.S.H. Drag. 27 (?)	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	não homogéneo e pouco brilhante, vermelho – Munsell, 10R, 4/6	OCTAVIVS MATERNVS (?)	O[---]MO	Trício (?)		motivo em X; e motivos incaracterísticos (linhas simples, sobrepostas)		x	2ª met. séc. I d.C. – séc. II/III (?)
ts-11	15	taça	T.S.H. Drag. 46	vermelha clara – Munsell, 2.5YR, 6/6	homogéneo e pouco brilhante, vermelho – Munsell, 2.5YR, 4/8	MICCIO	OF-MIIICCIO	Trício					2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II
ts-12	15	taça	T.S.H. Drag. 46	vermelha clara – Munsell, 10R, 6/6	homogéneo e pouco brilhante, vermelho – Munsell, 10R, 4/8	MICCIO (?)	IIX[---]O	Trício (?)					2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II (?)

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

ts-13	15	prato	T.S.H. Drag. 36	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 10R, 6/6	homogéneo e brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	-	sem marca	Trício	folhas de água de barbotina	motivo cruciforme (?)		2ª met. séc. I d.C. – séc. IV
ts-14	16	taça	T.S.H. Drag. 46	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 10R, 6/6	homogéneo e pouco brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	MICCIO	IIX-[O]F-MICC	Trício				2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II
ts-15	16	taça	T.S.H. Drag. 46	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 10R, 6/6	de consistência e brilho irregulares, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	MICCIO	IIXO[F]M[I]	Trício				2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II (?)
ts-16	16	prato	T.S.H. Drag. 17	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 10R, 6/6	pouco homogéneo e pouco brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	MICCIO (?)	sem marca	Trício (?)				Finais do séc. I d.C. ou inícios do séc. II – séc. III
ts-17	29	taça	T.S.H. Drag. 27	vermelha – <i>Munsell</i> , 10R, 5/8	homogéneo e brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	(?)	marca ilegível	Trício (?)			x	2ª met. séc. I d.C. – séc. II/III (?)
ts-18	29	taça	T.S.H. Drag. 29	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 10R, 6/6	homogéneo e pouco brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 10R, 4/8	-	sem marca	Trício	decoreação metopada			meados do séc. I d.C. – 60/70
ts-19	29	prato	T.S.H. Drag. 15/17 (?)	vermelha clara – <i>Munsell</i> , 2.5R, 6/6	homogéneo e pouco brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 2.5YR, 4/6	-	sem marca	Trício ou Herrera de Pisuergra(?)				Meados séc. I d.C.
ts-20	30	prato	T.S.CL. A Hayes 30 ou 32	amarela avermelhada – <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8	espesso, homogéneo e pouco brilhante, vermelho – <i>Munsell</i> , 2.5YR, 5/8	-	sem marca	Norte África		motivo em X		1ª met. séc. III d.C.
ts-21	34	prato	T.S.CL. C Hayes 50 A/B / Lamboglia 40	vermelha – <i>Munsell</i> , 2.5YR, 5/8	homogéneo e mate, vermelho – <i>Munsell</i> , 2.5YR, 5/8	-	sem marca (?)	Norte África			x	séc. III – IV (230/240 d.C. – 325/350 )

**Quadro 2 (Vol. I - Anexo 2)**

**Legenda:**

Catál. = nº de Catálogo

Drag. = Draggendorf

EF = sinais de exposição à acção do fogo

Met. = metade

NI = (não identificado) peças cujo precário estado de conservação comprometeu ou impossibilitou a identificação do tratamento das respectivas superfícies.

Sep. = sepultura

T.S.H. = *terra sigillata* hispânica

T.S.CL. = *terra sigillata* clara

(?) = o estado de conservação da peça não permitiu a identificação de elementos relevantes para a sua caracterização.

## QUADRO 3 – CERÂMICA DE PAREDES FINAS DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA

CATÁL.	SEP.	FORMA	TIPO	PASTA	ENGOBE	CENTRO DE PRODUÇÃO/FABRICO	DECORAÇÃO	GRAFITOS	EF	NI	CRONOLOGIA
pf-1	4	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-a; cor branca - <i>Munsell</i> , 10YR, 8/1	amarelo avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 5/8	Mérida	caneluras				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-2	4	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-b; rosa - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 8/3	amarelo avermelhado a castanho esc. avermelhado , com reflexos metálicos - <i>Munsell</i> , 5YR, 7/8 a 5YR, 2.5/2	Mérida	canelura e mamilos de barbotina				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-3	4	taça	Mayet XLIII (?)	Grupo 1-a; branca - <i>Munsell</i> , 5YR, 8/1	amarelo avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8	Mérida (?)				x	2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II (?)
pf-4	4	taça	Mayet 634 (?)	Características gerais semelhantes ao Grupo 1-b; rosa - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 8/4	amarelo avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8	Mérida (?)	(?)			x	2ª met.séc. I d.C. (?)
pf-5	8	taça	Mayet XLIII A	Grupo 1-b; branca rosada - <i>Munsell</i> , 5YR, 8/2	amarelo avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8	Mérida	guilhoché				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-6	14	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-a; branca - <i>Munsell</i> , 10YR, 8/1	vermelho (laranja carregado) - <i>Munsell</i> , 2.5YR, 6/8	Mérida	caneluras, mamilos e pérolas de barbotina				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-7	14	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-a; cor branca - <i>Munsell</i> , 10YR, 8/2	amarelo avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8 – 7/8	Mérida	canelura (?)			x	2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-8	14	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-b; branca rosada - <i>Munsell</i> , 5YR, 8/2	vermelho (laranja carregado) a vermelho claro - <i>Munsell</i> , 2.5YR, 6/8 a 5/8	Mérida	guilhoché				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-9	14	taça (?)	Mayet XX A (?)	Grupo 2; amarela avermelhada - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 7/6 – 8/6	amarelo avermelhado a cinz.esc. avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8 a 4/2	Ilhas Baleares (?)					1ª met. séc. I d.C. (Cláudio-Nero) (?)
pf-10	15	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-b; branca rosada - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 6/3	vermelho (laranja carregado) a cinz. muito escuro, com reflexos metálicos - <i>Munsell</i> , 2.5YR, 5/8 a 5YR, 3/1	Mérida	folhas de água de barbotina				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-11	15	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-b; branca rosada - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 8/2	vermelho amarelado a castanho esc. Avermelhado, com reflexos metálicos - <i>Munsell</i> , 5YR, 5/8 a 2.5/2	Mérida	lúnulas de barbotina				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-12	16	taça	Mayet XLIII	Grupo 1-b; branca rosada - <i>Munsell</i> , 5YR, 8/2	vermelho (laranja carregado) - <i>Munsell</i> , 2.5YR, 5/8	Mérida	guilhoché				2ª met.séc. I d.C./ Tibério-Cláudio e inícios séc. II
pf-13	29	copo	Mayet XXXVIII B (?)	Características gerais semelhantes ao Grupo 1-b; rosa - <i>Munsell</i> , 7.5YR, 8/4	amarelo avermelhado a castanho esc. avermelhado - <i>Munsell</i> , 5YR, 6/8 a 3/2	Bética (?)	pérolas de barbotina			x	Séc. I d.C. (Tibério-Cláudio a Flávios) (?)

**Quadro 3 (Vol. I - Anexo 2)****Legenda:**

Catál. = nº de Catálogo

Cinz. = cinzento

EF = sinais de exposição à acção do fogo

Esc. = escuro

NI = (não identificado) peças cujo precário estado de conservação comprometeu ou impossibilitou a identificação do tratamento das respectivas superfícies.

Met. = metade

Sep. = sepultura

(?) = o estado de conservação da peça não permitiu a identificação de elementos relevantes para a sua caracterização.

**QUADRO 4 – LUCERNAS DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA**

CATÁL.	SEP.	PASTA	ENGOBE	TIPO	CENTRO DE PRODUÇÃO/ FABRICO	DECORAÇÃO	MARCA/ GRAFITOS	EF	NI	CRONOLOGIA
lu-1	18	branca rosada ( <i>Munsell</i> , 7.5YR, 8/2)	(?)	Dressel 27 -28 ou 30A/ Deneauve VIIIA ou VIIIB (?)	Mérida	orla decorada com mamilos de barbotina (?)	(?)		x	Séc.s II – III d.C. (?); Séc.s III – IV d.C. (?)
lu-2	33	branca ( <i>Munsell</i> , 10YR, 8/2)	(?)	Dressel-Lamboglia 11/Deneauve VA ou Dressel-Lamboglia 14-15/Deneauve VD (?)	Mérida (?)	disco decorado com figura antropomórfica: Deusa Vitória, de frente, alada, com os pés apoiados sobre <i>Orbis</i> (?)	(?)		x	2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II (?)

**Quadro 4 (Vol. I - Anexo 2)****Legenda:**

Catál. = nº de Catálogo

EF = sinais de exposição à acção do fogo

Met. = metade

NI = (não identificado) peças cujo precário estado de conservação comprometeu ou impossibilitou a identificação do tratamento das respectivas superfícies.

Sep. = sepultura

(?) = o estado de conservação da peça não permitiu a identificação de elementos relevantes para a sua caracterização.

## QUADRO 5 – VIDROS DOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DA ROUCA

CATÁL.	SEP.	FORMA	TIPO	FABRICO	COR	QUALIDADE	DECORAÇÃO/ MARCA	EF	NI	CRONOLOGIA
vi-1	1-2	indeterminada	-	-	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	(?)
vi-2	3	unguentário	Isings 28-b (?)	sopro livre	verde-gelo	2				séc. II d.C.
vi-3	4	unguentário	Isings 28-b	sopro livre	verde-gelo	1/2	linhas incisas horizontais, paralelas			2ª met. séc. I d.C. – inícios séc. II
vi-4	4	taça	Isings 42-a (?)	sopro livre	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	2ª met. séc. I d.C. – séc. II (?)
vi-5	4	taça (?)	(?)	sopro livre (?)	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	(?)
vi-6	4	taça (?)	(?)	sopro em molde (?)	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	finais séc. I d.C. – inícios séc. III (?)
vi-7	4	taça (?)	Isings 42-a (?)	sopro livre	quase incolor, com ligeira tonalidade amarela esverdeada	2			x	2ª met. séc. I d.C. – séc. II (?)
vi-8	4	taça (?)	(?)	sopro livre (?)	incolor	2/3			x	(?)
vi-9	4	indeterminada	-	-	incolor	2/3			x	(?)
vi-10	4	indeterminada	-	-	quase incolor, com ligeira tonalidade amarela esverdeada	2/3			x	(?)
vi-11	13 (?)	garrafa	Isings 50-a	sopro em molde	desconhecida	desconhecida	marca nominal – LLF – no fundo externo			2ª met. séc. I d.C. – séc. II
vi-12	13 (?)	frasco	Isings 62	sopro em molde	verde-gelo	2	fundo externo decorado com quatro botões (em relevo) aos cantos e uma coroa circular (também em relevo) delimitando motivo central			meados séc. I d.C. – séc. II
vi-13	14 (?)	frasco	Isings 68 (?)	sopro livre ou em molde (?)	verde-gelo	2/3			x	meados séc. I d.C. – séc. II (?)
vi-14	14 (?)	indeterminada	-	-	incolor	2/3			x	(?)
vi-15	15	taça	(?)	sopro livre	quase incolor, com ligeira tonalidade verde amarelada	1/2	duas séries de linhas incisas horizontais, paralelas			2ª met. séc. I d.C. – inícios/meados séc. II (?)
vi-16	15	taça	(?)	sopro livre	quase incolor, com ligeira tonalidade verde amarelada	1/2	caneluras; linhas incisas horizontais, paralelas			2ª met. séc. I d.C. – inícios/meados séc. II (?)
vi-17	15	copo	Isings 34	sopro livre	verde-gelo	2/3	linhas incisas horizontais, paralelas			2ª met. séc. I d.C. – séc. IV
vi-18	15	indeterminada	-	-	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	(?)
vi-19	15 (?)	indeterminada	-	-	quase incolor, com ligeira tonalidade amarelada	2			x	(?)
vi-20	16	jarro	(?)	sopro livre	quase incolor, com ligeira tonalidade verde-azeitona	1	fios de vidro aplicados horizontalmente ao longo do corpo, e que vão diminuindo de espessura à medida que se distanciam da base da peça			meados/ finais séc. I d.C. – inícios do séc. II



A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

vi-21	17	unguentário	Isings 7	sopro em molde	quase incolor, com ligeira tonalidade verde clara	2				2ª met. séc. I d.C. (Nero – Vespasiano)
vi-22	29	copo	Isings 34	sopro livre	verde-gelo	2/3			x	2ª met. séc. I d.C. – séc. IV
vi-23	30	copo	Isings 32 (?)	sopro livre	incolor	2/3	corpo decorado com depressões ovais verticais (amolgadas); bordo decorado com séries de linhas incisadas horizontais, paralelas		x	2ª met. séc. I d.C. – séc. III/IV
vi-24	33	copo (?)	(?)	sopro livre	incolor	2/3	aplicação de fios de vidro muito finos formando séries de linhas horizontais paralelas		x	meados do séc. I d.C. – séc. III
vi-25	33	taça (?)	(?)	sopro livre (?)	incolor	2/3			x	2ª met. séc. I d.C. – finais séc. II/ inícios séc. III (?)
vi-26	33	indeterminada	-	sopro livre (?)	incolor	2/3	aplicação de cordões de vidro formando pequenos mamilos		x	(?)
vi-27	35	prato	Isings 47 (?)	sopro livre (?)	incolor	2/3	linhas incisadas horizontais, paralelas		x	finais séc. I d.C. – séc. II (?)

**Quadro 5 (Vol. I - Anexo 2)**

**Legenda:**

Catál. = nº de Catálogo

EF = sinais de exposição à acção do fogo

Met. = metade

NI = (não identificado) peças cujo precário estado de conservação comprometeu ou impossibilitou a identificação do tratamento das respectivas superfícies.

Sep. = sepultura

(?) = o estado de conservação da peça não permitiu a identificação de elementos relevantes para a sua caracterização

## EPIGRAFIA FUNERÁRIA – ANÁLISE DOS QUADROS 6 E 7

No presente Anexo apresenta-se um breve estudo sobre a antroponímia registada na epigrafia funerária proveniente da actual região do Nordeste Alentejano, baseado na análise de um total de cerca de 58 epígrafes extraídas da fundamental obra de referência – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (IRCP) (ENCARNAÇÃO, 1984), e que correspondem a um âmbito cronológico que vai desde os primórdios do Império (séc. I a. C) até finais do séc. III d. C.. A amostra de documentos epigráficos em análise é composta pelas inscrições funerárias inventariadas provenientes dos actuais concelhos de: Redondo, Alandroal, Vila Viçosa, Estremoz, Sousel, Fronteira, Avis, Elvas, Campo Maior, Arronches, Monforte, Alter do Chão, Crato, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Gavião e Ponte de Sôr. Neste âmbito, importa ressaltar três opções metodológicas tidas em conta na elaboração do presente estudo: em primeiro lugar, e como já foi anteriormente referido, adoptou-se como objecto de análise unicamente as epígrafes funerárias, pelo que as inscrições votivas provenientes do santuário dedicado a Endovélico (S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal) não foram alvo de estudo. Em segundo lugar, do território que no Capítulo XI da obra citada se designa por «*Aritium Vetus e seu termo*» (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 695), optou-se por incluir na nossa esfera de abordagem somente as epígrafes oriundas dos actuais concelhos de Nisa, Gavião e Ponte de Sôr (excluindo as inscrições dos actuais concelhos de Abrantes, Chamusca e Almeirim), uma vez que tal se nos afigurou a opção mais consentânea com a concepção delineada do território em estudo. Uma terceira opção prende-se com a não apresentação do estudo dos documentos epigráficos provenientes das áreas dos actuais concelhos de Beja e Évora. Apesar da indispensável referência à epigrafia destas áreas, incontornável em qualquer investigação sobre o Nordeste Alentejano à época romana, optámos por limitar o âmbito geográfico da amostra em estudo à região do actual Nordeste Alentejano, de acordo com a concepção delineada por Frade & Caetano (1990, p. 847), cientes porém, de que o funcionamento de qualquer espaço geográfico e humano implica um dinamismo de relações com o meio envolvente.

Apresentamos pois, dois quadros resultantes da análise da onomástica patente nas referidas inscrições. No designado **QUADRO 6**, procurou-se a partir do esquema nominal observado proceder à classificação da respectiva onomástica – onomástica indígena, onomástica latina, onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado, e eventuais casos de onomástica grega. No mesmo quadro incluímos o local de achado da epígrafe e a cronologia proposta pelo autor da obra citada, de modo a proporcionar o enquadramento espaço-temporal dos monumentos epigráficos analisados. Optou-se igualmente por fazer referência ao tipo de monumento e matéria-prima utilizada porque, como já tivemos oportunidade de referir, se considera significativa a importância da morfologia e características do monumento na abordagem do fenómeno da romanização e no rastreio de eventuais padrões regionais.

No **QUADRO 7**, propomo-nos agrupar por categoria etimológica genérica – onomástica indígena, onomástica latina, onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado, onomástica grega, e onomástica com possível influência do mundo provincial africano – os antropónimos registados no

conjunto das inscrições estudadas, atestando assim a sua frequência no contexto em análise. A este nível impõem-se algumas considerações de ordem metodológica. Em primeiro lugar, e baseados no que Albertos Firmat designa como “*condiciones concretas que el testimonio antroponímico debe apresentar*” (1976, p. 64), optou-se por sustentar o nosso estudo nas epígrafes cuja antroponíma é suficientemente legível de modo a garantir uma maior segurança dos dados registados, tendo-se adoptado a proposta de leitura apresentada por J. d’Encarnação na obra citada. Em segundo lugar considerámos pertinente para o estudo da antroponímia, incluir na apresentação do esquema nominal, não só o nome do(s) defunto(s) (devidamente destacado), mas também o dos dedicantes, e a indicação de filiação. Convém ainda esclarecer que, no primeiro quadro, se classificou como «onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado» os casos em que se verifica a adopção de antropónimos latinos e/ou do sistema nominal à romana, paralelamente à manutenção de elementos de origem paleo-hispânica ou indígena, correndo todavia o risco de reunir sob a mesma classificação o testemunho epigráfico de indivíduos com diferentes níveis de romanização. No segundo quadro, a evidente abundância de antropónimos latinos comparativamente aos restantes prende-se com duas razões: o desdobramento dos *tria nomina*, e o facto de se agruparem sob a denominação «onomástica latina em contexto indígena» apenas os nomes latinos conhecidos como característicos de meios de influência indígena e/ou recém-romanizados. Por «onomástica de influência africana» deverá entender-se o registo de antropónimos que, independentemente da sua origem etimológica, se encontram associados ao contexto provincial africano, em virtude da sua significativa representatividade nessa área do Império.

Como é sabido, os Romanos, na sua chegada à Península Ibérica, depararam-se com uma complexa e heterogénea realidade étnico-cultural e linguística. De acordo com Untermann (1965, p. 17), esta realidade parece ser traduzível numa divisão da antiga Hispânia em duas áreas linguísticas fundamentais: a designada «Hispânia indo-europeia» (grosso modo, a região ocidental da Península, e associada, como o próprio nome indica, ao uso de línguas indo-europeias), e a «Hispânia não-indo-europeia», correspondente ao Sul e Levante da Península. Neste âmbito note-se que, de acordo com Albertos Firmat, “*las lenguas indoeuropeas de la Península, (...) fueron introducidas en ella por gentes que fueron llegando de Centroeuropa en diversas migraciones a lo largo del I milenio a. C. y las impusieron por contacto directo, gracias a su dominio sobre los anteriores pobladores, (...). Por el mismo método del contacto directo, algunos siglos más tarde los romanos implantaron el latín*” (1976, p. 60). Naturalmente que o processo de latinização foi paulatino e não uniforme, pelo que, de regiões como o Sul ou Levante da antiga Hispânia, área de línguas não-indoeuropeias e palco de uma mais precoce e intensa romanização, rareiam (entre os vestígios textuais de época romana) as reminiscências dos sistemas linguísticos pré-existentes, comparativamente ao Centro e Norte da Península. A difusão do latim é indissociável de todo o processo de romanização da nova província, o que se afigura evidente se pensarmos nos principais veículos de introdução da língua e cultura romanas no seio das comunidades autóctones – contactos com o exército, actividades administrativas e comerciais, emigração itálica e redes clientelares locais, e a influência dos centros urbanos como pólos, simultaneamente, de atracção

de populações e de promoção da imagem imperial. Assim, pode dizer-se que a progressiva romanização foi acompanhada por uma gradual evolução dos hábitos onomásticos.

Esta evolução traduziu-se, numa fase inicial e/ou em territórios de incipiente romanização, por uma latinização do esquema nominal – nome próprio (indígena), seguido do patronímico (em genitivo) com ou sem a sigla *filius/a*. Num segundo momento, mantém-se o esquema inicial mas regista-se já a conjugação entre um antropónimo latino e um antropónimo indígena (geralmente o do pai). A este respeito atente-se para a possibilidade de se registar a utilização de um antropónimo latino por parte do pai, contrariamente aos filhos que podem apresentar um antropónimo de raiz indígena (SALINAS DE FRÍAS & PALAO VICENTE, 2003, p. 402).

Num estágio mais avançado de integração cultural e onomástica pode verificar-se o uso de *tria nomina*, recorrendo a *praenomina* latinos (designadamente na filiação) em conjunto com elementos onomásticos indígenas, o que nos reporta para um contexto de origem indígena mas com ambiente jurídico romano. Nesta fase de transição, a onomástica adquire contornos híbridos, podendo revelar formas diversas, desde os *tria nomina* com *cognomen* indígena até ao uso dos *tria nomina* sem indicação de filiação, ou com indicação desta à maneira indígena. Por fim, e associado a uma plena romanização ou integração no sistema romano, refira-se o uso de *tria nomina* de origem latina, de acordo com o tipo romano clássico identificativo do estatuto de cidadão. Este esquema nominal é normalmente associado à emigração itálica e a um avançado grau de romanização político-jurídica e sócio-cultural, pelo que se encontra documentado nas zonas mais precoce e profundamente romanizadas, genericamente a Sul do Tejo, e em particular nas urbes de estatuto privilegiado (como as colónias de *Emerita* ou *Pax Iulia*, e os municípios de *Ebora* ou *Scallabis*) (SALINAS DE FRÍAS & PALAO VICENTE, 2003, p. 402). Segundo Alarcão (1990c, p. 398), só a partir de meados do séc. I d.C se generalizará a aculturação onomástica, não deixando no entanto, de se registar em certos locais a persistência de hábitos onomásticos de forte cunho indígena [como o atesta uma epígrafe do Norte do *Conventus Scallabitanus* (S. Romão, Seia), referente a um edil que, no séc. III, se identifica *Vegetus Talabari f.*].

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente (Capítulo V.1.), a epigrafia funerária romana do actual Nordeste Alentejano revela, à medida que se avança da região de Elvas para as zonas de Marvão e Nisa, uma crescente expressividade da antroponímia indígena, parecendo sugerir assim a existência de duas zonas com distintos graus de aculturação: uma a Sul, que poderíamos dizer mais romanizada; e outra a Norte, com maiores influências indígenas, indiciando uma acentuada fixação de indivíduos oriundos do Norte Lusitano e galaico (FRADE & CAETANO, 1990, p. 847). Parece poder observar-se que a antroponímia indígena apresenta a sua maior concentração numa faixa de território que se estende de Belder para Sul, até à Aldeia da Mata, Seda e Benavila, e daqui em direcção a Este até Vaiamonte, para depois subir por Alter Pedroso até Marvão e Nisa.

No que se refere à **onomástica indígena** registada na amostra de epígrafes analisada, destacamos alguns dos exemplos que integram a lista dos nomes indígenas mais representados no território da província da Lusitânia:

- *Tancinus*, a usado como nome único em IRCP 455
- *Boutius*, a empregue como *cognomen* feminino em IRCP 467
- *Mael-/ Mail-/ Maelonius* usado como *cognomen* em IRCP 453 e 631, e como nome único em IRCP 455
- *Camira* usado como gentílico em IRCP 460, e como nome único em IRCP 624
- *Cileus*, a usado como nome único em IRCP 626
- *Do(c)quirus* usado como *cognomen* em IRCP 628
- *Lobesa/Lovesius*, a usado como nome único em IRCP 459 e 621, e como *cognomen* em IRCP 469

É de notar que, no conjunto das epígrafes analisadas, o uso de antropónimos indígenas surge maioritariamente como nome único, mas surge igualmente associado à função de *cognomen* e conjugado com elementos de origem latina, denotando assim um certo grau de aculturação. Outro aspecto que nos foi dado comprovar prende-se com um maior “*conservadorismo onomástico feminino*” (a que já tivemos oportunidade de nos referir) (G. CHURRUCA & VALLEJO RUIZ, 2003, p. 365), verificando-se que era corrente as mulheres de condição peregrina apresentarem um antropónimo de origem indígena (por exemplo, IRCP 459, 457, 624).

Relativamente à **onomástica latina**, vários aspectos suscitaram a nossa atenção. Em primeiro lugar, constatou-se a presença de alguns dos *nomina* mais comumente registados na província da Lusitânia, entre os quais:

- *Iulius* (representado em cerca de 10 das epígrafes analisadas)
- *Caecilius* (representado em IRCP 446 e 449)
- *Cornelius* (representado em IRCP 452, 584, 623)
- *Licinius* (representado em IRCP 458, 589, 620)
- *Antonius* (representado em IRCP 464)
- *Marcus* (representado em IRCP 592)
- *Aelius* (representado em IRCP 629)

Em relação a este tipo de gentílicos, é verosímil admitir que “*a la hora de romanizar la onomástica se eligen los nomina más conocidos, esto es, de tipo clientelar o imperial*” (NAVARRO CABALLERO ET AL., 2003, p. 410). Assim sendo, facilmente se compreende que o *nomen Iulius* corresponda ao *nomen* latino mais frequentemente registado na província da Lusitânia, e seja o mais abundante entre os *nomina* de magistrados documentados na referida província. A utilização do *nomen Iulius* surge em meios indígenas comumente associada aos *cognomina Rufus, Rufinus, Avitus* (por exemplo, IRCP 451: *Iulia Avita*) ou *Amoenus*. Por sua vez, o gentílico *Caecilius*, igualmente bem representado na região, em IRCP 446 está associado aos *cognomina Gallius* e *Caecilianus*, o que pode indiciar eventual ascendência céltica ou africana, respectivamente. No que diz respeito a outros *nomina* que registam alguma relevância no contexto da amostra em análise, mencione-se a *gens Blaesidiana* (IRCP 580 e 582). O facto de este gentílico surgir em ambos os casos associado ao *cognomen Marcellus*, a poderá levar-nos a pensar na

existência de uma possível tradição local ou familiar. Importa ainda referir a menção à *gens Catinia* (IRCP 597), que figura como *gens* senatorial em *Ebora*.

Para além dos *nomina* referidos convirá averiguar sobre a existência dos chamados «fósseis onomásticos», ou seja, gentílios com uma clara origem itálica e parca expressão numérica no mundo provincial e que, por isso mesmo, permitem rastrear fenómenos de emigração proveniente da Península Itálica. Do conjunto dos referidos «fósseis onomásticos» atestou-se, no conjunto da epigrafia funerária analisada, a presença dos seguintes:

- *Cominius* (representado em IRCP 583 e 592)
- *Preccius* (representado em IRCP 595a)
- *Romanus* (representado em IRCP 467)
- *Soius* (representado em IRCP 597)
- *Stertinus* (representado em IRCP 458)

No contexto em questão revela-se difícil inferir se estamos perante testemunhos de imigrantes de origem itálica, ou se pelo contrário, se tratam de meros reflexos da latinização da onomástica peregrina. Nesse sentido, um *nomen* como *Preccius*, que figura entre os denominados «fósseis onomásticos», pode também ser usado como gentílico de uma família recém-romanizada, como parece ser o caso de IRCP 595 a, onde a utilização do referido *nomen* se encontra associada à indicação da filiação à maneira indígena (por exemplo, *Preccia Tusca/ Arconis filia*). Relativamente ao gentílico *Romanus*, a identificação de *Quintus Romanus Tuscus*, filho de mãe indígena e membro da tribo Galéria, parece não indiciar uma origem exógena do indivíduo mas denotar, segundo Encarnação, “o seu orgulho de ter sido elevado à cidadania” (1984, p. 547). Ainda no que se refere à presença de eventuais imigrantes na região do Nordeste Alentejano à época romana, atente-se a IRCP 458 – epígrafe funerária dedicada a *Lucius Licinius Catullus* e a *Stertinia Caesia*. Tendo em conta a onomástica e formulário perfeitamente latinos, o mesmo autor coloca a hipótese de estarmos perante membros de colonos oriundos de Itália (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 540). Também a antroponíma patente em IRCP 593 e IRCP 576, escassamente representada na Península Ibérica, poderá sugerir a presença de imigrantes. A este respeito note-se ainda que o Nordeste Alentejano, durante a época romana, funcionou como importante pólo de imigração, nomeadamente de clunienses como se encontra atestado na Epigrafia (IRCP 619, IRCP 620, IRCP 629). Tal imigração cluniense para a região do Nordeste Alentejano encontra-se atestada em IRCP 619 (na qual o etnónimo parece ser usado como cognomen – *cluniensis*), IRCP 620, e IRCP 629. Os três casos citados, epígrafes oriundas da zona de Marvão e Castelo de Vide, parecem testemunhar a importância das relações entre *Clunia* e *Ammaia*. (Este afluxo de elementos da Meseta Norte à Lusitânia, e designadamente à região do Nordeste Alentejano, poderá ter estado relacionado com a exploração de recursos mineiros ou com a transumância de gado.) Outro potencial indicador da presença de elementos humanos não oriundos da região em causa relaciona-se com a indicação da tribo nas inscrições que se referem a cidadãos romanos. Da amostra analisada constatámos sete inscrições funerárias com indicação de **tribo**:

- tribo *Papiria*: IRCP 461 (Estremoz), 576 (Elvas?), 584 (Elvas)
- tribo *Quirina*: IRCP 578 (Monforte), 595 a (Monforte)
- tribo *Galeria*: IRCP 467 (Vila Viçosa)
- tribo *Sergia*: IRCP 579 (Elvas)

De acordo com Guerra (1996, p. 25), a distribuição das indicações relativas a tribos na epigrafia do Nordeste Alentejano pode ser um contributo para esclarecer a problemática dos limites territoriais. Neste sentido a presença de dois cidadãos da tribo Quirina – a tribo a que ficaram adscritos os cidadãos de Ammaia – na zona do actual concelho de Monforte poderá auxiliar na resolução da questão dos limites amaienses. Considerando que o território de Ammaia partilhou as suas fronteiras com unidades políticas que tiveram os seus cidadãos inscritos em tribos diversas – Galeria e Papiria (respectivamente Ebor e Emerita), e partindo da distribuição dos testemunhos das supra-citadas tribos, Mantas defende que “a fronteira de Mérida com Ammaia passaria entre Veiros e S. Pedro de Almor, situando-se perto de Veiros um trifinium entre Ammaia, Ebor e Emerita. O limite norte do território amaiense tocava o Tejo e a oriente englobaria decerto a zona de Valência de Alcântara, seguindo provavelmente pela divisória de águas. Mais difícil resulta a identificação da fronteira ocidental, com Aritium vetus, enquanto o término com o agger eborensis poderia desenvolver-se pela ribeira de Avis” (2000, p. 409). Sem indicação de tribo, mas natural de Augusta Emerita e veterano da VII Legião Gémea, regista-se ainda o caso de Gaius Iulius Gallus (IRCP 577, Elvas). É curioso notar que, tal como referem Navarro Caballero & Bost (2003, p. 414), e tal como se verifica no caso de Ammaia, a tribo Quirina encontra-se normalmente associada a uma persistência expressiva de características onomásticas indígenas.

No que se refere aos **cognomina** com representatividade no contexto do Nordeste Alentejano, regista-se uma significativa presença de *cognomina* tradicionalmente associados a meios indígenas, quer desempenhando a função de *cognomen* no sistema nominal dos cidadãos romanos, quer como nome único de indivíduos de condição peregrina. Assim temos, por exemplo:

- *Max(s)umus, a/ Maximus, a* (representado em 13 das epígrafes analisadas)
- *Avitus, a* (representado em sete das epígrafes analisadas)
- *Amoenus, a* (representado em IRCP 455, 588, 622)
- *Tuscus, a* (representado em IRCP 476)
- *Niger* (representado em IRCP 446 e 456)
- *Rufinus, a* (representado em IRCP 585)
- *Vegetus, a* (representado em IRCP 595 a)

Relativamente à **onomástica de origem grega**, esta também se encontra presente no conjunto epigráfico estudado, identificando prováveis indivíduos de condição servil (IRCP 466), ou libertos (IRCP 448 ou IRCP 450). De entre os antropónimos gregos representados (e considerando a sua frequência na Lusitânia), destacamos *Eutychildis* (IRCP 443); *Philetus, e* (IRCP 447); *Alexander* (IRCP 448); e *Tryphon* (IRCP 450).

**QUADRO 6 – CARACTERIZAÇÃO DA ONOMÁSTICA E TIPOLOGIA DOS MONUMENTOS DA AMOSTRA EPIGRÁFICA EM ANÁLISE**

IRCP	ESQUEMA NOMINAL	ONOMÁSTICA	CRONOLOGIA PROPOSTA	LOCAL DE ACHADO	TIPO DE MONUMENTO E MATÉRIA-PRIMA
443	<b>ANNIAE [E]VT[I]CHIDI</b>	<i>cognomen</i> grego	Séc. II-III d.C.	Bencatel (Vila Viçosa)	Ara, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
444	<b>AUNIA</b> AMMINI F( <i>ilia</i> ) AVITVS SVRVS	Onomástica indígena e onomástica latina ( <i>Avitus</i> ) em contexto indígena	Séc. I d.C.	Vila Viçosa	Descrição desconhecida
445	<b>L(ucius) AURELIVS FLAUS</b> <b>P(ublius) AURELIVS NIGER</b>	Onomástica latina	Séc. I d.C.	Bencatel (Vila Viçosa)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
446	<b>L(ucius) C(aecilius) GALIO</b> C( <i>aecilia</i> ) VITALIS FUL( <i>vius</i> ) CAECILIANVS	Onomástica latina, (com possível ascendência céltica ou africana)	Séc. I d.C.	Redondo	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
447	<b>C(aecilia) ou C(ornelia) P&lt;H&gt;ILETE</b>	<i>cognomen</i> grego	Séc. II d.C.	Fronteira (?)	Placa
448	<b>C(alpurnia?) HEGESISTRATE</b> C( <i>alpurnius</i> ?) ALEXANDER	Onomástica grega	Séc. I – II d.C.	Figueira e Barros (Avis)	Ara, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
449	<b>L(ucius) CAECILIVS</b> ( <i>cognomen</i> não legível ou não indicado) C( <i>aii</i> ) F( <i>ilius</i> )	Onomástica latina		Juromenha (Alandroal)	Coluna
450	<b>Q(uintus) FABIUS TRYPHON</b> <b>ARGYRIUS</b> TRYPHON ( <i>pater</i> )	<i>cognomina</i> gregos	Séc. III d.C (finais)	Necrópole da Silveirona, S. Estevão (Estremoz)	Placa, calcário
451	<b>I(ulia) AVITA</b> AVITI F( <i>ilia</i> ) TVRRANIA MAXSVMA ( <i>mater</i> ) IVLIVS MAXSVMVS ( <i>frater</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C (finais)	Bencatel (Vila Viçosa)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
452	<b>I(ulia) CATVEN[A ?]</b> L(ucius) CORNELI[VS] R( <i>ufus</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Bencatel (Vila Viçosa)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
453	<b>IVLIA MAELA</b> L(ucij) F( <i>ilia</i> )	Onomástica latina	Séc. I d.C	Redondo	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
454	<b>IVLIA QVINT[IL]LA</b>	<b>Onomástica latina</b>	<b>Séc. I d.C</b>	<b>Necrópole da Rouca, N. Sra. Conceição (Alandroal)</b>	<b>Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa</b>
455	[ <i>praenomen</i> ?] <b>IVLIVS [A?]MO[ENVS?]</b> L(ucij) F( <i>ilius</i> ) <b>MAILA I(ulij?)</b> COVTI F( <i>ilia</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Bencatel (Vila Viçosa)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
455a	<b>L(ucius) IVLIVS RVFVS</b> IVLIA COLOMB(a)	Onomástica latina em contexto recém-romanizado	Séc. I d.C	Terena (Alandroal)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
456	<b>LABERIA CATVLLA</b> GALLI F( <i>ilia</i> )	Onomástica latina	Séc. I d.C	Necrópole da Silveirona, S. Estevão (Estremoz)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa



457	<b>LAETA</b> [patronímico] F ( <i>ilia</i> )	Onomástica latina	Séc. I d.C	Ciladas (Vila Viçosa)	Placa (fragmento) , mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
458	<b>L(ucius) LICINIVS CATVLLVS</b> <b>STERTINIA CAESIA</b> L(ucius) LICINIVS AVITVS	Onomástica latina	Séc. I d.C	Juromenha (Alandroal)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
459	<b>LOBESA</b> LOVESI F ( <i>ilia</i> )	Onomástica indígena	Séc. I d.C	Benavila (Avis)	Placa, granito
460	<b>IVLIA MAVRA</b> MANI[A] CAMIRA MANI F ( <i>ilia</i> )	Onomástica latina em contexto indígena	Séc. I d.C	Estremoz	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
461	<b>L(ucius) MARIVS CAPRARIVS</b> L(ucii) F ( <i>ilius</i> )	Onomástica latina	Inícios do Império	Veiros (Estremoz)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
463	<b>MAXVMVS</b> SEVERI F ( <i>ilius</i> )	Onomástica latina em contexto indígena	Séc. I d.C	S. Saturnino (Fronteira)	Ara, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
464	<b>MINATIA FAVSTINA</b> ANTONIVS ROMVLVS	Onomástica latina	Séc. III d.C.	S. Domingos de Ana Loura (Estremoz)	Ara (segundo sugere a descrição conhecida)
466	<b>PVLTARIVS</b> SEMNE SEMNU(s)	Onomástica latina e grega	Séc. II d.C.	Vila Viçosa	Descrição desconhecida
467	<b>Q(uintus) ROMANIVS TVSCVVS</b> BAEBIA BOVTIA F ( <i>ilio</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Bencatel (Vila Viçosa)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
469	<b>G(aius) VALER[II]VS LOVESIVS</b>	Onomástica latina	Séc. I d.C	Redondo (?)	Descrição desconhecida
470	<b>L(ucius) VALERIVS MAXVMVS</b> ARRIA QUINTILLA AVITA	Onomástica latina	Séc. II d.C.	Necrópole da Silveirona, S. Estevão (Estremoz)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
576	<b>C(aius) AXONIVS</b> <b>Q(uinto) AX(onio)</b>	Onomástica latina	Inícios do Império (Augusto-Tibério)	Elvas (?)	Descrição desconhecida
577	<b>G(aio) IVLIO [G]ALLO</b> IVLIA PRIMA	Onomástica latina	Inícios do Império	Elvas	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
578	<b>P(ublius) ANONIVS SILO</b> AQVILIA CARA CAMVLI F ( <i>ilia</i> )	Onomástica latina em contexto indígena	Séc. I d.C	Vaiamonte (Monforte)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
579	<b>Q(uintus) ATTIVS RVSTICVS</b> L(ucii) F ( <i>ilius</i> ) NVMITORIA MAXVMA Q(uinti) F ( <i>ilia</i> )	Onomástica latina	Séc. I d.C	Elvas	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
580	<b>BLAESIDIDENA MARCELLA</b> GN( <i>aei</i> ) F ( <i>ilia</i> ) Gn(AEUS) BlaesidienVs MarcellVs <b>VALERIA TERTVLLA</b> [G( <i>aii</i> )] F ( <i>ilia</i> )	Onomástica latina	Séc. I d.C	S. Bartolomeu (Arronches)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
582	<b>CLODIVS IULI[A]NVS</b> TITUS CLODIVS MODESTVS ( <i>pater</i> ) BLESIDIENA MARCELLA ( <i>mater</i> )	Onomástica latina	Séc. II d.C. (finais)	S. Eulália (Elvas)	Ara, mármore de Pardais
583	<b>COMINIA AVITA</b> M( <i>arci</i> ) F ( <i>ilia</i> ) M( <i>arcus</i> ) COMINIVS CLEMENS VIBIA AVITA	Onomástica latina	Séc. I d.C	S. Ildefonso (Elvas)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa

	M(arc) F(ilia)				
584	[...] [C]ORNELIVS GALLVS	Onomástica latina	Séc. I d.C	Vila Boim (Elvas)	Descrição desconhecida
585	FALIIA [sic] AVITA L(ucius) T(erentius?) RVFINVS	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Vila Boim (Elvas)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
588	IVLIA AMOENA G(aius) POMPONIVS MAXVMVS	Onomástica latina	Séc. II – III d.C.	N. Sra. Graça (Elvas)	Ara (segundo sugere a descrição conhecida)
589	M(arc) L(icini?) MAXVMI	Onomástica latina	Séc. I d.C	S. Eulália (Elvas)	Estela (fragmento)
592	CN(aeo) MARCIO NASONI COMINIA MAXSVMA M(arc) F(ilia)	Onomástica latina	Séc. I d.C	Vila Boim (Elvas)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
593	MARCIVS TVSCVLANVS APRONIA MAXIMA	Onomástica latina	Séc. II d.C.	Estrada Campo Maior/Quinta de S. Pedro	Estela
594	MAXSVMA MAXSVMI F(ilia) MODESTA GEMINI F(ilia)	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Vila Boim (Elvas)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
595	L(ucius) PO[mponius Ce?]LER PO[mponia?] CELERINA	Onomástica latina	Séc. I – II d.C.	Elvas (?)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
595 a	M(arcus) PRECCIVS PAETVS PRECCIA MAXVMA VEGETI F(ilia) PRECCIA PAETILLA PAETI F(ilia) PRECCIA TVSCA ARCONIS F(ilia)	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I – II d.C.	Monforte	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
597	SEX(to) SOIO QVARTIONI CATINIAE MAXSVMA<E> ALBANVS F(ilius)	Onomástica latina	Séc. I d.C	Vila Boim (Elvas)	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
619	G(aius) DOMITIVS CLVNIENSIS MVSTARI F(ilius)	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Santiago Maior (Castelo de Vide)	Atualmente trata-se de um paralelepípedo em granito, de faces afeixoadas.
620	C(aius) LICINIVS VERVS MEDVGENI F(ilius)	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	S. Salvador de Aramenha (Marvão)	Estela (fragmento), granito
621	LOVESIO ANCEITI (filio)	Onomástica indígena	Séc. I d.C	Beirão (Marvão)	Estela, granito
622	AMOENVS IVLIAE SER(vus) AMOENA (mater)	Onomástica latina	(sem cronologia proposta)	S. Salvador de Aramenha (Marvão)	Estela
623	C(orneliis?) <sup>1</sup> ALPINO CIVI SEVERO ALBINO	Onomástica latina em contexto indígena	(sem cronologia proposta)	S. Salvador de Aramenha (Marvão)	Fragmento em mármore

<sup>1</sup> De acordo com a leitura proposta e transcrição apresentada, o gentílico (em sigla) precede uma enumeração de *cognomina*.

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

	SEVERVS ( <i>pater</i> )				
624	<b>CAMIRA</b> MAXVM[!] F( <i>ilia</i> )	Onomástica indígena e onomástica latina ( <i>Maxumus</i> ) em contexto indígena	Séc. I d.C	Herdade da Lage do Ouro (Aldeia da Mata, Crato)	Estela, granito
626	<b>CILEA</b> CADARI F( <i>ilia</i> )	Onomástica indígena	(sem cronologia proposta)	Crato	Estela, granito
628	<b>MAXS[MVS] DOQVIR[!]</b>	Onomástica indígena e onomástica latina ( <i>Maximus</i> ) em contexto indígena	Séc. I d.C	Herdade da Lage do Ouro (Aldeia da Mata, Crato)	Estela, granito
629	<b>OPTATA</b> AELI(i) SCAPVLAE LIB( <i>erta</i> )	Onomástica latina	(sem cronologia proposta)	S. Salvador de Aramenha (Marvão)	Estela, granito
630	<b>SEVERVS</b> AVITI F( <i>ilius</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	Alter do Chão	Placa, mármore de tipo Estremoz/Vila Viçosa
631	<b>SICAE</b> MALEONIS F( <i>iliae</i> )	Onomástica indígena	Séc. I d.C	Alter Pedroso (Alter do Chão)	Estela
634	<b>SONTIVS</b> SEVERAE F( <i>ilius</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado (?)	(sem cronologia proposta)	S. António das Areias (Marvão)	Actualmente trata-se de um paralelepípedo em granito.
644	<b>DVATIVS</b> AVITI ( <i>filius</i> ) APVLIA ( <i>mater</i> ) AVITVS ( <i>pater</i> )	Onomástica indígena e onomástica latina ( <i>Avitus</i> ) em contexto indígena	Séc. I d.C	Nisa (arredores)	Lápide, granito
645	<b>FVNDANVS</b> IVLIAE LAETAE	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. II d.C. (inícios)	Almeirim	Placa, calcário
646	<b>MAXVMVS</b> TALABARI F( <i>ilius</i> )	Onomástica latina em contexto indígena ou recém-romanizado	Séc. I d.C	N. Sra. Graça (Nisa)	Descrição desconhecida

**QUADRO 7 – CARACTERIZAÇÃO ETIMOLÓGICA DOS ANTROPÓNIMOS REGISTRADOS NA AMOSTRA EPIGRÁFICA EM ANÁLISE**

ONOMÁSTICA INDÍGENA	IRCP	ONOMÁSTICA INDÍGENA DE INFLUÊNCIA CÉLTICA	IRCP	ONOMÁSTICA LATINA	IRCP	ONOMÁSTICA LATINA EM CONTEXTO INDÍGENA	IRCP	ONOMÁSTICA GREGA	IRCP	ONOMÁSTICA DE INFLUÊNCIA AFRICANA	IRCP
<i>Ammius</i>	443	<i>Aunia</i> ( <i>cognomen</i> )	444	<i>Aurelius</i> ( <i>nomen</i> )	445 446	<i>Avitus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	444 451 470 583 585 630 644 446 456	<i>Eutyichidis</i>	443	<i>Caecilianus</i> ( <i>cognomen</i> )	446
<i>Flaus</i> ( <i>cognomen</i> )	445	<i>Rufus</i> ( <i>cognomen</i> )	452 455a	<i>Gallio/ Gallus</i> ( <i>cognomen</i> )	446 456 577 584	<i>Niger</i> ( <i>cognomen</i> )	446 456	<i>P[h]ilete</i>	447	<i>Colomba</i> ( <i>cognomen</i> )	455a
<i>Surus</i>	444	<i>Catullus, a</i> <sup>2</sup>	456	<i>Vitalis</i> ( <i>cognomen</i> )	446	<i>Maxsumus, a</i> = <i>Maxumus, a</i> = <i>Maximus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	451 463 470 579 588 589 592 594 595a 597 624 628 646	<i>Hegesistrate</i>	448	<i>Caprarius</i> ( <i>cognomen</i> )	461
<i>Catuenus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	452	<i>Camulus</i>	578	<i>Caecilius, a</i> ( <i>nomen</i> )	449	<i>Iulius, a</i> ( <i>nomen</i> )	451 452 453 454 455 455a 460 577 588 622 645	<i>Alexander</i>	448	<i>Mustarius =</i> <i>= Mustarus</i> ( <i>cognomen</i> )	619
<i>Maelo, a /</i> <i>/ Maila/</i>	453 455	<i>Medugenus</i> ( <i>cognomen</i> )	620	<i>Quintus</i> ( <i>praenomen</i> )	450 467	<i>Lucius</i> ( <i>praenomen</i> )	445 449	<i>Tryphon</i>	450		

<sup>2</sup> Contrariamente a Holder, que atribui uma origem céltica ao antropónimo *Catullus*, Kajanto defende uma possível origem latina (diminutivo de *Cato*), reportando-se ao exemplo dos *Valerii Catulli*, que terão descendido dos *Valerii Catones* (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 538).

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

/ <i>Maelonius</i> ( <i>cognomen</i> )	631				576 579		455 455 <sup>a</sup> 458 461 470 579 585 595				
<i>Coutius</i>	455			<i>Fabius</i> ( <i>nomen</i> )	450	<i>Amoenus, a</i>	455 588 622	<i>Argyrius</i>	450		
<i>Tancinus</i>	455			<i>Turranius, a</i> ( <i>nomen</i> )	451	<i>Modestus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	582				
<i>Lovesius, a</i> (= <i>Lobes-</i> )	459 469 621			<i>Cornelius</i> ( <i>nomen</i> )	452 584 623	<i>Modestus, a</i> ( <i>nomen</i> )	594	<i>Lovesius, a</i> (= <i>Lobes-</i> )	459 469 621		
<i>Camira</i>	460 624			<i>Quintilla</i> ( <i>cognomen</i> )	454 470	<i>Rufinus</i> ( <i>cognomen</i> )	585				
<i>Boutius, a</i>	467			<i>Laeta</i>	457	<i>Vegetus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	595a				
<i>Carus, a</i> <sup>3</sup> ( <i>cognomen</i> )	578			<i>Licinius</i> ( <i>nomen</i> )	458 589 620	<i>Arco</i> ( <i>cognomen</i> )	595 <sup>a</sup>				
<i>Anceitus</i>	621			<i>Stertinia</i> ( <i>nomen</i> )	458	<i>Tuscus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	595a				
<i>Cilea</i>	626			<i>Maurus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	460	<i>Cluniensis</i> ( <i>etnónimo como</i> <i>cognomen</i> )	619				
<i>Cadarus</i>	626			<i>Manius, a</i> ( <i>cognomen</i> )	460	<i>Severus, a</i>	623 630 634				
<i>Doquirus</i>	628			<i>Marius</i> ( <i>nomen</i> )	461						
<i>Sica</i> <sup>4</sup>	631			<i>Minatius, a</i> ( <i>nomen</i> )	464						
<i>Duatius</i>	644			<i>Faustinus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	464						
<i>Talabarius</i>	646			<i>Antonius, a</i> ( <i>nomen</i> )	464						
				<i>Romulus</i>	464						
				<i>Pultarius</i>	466						
				<i>Romanus</i> ( <i>nomen</i> )	467						

<sup>3</sup> A origem etimológica do antropónimo *Carus* revela-se controversa: se por um lado, Kajanto integra-o no conjunto dos *cognomina* latinos; por outro, Albertos relaciona-o com a onomástica pré-romana (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 644). No presente trabalho adoptámos esta segunda hipótese, uma vez que o indivíduo em questão indica a filiação à maneira indígena, isto é, referindo como patronímico o cognome (também de origem pré-romana) do pai.

<sup>4</sup> Sobre a etimologia do antropónimo *Sica* as opiniões dividem-se: Kajanto atribui-lhe uma origem latina, enquanto autores como Holder, Palomar Lapesa e Albertos, defendem uma raiz indo-europeia (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 690).

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

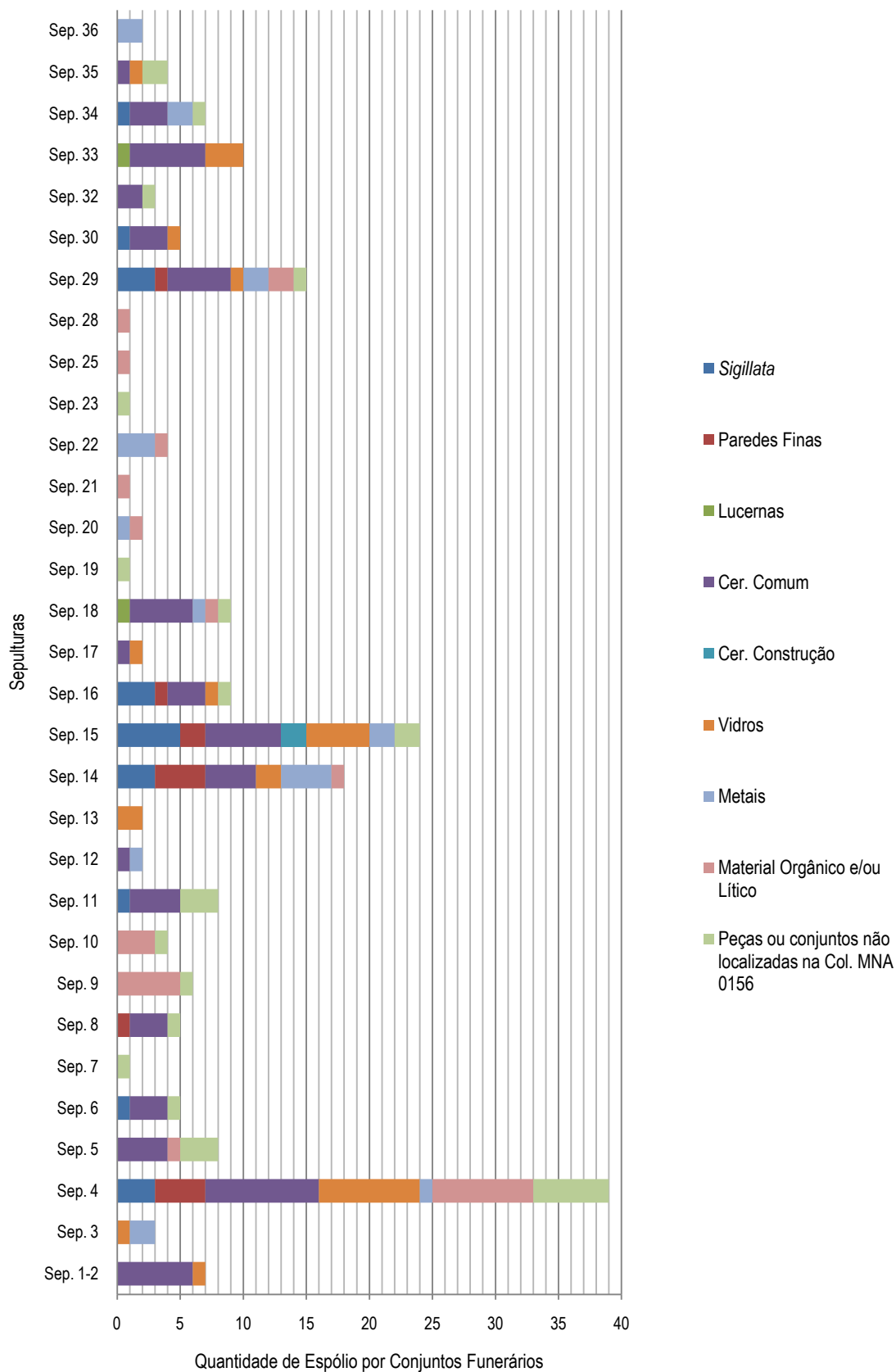
				<i>Tuscus</i>	467					
				<i>Baebius, a</i> ( <i>nomen</i> )	467					
				<i>Gaius</i> ( <i>praenomen</i> )	469 580 588 619					
				<i>Valerius, a</i> ( <i>nomen</i> )	469 470 580					
				<i>Arrius, a</i> ( <i>nomen</i> )	470					
				<i>Axonius</i> <sup>5</sup> ( <i>nomen</i> )	576					
				<i>Caius</i> ( <i>praenomen</i> )	576 620					
				<i>Publius</i> ( <i>praenomen</i> )	578					
				<i>Aquilius</i> ( <i>cognomen</i> )	578					
				<i>Attius, a</i> ( <i>nomen</i> )	579					
				<i>Rusticus</i> ( <i>cognomen</i> )	579					
				<i>Numitoria</i> ( <i>nomen</i> )	579					
				<i>Blaesidienus, a</i> ( <i>nomen</i> )	580 582					
				<i>Marcellus, a</i> ( <i>cognomen</i> )	580 582					
				<i>Clodius</i> ( <i>nomen</i> )	582					
				<i>Iulianus</i> ( <i>cognomen</i> )	582					
				<i>Titus</i> ( <i>praenomen</i> )	582					
				<i>Cominius, a</i> ( <i>nomen</i> )	583 592					
				<i>Vibius, a</i> ( <i>nomen</i> )	583					
				<i>Marcus</i> ( <i>praenomen</i> )	583 589					
				<i>Clemens</i> ( <i>nomen</i> )	583					
				<i>Terentius</i>	585					

<sup>5</sup> Relativamente à etimologia deste gentílico ENCARNÇÃO (1984, p. 642) coloca duas hipóteses: origem etimológica grega, ou a relação *Axonius* = *Ausonius*.

A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)

				(nomen)							
				Pomponius, a	588						
				(nomen)	595						
				Cnaeus	592						
				(praenomen)							
				Marcus	592						
				(nomen)							
				Naso	592						
				(cognomen)							
				Tusculanus	593						
				(nomen)							
				Apronius, a	593						
				(nomen)							
				Geminus, a	594						
				(nomen)							
				Celer/ Celerina	595						
				(cognomen)							
				Preccius, a	595a						
				(nomen)							
				Paetus, a	595a						
				(cognomen)							
				Soius	597						
				(nomen)							
				Quartio	597						
				(cognomen)							
				Catinius, a	597						
				(nomen)							
				Albanus	597						
				Domitius	619						
				(nomen)							
				Verus	620						
				(cognomen)							
				Alpinus	623						
				(cognomen)							
				Albinus	623						
				(cognomen)							
				Optatus, a	629						
				(praenomen)							
				Aelius	629						
				Scapula	629						
				Fundanus	645						

**GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO ESPÓLIO DA NECRÓPOLE DA ROUCA POR CONTEXTOS DE SEPULTURA\***



\* A omissão das sepulturas 24, 26, 27, 31 e 37 a 41 deve-se à total ausência de informação sobre as mesmas.